

Apresentação

A *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, abre seu volume 4, número 2 (julho-dezembro de 2014) com o Dossiê “O trabalho globalizado: mercados, informalidades e organização sindical”, organizado por Jacob Carlos Lima. Os seis artigos que o compõem exploram a centralidade do trabalho na vida social em nossa era globalizada, assim como suas diferentes configurações envolvendo regulação estatal e formas de organização dos/as trabalhadores/as. Abrangendo autores do Reino Unido, da França, da Argentina e do Brasil, o Dossiê oferece-nos um panorama fascinante das transformações que – direta ou indiretamente – afetam a todos/as nós.

A seção Artigos abre com uma análise de Renato Ortiz sobre a trajetória intelectual e política de Frantz Fanon. O texto, originalmente pensado para abrir um volume dedicado ao pensador afro-martinicano na coleção Grandes Cientistas Sociais, traz um balanço de suas ideias, as quais permanecem atuais e inspiradoras para novas gerações preocupadas com temas como o legado do colonialismo e os processos históricos de racialização.

No texto seguinte, Celi Scalon e Marcelo Castañeda analisam a percepção e a opinião de um segmento específico que reflete uma miríade de posicionamentos assumidos por uma população que se configura como foco de projetos sociais desenvolvidos por ONGs na cidade do Rio de Janeiro. Buscam com essa análise contribuir para a compreensão das percepções que estes participantes de projetos sociais têm sobre o papel que as ONGs e o Estado exercem no combate às desigualdades no Brasil.

Oswaldo Truzzi e Rogério da Palma exploram a imigração espanhola para o interior paulista por meio do estudo do caso de São Carlos. O artigo investiga como esse grupo de imigrantes, tão importante e numeroso como o de italianos e portugueses, tendeu a ser invisibilizado.

Sidnei Ferreira de Vares, em “Durkheim, o Caso Dreyfus e o republicanismo liberal na Terceira República francesa”, analisa as posições assumidas pelo célebre sociólogo francês no decorrer do polêmico Caso Dreyfus, que no último quartel do século XIX aguçou as paixões políticas de grupos concorrentes, terminando por mobilizar a opinião pública francesa. Vares enfatiza o engajamento de Durkheim ao republicanismo em oposição às concepções hierárquicas representadas pelo conservadorismo católico-monarquista.

Em “Consciência negra e socialismo: mobilização racial e redes socialistas na trajetória de Hamilton Cardoso (1954-1999)”, Fábio Nogueira e Flávia Rios

mostram a importância da geração negra da década de 1970 para entender a emergência da mobilização contra a democracia racial durante a ditadura militar e seus desdobramentos no processo de democratização. Afirmam que a relação entre raça e classe foi a problemática mais relevante para as jovens lideranças negras estudantis que afirmavam uma identidade racial ao mesmo tempo em que se aliavam às esquerdas políticas e às lutas contra o regime dos generais. Segundo os autores, Hamilton Cardoso é figura central no contexto paulista porque sua trajetória expressa as alianças entre o nascente movimento negro contemporâneo e o socialismo.

Na seção de resenhas, Felipe Padilha apresenta o livro *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX* (2012), de Richard Miskolci, obra que discute como nossas elites finisseculares almejavam a construção de uma nação branca. O livro mostra como fantasias elitistas de branquitude eram tensionadas por espectros político-raciais e sexuais, como o caráter incontrolável do desejo, o qual, em suas expressões homoeróticas entre homens, colocava em xeque o autodomínio masculino sob o qual se assentava o projeto de branquitude.

O Comitê Editorial se despede do editor assistente Danilo Morais agradecendo pelo companheirismo, pela dedicação, pela criatividade e pelo trabalho que dedicou à revista nos últimos anos. A *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, é fruto dessa mescla de trabalho e engajamento que Danilo encarna tão bem. O Comitê agora dá as boas-vindas a Felipe Padilha, a quem cabe ocupar essa posição-chave para nossa publicação.

Boa leitura!

Comitê Editorial

Richard Miskolci, Jorge Leite Júnior e Fábio José Bechara Sanchez

Apresentação do Dossiê

Jacob Carlos Lima¹

A globalização ou mundialização tem sido analisada nas últimas décadas como produto das transformações capitalistas decorrentes do que seria a mudança de um período de inflexão marcado pela forte presença do Estado na organização das relações capital-trabalho. Esse período e suas mudanças foram analisados pela escola de regulação francesa, como regime de acumulação, marcando o século XX.

Num primeiro momento, o regime fordista, no qual a presença do Estado foi fator preponderante para a expansão capitalista, então em profunda crise no pós-Primeira Guerra Mundial e ameaçada pela experiência socialista soviética, estabelecendo políticas protecionistas de desenvolvimento nacional e de reprodução da força de trabalho que serão conhecidas como Estado de bem-estar social, que vigorou até o início dos anos 1970.

O seguinte, o regime de acumulação flexível, marcou o esgotamento do modelo anterior, com a revolução das tecnologias informacionais, de comunicação e transporte, a retração do Estado das atividades econômicas e das políticas sociais, novas formas de produção e utilização da força de trabalho, com a abertura de mercados, a globalização da produção, da circulação e distribuição de mercadorias e consumo.

Neste, a reprodução social torna-se secundária e as empresas e os investimentos de capital, de modo geral, buscam menores custos e trabalho desorganizado. A perspectiva de um capitalismo de feição “social-democrata”, com melhoria das condições de vida dos trabalhadores, é vista como fator que agrega custos comprometendo as atividades das empresas. As novas tecnologias revolucionam as formas de utilização do tempo e do espaço, descentralizando a produção e incorporando novos territórios aos fluxos da “nova” economia. O trabalho como unidade de valor, como elemento constitutivo de identidades sociais, organizador da vida e da mudança social, é questionado em seus fundamentos.

Entretanto, esse processo de mudança, embora tendencial, assume velocidades distintas e efeitos diferenciados. O trabalho permanece no centro da vida

1 Departamento de Sociologia – Universidade Federal de São Carlos - UFSCar – Pesquisador do CNPq - São Carlos – Brasil – jacobl@ufscar.br

social, enquanto atividade necessária à sobrevivência; o emprego não desapareceu, assumindo uma pluralidade de situações/condições; a regulação estatal, longe de desaparecer, continua com idas e vindas, maior ou menor abrangência territorial, nacional ou global. As formalidades das relações sociais dos mercados, da produção e do trabalho mesclam-se com formas distintas de informalidades e ilegalismos, não necessariamente novos, mas ressignificados. O mesmo podemos dizer da organização dos trabalhadores, que, passando o “inverno do sindicalismo”, retoma lutas e conquistas, dentro obviamente do novo quadro do capitalismo “flexível”.

A globalização hegemônica do grande capital, caracterizada pelas grandes empresas, convive com a chamada globalização “não hegemônica”, “discreta”, “por baixo”. Neste “ramal secundário”, formalidades, informalidades e ilegalismos diversos convivem e se interpõem em espaços nacionais distintos, onde os trabalhadores circulam por fronteiras cada vez mais porosas, onde velhas e novas ocupações, criativas e nem tão criativas, se aproximam em relações de trabalho instáveis, mas ideologicamente participes de uma flexibilidade inovadora. Esta pressupõe mobilidade permanente do trabalhador para mudar de emprego, buscar outras atividades, incorporar novos conhecimentos, ser empreendedor, inovador, sempre na perspectiva de que todos partem das mesmas condições dadas democraticamente pelo mercado.

Este Dossiê pretende discutir um pouco essa globalização não hegemônica a partir de três eixos: o primeiro deles, a constituição de mercados populares em termos globais e suas relações com múltiplos locais. As mercadorias são produzidas e consumidas globalmente. Diferentes formas de trabalho e vinculações sociais estão presentes nesse trajeto; o segundo, a informalidade de trabalhadores tradicionalmente precários como ambulantes, que se encontram num cenário analítico com trabalhadores de alta tecnologia, os quais têm em comum a precariedade dos vínculos de trabalho e a dependência de redes sociais físicas e virtuais para se manter no mercado; e um terceiro no qual os trabalhadores reassumem suas organizações, agora dentro de novos parâmetros e com resultados que mostram as novas configurações do mundo do trabalho.

O texto de Knowles aborda, através da trajetória de uma mercadoria física, barata, voltada ao consumo popular – a nossa conhecidíssima sandália de dedo –, os processos, territórios e trabalhadores envolvidos em sua fabricação. Começa pela extração do petróleo nos desertos do Kuwait, com seus trabalhadores imigrantes contratados por tempo determinado e em condições precárias no Oriente Médio e no Sudeste da Ásia, indo para as refinarias na Coreia, onde a matéria-prima é elaborada e enviada para a China em pequenas fábricas onde

são elaboradas as sandálias. Termina o trajeto na Etiópia, onde são vendidas por ambulantes, e finalizam sua carreira nos lixões de Adis Abebba, onde trabalhadores sobrevivem cotidianamente da busca de restos.

No segundo artigo, Belgion e Plietz reconstróem a nova “rota da seda” do Oriente Médio à China e à cidade de Yuwu, um grande entreposto mundial de produtos de baixo custo. Analisa a presença de egípcios e argelinos nos mercados populares da cidade, que atrai investidores, atravessadores, ambulantes, enfim, uma gama de trabalhadores/empreendedores árabes que compram os produtos a ser vendidos nos mercados populares de seus países. Formalidades, informalidades e ilegalismos variados compõem as transações e a circulação de mercadorias, trabalhadores e comerciantes, na recomposição de uma rota comercial milenar, agora em novos parâmetros.

No segundo eixo nos detemos no Brasil para analisar duas situações polares. Os trabalhadores ambulantes e os trabalhadores “informáticos”. Para os primeiros, Santos, Oliveira e Sato discutem o conceito de redes socioprodutivas na viabilização do trabalho desses ambulantes, distinguindo-as de redes sociais (ponto de partida) e redes de apoio social. Demonstram como esses trabalhadores se articulam para permanecer numa atividade antes pensada como temporária, um temporário cada vez mais definitivo, em que a informalidade assume novas significações.

Bridi e Motim, por sua vez, caracterizam os trabalhadores de informática, mostrando as distinções entre os trabalhadores de *software* e *hardware*, a imaterialidade dos primeiros dependendo da materialidade dos segundos, e as distintas formas de relações de trabalho, nas quais formalidade e informalidade se mesclam numa ocupação “flexível” por excelência. Discutem a criatividade no trabalho e seus limites diante da tendência à padronização das atividades e dos desafios de pensar novas ocupações em relação aos modelos explicativos que têm o trabalho fabril como referência.

Num terceiro eixo temos a discussão do sindicalismo no Brasil e na Argentina, e sua recuperação a partir dos anos 2000. Rodrigues e Ramalho discutem as mudanças no padrão de ação sindical a partir de indicadores estatísticos, demonstrando a mudança do perfil do sindicalizado, com crescimento da presença feminina, aumento da escolaridade, maior taxa de sindicalização fora do Sudeste-Sul do país, historicamente centro da atividade sindical do país, e crescimento também, de certa forma paradoxal, do sindicalismo rural, num quadro de redução da força de trabalho rural.

Delfines, Montes e Cató analisam o sindicalismo argentino, seus fluxos e refluxos, as mudanças nas formas de resistência e o surgimento de novas

expressões do conflito capital-trabalho, como as organizações de desempregados, o ressurgimento de comissões internas e dos comitês de fábricas a partir de 2003. Estas formas apontam para o potencial de retomada da luta dos trabalhadores e de suas organizações, com maior participação da base, num contexto de ocaso das reformas neoliberais.

Esses três eixos, embora distintos, permitem uma panorâmica das mudanças no trabalho nas últimas décadas e sua multiplicidade, o que dificulta análises a partir de modelos interpretativos fechados, exigindo a percepção seja do conjunto, seja do detalhe, do global e do local, de seus movimentos e mobilidades. Assim como inviabiliza dualizações rígidas, como por exemplo formal-informal, legal-ilegal e outras que, mesmo como recurso heurístico, se tornam insuficientes para a compreensão do mundo contemporâneo.

Trajетórias de um chinelo: microcenas da globalização¹

Caroline Knowles²

Resumo: Por meio da apreciação de pequenas localidades, das micro cenas (locais) que percorrem os rastros da trilha de um chinelo, este artigo persegue uma grande questão: a globalização. Resultado de seis anos de pesquisa etnográfica, seguindo os diferentes caminhos que envolvem a produção, uso e descarte de um chinelo, este artigo demonstra que a globalização não é tão arraigada e robusta como as análises hegemônicas insistem: ao contrário, ela é frágil, inconstante e contextual, gerando múltiplas formas de incerteza nas vidas e cenários que ela, simultaneamente, sustenta e desestabiliza.

Palavras-chave: globalização frágil; trajetórias de um chinelo; precariedade global.

Trajectories of a flip-flop: micro scenes of globalization

Abstract: *This paper chases a big issue – globalisation - through some small places: the (local) micro-scenes of the flip-flop trail. The paper suggests that globalisation is not as entrenched and robust as hegemonic accounts of globalisation insists: on the contrary it is fragile, shifting and context specific, generating multiple forms of uncertainty in the lives and landscapes it simultaneously sustains and undermines. The article is based on 6 years of ethnographic research following the trail of a pair of flips-flops from their extraction to their disposal.*

1 Tradução de Angelo Martins Junior - GETM - UFSCar - Goldsmith College - Londres - Inglaterra.

2 Goldsmith College - University of London - Londres - Inglaterra - c.knowles@gold.ac.uk

keywords: *fragile globalisation; flip-flop trail; global precarity.*

Através da apreciação de pequenas localidades, das microcenos (locais) que percorrem os rastros da trilha de um chinelo, este artigo persegue uma grande questão: a globalização. A trilha de um chinelo se inicia com o petróleo abaixo dos desertos do Kuwait, seguindo daí para as usinas petroquímicas na Coreia do Sul, onde é produzido o plástico. De lá, segue-se para as fábricas que produzem os chinelos no Sudeste da China, para mais tarde atingir os maiores mercados de chinelo na Etiópia, circula Adis-Abeba nos pés de uma mulher idosa e acaba no aterro sanitário da cidade. A trilha do chinelo é uma representante inusitada da globalização, a qual fornece fundamentos empíricos de uma fatia do mundo, “conectada translocalmente”, no qual as pessoas vivem. Modestamente, refiro-me a essa “trilha” como um caminho remoto, ou uma via secundária (não menos importante), da globalização. Faço isso mais por uma conveniência descritiva do que por uma distinção conceitual, pois, como a própria trilha do chinelo demonstra, estradas/vias “principais” e “secundárias” se intersectam a todo o momento³. Esses caminhos remotos seriam mais uma alternativa ao que Castells (2010) identifica, astutamente, como locais de desembarque das cadeias de valor.

Grande parte do que sabemos sobre a globalização é derivado das circulações que acontecem nas suas principais estradas ou vias: circulação de marcas conhecidas (como a Nike), de tecnologias de ponta, de informação, de cadeias de produtos e de imagens midiáticas. Discussões acerca da globalização são, geralmente, dominadas por um entendimento amplo da acumulação de capital, priorizando a grande teoria sobre a investigação empírica e sobre os “mais utilizáveis” conceitos de médio alcance, os quais podem potencialmente iluminar a globalização enquanto fenômeno. Seguir as trilhas do chinelo, por outro lado, explora as texturas sociais da vida cotidiana que seguem ao longo do caminho do chinelo, fornecendo um contraponto ao domínio da economia e uma perspectiva alternativa sobre a globalização. Nesta perspectiva, a globalização não é tão arraigada e robusta como as análises hegemônicas insistem: ao contrário, ela é frágil, inconstante e contextual, gerando múltiplas formas de incerteza nas vidas e nos cenários que ela, simultaneamente, sustenta e desestabiliza.

Globalização

Noções como “padrões arraigados e permanentes de conexão por todo o mundo” (Held; McGrew, 2003: 3), e a estabilidade inerente presente nessas conexões,

3 Uma versão completa dessa trilha encontra-se em Knowles, 2014.

dominam o pensamento sobre a globalização (Sassen, 1998; 2007; Giddens, 2002). Suas estruturas econômicas e de negócios (Massey, 1993) proporcionariam o “alongamento” do local com os cenários mais distantes. Assim, estudos sobre a globalização estão mais preocupados com a formação de redes sociais (na verdade, a maioria são redes de negócios e econômicas), as quais se unem em torno de empresas multinacionais, cadeias de produtos, dinheiro e formas de mediação tecnológica (Castells, 1999; 2001), compondo, assim, locais de desembarque das cadeias de valor (Castells, 2010: 15-16). Esta versão restrita da globalização reduz para a lógica da acumulação do capital as formações sociais complexas que coproduzem a globalização, como os diversos cenários, vidas e as conexões geradas entre eles (Smith, 2001: 23). Tais interpretações da globalização omitem as texturas sociais que a carregam e a incorporam, o que acaba por – partindo de uma perspectiva crítica – implicitamente naturalizar tais texturas sociais. Isto coloca as versões hegemônicas da globalização numa relação difícil com a agência humana, com os corpos e vidas construídos espacialmente, os quais a fazem funcionar e, na verdade, constituem os tecidos sociais e materiais da substância conectiva da globalização. Castells (1999) pinta um retrato desolador da agência humana, como sendo explorada e impotente, e sugere de forma eloquente que “o material humano em que a rede estava vivendo não pode tão facilmente [como acontece com a rede] se transformar. Este fica preso, desvalorizado ou desperdiçado...”

A trilha do chinelo é estruturada por um tipo diferente de pensar a globalização. Primeiro, evitando teorias gerais, a construção de teoria de médio alcance, a qual parte do sólido terreno da pesquisa empírica, traça as topografias da trilha. Segundo, ela explora as maneiras pelas quais a trilha, uma alternativa à globalização, existe e é executada através de vidas e vizinhanças, traçando como e onde ela se move, e como e onde as pessoas se movem ao longo dela, pelos negócios da vida cotidiana. Esta insistência em trazer para o quadro analítico a vida cotidiana das pessoas e os lugares que elas coconstroem, é algo que tomo emprestado de vários debates nas ciências sociais (Lefebvre, 2000; Certeau, 1988; Massey, 2005; Hannerz, 2010; Amit; Mitchell, 2010), os quais focam na importância dos tecidos humanos e sociais presentes na globalização, afastando-a, assim, de seu formalismo econômico clássico. A vitalidade da agência humana se manifesta através da trilha do chinelo na medida em que as pessoas andam, correm e vivem – de maneiras criativas e inventivas – ao longo da trilha, moldando a globalização em torno de suas vidas, preocupações e vizinhanças. Ao contrário da “avaliação” de Castells, o material humano encontra novas rotas, novas estratégias e novos lugares para viver, ao passo que a globalização se transforma e assume novas formas. A trilha do chinelo mostra isso. Em terceiro lugar, evitando os vetores icônicos

do “globalismo” presente no cenário da alta finança, nas imagens midiaticizadas e nas marcas famosas, a trilha do chinelo nomeia um objeto cotidiano comum: um calçado de plástico barato que (quase) todo mundo tem. Falarei sobre isso adiante, quando o potencial deste “humilde” objeto será melhor explorado.

Outros pontos de enquadramento teórico

A trilha do chinelo contribui para uma pequena literatura sobre a análise da globalização através das trajetórias de objetos materiais (MacGaffey; Bazen-guissa-Ganga, 2000; Barndt, 2008; Marriott; Minio-Paluello, 2012) – inspirada no antropólogo James Clifford (1999) –, que demonstra a eficácia dos métodos etnográficos em desafiar as verdades universais contadas nos paradigmas dominantes sobre a globalização (Tsing, 2005). Tais análises são distintas das numerosas pesquisas sobre cadeias produtivas, as quais giram em torno de uma análise econômica das geografias das cadeias de suprimentos (Gereffi; Korzeniewicz, 1994; Rothenberg-Aalami, 2004; Hughes; Reimer, 2004; Ciccantell; Smith, 2009; Reynolds, 2002). A trilha do chinelo está enquadrada na literatura que trata sobre as “vidas” dos objetos e seus emaranhados sociais (Appadurai, 1986; Miller 2008) e, em especial, na biografia de objeto de Igor Kopytoff, o qual propôs que fazer perguntas críticas sobre a origem e o uso de um carro na África revela informações cruciais sobre as relações sociais e formas de organizações sociais locais. Foi a partir desta corrente de pensamento que se formou a ideia de que os objetos têm vidas que podem ser narradas como biografias e, assim, revelam os envolvimento sociais em que estão situados.

E por que este objeto? Uma série de fatores faz do chinelo uma lente eficaz para o mundo social. Eles são demograficamente perceptíveis: quando a população mundial aumenta, o mesmo ocorre com as vendas de chinelo. Seus preços variam de € 0,40 a € 200. Assim, eles têm alcance social: milionários e miseráveis usam chinelos. No século XXI, um bilhão de pessoas anda descalço (Tenner, 2005), e o chinelo é o primeiro passo para o mundo dos sapatos. O chinelo tem apelo de massa em todos os espectros sociais e continentes, e isso o torna o calçado número um no mundo, superando largamente o segundo mais utilizável – o tênis. Estes calçados são objetos viajantes, que também fornecem a infraestrutura da mobilidade humana; e eles têm potencial inexplorado de revelar os “mundos sociais móveis” do século XXI. Esses fatores os tornam um instrumento-chave de investigação capaz de escavar vidas e cenas do cotidiano, além de ter um proeminente poder analítico.

As pesquisas sobre objetos geralmente negligenciam os materiais que compõem o objeto em si. Com base (seletivamente) na ideia de “matéria vibrante” (Bennett,

2010), a trilha do chinelo dá o devido destaque à substância material do sapato – o plástico. Desde meados do século XX, os plásticos tornaram-se o material mais onipresente na fabricação da vida cotidiana. Ao longo da trilha, o plástico pulsa com a vitalidade das vidas sociais nas quais ele é imbricado. Ele é móvel e vital. Mesmo nos aterros sanitários, cheios de objetos aparentemente fora de uso, ele emite fluxos ativos de gás metano ao passo que uma forma de matéria torna-se outra.

Os estudos sobre mobilidades (*mobilities*) são importantes para a compreensão da globalização, e apesar de ser grata a John Urry (2010 [2000]) e outros, por seus *insights* a respeito, quero marcar uma distinção importante com este tipo de análise, distinção que se inclina para longe da grande teoria, para explicações “mais humildes”, de médio alcance. A noção de “fluxo” de Urry expressa uma facilidade irreal com que as pessoas e as coisas se deslocam de um lugar para outro. No entanto, torna-se evidente, a partir da trilha do chinelo, que o movimento é alcançado, de fato, com dificuldade e com o uso de habilidades (sociais e outras) complexas de “navegação”. Não há campo de força, ou cenários, com inevitabilidades de movimentos inclusos, como muitos teóricos celebram. Em vez disso, temos um conjunto frágil de mudança de trilhas, que se dobram para um lado e, em seguida, para outro, de acordo com as exigências da situação e do esforço humano. Estudos sobre mobilidade tendem a apagar as texturas sociais dos deslocamentos ao se referir ao movimento como “fluxo” (*flow*). Onde e como as pessoas e os objetos viajam e os conhecimentos com os quais elas viajam são questões importantes que fazem diferença. A viagem em si afeta a vida e as cenas que constituem as jornadas (*journeys*). Em vez de fluir, pessoas e objetos colidem-se desajeitadamente ao longo dos caminhos que criam à medida que avançam. Eles ralam-se uns contra os outros, esquivam-se, param e avançam; evitam obstáculos, retrocedem e seguem em novas direções, movidos por diferentes lógicas de interseção. Os emaranhados de mobilidades que compõem o mundo social têm suas próprias trajetórias, geografias e conexões, e eles se movem com diferentes velocidades, impulsionados por lógicas divergentes. As diferenças na velocidade, nas trajetórias inconstantes e nas lógicas e logísticas – difusas e emergentes – expõem a própria forma (morfologia) dos mundos sociais conectados ao longo da trilha, revelando as maneiras pelas quais eles são (des)organizados. (Knowles, 2010).

Aprender a mobilidade a partir de seu tecido social exige melhores ferramentas de pensamento. Jornadas (*journeys*) – um conceito de médio alcance – oferece essa possibilidade. Ao elaborar uma versão utilizável de jornadas (Knowles; Harper, 2009), fico em débito com as concepções (divergentes) de Tim Ingold (2000), Walter Benjamin (2002) e Raja Shehadeh (2007) sobre o caminhar (*walking*); assim como com a ideia de Michel de Certeau (1988) de que as práticas espaciais

estruturam a vida cotidiana; com a concepção de Henri Lefebvre (2000) de que o espaço é socialmente produzido, concepção utilizada de forma eficaz para descrever cenários urbanos por Doreen Massey (2005). Jornadas são sequências episódicas e contínuas de movimentos, definidas temporalmente. Elas possuem especificidades – quem, o que, onde, como e por que – nas quais reside seu valor em revelar mundos sociais. Elas incorporam e revelam habilidades de navegação: o conhecimento denso sobre o mundo e como operar dentro dele. Jornadas, em outras palavras, desenham os mapas das pessoas, assim como os lugares que elas passam, fornecendo, portanto, uma maneira de pensar sobre elas, a qual incorpora o espaço e o movimento. Jornadas fornecem um conceito de médio alcance capaz de prover uma visão das formas sociais a partir do *interior das lógicas da viagem*. A trilha do chinelo expõe questões sociais de fundo que revelam o nosso tempo, como será discutido mais à frente. O que se segue agora é uma descompactação da trilha que demonstra algumas dessas texturas sociais e jornadas que acabei de indicar.

Petróleo

A trilha do chinelo começa no Kuwait. Localizado em uma importante região produtora de petróleo no Oriente Médio, o Kuwait é um grande produtor dessa matéria-prima e chega a exportar 87% da sua produção, beneficiando o crescimento dos mercados (de produção de plástico) da Ásia. Os plásticos são feitos a partir de hidrocarbonetos (como o petróleo). Aqui, neste pequeno reino, as texturas sociais da trilha são acessíveis através do meu envolvimento etnográfico com a rotina diária e as jornadas de vida (*life journeys*) – a biografia espacial – de um geólogo de petróleo. A arquitetura de sua vida – composta por orações na mesquita, suas obrigações sociais para com a família e os amigos, seu trabalho na companhia estatal de petróleo do Kuwait (que se resume a “ler as rochas” para estabelecer as reservas de petróleo abaixo do deserto) – gera as jornadas por onde navega. Ao mesmo tempo, essas jornadas revelam a cena do óleo por meio do qual ele trafega. Tal cena é composta pelos grandes campos de petróleo, presentes na sede de Al Hammadi, de onde o óleo é exportado, pelas habitações da empresa, estratificadas por categorias de trabalhadores, por tanques, oleodutos, plataformas de petróleo, pelos assentamentos de trabalhadores migrantes no deserto, assim como pelos detritos gerados pelo óleo.

O petróleo literalmente constitui o Kuwait e a vida de seus cidadãos. É dele que se compõe praticamente todo o impressionante PIB do país, sendo responsável por 95% das receitas de exportação e 95% das receitas do governo (Rifkin, 2002), das quais seus cidadãos dependem para garantir seus empregos, seus altos padrões de vida e até mesmo seus tempos de lazer. Migrantes estrangeiros

compõem 60% da força de trabalho (www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ku.html, 2012). São, em grande parte, trabalhadores do petróleo vindos de outras regiões do Oriente Médio e do Sul da Índia, que circulam continuamente para dentro e fora do Kuwait, em ciclos de trabalho de 26 e 48 dias. Os kuwaitianos são uma minoria (45%) dentro de seu próprio país.

A trilha através do Kuwait não é uma das estradas secundárias da globalização. Muito pelo contrário: o petróleo é tão *mainstream*, hegemônico e central para a globalização quanto qualquer outra substância poderia ser. O petróleo constitui, literalmente, a globalização. Ele a torna possível, provendo energia para o transporte de pessoas e objetos em todo o mundo; é o responsável direto pela compressão espaço-tempo que compõe a globalização. No início do século XXI ainda vivemos uma “economia de estradas e petróleo”: o petróleo é a substância material central da globalização e um vetor fundamental da “conectividade translocal”. A geopolítica atual ainda é moldada por lutas para proteger e distribuir petróleo em torno de uma variável matriz de mercados/regimes. As geografias dos oleodutos e navios petroleiros desenharam os contornos do mundo em que vivemos. As sanções contra o petróleo iraniano, administradas por meios de punições contra o país, levaram a uma mudança no governo do Irã; o petróleo russo restabelece uma nova forma de política da guerra fria; os Estados Unidos liberam-se da dependência do petróleo do Oriente Médio com o gás de xisto e os produtos das areias betuminosas do Canadá. Dentro deste contexto, Al Hammadi situa-se no centro de uma gigantesca rede transnacional na qual circulam trabalhadores, prestadores de serviços, conhecimentos e tecnologias, ligando-a com outras “cidades do petróleo”, como Calgary, Aberdeen, Stavanger, Houston, cidades na Arábia Saudita e outras partes do Oriente Médio.

Enquanto a falta de um fornecimento estável de petróleo é um problema para os países que não o possuem, as sociedades moldadas pela produção de petróleo têm seus próprios problemas internos. Dentro da segurança existente no próspero petróleo kuwaitiano, várias inseguranças se manifestam nas conversas públicas e privadas entre a população local. O que acontecerá quando o petróleo acabar? Onde está o fundo soberano e quanto há nele? Como ele é administrado? O que vai acontecer com a crescente militância nos países do Golfo, já que estes também estão localizados nos maiores depósitos de petróleo do mundo e as fontes locais de incerteza são distribuídas globalmente ao longo dos oleodutos? O petróleo pertence e é controlado pelo Estado, mas pode-se confiar que a classe governante agirá para além de seus próprios interesses? Cálculos políticos e econômicos em escala global priorizam o petróleo, e sua conexão com cenários de guerra não é mera coincidência. A destruição dos campos de

petróleo, incendiados na retirada das forças iraquianas na invasão do Kuwait em 1990, gerou imagens que se tornaram parte da iconografia da guerra. A cidade do Kuwait tem em suas ruínas as cicatrizes da primeira guerra do Golfo de vinte anos atrás – como no principal mercado e no Museu Nacional, ainda não reconstruídos. Essas cicatrizes no cenário urbano reverberam as incertezas manifestadas em conversas com kuwaitianos. A própria globalização *mainstream*, ao que parece, sustenta várias incertezas e fragilidades.

Petroquímicos

À medida que o petroleiro do Kuwait se aproxima da costa da Coreia do Sul em direção ao porto de Daesan, as empresas da Coreia sobem ao seu encontro. Os molhes das gigantes corporações coreanas – Hyundai Oil Bank, Samsung Total, LG e Lotte Daesan Petrochemical Corporation –, jogadores-chave na globalização dominante, bombeiam o petróleo para um cenário coberto com refinarias e usinas petroquímicas. Estas, por sua vez, invadem os campos no interior do país, e podem ser vistas a distância graças às cercas de segurança e ao arame farpado. Uma vez em terra, o óleo é encaminhado a uma unidade de craqueamento, na qual são quebradas moléculas, num processo químico que resulta em produtos presentes no cotidiano: sabão, detergente, solventes, tintas, remédios, fertilizantes, pesticidas, explosivos, fibras sintéticas e borrachas, pisos, isolamentos e plásticos. A trilha do chinelo segue, na planta, para a seção do polímero – polietileno (PE) –, uma vez que são desses plásticos em particular, juntamente com o EVA⁴, que os chinelos são feitos.

Aqui, o chinelo se encontra com uma das equipes de produção de polímeros especializadas em polietileno. Os membros da equipe trabalham em conjunto, muitas vezes se socializam juntos, fora do trabalho, e vivem nos apartamentos da empresa perto da planta. Suas jornadas (*journeys*) são coletivas; os cotidianos vividos de maneira sincronizada; explorados e narrados como uma biografia de grupo. Suas histórias revelam como as corporações na Coreia do Sul proveem o tecido de suas “vidas cotidianas”, com uma estrutura de emprego fortemente hierarquizada, altos salários, provimento de transporte, habitação e lazer: jornadas curtas e repetitivas compõem os tecidos de um cotidiano confortável para os trabalhadores centrais das corporações-chave da globalização, como estas.

As condições de vida desses trabalhadores são expandidas para nos ajudar a revelar condições sociais mais amplas em todo o país. Os altos salários são parte

4 Ethylene Vinyl Acetate.

de um PIB *per capita* de mais de US\$ 24.000 em 2012 (*The Economist*, 21 nov. 2012). Hoje a Coreia do Sul é um país rico, desenvolvido, com um elevado nível educacional e com um setor de serviços bem desenvolvido. Este setor de serviços compensa algumas das inseguranças da Coreia do Sul no que diz respeito às incertezas sobre o fornecimento de petróleo para as suas indústrias petroquímicas, o motor do crescimento e da prosperidade. A Coreia do Sul não tem petróleo ou oleodutos. No entanto, é o nono maior consumidor de petróleo do mundo e possui três das dez maiores refinarias do planeta (Energy Information Administration, outubro de 2012). Metade do petróleo importado alimenta as indústrias petroquímicas, e uma interrupção no fornecimento provocaria perdas irre recuperáveis. Grandes aumentos no preço do petróleo também podem erodir sua rentabilidade. Assim, o petróleo é uma fonte de riqueza e também uma fonte de instabilidade e fragilidade, mesmo no contexto aparentemente robusto da globalização hegemônica. Essas mesmas inseguranças impactam a vida pessoal dos cidadãos coreanos.

A vida dos coreanos é delicadamente equilibrada em torno das fragilidades que acompanham o fato de ser um grande comprador e processador de petróleo. Excelentes condições de trabalho e salário nas grandes indústrias, controladas por empresas-chave, ocorrem à custa de condições pobres e precárias em outras indústrias, assim como no trabalho subcontratado dentro das grandes empresas. Os salários dos trabalhadores petroquímicos principais têm um custo “mantido” por outros trabalhadores. As maiores diferenças estão entre aqueles que ocupam empregos regulares (formais) e os irregulares (informais), assim como entre aqueles que trabalham em tempo integral e em tempo parcial (principalmente as mulheres). Uma elite bem paga de trabalhadores, com condições estáveis de emprego e benefícios substanciais nas indústrias principais, significa subcontratação e trabalho eventual para os outros, produzindo grandes disparidades sociais. Em meados da década de 2000, 14,6% da população coreana viviam em situação de pobreza relativa, considerando aqueles com rendimento inferior a 50% do rendimento mediano. Cerca de 40% dos trabalhadores coreanos não têm emprego formal. A taxa de desemprego entre os jovens é superior a 8% (em 2010), e não há provisão mínima de bem-estar social (BTI de 2012): os coreanos na velhice coletam mariscos, trabalham em cafés e dirigem táxis para poder sobreviver.

Assim, as matérias-primas a partir das quais são elaborados os plásticos da vida cotidiana seguem a partir de Daesan por todas as direções. Uma grande junção entre o que venho chamando de globalização dominante (*mainstream*) e a globalização “remota”, ou secundária (*backroad globalisation*), é formada neste momento.

O negócio principal das empresas petroquímicas segue ao longo das rentáveis estradas principais – muitas delas levando à China –, concentrando-se

nos materiais de ponta, de alto valor, como borrachas sintéticas que compõem para-choques de carros, vedantes de portas e assim por diante. Paralelamente a estas rotas principais, trilhas menores (*backroad*) são forjadas. Ao longo delas viajam granulados de plásticos, de baixo valor, utilizados na fabricação, a partir de polietileno e EVA, de objetos mais baratos, como o chinelo. O que acontece nesses cruzamentos, a maneira como as trilhas se fragmentam oferecem-nos oportunidades analíticas férteis para repensar a globalização do ponto de vista de formas específicas de deslocamento, dos objetos, dos materiais e das pessoas que viajam por esses pontos cruciais. Quais são as oportunidades de redirecionamentos que se apresentam nesses cruzamentos?

Fabricação

A produção chinesa de chinelos constitui-se numa pequena síntese da história atual da China. Uma grande proporção de chinelos no mundo, incontáveis bilhões deles, são feitos na China a partir de granulados de plástico importados da Coreia. A produção ocorre em pequenas e médias fábricas em vilas industriais na periferia sul de Fuzhou. As fábricas surgiram na década de 1990 após as reformas políticas e econômicas de Deng Xiaoping, as quais produziram as Zonas Econômicas Especiais, projetadas para atrair investimentos estrangeiros, tecnologias e implementar o crescimento econômico. A China duplica sua produção e sua renda *per capita* a cada dez anos (Cooper Ramo, 2004). É a segunda maior economia do mundo. A fabricação do chinelo convive neste mundo partindo do mesmo espírito (*zeitgeist*) de que as coisas podem ser feitas como uma forma de vida.

Trabalhadores de fábrica produzem os chinelos da mesma maneira como fabricam suas próprias vidas. A produção é incorporada e se expressa através das jornadas cotidianas locais: no trajeto da casa para a fábrica, nas ínfimas coreografias de produção e nos movimentos ao redor da vila industrial. O calçado mais simples e barato do mundo é feito através de dez processos de produção diferentes: pesagem e mistura dos ingredientes, *rolling*, pesagem e montagem das folhas de plástico para a espessura correta, vulcanização – fusão de várias folhas de plástico em uma –, moldagem da sola, corte, anexação das correias, empacotamento do produto em sacos, deslocamento dos sacos para o pátio da expedição, limpeza da sujeira restante. É necessário um mínimo de doze, ou mais, geralmente dezesseis pessoas, para produzir um único par de chinelos. Cada um desses processos tem um conjunto de habilidades técnicas rotineiras ligadas a ele, assim como uma biografia específica – a história de vida de um trabalhador de fábrica –, ratificada em várias jornadas de duração variada. Um exame mais de perto das trajetórias

dos trabalhadores de fábrica revela jornadas mais longas: das aldeias rurais do Oeste para as fábricas do Leste. Trabalhadores de fábrica são migrantes rurais que estão entre os 100 milhões de chineses que, desde o final da década de 1980, migraram para “viver fora do nosso roçado”, como um deles descreveu para mim. Este é o maior movimento de pessoas, em tempos de paz, na história (Murphy, 2002). Suas jornadas conectam cenas industriais com distantes paisagens rurais ao longo de circuitos, os quais são basicamente circuitos de comida e família, tendo os idosos e crianças como os remanescentes no campo.

As rotineiras jornadas diárias de migrantes rurais ao redor das vilas industriais onde os chinelos são produzidos revelam o impacto da fabricação de plástico no cenário local. Os plásticos moldam as arquiteturas destas vilas industriais, marcando distinções sociais entre as habitações humildes de dois cômodos, dos trabalhadores, e as casas grandiosas daqueles que ganham muitas vezes os salários da fábrica. Eles forjam as densidades populacionais e as distinções sociais nas vilas entre migrantes rurais e moradores locais – os quais antes também viviam do cultivo da terra, mas agora alugam suas casas para migrantes. Empreendedores e industrialistas têm prioridade na terra que antes era explorada para o cultivo e agora vibra com as “motilidades” de fábricas produzindo 24 horas por dia. Grandes montanhas de plástico coloridas, sucata da produção do chinelo, são espalhadas pela paisagem local, entre suas fábricas amontoadas; pedaços de plástico azul e sacolas entopem as valas, ao mesmo tempo em que objetos de plástico, como baldes e bacias, enchem as lojas da vila industrial. Estas vilas são fabricadas no plástico e pelo plástico.

Vidas de plástico são vividas precariamente nas paisagens desta particular trilha secundária da globalização. A produção do chinelo exige flexibilidade: os trabalhadores migram entre fábricas nos esforços para garantir trabalho. Na recessão de 2008, por exemplo, muitos voltaram para suas terras no Oeste à espera de tempos melhores. A produção do chinelo envolve habilidades técnicas facilmente aprendidas e baixos custos iniciais, tornando-a um “*kit* inicial” para aqueles com uma inclinação para “fazer as coisas acontecerem”, como uma forma de ganhar dinheiro e melhorar sua situação social. Fortunas foram feitas a partir de começos humildes com o chinelo: com a instalação de um misturador na casa da família e com o trabalho familiar. De certa forma, captura o sonho chinês de melhoria das condições de vida.

Contudo, a facilidade de acesso à produção também é uma fonte de instabilidade. A produção do chinelo é altamente móvel. Ela migrou para a China quando Taiwan, e mais cedo o Japão, subiram na cadeia de valor. Está agora no processo de migração para Vietnã, Sudão, Egito, Etiópia e para outras partes do

continente africano. A melhoria das condições de trabalho e salários na China irá conduzir este objeto, de baixo valor, para outras vidas e em outros locais. A precariedade está incorporada em sua produção: ela fornece sapatos baratos e baixos salários aos pobres e pequenas margens de lucro aos donos das fábricas.

Quando os chinelos deixam as fábricas, trabalhadores os carregam em *containers*, e os motoristas de caminhão os levam para o porto de Fuzhou. Lá chegando, operadores de guindaste os carregam em navios alimentadores, os quais se encontram com navios-mãe no centro de distribuição de Cingapura, para iniciar a longa jornada marítima no sentido leste. No porto de distribuição mais próximo, são carregados mais uma vez em um navio de alimentação, agora para a viagem para Djibuti. Os motoristas de caminhão, marinheiros e estivadores, de cuja vida pouco se sabe a respeito, impulsionam os chinelos em seu caminho. Através das paisagens da Somália, os chinelos viajam para a Etiópia – por conta de sua grande população (84 milhões) e seu baixo PIB, a Etiópia é um dos maiores mercados de chinelos chineses – por meio de um dos dois sistemas entrelaçados de transporte e logística. Há dois sistemas, o “oficial” e o “não oficial”, de viagem e chegada, os quais são, na prática, entrelaçados. Na rota oficial, o chinelo chega no porto de Djibuti, atravessa a fronteira etíope, pagando os tributos de importação, perto de Dire Dawa, seguindo ao longo da estrada principal, por caminhão, até Adis-Abeba. As rotas não oficiais envolvem pontos de desembarque ao longo da costa da Somalilândia, passando pelos mercados da cidade de Hargeisa, até cruzar a fronteira com a Etiópia, ao longo de suas seções menos vigiadas. Nessa rota não se paga tributos de importação, e esses chinelos terminam, da mesma maneira que seu “homólogo oficial”, nos mesmos mercados em Adis-Abeba.

Uso e descarte

A trilha do chinelo oferece três rotas ao longo de Adis-Abeba, cada uma com seu próprio ponto de vista sobre a cidade. A primeira é a série de trilhas que correm através de uma matriz de mercados, a começar com os negócios de atacado e varejo presentes no Mercato – talvez o maior mercado ao ar livre no continente. O Mercato está ligado com os mercados de toda a Etiópia, bem como com os mercados menores em torno de Adis-Abeba e com as pequenas barracas informais existentes por todas as esquinas da cidade. A segunda rota parte da primeira: é a cidade vivida a partir dos pés de uma mulher idosa, que possui apenas outro par de calçados além dos chinelos que ela comprou numa “barraquinha” local. Seguindo-a nas rotineiras jornadas de seu cotidiano, a cidade revela como se vive nela e como se vive dela. Nós a vemos “transitando” para a igreja local, para o

mercado para comprar as batatas, os tomates e as cebolas que ela vende em cima de um pano fora de sua casa – no bairro pobre Tekelehainmanot –, e para a casa dos seus vizinhos em ocasionais, mas socialmente importantes, “cerimônias de café”. Ela navega nessas jornadas em um par de chinelos consertados com um prego. Seus quatro filhos trabalham em alguns trabalhos informais e eventuais, dois deles vivendo com ela em sua pequena habitação de três cômodos. Seu marido é falecido. Conversando com seus vizinhos, percebemos que suas condições de vida refletem as de muitos outros na cidade e em toda a Etiópia.

Em Adis-Abeba, com uma população estimada em 3 milhões e meio de habitantes, as atividades comerciais – a maioria sendo maneiras informais e humildes de “se virar” – compõem o tecido da vida cotidiana. Essas atividades proporcionam, na ausência de emprego formal, subsistência para aqueles que devem sobreviver por sua própria conta. Vivem a partir das oportunidades que surgem e dos poucos recursos disponíveis. “Manobras de desespero”, “circulações infinitas” e “precariedade” descrevem a situação dos africanos urbanos, que, mesmo assim, conseguem “fazer a vida” nas cidades; e “fazer as cidades” nesses processos, como plataformas dentro do mundo (Simone, 2002). Toda a terra no país é de propriedade do governo, que as arrenda. Lentamente desenvolve-se “uma cultura de empresa”, no rescaldo do regime militar marxista do Derg, que governou a Etiópia entre 1974 e 1990. Porém, o setor privado é ainda muito incipiente, e o governo é quem controla os monopólios no país. Isto traz implicações diretas para a vida dos etíopes. A taxa de desemprego não oficial entre os jovens é estimada em 70% (Egziabher, 2006). Uma geração de jovens etíopes não encontra oportunidades para melhorar de vida, e a segurança alimentar continua a ser um desafio. Cerca de 80% dos etíopes vivem com menos de dois dólares por dia (Autoreply@economist.com, 1º nov. 2007), tendo que encarar as dimensões básicas e múltiplas da precariedade.

A Etiópia não é “descrita” simplesmente como uma das estradas secundárias da globalização. Importantes estradas principais do tráfego global também passam pelo país. Garota propaganda do desenvolvimento africano, por conta de seus programas sociais e esforços por democratização que, até as eleições de 2005, foram marcados por assassinatos em massa em Adis-Abeba, a Etiópia é um grande receptor de ajuda externa dos Estados Unidos e do Reino Unido. Está conectada a isso, devido às suspeitas de operações *jihadistas* encenadas por seus vizinhos somalianos, e por ser conhecida por ter colaborado nos programas de rendições extraordinárias da CIA⁵ (Autoreply@economist.com, 1º jun. 2007),

5 Programa que permitia transferir suspeitos de terrorismo para prisões secretas no exterior.

estando na linha de frente na “guerra ao terror”. Portanto, possui mundialmente grande importância política e geopolítica, além de ser grande consumidora dos produtos de plástico (baratos) fabricados na China.

A terceira rota que se segue pelas ruas de Adis-Abeba consiste ainda nas jornadas feitas pelos chinelos da idosa, mas agora é quando ela descarta o chinelo e ele se torna uma parte dos esforços da cidade no que diz respeito à disposição do lixo. O lixo lança uma luz particular sobre a cidade. Como muitas cidades do Sul global, Adis-Abeba batalha para conseguir coletar seu lixo. Os chinelos da idosa são jogados em uma caçamba, de onde são recolhidos pela prefeitura, que os transporta para um gigante aterro sanitário localizado na borda sul da cidade – Koshe. Este, ao que parece, é o final da trilha: sem valor de revenda ou de reciclagem, os chinelos ficarão no aterro por cem anos.

Contudo, ao chegar ao “lixão”, descobri que o final desta trilha em particular é também o início de algumas novas trilhas. Há cerca de duas a três centenas de “caçadores” no lixão à procura de materiais que podem ser vendidos para fábricas de reciclagem ou de sobras de alimentos descartados pelas companhias aéreas e pelos hotéis que existem ao redor. Alguns estão lá economizando para realizar seus planos: uma jovem me disse que estava juntando o pouco dinheiro conseguido no aterro para comprar um visto e uma passagem aérea para se tornar empregada doméstica em Dubai. Isto irá inaugurar novas rotas, pelo menos para ela, a partir do final da trilha do chinelo. Também há outras trilhas sendo formadas, uma vez que as autoridades municipais têm planos para transformar este local em uma estação que irá gerar eletricidade a partir de biomassa. Assim, os chinelos descartados podem, em breve, ser transformados em novos materiais, com novos usos.

Revisitando a globalização

O restante deste artigo explora o que a trilha do chinelo tem a nos oferecer para repensar a globalização. A trilha apresenta novas geografias e pontos de vistas empíricos. Estas estradas secundárias da trilha carregam tráfegos significativos. Revelam fluxos importantes da migração global, expondo nesse processo, e definindo na versão mais longa da trilha (Knowles, 2014), os ritmos, escalas de movimento e desejos que conduzem estas formas de mobilidade humana. Expõem as lógicas das migrações do rural para o urbano, e as diferenças existentes, neste quesito, ao longo da trilha: está em pleno andamento em toda a China, terminou na Coreia, e tem diminuído na Etiópia; a migração transnacional feminina entre o Oriente Médio e a Etiópia, assim como a migração de trabalhadores do petróleo, masculina, entre o Kuwait e o Sul da Índia, e em outras

partes do Oriente Médio; o tráfego existente entre a África e a China, que traz os imigrantes chineses para a África e os africanos para a China. Estas estradas vicinais revelam o que está acontecendo na China: um centro de produção global em transição que se torna uma grande potência econômica. A China passa a ser reconhecida como a força global do século XXI. Estas estradas vicinais permitem visualizar algumas das pequenas fábricas e o dia a dia das pessoas cujas vidas ela tece. Estas estradas secundárias revelam relações (semicoloniais?) da China com a África. Elas são importantes no crescimento da (concorrência e) oportunidade e da prosperidade (desigualmente distribuídas) neste continente. Estradas secundárias não são, no limite, insignificantes; são secundárias apenas por ser negligenciadas nas perspectivas hegemônicas da globalização. Estradas secundárias e principais da globalização se cruzam de forma clara, como demonstrei, proporcionando novos espaços de análise, a partir dos quais podemos reavaliar a globalização e, potencialmente, redirecioná-la.

A trilha do chinelo nos oferece novas possibilidades para o desenvolvimento de uma teoria da globalização. A globalização é intelectualmente colonizada por conceitos teóricos – particulares e abstratos – da grande narrativa. No lugar deles eu pretendo oferecer concepções mais modestas e “palpáveis”, que se baseiam nos *insights* que surgem ao longo da trilha e, conseqüentemente, colocam a investigação empírica, de uma maneira mais concreta, na agenda da globalização. Proponho revisitar a globalização com uma visão geral da trilha, reunindo e desenvolvendo algumas das reflexões espalhadas ao longo dela, como acontece com os pedaços de lixo coloridos que se destacam no entulho de Adis-Abeba, atraindo os olhos dos catadores de resíduos. Isto é, se permitem, teoria social enquanto esboço/rascunho. Três orientações da viagem guiam meu pensamento sobre teoria, uma vez que ofereço as jornadas que compõem a trilha do chinelo como pontos de vista empírico-analíticos a partir dos quais revisitamos nosso entendimento acerca da globalização.

Minha primeira orientação é que teoria é a reflexão sobre processos múltiplos e as conexões existentes entre eles. Quando olhamos de cima toda a trilha, estendendo as escalas de reflexão, temos uma posição a partir da qual podemos pensar mais profundamente sobre suas direções, suas conexões, seus tecidos sociais, sobre comparações entre diferentes partes da trilha e, finalmente, sobre as implicações disso para a forma como pensamos a globalização. Minha segunda orientação é que teoria, como uma forma (tentativa) de explicação, está sempre presente, mesmo em nosso pensamento mais rudimentar, quer o reconheçamos como tal ou não. A teoria está imbricada na seleção, no arranjo, na investigação e na narração dos detalhes empíricos. E isso sempre foi incorporado na

trilha apresentada, como reconheci em meu enquadramento teórico. A teoria, como a fotografia, seleciona e enquadra. Ela nunca pode ser pós-empírica; em vez disso, provoca um diálogo entre a análise e a investigação, entre a reflexão e a descoberta. A teoria é sobre o recolhimento dos *insights* que vêm do “afrouxamento” (*unloosening*), como Lemert (2002) o chama, causado pelo exame mais de perto. Consequentemente, a teoria sempre vem de um ponto de vista particular, seja ele reconhecido ou não. A minha perspectiva sobre a globalização se articula a partir da trilha do chinelo. Não tenho a pretensão de reivindicar uma universalidade para tal. Apenas sugiro, no entanto, que ela fornece um ponto de vista alternativo a outras análises, uma perspectiva a partir da qual emergem características até então não tão reconhecidas na globalização.

Minha terceira orientação é que a teoria não consegue, proveitosamente, abranger paradigmas inteiros. Na verdade, isso é praticamente impossível na conceitualização da globalização, como um número de estudiosos tem notado ao desvendar um pouco de sua pluralidade (Abu-Lughod, 2007). Em vez de buscar explicações universais, o alcance e a ambição da teoria devem ser, apropriadamente, modestos e úteis. Amit (2015) explora os benefícios dos conceitos de médio alcance, os quais são “úteis para se pensar com”, os quais se abrem a novas “revelações” em vez de fechar as explicações; trazem indagação no lugar de sistemas abrangentes de pensamento. Os benefícios de se trabalhar com a ideia de jornadas (*journeys*), um conceito de médio alcance e uma ferramenta de pensamento, são indicados neste trabalho e melhor desenvolvidos no livro que resultou dessa pesquisa⁶. Jornadas oferecem uma explicação de um mundo em movimento que vem de dentro das lógicas da viagem, à medida que revela os tecidos sociais que compõem esse mundo.

As jornadas que constituem a trilha do chinelo revelam a vida de um geólogo de petróleo do Kuwait, uma equipe de trabalhadores petroquímicos coreanos, vários trabalhadores da produção de chinelos chineses, a ascensão dos chefes de fábrica, um interlocutor chinês que acessa os mercados globais, dois comerciantes etíopes, um contrabandista, uma mulher etíope idosa e três “catadores de lixo”. Suas jornadas revelam notáveis semelhanças entre etíopes e chineses nas geografias “hiperlocais” de suas jornadas, nos objetivos relacionados a elas e nas habilidades com as quais eles navegam. As jornadas alocam todos no mesmo quadro. Elas permitem comparações entre localidades e entre vidas nos mesmos locais. Exibem os contornos da (des)vantagem comparativa. Oferecem um meio de agrupar e diferenciar as pessoas que é mais sutil que

6 Veja-se Knowles, 2014.

categorias sociais como classe e gênero, proporcionando, em vez disso, retratos refinados de vidas e de suas respectivas condições. Jornadas revelam a escala em que vidas são vividas. Elas expõem os viajantes hiperlocais e de longa distância, juntamente com os ritmos de suas rotas. Elas revelam os cálculos das pessoas e as habilidades de navegação, as capacidades e as circunstâncias que tornam possíveis as suas jornadas.

Jornadas também revelam lugares, através da combinação de biografia com geografia. Elas expõem as ausentes geografias urbanas da globalização, fornecendo uma série de lentes através das quais cidades podem ser apreendidas e analisadas, como mostrei acima em relação a Adis-Abeba. Elas problematizam a relação entre as cidades, bem como entre as cidades e as rotas que as compõem. Jornadas fornecem análises urbanas sofisticadas ao colocar no centro de nossas investigações as vidas que as fabricam. A globalização está cada vez mais vivida nas e pelas cidades. Prestando atenção em sua paisagem, podemos ver o impacto ambiental da globalização ao longo da trilha do chinelo: nos detritos presentes nas paisagens do petróleo e das petroquímicas no Kuwait e na Coreia, na maneira como os chinelos descartados repousam no aterro à beira de Adis-Abeba, colhidos por catadores. Este conceito de médio alcance – jornada – traz relatos vívidos, de vidas e cenas, para nossas concepções acerca da globalização, fornecendo, assim, os tecidos sociais da globalização, tirando-a de seu enfoque estreito do mundo dos negócios e da economia.

A globalização tem sido vista a partir de uma gama limitada de perspectivas. A trilha do chinelo inclina o ângulo analítico dos postos de comando da globalização, de uma globalização dominante – das autoestradas globais – para correntes de tráfego global e conexões translocais mais calmas e mundanas, porém não menos importantes. Mudando o ângulo analítico, cria-se um espaço conceitual para outras versões da globalização, em outros lugares, colocando-as também no mesmo quadro, ajudando a dar forma a ela. Tais versões não são melhores ou mais reais do que as já existentes, mas revelam a globalização a partir de ângulos diferentes, expondo suas características menos proeminentes e pouco trabalhadas teoricamente. Isso só tem a adicionar ao que sabemos sobre globalização. Embora teóricos da globalização admitam a existência de suas geografias menos conhecidas – o termo *globalização com características chinesas*, por exemplo, reconhece a particularidade de rotas através da China –, contudo raramente concentram suas investigações sobre tais rotas. Em vez disso, reproduzem os mesmos (limitados) cenários empíricos e territórios, em busca de constatações de “verdades mais profundas” e cada vez mais abstratas.

O ângulo analítico aberto pela trilha do chinelo nos ensina que a globalização é mais frágil do que pensamos ser. É mais plural, mais aberta e mais móvel do que tínhamos imaginado até então. Ela é constantemente redirecionada, abrindo novas trilhas em novos lugares. O surgimento constante de novas trilhas, novas rotas, novas configurações e articulações de tecidos sociais e materiais forma a substância elusiva e mutante da globalização. Esta visão, é claro, desafia o monólito de rede robusta, sólida, duradoura e, portanto, aparentemente incontestável apresentada nas teorias da globalização. Este instável, móvel e flexível emaranhado de rotas translocais, que são redirecionadas em direções que não podem ser totalmente previstas, constitui e revela a fragilidade da globalização: a fragilidade composta em sua motilidade. Os baixos salários e as habilidades técnicas facilmente aprendidas tornam possível a produção do chinelo em milhares de locais diferentes. É impossível prever onde irá surgir uma nova fábrica. Um importante produtor de chinelos que recebe encomendas globais e produz os chinelos a partir da matriz de pequenas fábricas chinesas – as quais não têm acesso ao mercado global de seus próprios produtos – relatou-me seu devaneio sobre os “pés descalços do Oriente Médio na areia”, oferecendo essa ideia como uma explicação da lógica por trás da criação de uma fábrica no Sudão. Esta ramificação da trilha não poderia ser prevista a partir da lógica de acumulação de capital por si só; ela se baseia, em vez disso, na imaginação e até mesmo na excentricidade. As fragilidades da vida na trilha do chinelo consistem em tais motilidades aleatórias, assim como em algumas sistemáticas, como custos de produção.

O que é talvez o mais surpreendente são as fragilidades presentes nas formas hegemônicas da globalização, no caso do petróleo e das indústrias petroquímicas. Vista da perspectiva humanista da trilha do chinelo, a vida no Kuwait e na Coreia é precária em seus próprios caminhos. Em cada uma das plataformas que compõem a trilha, materiais, objetos e meios de subsistência podem se mover para inúmeras direções. Isto não é sugerir que as fragilidades kuwaitianas, coreanas, chinesas, somalianas e etíopes são comensuráveis. Elas claramente não são. Fragilidades assumem diferentes formas e intensidades na vida das pessoas. Elas têm consequências díspares e são emolduradas por diferentes estruturas de oportunidade.

As instabilidades e fragilidades da globalização tecem e ajudam a compor a vida das pessoas ao longo da trilha, a partir de incomensuráveis precariedades e inseguranças pessoais. Precariedade refere-se às diferentes formas em que o risco é deslocado dos órgãos públicos e do mercado para as condições pessoais de vida de cada trabalhador e sua família. Precariedades se manifestam, por exemplo, no fato de um indivíduo ser incapaz de ter as três refeições básicas do

dia, circunstâncias estas compartilhadas pelos trabalhadores chineses e consumidores etíopes. Elas se manifestam no risco de ser preso por não pagar as taxas de importação na fronteira da Somália com a Etiópia; em ter que dirigir um táxi ou coletar mariscos na velhice na Coreia do Sul; em temer invasão e violência no Kuwait. Para a maior parte da substância humana da globalização que testemunhamos na trilha, as formas frágeis e temporárias de estabilidade disponíveis em um mundo inconstante e precário procedem na manutenção de sua pobreza, assim os trabalhos não precisam ser realocados para locais ainda mais pobres e com pessoas ainda mais desprovidas. As habilidades de navegação das pessoas estão sintonizadas com as precariedades inconstantes com que elas coexistem: esses sujeitos são hábeis navegadores das precariedades da globalização. A globalização não é nada robusta e estável. É, em vez disso, uma matriz incipiente de mudança, de trilhas transversais que são difíceis de antecipar – e é ainda mais difícil viver nelas. A globalização produz vidas frágeis e precárias, mesmo para aqueles que vivem em seus locais mais privilegiados.

Entre as mobilidades incipientes e ferventes que compõem a globalização, a sua “hiperlocalidade” é manifestada. A globalização é “vívida” nas casas e vizinhanças, no trabalho diário e nas relações sociais existentes nestes locais inquietos. O que estende estas “coisas básicas” para além do local, o que as torna globais, é um caótico mosaico de movimentos que se desenrolam com escalas diferentes, por pessoas diferentes, por objetos como chinelos, por materiais como o plástico e por substâncias como alimentos. A trilha do chinelo mostra que a globalização é feita em pequenas seções “hiperlocais”, todas elas conectadas, de maneiras diferentes, à fase seguinte ou à plataforma sobre a trilha. Em nenhum momento, e isso parece ser fundamental no pensamento sobre a globalização, revelou-se que há uma trilha como algo inteiro, ou até mesmo com grandes seções. Isso não acontece nem mesmo nos algoritmos de logística. As trilhas se chocam incertamente em todas as interseções opacas existentes entre vizinhanças, localidades e Estados-nação.

Conclusão

A trilha do chinelo desencoraja a complacência conceitual, mostrando que a globalização é sempre “um trabalho em andamento”. Somente avaliações provisórias, aguardando maiores investigações de algo tão vasto e diverso como a globalização, são adequadas. Outras investigações, de uma variada gama de circunstâncias e pontos de vista, são uma necessidade urgente. Nesse ínterim, nossas proposições teóricas são provisórias, reconhecendo as limitações de suas circunstâncias e moderando reivindicações de verdades gerais. A globalização

não é exatamente o que nós pensamos que seja. Como a trilha do chinelo tem mostrado, ela é uma colcha de retalhos soltos, de jornadas humanas e objetos. É um contingente de massa instável, em constante mudança, com alguns bolsões de oportunidade dentro de um cenário esmagador de precariedade. Acima de tudo, a globalização precisa ser reexaminada a partir das oportunidades e manobras que suas instabilidades podem prover à massa de pessoas em todo o mundo que lutam e sobrevivem a partir de suas próprias formas de navegar dentro dela. Decodificar a globalização e olhá-la mais de perto – se opondo e reorientando o tráfego que se move através de vidas e bairros –, fornece-nos um primeiro passo para pensar sobre as oportunidades políticas que ela carrega. Isto, por sua vez, criaria uma plataforma a partir da qual novas rotas e jornadas, socialmente mais justas e menos orientadas para o aprofundamento da pobreza, podem ser inauguradas.

Referências

- ABU-LUGHOD, Janet. Globalization in Search of a Paradigm. In: ROSSI, I. (Ed.). *Frontiers of Globalization Research: Theoretical and Methodological Approaches*. New York, Springer, 2007, p. 353-360.
- AMIT, Vered (Ed.). *Thinking Through Sociality: An Anthropological Interrogation*. Oxford, Berghahn Books, 2015 (in press).
- AMIT, Vered; MITCHELL, John. Series Preface. In: HANNERZ, Ulf. *Anthropology's World*. London, Pluto, 2010.
- APPADURAI, Arjun. *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*. Cambridge, Cambridge University Press, 2005.
- BARNDT, Deborah. *Tangled Routes: Women, Work and Globalization on the Tomato Trail*. Lanham/Boulder/New York/Toronto/Plymouth, Rowman & Littlefield, 2008.
- BENJAMIN, Walter. *The Arcades Project*. Cambridge (MA), Harvard University Press Paperback, 2002.
- BENNETT, Jane. *Vibrant Matter: A Political Ecology of Things*. Durham/London, Duke University Press, 2010.
- BTI – Bertelsmann Stiftung's Transformation Index. *South Korea Country Report*. 2002. Disponível em: www.bti-project.de/fileadmin/inhdte/reports/2012/pdf.
- CASTELLS, Manuel. *Information Technology, Globalisation and Social Development*. Genève, UN Research Institute for Social Development (UNRISD), 1999.
- CASTELLS, Manuel. Information Technology and Global capitalism. In: HUTTON, W.; GIDDENS, A. (Ed.). *On the Edge: Living with Global Capitalism*. London, Vintage, 2001.

- CASTELLS, Manuel. Preface to the 2010 edition. *The Rise of Network Society*. Second edition with new preface. Oxford Wiley Blackwell, 2010, p.15-16.
- CICCANTELL, Paul; SMITH, David A. Rethinking Global Commodity Chains: Integrating Extraction, Transport and Manufacturing. *International Journal of Comparative Sociology*, v. 50, n. 3-4, June/August 2009, p. 361-384.
- CLIFFORD, James. *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century*. Boston, Harvard University Press, 1999.
- CERTEAU, Michel de. *The Practice of Everyday Life*. Los Angeles/London, University of California Press, 1988, p. 96-97.
- EGZIABHER, Tegegne Gebre. *The Developmental Impact of China and India on Ethiopia with Emphasis on Small Scale Footwear production*. Conference Paper, University of Addis Ababa, 2006, p. 14.
- GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel. *Commodity Chains and Global Capitalism*. Greenwood Publishing Group, 1994.
- HELD, David; MCGREW, Anthony. Rethinking Globalization. In: HELD, David (Ed.). *The Global Transformations Reader*. London, Polity, 2003.
- HUGHES, Alex; REIMER, Suzanne. (Ed.). *Geographies of Commodity Chains*. London, Routledge, 2004.
- INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment*. London, Routledge, 2000.
- KNOWLES, Caroline. *Flip-Flop: A Journey through Globalisation's Backroads*. London, Pluto Press, 2014.
- KNOWLES, Caroline; HARPER, Douglas. *Hong Kong: Migrant Lives, Landscapes and Journeys*. Chicago, University of Chicago Press, 2009.
- KNOWLES, Caroline. "Mobile Sociology" Commentary on John Urry's Work, 60th anniversary. *British Journal of Sociology*, Shaping Sociology Over 60 Years, 2010.
- KOPYTOFF, Igor. The Cultural Biography of Things: Commoditization as Process. In: APPADURAI, Arjun. (Ed.). *The Social Life of Things*. Cambridge, Cambridge University Press, 1986, p. 64-91.
- LEMERT, Charles. *Dark Thoughts: Race and the Eclipse of Society*. New York/London, Routledge, 2002.
- LOWENHAUPT TSING, Anna. *Friction: An Ethnography of Global Connection*. New Jersey, Princeton University Press, 2005.
- MARRIOT, James; MINIO-PALUELLO, Mika. *The Oil Road: Journeys from the Caspian Sea to the City of London*. London, Verso, 2012.
- MASSEY, Doreen. *For Space*. London, Sage, 2005.
- MASSEY, Doreen. Politics and Space/Time. In: KEITH, Michael; PILE, Steve (Ed.). *Place and the Politics of Identity*. London, Routledge, 1993, p.141-161.
- MACGAFFEY, Janet; BAZENGUISSA-GANGA, Remy. *Congo Paris: Transnational*

- Traders on the Margins of the Law*. Oxford, James Currey, 2000.
- MILLER, Daniel. *The Comfort of Things*. London, Polity, 2008.
- MILLER, Daniel. Materiality: an Introduction. In: MILLER, D. (Ed.). *Materiality*. Durham, Duke University Press, 2005.
- MURPHY, Rachel. *How Migrant Labour is Changing Rural China*. Cambridge, Cambridge University Press, 2002, p. 33.
- RAMO, Joshua Cooper. *The Beijing Consensus*. London, Foreign Policy Centre, 2004, p. 20.
- RIFKIN, Jeremy. *The Hydrogen Economy*. Oxford, Polity, 2002.
- ROTHENBERG-AALAMI, Jessica. Coming Full Circle? Forging Missing Links Along Nike's Integrated Production Networks. *Journal of Global Networks*, 2004, p. 335-354.
- SASSEN, Saskia. *A Sociology of Globalization*. New York, W.W. Norton, 2007.
- SASSEN, Saskia. *Globalization and its Discontents*. New York, The New Press, 1998.
- SHEHADEH, Raja. *Palestinian Walks: Notes on a Vanishing Landscape*. London, Profile Books, 2007.
- SIMONE, Maliq. *Opportunities, Risks and Problems in the Urban Sphere*. 2002. Disponível em: www.africansocieties.org/eng_giugon2002/eng.citta/5/12/07.
- SMITH, Michael Peter. *Transnational Urbanism: Locating Globalisation*. Oxford, Blackwell, 2001.
- TENNER, Edward. *Our Own Devices*. New York, Knopf, Random House, 2003.
- THE Economist*, 21 November 2012.
- URRY, John. Mobile Sociology. *The British Journal of Sociology – The BJS: Shaping Sociology over 60 years*. 2010, p. 347-366. Orig. publ.: *British Journal of Sociology* 51(1), 2000, p.185-203. Em português: Sociologia Móvel. In: LIMA, Jacob C. (Org.). *Outras sociologias do trabalho*. São Carlos, Ed. UFSCar, 2013.

Sites

AUTOREPLY@ECONOMIST.COM 1-11-07

WWW.CIA.GIV/LIBRARY/PUBLICATIONS/THE-WORLD-FACTBOOK/GEOS/KU.HTML 2012

US Energy Information Administration: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=ku>

Recebido em: 01/06/2014

Aprovado em: 30/06/2014

Como citar este artigo:

KNOWLES, Caroline. Trajetórias de um chinelo: microcenos da globalização. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 4, n. 2, jul-dez 2014, pp. 289-310.

Práticas transnacionais em um entreposto comercial da “Rota da Seda”¹: argelinos e egípcios em Yiwu (China)²

Said Belguidoum³

Olivier Pliez⁴

Resumo: Yiwu é um dos mais importantes mercados atacadistas do mundo. Ao mesmo tempo um distrito industrial e um bairro urbano cosmopolita. Esta cidade da província de Zhejiang, três horas distante de trem de Shanghai, se consolidou depois dos anos 2000 como uma das principais praças de saída para as “novas rotas da seda” fornecedoras de *small commodities* para grande parte do mercado mundial. Este artigo tem como objetivo compreender melhor como a partir destas rotas foi possível se estabelecer na Argélia e no Egito mercados com influência nacional e com conexões internacionais, e como se consolidam estes entrepostos transnacionais e a presença desses comerciantes, donos de restaurantes, tradutores, compradores e migrantes árabes. Esta é uma mundialização informal, porém poderosa, que se desenha e insere a África do Norte nas redes globais do comércio transnacional.

1 A “Rota da Seda” é uma metáfora que nós utilizamos para destacar este tipo de mundialização discreta que articula através das redes diferentes mercados pelo mundo, e especificamente para nosso objeto de estudos, os mercados Asiáticos, os do Oriente Médio, de Dubai e dos países do Magreb.

2 Tradução de Marcos Roberto Mariano Pina – Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS – Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – São Carlos – Brasil.

3 Université d’Aix-Marseille (AMU) – Marselha – França. said.belguidoum@wanadoo.fr

4 Laboratoire Interdisciplinaire, Solidarités, Sociétés, Territoires – Université de Toulouse II – Jean-Jaurès – França. olivier.pliez@univ-tlsez.fr

Palavras-chave: China; mundo árabe; rotas transnacionais; mundializações.

Transnational practices in a “Silk Road” trading post: Algerians and Egyptians in Yiwu (China)

Abstract: *Yiwu (China) is one of the biggest wholesale markets in the world. Both an industrial district and a cosmopolitan urban neighborhood, this city of the Zhejiang province, South of Shanghai, three hours of train away from it, has positioned itself since the 2000s as one of the major starting places for the “new silk roads”, supplying in small commodities a vast part of the world’s market. This article aims at better understanding how, from these routes, trading places have been created in Algeria and Egypt with a national influence and international connections, and how a transnational trading post is built up, where the presence of Arab entrepreneurs, restaurant owners, translators, purchasers or migrants is set to become a permanent feature. It is an inconspicuous globalization that is shaping up, anchoring North Africa into the global networks of transnational exchanges.*

Key Words: *China; Arab World; Transnational Routes; Globalizations.*

Dezenas de milhares de comerciantes do mundo inteiro vêm se abastecer em Yiwu, considerado o mais importante mercado atacadista do mundo no setor de artigos de baixo custo. Ainda que distante do modelo da cidade global, a influência de Yiwu não deixa de ser mundial. Simultaneamente distrito industrial e bairro urbano cosmopolita, estudá-la fornece um ponto de partida para a identificação e o rastreamento das rotas e dos espaços urbanos discretos de instalação das redes árabes da mundialização por baixo.

Yiwu é uma cidade da província de Zhejiang que está situada 280 km a sudeste de Shanghai e se firmou no início dos anos 2000 como um dos pontos de partida para as novas “Rotas da Seda”, fornecendo vestimentas de baixo preço e produtos de consumo corriqueiros (*small commodities*) para uma grande parte do mercado global.

As pesquisas que realizamos por mais de três anos⁵ na Argélia e no Egito demonstram o crescimento de importância de Yiwu, que se firmou como um

5 Este trabalho de campo foi realizado em conjunto entre 11 e 18 de julho de 2012 em Yiwu (China). Ele se inscreve em uma pesquisa em curso sobre as rotas, as redes sociais e os mercados transnacionais entre o mundo árabe (Argélia e Egito) e a China. Ele se apoia em dois programas: Espaços Urbanos Transnacionais da Argélia Contemporânea – EUTAC – e AIRD-STDF ECOMIG (Economic Crisis, Migration and Development in Egypt), coordenado por Sophie Bava, que financiou a missão.

dos principais destinos de empresários argelinos do setor de varejo, superando praças comerciais como Marselha (cujo papel se tornou marginal) e sobretudo as do Oriente Médio e Dubai. Esses empresários do varejo, atores essenciais no novo dinamismo comercial urbano, partiram em busca das rotas das mercadorias, colocando em cena redes eficazes e discretas de abastecimento.

Reconstruir essas novas “Rotas da Seda” nos permitirá compreender melhor como a partir delas foi possível surgir na Argélia mercados de influência nacional e conexões internacionais. Temos como exemplo duas localidades no leste da Argélia, El Eulma e Aïn Fakroun, que ilustraram o florescimento deste novo tipo de cidade.

A visita de campo teve dois grandes objetivos:

- Estudar as transformações em Yiwu, notadamente no bairro “exótico”, polo do comércio com os países árabes e muçulmanos, e um observatório privilegiado da construção local de um mercado transnacional.
- Pesquisar os comerciantes argelinos e egípcios para conhecer melhor as trajetórias, os perfis e as formas de estruturação de suas redes. Para além da observação do local, a visita de campo engendrou novas questões sobre esses empresários, donos de restaurantes, tradutores, compradores e migrantes, sobre sua adaptação à sociedade chinesa e sobre a consolidação de sua presença lá.

Yiwu, o entreposto mundial de *small commodities*

Yiwu é hoje uma cidade multimilionária que acomoda pelo menos 1,5 milhão de migrantes vindos de todas as regiões da China (Guiheux, 2013). Ela é percebida e pensada, sobretudo, como um *show room* em escala global, especializada na venda por atacado de artigos de baixo custo, como eletrodomésticos, itens de papelaria, roupas, brinquedos e objetos religiosos. A melhor maneira de descrevê-la é enumerando seus superlativos: a área onde se encontram os mercados ultrapassa os 4.300.000 km², 62.000 boxes oferecem 400.000 tipos de mercadorias trazidas por 100.000 fornecedores, e 35 feiras ocorrem lá anualmente.

Yiwu é provavelmente única tanto por sua amplitude quanto pela diversidade dos produtos ofertados. É visitada por uma multiplicidade de compradores transnacionais, que frequentemente vêm com pouco dinheiro, mas que aqui encontram maior variedade de produtos e podem abastecer seus contêineres com diferentes mercadorias em vez de com apenas um tipo, como ocorre em outros mercados asiáticos. Yiwu se tornou conhecida durante os anos 1990 como um dos

maiores centros de falsificação na China, onde em média 80-90% de todas as mercadorias ofertadas infringiam leis de propriedade intelectual e mantinham conexões fortes com mercados similares no Paraguai, no México e na Tailândia. Como seus preços permanecem imbatíveis, os compradores continuam vindo de todo o mundo, tanto os comerciantes que já dispõem de uma situação estabelecida quanto aqueles que buscam fazer fortuna com o pequeno comércio transnacional.

A exposição de mercadorias é uma indústria que prosperou em Yiwu como em outras regiões da China (Mu Guo, 2010). A sua International Trade City (ITC), composta por um total de 42.600 lojas de fábrica, a maior parte delas com menos de 10 m², forneceu a vitrine e a porta de acesso às mercadorias produzidas nos distritos industriais da região de Yiwu, um ano após a adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001. Pelo menos três quartos das transações comerciais efetuadas na cidade concentram-se ali, bem como em alguns outros lugares de Yiwu. No ano de 2011, o mercado de Yiwu foi dividido em seis partes, que figuram entre as mais importantes fontes de mercadorias das redes da mundialização econômica por baixo (o mercado Huan-gyuan de roupas, com 5.000 lojas, aberto em 2011; as ITC I, com 10.000 lojas, aberta em 2002; II, com 8.000 lojas; III, com 6.000 lojas; IV, com 16.000 lojas; e V, com 7.000 lojas, aberta em 2011), além das ruas especializadas de comércio, somando um total de mais de 170.000 lojas de fábrica de fornecedores chineses.

Durante a década de 1970 Yiwu era apenas mais uma cidade industrial na China, entre inúmeras outras, especializada na confecção de artigos de baixo custo, conforme a doutrina econômica da época, que estabelecia “uma cidade, um produto”. Contudo, em decorrência da abertura econômica promovida por Deng Xiaoping em 1979, iniciou-se a concorrência entre as cidades, que passaram a buscar clientes chineses, agora em um novo cenário de produção concorrencial. Neste contexto, impulsionada pelos operadores comerciais e pelos poderes públicos locais, já no ano de 1982 Yiwu se firmou como um mercado atacadista capaz de atrair as indústrias especializadas antes dispersas pela zona rural de Zhejiang.

Em 1990 se concluiu uma nova etapa deste processo quando os operadores responsáveis pelos mercados de Yiwu firmaram parcerias com operadores comerciais particulares de outras províncias chinesas. No transcorrer dos anos 2000 já havia sido criada uma rede com quase 50 mercados na República Popular da China que dependiam diretamente de Yiwu. O contexto de crise financeira nos países do Sudeste asiático (1997) e o ingresso da China junto à OMC favoreceu a ampliação do número de operadores comerciais internacionais que chegava ao país. Rapidamente Yiwu ampliou sua influência no comércio

transnacional, e até os dias de hoje ao menos dois terços de todas as vendas que realiza têm por destino o mercado mundial.

Tabela 1 - Os principais países importadores de produtos de Yiwu (2002-2011)

Posição	2002	2006	2009	2011
1º	EAU	EUA	EUA	EU
2º	Rússia	EAU	EAU	ASEAN
3º	EUA	Rússia	Alemanha	Irã
4º	Coreia do Sul	Ucrânia	Espanha	Índia
5º	Ucrânia	Coreia do Sul	Rússia	Egito
6º	Japão	Alemanha	Reino Unido	EAU
7º	Arábia Saudita	Espanha	Itália	Arábia Saudita
8º		Reino Unido	Brasil	Brasil
9º		Panamá	Irã	Iraque
10º		Brasil	Índia	Argélia

Fonte: Yiwu Customs (<http://en.onccc.com>, 2002; <http://old.echinacities.com>, 2006; <http://www.yiwumarketguide.com/>, 2009; <http://www.yiwu-sourcing-agent.com>, 2011).

Abreviaturas: EAU: Emirados Árabes Unidos; EUA: Estados Unidos da América; UE: União Europeia; ASEAN: Association of South East Asian Nations.

Graças ao aumento do preço do petróleo nos últimos anos a demanda por bens de consumo no chamado mundo árabe cresceu e influenciou as taxas de exportação da China para esta região, sobretudo posteriormente aos atentados de 11 de setembro, que encorajaram o afastamento dos importadores árabes dos EUA e da União Europeia em busca de novas fontes de abastecimento. Em 2005 o volume de transação comercial sino-árabe era de 51,2 bilhões de dólares, quase dez vezes maior do que o observado em 1995, e em 2008 aumentou para 133 bilhões de dólares⁶.

Abriu-se, assim, uma oportunidade para as exportações de artigos de baixo custo de Yiwu na direção dos vastos mercados consumidores no Oriente Médio e na África do Norte. Entre estes novos mercados dois países entraram na lista dos dez principais importadores de Yiwu a partir de 2002, a saber, Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita. Em 2011 já eram mais seis países, com o ingresso do Irã, do Egito, do Iraque e da Argélia. Esta característica nos faz pensar que o papel das grandes plataformas de revenda, como Dubai,

6 Cheng Donghong, Study and Revelations on China-Arab States, Economic and Trade Relationships. A Discussion on China-Arab States, Economic and Trade Forum – english.news.cn – 2011-09-07 – http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-09/07/c_131112714.htm.

entrou em declínio em favor de relações diretas entre as fontes de abastecimento e os compradores.

Existe historicamente uma relação comercial entre Yiwu e o Golfo Árabe e Pérsico, particularmente com Dubai, que foi por muitos anos a principal interface entre China e mundo árabe. Todavia, no decorrer dos anos 2000 cresceu o número dos comerciantes que viajavam diretamente a Yiwu, sozinhos ou em pequenos grupos, contornando os intermediadores de Dubai a fim de conseguir preços mais baixos. A maior parte dos comerciantes árabes relatam trajetórias similares para o estabelecimento da China entre seus destinos de compra. Por exemplo, os compradores transnacionais da África do Norte, nos anos 1980, encontravam-se em Marselha, posteriormente na Turquia, nos Emirados Árabes Unidos e no Sul asiático (no final da década de 1990). Eles entraram na China por etapas, depois de algumas viagens iniciais a Hong Kong, chegando à parte continental em Guangzhou e Yiwu (Belguidoum; Pliez, 2012).

Imersão em Yiwu e seu “bairro muçulmano”

É muito difícil dizer com precisão quantos árabes vivem ou transitam por Yiwu, mas a intensidade das ligações comerciais entre a cidade e os países árabes mostrou que no ano de 2011 ao menos 70% de seus 11.000 residentes estrangeiros eram árabes⁷, e que 200.000 compradores advindos do mundo árabe visitam a cidade anualmente⁸.

Em termos urbanos, esta dinâmica de mercado culmina em especializações do espaço que as autoridades da cidade tentam organizar de alguma maneira. No fim da década de 1990 surgiu um pequeno bairro em Binwang, próximo ao primeiro centro de exposição (atualmente fechado para restauração), que se especializou no comércio com o mundo árabe e muçulmano. Foi também na fronteira desse bairro que as autoridades decidiram instalar os escritórios de imigração.

O bairro possui diferentes nomes, *san mao chu* (distrito econômico número 3) é a sua designação administrativa oficial. Os chineses o chamam com frequência de *alabo fan dian* (restaurante árabe); os próprios árabes o chamam de *maedah* (mesa), em uma referência ao primeiro restaurante egípcio que foi construído no local. A prefeitura de Yiwu recentemente veio a rebatizar o bairro como Exotic Street, uma tentativa de destacar seu aspecto cosmopolita, voltado

7 De acordo com o Departamento de Comércio e Cooperação Econômica Estrangeira de Yiwu e sua diretoria de Indústria e Comércio.

8 Orlando Crowcroft, 200,000 Arab shoppers visit Yiwu every year. City's market is a magnet for buyers looking for bargains, Business News Editor, June 2011, Gulf News.

ao lazer e à vida noturna, tanto para os comerciantes de passagem como para os residentes estrangeiros ou chineses, apagando as marcas identitárias mais fortes associadas ao lugar.

O bairro Exotic Street é composto por inúmeras ilhas atravessadas por cinco ruas paralelas repletas de lojas em cujos letreiros encontram-se caracteres nos idiomas chinês, árabe e inglês. O centro do bairro se localiza em uma grande praça para onde confluem as ruas, com restaurantes e hotéis uigures, árabes e turcos. Essas ilhas se ligam umas às outras através de ruas e ruelas que se cruzam e formam pequenas praças. Lojas de roupas, de tecidos, de artigos religiosos (uma rua inteira dedicada a este tipo comércio), escritórios de despachantes, hotéis, restaurantes e salões de cabeleireiro se sucedem pelas ruas. Todas as lojas são de comerciantes chineses, egípcios, turcos, sírios e libaneses. O ambiente urbano é muito particular: letreiros em árabe e em chinês, restaurantes de comida *halla*⁹, público numeroso e cosmopolita, que se distingue pelas vestimentas e pelo idioma falado, como uigures, huis, paquistaneses, árabes, turcos e africanos. Fuma-se o narguilé e bebe-se o chá ou o café nos terraços dos restaurantes; nas carrocinhas come-se espetinhos com carne (*hallal*); os ambulantes e os cambistas ocupam as calçadas, onde diferentes sotaques árabes se escutam e se misturam.

Argelinos, egípcios, iraquianos, sírios, libaneses e iemenitas: as nacionalidades principais presentes em Yiwu têm os seus próprios hotéis e restaurantes, que servem também como ponto de encontro para vários comerciantes de passagem pela cidade. Não apenas nos restaurantes, mas também nos salões de cabeleireiro e barbearias (encontramos pelo menos quinze deles pelo bairro) os comerciantes e os residentes se encontram, fazem negócios ou simplesmente se informam das novidades. Os gerentes das lojas são estrangeiros ou chineses, mas os funcionários são basicamente chineses, uigures ou huis muçulmanos e se comunicam em árabe (Allès, 2011). É em especial no fim do dia, quando a ITC fecha suas portas e o mercado noturno se instala, que o bairro se anima, que os restaurantes e seus terraços se enchem, quase sempre até tarde da noite, graças às diferenças de fuso horário com os locais de origem de seus visitantes. O perambular pelos pavilhões de exposição dá então lugar às negociações ao redor das mesas dos restaurantes durante os momentos de sociabilidade.

O bairro condensa as atividades de Yiwu, um microcosmo onde se encontram os comerciantes de passagem e os novos migrantes, que também estão

9 Alimentos que podem ser consumidos pelos islâmicos, a partir dos critérios de preparação estipulados pela lei da Xaria (NT).

por toda a cidade. Assim, entre a Exotic Street e o Mercado de Futian, ao longo dos dois quilômetros da avenida, como no interior da malha urbana que ela atravessa, as lojas e os escritórios de negócios, os letreiros em árabe denunciam a sua presença.

Retratos e trajetórias dos empresários migrantes do Egito e da Argélia

A descoberta de Yiwu pelos comerciantes argelinos ocorreu no fim dos anos 1990, quando figuras pioneiras, vindas de El Eulma, abriram ali seus escritórios. Em geral o trabalho de *trading* que realizam consiste em acompanhar os compradores junto aos fornecedores, atuar como tradutores, participar das negociações, lidar com a papelada alfandegária, verificar a conformidade da mercadoria e seu armazenamento em contêineres, organizar o transporte marítimo e servir de fiador junto aos fornecedores em relação ao prazo de pagamento das mercadorias.

Assim como acontece com egípcios, sírios, libaneses e turcos, que são as nacionalidades mais numerosas em Yiwu, um restaurante foi aberto por um despachante de Eulmi. Inicialmente chamado El Andalucia, posteriormente à mudança de proprietários chamado Tassili e depois El Bahdja, o restaurante desempenhou um papel central no apoio aos comerciantes de passagem pela cidade. Foi fechado em 2011 devido a uma operação de renovação urbana empreendida naquela parte do bairro, e desde então o único restaurante gerenciado por um argelino não mais reabriu. Contudo, pontos de encontro para os argelinos surgiram rapidamente à sua volta, em uma lanchonete e em dois hotéis chineses em frente à Exotic Street.

Os comerciantes transitórios são numerosos, o que não surpreende, uma vez que existem na Argélia 34.000 importadores registrados e 80% de todos os bens de consumo não alimentares daquele país provêm da China. A presença deles em Yiwu é contínua por todo o ano, mesmo se é na época das grandes feiras que a afluência de pessoas atinge seu pico¹⁰. A duração de suas estadias varia, mas raramente excede dez dias, que é o tempo mínimo necessário para que se inteirem das novidades, façam as encomendas e às vezes chequem suas cargas. O recurso aos despachantes, chamados traders, permite agilizar essas transações. Os que chegam pela primeira vez terão inevitavelmente um contato e um endereço na cidade, e tendo este apoio na chegada fecham suas encomendas mais rapidamente.

10 Fonte: Alfândega argelina.

Cresce cada vez mais o número de *traders* argelinos, cujo montante dificilmente podemos precisar, que vêm se instalar em Yiwu. Outros jovens originários de regiões do Leste da Argélia (Setif, Bordj Bou Arredj, Constantina) ou da Cabília e de Argel seguem o exemplo daqueles pioneiros que chegaram de El Eulmi. O número destes jovens atinge algumas centenas¹¹. Depois dos egípcios, sírios, libaneses e turcos, os argelinos são a comunidade mais importante. Uma primeira tipologia pode ser delineada para eles¹². Há dois tipos de atores constitutivos dessa comunidade dos permanentes: são os grandes *traders* consolidados e a miríade de recém-chegados tentando a sorte. Uma vintena dos grandes escritórios conhecidos pertencem aos primeiros migrantes argelinos que chegaram à cidade no início dos anos 2000.

Esses comerciantes lidam com os grandes negócios de exportação para a Argélia e mantêm relações com uma importante clientela. Empregam mão de obra local e jovens (parentes e amigos) vindos de seu país natal. Há dois ou três anos vem se desenvolvendo uma nova geração de pequenos *traders* que entram em concorrência com os grandes escritórios, mas ao mesmo tempo se aproveitam do volume dos fluxos comerciais com a Argélia para tentar abrir espaço para seus próprios negócios. Vindos diretamente da Argélia, são filhos ou irmãos de importadores e “aprenderam o ofício” com algum parente instalado em Guangzhou ou Kuala Lumpur, na Malásia. Sua instalação compõe um quadro estratégico que permite à empresa familiar ter um ponto de apoio permanente na China. Enquanto esperam dispor de uma lista de clientes regulares, eles operam ilegalmente, sem nenhum tipo de documentação, em sociedade com despachantes chineses ou trabalhando para grandes *traders* argelinos. São dezenas os *traders* sem documentação que atuam por conta própria.

Os egípcios são os desbravadores de Yiwu, o primeiro grupo em tamanho – ainda que seja difícil estimar com precisão sua dimensão – e o destino principal dos produtos importados desde Yiwu por um país árabe no ano de 2011. Identificamos no seio deste grupo perfis muito parecidos com os da comunidade argelina, porém os egípcios são mais numerosos e têm trajetórias diversificadas. Possuem pelo menos sete restaurantes na Exotic Street e foram eles os responsáveis pelo florescimento deste tipo de atividade, como ilustra o Maedah, o primeiro restaurante do gênero no bairro. Seus restaurantes atraem não apenas os contrabandistas de passagem na cidade, mas também numerosos cidadãos de

11 Fomos informados de que haveria, com certeza, mais de quinhentos.

12 Baseamo-nos em numerosas conversas, sob a forma de entrevistas livres e de entrevistas semiestruturadas (tivemos oportunidade de realizar uma dezena).

outros países árabes que não podem contar com a presença de restaurantes de seu país no local, como é o caso dos argelinos.

Muitas vezes, seus gerentes foram pioneiros no comércio transnacional, tendo tido uma primeira experiência migratória em países do Golfo Pérsico e Árabe, onde firmaram os primeiros contatos que os levaram à China, especialmente Yiwu, no início dos anos 2000. Alguns dos primeiros proprietários de restaurantes, até meados dos anos 2000, já exerciam antes esta mesma atividade; mas a maioria veio para Yiwu para diversificar suas atividades econômicas, dedicando-se à importação. Em um setor tão concorrencial, muitos deles afirmam que se tornou mais vantajoso e relevante abrir um restaurante em parceria com um sócio chinês, que serve de “laranja” em troca de pagamento pelo serviço prestado. Isso lhes permitiu lucrar com receitas extraordinárias resultantes da internacionalização da cidade durante os anos 2000, sem terem de efetuar as múltiplas viagens que a função de importador requer.

Os gerentes dos restaurantes ficam no local durante três ou quatro anos e depois passam o controle do estabelecimento para um membro de sua família ou repassam o negócio, ou ainda o fecham, para às vezes reabri-lo em seguida. Nesse caso, frequentemente ele sobe de categoria. A mão de obra é local (chinesa) e familiar, contando com membros jovens da família do proprietário, que já possuem experiência migratória, tendo deixado o Cairo e a região do Delta do Nilo para ir para Yiwu. Estes vêm de início provisoriamente, com um visto de visitante que precisa ser renovado em Hong Kong a cada três meses, mas a recorrência dessas viagens incita alguns deles a abrir seus próprios restaurantes e cafés, com auxílio da experiência e de empréstimos financeiros do patrão. Muitos locais foram abertos dessa maneira desde 2005, porém fecharam com a mesma rapidez.

A partir de meados dos anos 2000 a frequência de Yiwu só fez crescer e com ela também o número daqueles que buscam aventurar-se no comércio transnacional. Os primeiros egípcios que foram até lá tomaram conhecimento da cidade através de canais de comunicação variados. Muitos eram antigos emigrados da região do Golfo que se tornaram empreendedores transnacionais; outros costumavam negociar com empresas fornecedoras europeias, que deslocaram parte de sua produção para a China e abandonaram certos setores de atividade, preferindo lucrar com a diversidade dos produtos fabricados nas pequenas e médias indústrias locais. Não querendo perder compradores, essas empresas os convidavam para visitar a China e conhecer suas novas unidades produtivas, fazendo ao mesmo tempo que despertasse neles o interesse por Yiwu, onde poderiam encontrar outros acessórios imprescindíveis para seu

ramo de atividades. Outros foram diretamente sondados pelos intermediários chineses ou pela câmara de comércio chinesa no Egito, uma vez que já possuíam uma posição de destaque entre os importadores do país.

O grupo mais recente e importante, que garante a Yiwu parte majoritária de sua frequência, é constituído por um conjunto muito mais heterogêneo de indivíduos e pequenos grupos que tentam a “aventura das importações” com um primeiro negócio apoiado na coleta de fundos entre familiares ou grupos do mesmo povoado. Assim, como no caso dos primeiros donos de restaurantes, esses importadores chegam a Yiwu depois de uma experiência internacional prévia. As jovens gerações se inserem em um movimento mais amplo de democratização da função de importador, que, mesmo com o perigo de perderem o capital investido em compras arriscadas, acaba beneficiando os pioneiros do movimento, alguns dos quais se reconverteram na prestação de serviços aos importadores. Inúmeras gerações de importadores e *traders* se acotovelam em Yiwu e no comércio transnacional. Os grupos homogêneos dos primeiros anos da rota chinesa vão se estratificando e se diversificando em outros grupos que se beneficiam da presença uns dos outros.

Yiwu, rumo ao estabelecimento duradouro de um entreposto comercial global?

O modelo de Yiwu fez escola no mundo inteiro. Estigmatizada por instituições econômicas internacionais – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) –, figurando na lista prioritária de vigilância do United States Trade Representative (USTR) e da União Europeia, devido ao papel que a cidade desempenha na propagação dos produtos falsificados tanto nos países do norte quanto do sul, ela está na origem da formação de mercados populares de importância nacional e transnacional com milhares de comerciantes e compradores.

Yiwu é representativa das novas formas locais de governança de mercados e cidades que surgiram graças ao contexto da transnacionalização do comércio. Espaços nos quais a intensidade das transações comerciais cresce mesmo em períodos de crise. A formação deste tipo de cidade-mercado, impulsionada pela liberalização econômica da China nos anos 1970, é bem conhecida graças ao grande número de trabalhos que foram feitos pelos economistas, que demonstraram que a sua internacionalização começou antes mesmo de a China aderir oficialmente à OMC no ano de 2001.

Hoje a cidade oferece condições de hospitalidade a compradores que vêm de todas as partes do mundo, marcando a passagem do “empresário-migrante” ao “turista-comercial”, com tolerância às transações lícitas e ilícitas, e uma

articulação estreita entre desenvolvimento econômico e urbano local. Centenas de negociantes estrangeiros vivem na cidade, animando suas redes internacionais e os mercados intermediários, que se multiplicam dentro e fora do território chinês, criados pela iniciativa de comerciantes pioneiros que a frequentavam.

Dez anos após as primeiras instalações de comerciantes migrantes em Yiwu, assistimos a um processo de constituição de um entreposto comercial permanente. Ocorreu o mesmo com Belsunce a partir dos anos 1970, santuário do comércio transnacional do Magreb (Tarrius, 1995). Hoje em dia estes espaços se multiplicam na Ásia oriental (Bertoncello et al., 2009), impulsionados por uma população jovem (22 a 35 anos), empreendedora e disposta a se fixar nestas regiões, conforme sugerem certos indícios. A disponibilidade de moradia e a remuneração razoável (2,5% de comissão para cada transação realizada) permitem alugar apartamentos e se estabelecer de forma estável na sociedade chinesa. A metade de nossos entrevistados já está na China há mais de cinco anos, e nenhum deles demonstra a mínima intenção de retornar ao seu país de origem.

Diferentemente dos pioneiros que aprenderam o idioma chinês no decorrer de seu trabalho, as novas gerações iniciam cursos de chinês em escolas privadas assim que chegam ao país. Encontramos em Yiwu uma dezena de cursos intensivos, cujo preço é de 800 euros, com carga horária de 180 horas em seis meses de curso. Se o aprendizado metódico da língua é um signo revelador desta disposição para se estabelecer na China, os casamentos com chinesas aparecem como elementos ainda mais tangíveis desta disposição.

Dois de nossos entrevistados acabaram se casando com chinesas – mulçumanas, eles fizeram questão de afirmar. Este seria um sinal da sua vontade de se fixar no local permanentemente? Uma coisa é certa, a presença argelina já ultrapassou a fase da simples prospecção. Esses primeiros casamentos com mulheres chinesas facilitam a integração social e criam novas bases numa sociedade onde, diferentemente da França, que é um país tradicional da emigração argelina, esses novos migrantes não possuem ou possuem apenas poucas referências culturais. Essencialmente baseadas nos negócios, as ligações com a sociedade chinesa permanecem ainda limitadas. A religião e a frequentação das mesquitas¹³ aparecem como pontes possíveis usadas para atenuar os efeitos da alteridade numa sociedade à qual, pelo menos por enquanto, esses empresários migrantes parecem não ter dificuldade de se adaptar.

13 As associações ligadas à mesquita da cidade oferecem atividades esportivas, como os torneios de futebol, por exemplo.

Referências

- ALLÈS, Élisabeth. Choses vues à Yiwu. *Outre-Terre – Revue européenne de géopolitique*, n. 30 (4), 2011, p. 411-412.
- BELGUIDOUM, Said; PLIEZ, Olivier. Construire une route de la soie entre l'Algérie et la Chine. *Diaspora, Histoire et Sociétés*, n. 20, 2012, p. 115-130.
- BERTONCELLO, Brigitte; BREDELOUP, Sylvie; PLIEZ, Olivier. Hong Kong, Guagzhou, Yiwu: de nouveaux comptoirs africains en Chine. *Critique Internationale*, n. 34 (3), 2009, p. 105-121.
- GUIHEUX, Gilles. Travailleurs migrants du prêt-à-porter en Chine. Flexibilités et opportunités. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, v. 28(4), 2012, p. 27-42.
- MU Guo. The Yiwu Model of China's Exhibition Economy. *Provincial China*, v. 2(1), 2010, p. 91-115.
- PLIEZ, Olivier. Toutes les Routes de la Soie mènent à Yiwu (Chine). *L'Espace Géographique*, v. 39(2), 2010, p. 132-145.
- TARRIUS, Allan. Naissance d'une colonie: un comptoir comercial à Marseille. *Revue Européenne de Migrations Internationales*, v. 11(1), 1995, p. 21-52.
- [HTTP://WWW.PERSEE.FR/WEB/REVUES/HOME/PRESCRIPT/ARTICLE/REMI_0765-0752_1995_NUM_11_1_1442](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/REMI_0765-0752_1995_NUM_11_1_1442); acesso em 20 fev. 2013.

Recebido em: 01/06/2014

Aprovado em: 30/06/2014

Como citar este artigo:

- BELGUIDOUM, Said, PLIEZ, Olivier. Práticas transnacionais em um entreposto comercial da "Rota da Seda": argelinos e egípcios em Yiwu (China). *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 4, n. 2, jul-dez 2014, pp. 311-323.

Trabalhadores informais e a formação de redes socioprodutivas (RSP): considerações teórico-empíricas¹

João Bosco Feitosa dos Santos²

Regina Heloisa Mattei de Oliveira Maciel³

Leny Sato⁴

Resumo: O texto discute o conceito de redes socioprodutivas constituídas por trabalhadores informais para viabilizar sua atividade em feiras e logradouros públicos nas cidades. Tem como referência um conjunto de pesquisas empíricas realizadas com ambulantes em cidades do estado do Ceará. A metodologia envolveu pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas, observações e configuração gráfica das RSPs. Identificaram-se inúmeras modalidades de RSP, cujos componentes são invisíveis pelas estatísticas oficiais e sequer se consideram trabalhadores. O capital social é expresso como principal propulsor para a compreensão das RSPs.

Palavras-chave: rede socioprodutivas; economia informal; capital social; redes sociais.

1 Este texto é resultado de reflexões realizadas com base no projeto “Trabalhadores ambulantes e suas redes de sociabilidade e produção”, Edital Universal CNPq nº 14/2011, Fortaleza 2013.

2 Universidade Estadual do Ceará (UECE) – Fortaleza – Brasil - bosco_feitosa@yahoo.com.br

3 Universidade de Fortaleza (UNIFOR) – Fortaleza – Brasil - reginaheloisamaciel@gmail.com

4 Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo – Brasil - lenysato@usp.br

Informal workers and the formation of socio-productive networks (SPN): theoretical and empirical considerations

Abstract: *This paper discusses the concept of Social Productive Network (SPN). It consists of informal workers to enable their activity at fairs and public spaces in cities. Its reference a set of empirical research conducted with street cities in the state of Ceará.. The methodology involves bibliographical and documentation research, interviews, observations and graphical configurations of SPN. A number of different SPN modalities were identified whose components are not shown in the oficial statistics, which do not even consider them as workers. Social Capital is expressed as the main propellant for the understanding of SPN.*

Keywords: *Social Productive Network; informal economy; Social Capital; Social Network.*

1. Introdução

A exclusão do trabalhador do mercado de trabalho formal, que, conforme definição da Organização Internacional do Trabalho – OIT –, compreende atividades ocupacionais regulamentadas e protegidas, leva muitas pessoas a recorrer a formas alternativas de sobrevivência fora dos padrões de regulação e proteção. Entre as várias estratégias utilizadas, atividades no âmbito da economia informal surgem como possibilidades concretas. Consoante a criatividade, as oportunidades de mercado e as circunstâncias objetivas e subjetivas em que são exercidas essas atividades, há uma vasta amplitude de ocupações que podem ocorrer na economia informal, o que torna desafiador homogeneizá-las num mesmo campo conceitual.

Desde o surgimento da expressão *setor informal* no Quênia, nos anos 1970 (ILO, 1972), as atividades não formalizadas, não regulamentadas e não protegidas com os mesmos benefícios legais conquistados pelos trabalhadores formais se multiplicaram, notadamente nos países onde o emprego formal é ou se tornou escasso.

Enquanto o impasse epistemológico sobre os conceitos de informalidade, atividades informais, setor informal e economia informal se alonga, tem-se como objetivo neste texto acrescentar ao debate a reflexão sobre um termo que combina informalidade, produção e redes de sociabilidades, aqui denominado *rede socioprodutiva* (RSP).

Nesta empreitada teórico-empírica tem-se como objetivo conceituar e definir o que é uma RSP, unidade de ideia surgida de várias pesquisas realizadas com

trabalhadores informais que utilizam áreas públicas como território para a prática de atividades de trabalho, seja desenvolvendo atividades ambulantes, seja vendendo ou prestando serviços em pontos fixos em feiras e logradouros públicos (Santos; Maciel; Ramos, 2012; Nascimento, 2013; Hyppolito, 2013).

Dado que o conceito discutido aqui surgiu como um conjunto estruturante de pesquisas empíricas, não se objetiva explorar os resultados dessas investigações em detalhes, mas sim utilizá-los como ilustrações do fenômeno sob discussão.

2. Método

Para definir o que se tenciona nomear RSP originada de experiências de campo, há de se compreender, empírica e teoricamente, a necessidade e as vantagens da propositura da expressão. Para tanto, tem-se respaldo metodológico na teoria fundamentada (*Grounded Theory*) proposta inicialmente por Glaser e Strauss (1967), que consta da utilização de métodos variados de coletas de dados; reunindo informações sobre o fenômeno e de forma indutiva, o pesquisador faz emergir teorias com origem na análise rigorosa dos dados do campo. Para tanto, a teoria fundamentada –TF– serviu de panorama epistemológico do termo “rede socioprodutiva”, uma vez que sua configuração foi urdida com suporte em dados empíricos. Desta forma, seguindo a TF, o artigo traz o modelo teórico-metodológico resultante de entrevistas, observações e métodos para os estudos de redes de várias pesquisas que delineiam a RSP como seu motivo condutor, com destaque para as realizadas por Santos et al. (2012), Santos (2013) e Hyppolito (2013).

O desenho e a análise de redes foram realizados com o auxílio de programas computacionais como o UCINET e NETDRAW (Borgatti; Evertt; Freeman, 2002). Estas ferramentas elaboram sociogramas com a finalidade de facilitar a visualização das posições dos componentes de uma rede e da força da relação entre eles, além de algumas características individuais.

Ao se criar mais uma expressão para explicar algumas das especificidades da economia informal, impõe-se justificar com segurança o que caracteriza essa nova denominação, com argumentos que validem o esforço teórico, e não tentar nomear com outras palavras aquilo definido por outros autores. O exercício de fragmentar a noção da economia informal em várias denominações pode auxiliar a esclarecer uma atividade múltipla e complexa, ao mesmo tempo em que é possível contribuir para novas formas de conhecimento nos campos da economia, da sociologia e da psicologia do trabalho. Nessa perspectiva, para se compor a noção de RSP é necessário que se esclareçam conceitos e

vocábulos conhecidos nessas áreas e suas respectivas formulações e combinações ao longo do tempo.

De “setor” a “economia informal”

A expressão setor informal aflorou nos anos 1970 como antítese do que não é formal. Toda atividade ocupacional não enquadrada nos parâmetros da formalidade empregatícia, ou seja, na relação de compra e venda de trabalho por meio de contratos formalizados ou assinatura em carteira profissional, é compreendida como atividade do setor informal. Essa perspectiva dificulta, no entanto, a atribuição de informal a todas as formas de atividade sem contrato formal que, a cada dia, aparecem e se inovam no mercado de trabalho. Assim, tratar este fenômeno como “setor” informal, como proposto pela OIT (ILO, 1972), pode parecer reducionismo de uma prática espalhada pelo mundo como alternativa de sobrevivência.

Nos anos 1980/90 e em períodos seguintes à inauguração da terminologia de que se cuida, o Brasil continua a designar o então setor informal como sinônimo de trabalho não protegido, não regulamentado. Porém, devido ao cenário de reestruturação econômica que então se estabelece, a visão da informalidade como negativa começa a mudar para uma perspectiva menos pejorativa. Algumas configurações sobre atividades informais são, inclusive, incentivadas pela políticas públicas, ampliando a dicotomia setor formal × setor informal. De fato, a mudança de cenário é sugestiva de que as ocupações informais são parte não só de um setor, mas também de toda a “economia”, com a transformação da ordem econômica, social e política (IBGE, 2005; Krein; Proni, 2010).

De fato, quando se adiciona a noção de “informalidade” à compreensão do termo “economia” como ciência que estuda o comportamento humano feita relação entre fins e meios escassos que possuem usos alternativos, tem-se a possibilidade de ampliar o que se entende por “setor informal”. Assim, recorrendo a Krein e Proni, e com eles concordando, reproduz-se seus entendimentos a respeito:

Fenômenos tais como a contratação ilegal de trabalhadores sem registro em carteira, os contratos atípicos de trabalho, as falsas cooperativas de trabalho, o trabalho em domicílio, os autônomos sem inscrição na previdência social, a evasão fiscal das microempresas, o comércio ambulante e a economia subterrânea podem ser evocados como exemplos da diversidade de situações que podem caracterizar o que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) denomina “economia informal” [...]. Geralmente, envolvem trabalhadores cuja condição tende a ser mais precária em razão de estarem

em atividades em desacordo com as normas legais ou fora do alcance das instituições públicas de seguridade social (2010: 7).

Essas atividades práticas, multifacetadas, podem ser formalizadas ou não, independentemente de a qual setor econômico pertençam. De fato, encontram-se atividades formais e informais tanto no setor primário como no secundário e no terciário. Por esta razão, é preferível que não se divida a economia em setor formal e setor informal. O que há na realidade são duas economias distintas, em que a regulamentação e a proteção do trabalhador caracterizam os campos da formalidade e da informalidade.

Embora não seja objetivo deste estudo aprofundar a discussão sobre setor informal, é importante registrar a ideia de que a literatura sobre informalidade permanece sem consenso, e cada autor a interpreta conforme seu enfoque específico, o que tem tornado o debate mais instigante. Para citar alguns, Saboia (2004) apresenta quatro possibilidades diferenciadas de inclusão de trabalhadores ocupados descritos no censo do IBGE/2000 como pertencentes ao setor informal, o que prova a pluralidade de concepções do termo. Por este pretexto, a expressão “setor informal” pode reduzir a riqueza de uma realidade comum nos dias atuais, em que no Brasil o trabalho informal tem sempre um peso importante e, mesmo em tendente queda, ainda ocupa destaque nas estatísticas sobre mercado de trabalho (IPEA, 2014). representa quase metade da população ocupada. Assim sendo, percebe-se que melhor do que o recorte epistemológico em “setor” é mais apropriado compreender a informalidade como intrínseca à economia informal.

Noronha (2003, p 119) apresenta três classificações da informalidade⁵ que podem possuir visões negativa (velha informalidade), positiva (informalidade neoclássica) e neutra (nova informalidade) desse mesmo fenômeno. Filgueira et al. (2004) situam o conceito mediante concepção econômica (capitalista/não capitalista), jurídica (legal/ilegal) e a mistura das duas anteriores ou “nova informalidade” (atividades fordistas ou capitalistas registradas/atividades fordistas). De fato, no Brasil se percebe uma “nova informalidade” pela presença de novos trabalhadores informais nas velhas e novas atividades, articuladas ou não com os processos produtivos formais, ou nas atividades tradicionais da “velha

5 Aqui, “velha” referindo-se à abordagem típica do Brasil dos anos 1960/70; “neoclássica” quando a busca por lucro de empresa em países cuja força de trabalho possui custos indiretos altos e rígida legislação; “nova informalidade” como “resultado natural de mudanças no processo de trabalho, de novas concepções organizacionais e novos tipos de trabalho, sem tempo ou espaço fixos, gerados pela sociedade pós-fordista ou pós industrial” (Noronha, 2003: 119).

informalidade” (Filgueira; Druck; Amaral, 2004: 21). Sobre este debate, Lima e Soares (2002) questionam se a “nova informalidade” não seria sinônimo de flexibilidade dos novos tempos, tendo como marca principal o caráter definitivo e não mais transitório, como num passado recente. O debate, entretanto, ainda continua polêmico e difuso. Registram-se ainda diversas outras denominações atribuídas a atividades praticadas nesse campo: desemprego disfarçado, subemprego, atividade clandestina, ilícita, não estruturada etc.

Entre algumas denominações dessas práticas ocupacionais, Spink (2009) usa o vocábulo *nanoeconomia* para se referir ao processo espontâneo, ocorrente, por exemplo, no cotidiano de pessoas sem emprego, ou subempregadas, que sofrem com a falta de recursos. Para o autor, é característica da *nanoeconomia* criar possibilidades de geração de pequenos recursos financeiros, que supram necessidades imediatas. Negócios caseiros – em que se utiliza um cômodo da casa para vender pequenas quantidades e pouca variedade de frutas e outros gêneros alimentícios – constituem um exemplo de negócio dentro da *nanoeconomia*. O mesmo sucede com a atividade de vender roupas de segundo uso. São, com efeito, pequenos empreendimentos que não entram nas estatísticas econômicas e que, portanto, são invisíveis e ignorados pelos formuladores de políticas públicas.

Uma das atividades mais conhecidas como informal é a venda de produtos em logradouros e praças dos centros urbanos das cidades, realizada de modo itinerante ou fixa em barracas, denominados feiras municipais ou simplesmente feiras⁶ (Lima; Soares, 2002; Santos et al., 2012; Santos, 2013; Hyppolito, 2013; Sato, 2007). Independentemente do porte da natureza de cada uma dessas atividades, esse circuito inferior da economia, reportando-se a Santos (2004), se reproduz em espaços urbanos onde haja movimento populacional configurado como a principal clientela. Não obstante, o exercício dessa atividade nem sempre se dá de modo tranquilo, mas, utilizando os termos de Certeau (1994), em constante tensão entre as estratégias do poder público para diminuir o número de trabalhadores informais em espaços públicos – como tentativa de organização e higienização desses espaços – e as táticas utilizadas por esses trabalhadores, contrapondo-se às medidas governamentais sobre o exercício dessas ocupações.

6 No Nordeste do Brasil, cada município costuma ter sua feira em um dia da semana, onde são vendidas ou trocadas mercadorias de todos os tipos, servindo de espaço de encontro e movimentação da economia local. Tais feiras devem ser diferenciadas das feiras livres comuns, também em vários municípios do país, onde se comercializam frutas e verduras e alguns outros produtos alimentícios.

Conforme propõe Certeau (1994), os conceitos de *estratégia* e *tática* ajudam a compreender as práticas que elaboram o cotidiano: as estratégias se relacionam com o poder exercido em um lugar ou em uma instituição e as táticas se vinculam à “astúcia popular”.

Nessa perspectiva, uma das táticas utilizadas pelo trabalhador informal é estabelecer redes sociais que se constituem aquém desses espaços e nem sempre são visíveis e computadas como atividade informal. Portanto, para melhor compreender esses expedientes táticos, é necessário entrar na esfera cotidiana, conhecendo seus aspectos simbólicos, a história, seu senso comum e as identidades que a permeiam (Carrieri; Souza; Almeida, 2008).

As redes sociais

As redes constituem objeto de investigação dos mais diversos campos do conhecimento, sejam eles pertencentes às ciências humanas, da natureza ou exatas (Castells, 2000).

O debate sobre redes, de certo modo, surge a partir da noção de sociabilidade. A questão da sociabilidade foi tratada por vários autores, sendo o conceito originalmente criado por Simmel (1967) e posteriormente ressignificado por algumas correntes teóricas. Para o autor, na sociedade os indivíduos estão constantemente ligados uns aos outros, influenciando e sendo influenciados, formando e pertencendo a diferentes “circuitos sociais”. Quanto mais circuitos existirem, mais interação existirá e mais complexa será a relação (Simmel, 1967).

Paulino (2011) observa que o interesse pela metáfora *rede*, para explicar formas específicas de relações sociais, aparece no campo da antropologia, com origem em vários autores, interessados, cada um, em analisar aspectos diferenciados da vida social, com base em pontos de vista teóricos e metodológicos também diferenciados. Borgatti, Mhera, Brass e Labianca (2009) consideram a ideia de que os seres humanos pertencem a redes de relações e interações, das mais potentes surgidas nas ciências sociais nos últimos tempos. Blockland (2003) utilizou a categoria redes em estudos de trajetórias individuais entre sujeitos que denominou “experiência social”. Outros autores realizaram investigações envolvendo indivíduos e suas “comunidades individuais” (Blockland, 2003; Grosseti, 2005; Espinoza, 1999).

Redes sociais são sistemas complexos, compostos por agentes que estabelecem diversos tipos de relações. As redes sociais estão em evidência, principalmente em vista do avanço tecnológico, que permite a expansão dos grupos e das relações entre agentes em variados territórios geográficos e virtuais de todo o

globo. Há que se apontar que autores como Wellman (2001) defendem que na contemporaneidade os vínculos são mais predominantes de “lugar-a-lugar” que de “porta-a-porta”. Na constituição de RSPs, entretanto, concorda-se com autores que defendem a importância de redes de caráter geográfico (porta-a-porta), sobretudo em comunidades pobres (Espinoza, 1999; Briggs, 2001; Fontes; Eichner, 2004). De fato, “indivíduos em piores condições têm redes menores, mais locais e menos diversificadas” (Marques, 2007: 92).

Para Velázquez e Aguillar (2006: 2), rede social é “um grupo de indivíduos que, de forma agrupada ou individual, se relacionam uns com os outros, com um fim específico, caracterizando-se pela existência de fluxos de informação”.

Matos (2011: 173-174) conceitua redes sociais como o resultado de relações entre “grupos de pessoas ou instituições específicas, mais ou menos duráveis no tempo”.

Assim conceituadas, as redes sociais e as metodologias para sua análise povoam a literatura sobre o desenvolvimento social (Hatala, 2006). Nessa perspectiva, os elementos de uma rede podem ser definidos como na sequência:

- Pessoa-foco – responsável pelo início da formação da rede, geralmente é a maior articuladora dos nós.
- Nós ou atores – pessoas ou grupos de pessoas que se agrupam com um objetivo comum com origem na pessoa-foco.
- Vínculos ou relações – laços entre dois ou mais nós. Representam-se como linhas ligando dois ou mais nós.
- Fluxo – indica a direção do vínculo que se representa com uma seta, mostrando o sentido. Pode ser unidirecional ou bidirecional.

As redes sociais, na compreensão de France (2006), possuem duas vertentes: uma estrutural, que se atém ao estudo das estruturas, sem considerar o tipo e a forma das relações; e uma relacional, referente às condições sociais e políticas em sua formação e sua manutenção. Além da estrutura, a rede social é permeada de valores, de subjetividade e de formulação compartilhada.

Na perspectiva de Abramovay (1998), para entender as desigualdades regionais com vistas ao desenvolvimento social deve-se estudar a montagem das redes, convenções e instituições que permitem ações cooperativas incluídas do alcance de bens públicos, como educação, saúde, informação, e que enriquecem o tecido social de certa região. Portanto, para o conceito de redes sociais convergem diversas tradições teóricas que focalizam o desenvolvimento social e os conteúdos das relações entre pessoas na manutenção de suas necessidades. Um dos conceitos que mais se relacionam com o de rede sociais é o de capital social.

Capital social e redes sociais

Segundo Bourdieu (1980), capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais ligados à pertença a uma rede de relações duráveis, mais ou menos institucionalizadas, de conhecimentos e reconhecimentos mútuos entre as pessoas (Bourdieu, 1980: 2). Enquanto Bourdieu o atribui ao indivíduo, mas também ressalta que o capital social pode ser possuído coletivamente, Coleman (1988) enfatiza as relações sociais que permitem a um conjunto de pessoas potencializar o uso de seus recursos humanos e econômicos.

Capital social também pode ter a versão ampliada, sendo definido como uma rede de relações interpessoais e/ou intergrupais de cooperação na qual seus integrantes, com origem em recursos provenientes de redes sociais, são regidos por determinadas regras, sistemas, crenças, valores, sentimentos (de reconhecimento, respeito, amizade) e confiança, e estabelecem instituições e relacionamentos cujo objetivo é a promoção do grupo com suporte em ação conjunta, interação, reconhecimento mútuo e aprendizagem de seus agentes (Silva, 2006; Lima; Conserva, 2006; Lima, 2001; Marteleto; Silva, 2004; Bourdieu, 1998; Sanabio, 2006; Degenne, 2004; Sebrae, 2004).

Assim, a rede social proporciona trocas subsidiadas pelo capital social do grupo ou rede, seja ela formalmente constituída ou não. Putnam (2002) expande o conceito, estendendo-o a sociedades inteiras e regiões geográficas, referindo-se, dessa forma, a relações potenciais, levando a conclusões nem sempre apoiadas por evidências empíricas (Portes, 2000). Ao sentido dado por Pierre Bourdieu ao conceito de capital social soma-se o de rede, proporcionando um entendimento das trocas que ocorrem no seu interior, ou seja, capital social é uma característica interior a uma rede social.

As redes sociais, portanto, constituem as teias de comunicação permeadas por significados em que os recursos do capital social e seu fator característico – a confiança – podem se expandir. “As redes sociais são a espinha dorsal da vida social e econômica” (Eagle, Macy, Claxton, 2010: 1029). O capital social, por sua vez, torna-se cada vez mais forte quanto maior é o seu uso. Assim, Coleman (1990) ensina que, na perspectiva das redes sociais, o capital físico e o humano conservam-se nos nós como propriedade atomizada, e o capital social mantém-se nos laços como propriedade da estrutura social.

Importante ressaltar que Granovetter (1983), em estudos sobre a influência dos laços ao acesso a empregos, identificou que os laços considerados fortes possuem uma rede mais fechada, com número limitado de membros, e que são menos efetivos na empreitada no acesso ao emprego, enquanto os laços fracos, cuja estruturas são mais abertas, mesmo que instáveis, tornam-se mais

eficazes para ações dessa natureza. Nessa perspectiva, a força de um laço resulta da combinação, possivelmente linear, da quantidade de tempo, da intensidade emocional, da confiança mútua e dos serviços recíprocos existentes no laço (Fazito; Soares, 2011).

Estudo interessante sobre redes sociais foi realizado com crianças de rua no Quênia (Ayuku et al., 2003). No referido ensaio, foi aplicada a análise de redes sociais de Maastricht, que consiste em dividir a rede em grupos familiares, de amigos e fornecedores de serviços. Esses setores podem ser ainda subdivididos em unidades menores, denominadas *clusters* (conglomerados), que variam de acordo com o objetivo e a população estudada. Estes grupos de fornecedores de serviços é exatamente o que se tenciona discutir com apoio nos achados empíricos em trabalhadores informais do centro de Fortaleza.

É importante ressaltar que não se trata de redes sociais amplas, mas sim de recortes de redes sociais ou redes pessoais. Existem vários tipos de redes, e sua estrutura, de certo modo, depende da forma como os dados são obtidos (Marques; Bichir, 2011).

No contexto da economia informal, há um tipo de rede de comercialização e distribuição da produção já bastante estudada nos campos da economia e da administração, quando se mapeiam os percursos da mercadoria desde o trabalhador informal que a comercializa em espaços públicos. Com base, no entanto, em estudos empíricos nas áreas da sociologia e da psicologia social, aqui considerados os de Santos (2013), Santos et al. (2012) e Hyppolito (2013), percebe-se a existência de um tipo de rede – socioprodutiva – que possui características de redes sociais na formação de uma rede de produção de bens ou prestação de serviços. Porém, o combustível que a alimenta, pelo menos inicialmente, é a relação de confiança, característica inerente ao capital social. Não obstante, a relação nessa rede é anterior à venda de mercadoria ou prestação de serviço e não é apenas social. De fato, ela se origina no “circuito social”, parafraseando Simmel (1972), de trabalhadores informais com pouca organização e, sobretudo, pouco capital financeiro. Com o acréscimo da ação produtiva, as RSPs se diferenciam das chamadas redes de apoio social.

Em suma, tenciona-se definir este tipo de ação em que se conjugam a prática social e o exercício produtivo em articulação única, e que tem como diferencial ser urdida em momento anterior à venda final do produto nos espaços públicos. Não se busca com a discussão da RSP (re)nomear um fenômeno em pleno curso, mas compreender uma especificidade de relação social e de produção inerente ao mundo da informalidade. Ao nomear este fenômeno busca-se facilitar o debate no campo socioantropológico contemporâneo. Importante lembrar que

alguns autores da sociologia econômica já se aproximaram do que se pretende conceituar: Granovetter (2003), apresenta a noção de “incrustação”, que defende que os comportamentos e instituições são condicionados pelas relações sociais independentemente do período histórico; Lima e Conserva (2006) investigaram as redes sociais criadas como estratégias de entrada e permanência de trabalhadores no mercado de trabalho; e Pinheiro Machado (2005) estudou ambulantes do Rio Grande do Sul e suas redes de relações que dão sentido ao trabalho.

Essa articulação que considera a relação de sociabilidade a uma prática produtiva não pode ser considerada *cluster*, tampouco arranjos produtivos ou grupos de produção; nem funciona como rede exclusivamente de produção e/ou comercialização, já que o vínculo social e de confiabilidade é *conditio sine qua non* para o desenvolvimento dessa relação produtiva.

Nessa perspectiva, as atividades e relações observadas em pesquisas sobre o trabalho informal nas feiras dos municípios de Fortaleza, Cascavel e Crato, no Ceará, apontam para a necessidade de compreensão desse fenômeno, não raro de ocorrer entre os trabalhadores e que necessita de aprofundamento.

As redes socioprodutivas (RSP)

Uma RSP se forma desde uma relação de confiança que uma pessoa-foco, neste caso o trabalhador informal, cria com outros sujeitos. A rede tem como objetivo desenvolver uma atividade que esses trabalhadores seriam incapazes de realizar sozinhos em circunstâncias específicas, como, por exemplo, aumento da demanda ou encomendas além da capacidade de produção existente no momento. Essa rede se forma, geralmente, com procedência no núcleo familiar, quando pessoas são arregimentadas para auxiliar na confecção ou distribuição do que é comercializado, ou na prestação de serviços em espaços públicos. Há, portanto, possibilidade de expansão da rede para vizinhos, parentes e amigos a partir da relação social e, notadamente, do nível de confiança.

Importa, antes de configurar esse termo, justificar que essa rede tem algumas especificidades que a diferenciam de outras iniciativas, definidas e estudadas entre os pesquisadores da economia informal. Desse modo, alguns conceitos do mercado de trabalho podem possuir aproximações com a realidade das RSPs, conforme se expõe a seguir.

Quanto aos agentes/nós da rede, comparando-se com as definições do IBGE, pode-se verificar a existência de algumas aproximações com trabalhador por conta própria, empregados, proprietário de empresas do setor informal e trabalhador não remunerado.

Consoante a literatura sobre mercado de trabalho, *trabalhador por conta própria* é a pessoa que trabalha explorando o próprio empreendimento, sem empregados, individualmente ou com sócio, com o auxílio ou não de trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar. Embora possa ser considerado trabalhador por conta própria, nem sempre o operador da RSP conta com o auxílio somente do componente da unidade familiar. O que importa são os laços de sociabilidade que ele utiliza para a formação da rede, que independe da relação familiar. Para utilizar a terminologia de Elias (1997), o trabalhador da RSP possui outras “teias de interdependências”.

Os trabalhadores arregimentados pela pessoa-foco da RSP tampouco podem ser considerados *empregados*, já que não há contrato nem demarcação e cobrança de jornada de trabalho, mas sim um acordo de confiança para a produção definida. Ademais, a pessoa-foco não pode ser considerada empregador, já que, na definição do IBGE, empregador é a pessoa que trabalha explorando o próprio empreendimento, com pelo menos um empregado, contando ou não com ajuda de trabalhador não remunerado, membro da unidade domiciliar. Ora, o trabalhador da RSP não tem empregados, mas pessoas às quais ele recorre para auxiliar na sua atividade.

O *proprietário de empresas do setor informal* é o trabalhador por conta própria ou empregador com no máximo cinco empregados, morador em área urbana, que desenvolve atividades não agrícolas, independentemente do número de não remunerados e sócios. Este é o conceito que mais se aproxima da pessoa-foco da RSP, embora ela não tenha uma empresa, como exhibe o conceito do IBGE (2013).

Enquanto isso, alguns trabalhadores que compõem os nós da RSP podem excepcionalmente ser considerados *trabalhadores não remunerados*, expressão definida como pessoa que trabalha sem remuneração, pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar, que é considerado trabalhador por conta própria ou empregador, ou, também, pode trabalhar para membro da unidade domiciliar que é empregado (IBGE, 2013). A maioria dos membros da rede são pessoas, no entanto, que se tornam agentes sem determinação mais específica.

Quanto à natureza do empreendimento, o da RSP se aproxima da concepção de *empresa do setor informal*, mas não é a mesma coisa. Este tipo de empreendimento é conceituado por atividade não agrícola, explorada por pessoa ocupada por conta própria ou empregadora, com até cinco empregados, com ou sem sócios e com ou sem trabalhadores não remunerados, cuja constituição jurídica não pertence ao grupo das sociedades anônimas, ou aquelas cuja declaração

anual do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica do ano anterior não foi preenchida no formulário *Lucro Real*. Na RSP, nada impede que haja atividade agrícola, e a forma de empreendimento não tem qualquer constituição jurídica referida no conceito de empresa do setor formal.

O grupo de atividade é outra tipologia de empreendimento que não representa o que se quer denominar RSP. Definido como um grupamento de atividades, o grupo de atividade é obtido mediante a identificação da finalidade ou ramo de negócio, firma ou empresa do empregador com, no máximo, cinco empregados, ou da natureza da atividade exercida para a pessoa que trabalha por conta própria. Os grupamentos de atividade são: indústria de transformação e extrativa; construção civil; comércio e reparação; serviço de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicações; atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas; educação, saúde e serviços sociais; outros serviços coletivos, sociais e pessoais, e outras atividades.

Grupos produtivos informais é a expressão aplicada a pequenos grupos de pessoas que produzem um ou mais produtos para ser comercializados nas feiras de economia solidária, organizadas pela rede de economia solidária. Embora pareçam com o que se denomina RSP, esses grupos funcionam homogeneamente na realização de uma mesma tarefa, auto-organizados, não funcionam como rede, mas podem participar de redes como grupos, como acontece no âmbito da economia solidária, em que vários grupos se articulam e cada um deles, na expressão e no esquema de redes, funciona como um nó da rede de economia solidária. Geralmente, esses grupos existem respaldados por uma política pública. Nesse aspecto, eles diferem da RSP, porque esta é formada pela iniciativa de uma pessoa, a pessoa-foco, nem todos os que compõem essa rede se relacionam e realizam a mesma tarefa, o que é comum nos grupos produtivos solidários. Na RSP todos possuem um vínculo com a pessoa-foco, e pode ocorrer também que outras redes transversais se formem com origem num dos componentes da rede original. Nesse caso, o agente/nó de uma rede passa a ser a pessoa-foco de outra.

Nos grupos produtivos percebe-se maior disciplinamento, bem como maior demarcação hierárquica. Mesmo com caráter solidário, eles funcionam mediante normas e regras mais definidas pelo grupo, ao passo que nas RSPs essas regras são estabelecidas pelo nível de confiança da pessoa-foco com os demais membros.

Outra forma de produção em rede são as *redes de cooperação produtiva* realizadas por micro e pequenas empresas, que se articulam em função da ameaça de concorrência de empresas maiores. Amato-Neto e Fucci-Amato (2009)

compreendem rede de cooperação produtiva como uma das possíveis maneiras de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) reduzirem os custos, aumentarem a eficiência, a qualidade de seus produtos e os canais de distribuição, além de reduzirem o tempo de resposta ao mercado, por via dos ganhos de escala e escopo que são proporcionados pelo equilíbrio entre a cooperação e a competição (Pyke; Sengenberger, 1992). Nesse caso, também esse tipo de rede não representa a situação que se intitula RSP, por se tratar de rede entre empresários de micro e pequenas instituições como produtores autônomos que se juntam para um fim eminentemente produtivo e não se perceber qualquer importância equivalente para a relação de sociabilidade entre eles. É um acordo que pode ter um componente social, mas não é o fator impulsionador da formação da rede. Ademais, pode-se pensar que uma RSP em estado mais sofisticado em termos do capitalismo pode se transformar em sistema de cooperação produtiva, sendo essa uma hipótese a ser verificada.

Um conceito que pode ser confundido com as RSPs é a noção de *arranjos produtivos locais – APLs*. Os APLs são compreendidos como uma *concentração geográfica* de empresas e outras instituições que se relacionam em um *setor* particular. Realmente, apesar de existirem diversas visões sobre o que sejam os APLs, é consensual uma característica comum a eles, isto é, os APLs representam aglomerações de empresas de um determinado setor ou cadeia que se organizam, mais precisamente, em função de um sistema produtivo (Santos et al., 2004).

As definições originais de APL contam com a presença de fornecedores especializados, universidades, associações de classe e instituições governamentais proativas no local, centros tecnológicos, centros de treinamento de mão de obra, ou instituições que façam coleta e difusão de informações, apoio técnico etc., ou ainda elevado grau de cooperação, confiança ou inovação no local.

Assim sendo, não se pode atribuir a uma RSP esse nível de sofisticação, assistência e capacitação dos produtores vinculados aos APLs. Como os grupos produtivos solidários, os APLs também costumam ter suporte em uma política pública de incentivo ao seu desenvolvimento, e os laços de sociabilidade nem sempre são evidentes, como se pode perceber em uma RSP.

De fato, a RSP tem no capital social a característica de mobilizar a confiança como combustível para funcionar. A peculiaridade da RSP está em que as pessoas componentes da rede não formam um grupo de produção no sentido enunciado pela economia solidária. Na RSP há sempre um sujeito/pessoa-foco que organiza a rede conforme suas necessidades de “contratar” o serviço de outrem (agentes/nós), mesmo que a remuneração para este “vínculo informal”

seja não fiduciária. Não há necessariamente uma divisão dos papéis e consequente distribuição dos “ganhos”.

Ante o exposto, observou-se em campo que as circunstâncias específicas para a formação de uma RSP se dão quando:

- ocorre demanda de produto ou serviço que o trabalhador informal não tem capacidade de atender sozinho;
- o trabalhador informal resolve expandir suas vendas ou serviços para outras áreas da cidade ou outros municípios, sem tencionar e ter condições objetivas para abrir uma empresa;
- o tipo de atividade requerida pelo trabalhador informal a agentes de sua relação social/familiar não exige alto nível de qualificação;
- o trabalhador possui uma capacidade de desenvolver capital social entre seu grupo social e, com base na confiança, articular uma rede de produção com sujeitos de sua relação social;
- essa pessoa-foco estimula a criação de nós, que favorecem a consecução de seus objetivos de expandir as vendas ou serviços;
- esses sujeitos arregimentados pela pessoa-foco não são visíveis nas estatísticas da economia informal, pois, geralmente, quem aparece é o produtor, aqui chamado de pessoa-foco/produtor informal, que vai à feira ou entra em contato com os canais de comercialização; e
- usa-se, algumas vezes, a tática de burlar a fiscalização da Prefeitura dividindo suas vendas com parentes e/ou amigos que, aos “olhos” da Prefeitura, funcionam como outros trabalhadores informais, mas de fato são vinculados à “pessoa-foco” da RSP. Nesses casos, os trabalhadores que vão às feiras não são invisíveis, comparados aos que auxiliam em outras etapas da produção em suas residências (Santos, 2013).

Nesse exemplo, percebe-se, portanto, um embrião de um microempreendimento em moldes capitalistas, sem que o cabeça assuma explicitamente o papel de empregador, mas o faça conforme a demanda de seus produtos e/ou serviços a ser vendidos/realizados. Apresenta-se com esse caso específico a hipótese de ser a RSP um embrião de muitas empresas que cresceram com suporte na iniciativa do uso do capital social na perspectiva de produção de bens e serviços.

São características específicas dessa forma de sublocação de mão de obra na RSP:

- a confiança é a moeda de troca mais importante. A amizade e, muitas vezes, a solidariedade e a intenção de ajudar um companheiro, independentemente de ser da família, podem ser consideradas imprescindíveis nessa relação;
- nem sempre o contratado é remunerado com dinheiro. Há casos de troca de favores, como, por exemplo: um vendedor de vestido de malha na época de aumento da demanda contrata um primo e sua esposa que moram no interior do Ceará. Estes se hospedam em um quarto no quintal de sua casa e, enquanto fazem outros bicos na cidade, a mulher dele faz faxina em outras casas. Eles auxiliam na confecção dos vestidos e o primo ajuda a levar as peças para a praça. Para tanto, a hospedagem não é cobrada e o pagamento é em peças (vestidos) que eles podem levar de volta ao interior e vender. Portes (2000) ressalta que as formas de trocas não monetárias podem ser pontos importantes de poder de influência, pois as consequências positivas da sociabilidade e o fato de que os benefícios não precisam ser necessariamente monetários tornam as relações mutuamente proveitosas. Nessa perspectiva, há de se observar que, mediante essa característica, podem ocorrer relações precarizantes e precarizadas entre os sujeitos;
- o contratado pode também arregimentar outros sujeitos para realizar tarefas não necessariamente vinculadas à função que lhe foi atribuída pela pessoa-foco, propiciando outras ramificações da RSP. Como exemplo pode ser citado o da mulher de um vendedor de roupa infantil que durante o aumento das demandas convida uma vizinha para ficar durante um expediente com os seus filhos, tendo como pagamento a costura gratuita de roupas para ela e a prole (Santos, 2013).

O uso permanente do capital social torna-se o impulsionador da produção, mediante confiança e amizade, essenciais para a formação da RSP. Conforme demarca Polanyi (2012: 45), referindo-se à relação de sociabilidade, o laço social é crucial, e em vez de a economia estar embutida nas relações sociais são as relações sociais que se embutem no sistema econômico.

Não obstante, no cenário do sistema capitalista, apresentam-se princípios como: acumulação de capital, competição entre agentes econômicos, busca pelo lucro máximo e uma racionalidade instrumental, baseada no cálculo entre meios e fins, além da necessidade de expansão de mercados para comercialização das mercadorias. É nesse cenário que a maioria dos trabalhadores informais atua, sobretudo os que exercem atividades nas zonas urbanas. Nessa perspectiva, a RSP não pode ignorar a existência dessa condição.

Ora, como sobrevive uma rede que persiste em manter os princípios do capital social no atual contexto do capitalismo? Isto é justamente o que fornece à RSP um caráter específico e diferente de outras formas de redes.

Conforme Elias (1999: 15), uma “rede só é compreensível em termos da maneira como eles [os indivíduos que dela participam] se ligam, de sua relação recíproca [...]”. Assim, tomando este enunciado para as RSPs, percebe-se que, além da relação de confiança e sociabilidade, tem igual importância na RSP a produção ou prestação de serviços. Mesmo sem se referir às RSPs como se apresentam neste ensaio, Elias ressalta o movimento de “tecer” e “destecer” das ligações de uma rede (1997: 35) que se harmonizam ao elevado grau de maleabilidade e de adaptação do ser humano. Percebe-se, portanto, no caso das RSPs, que nesse movimento, embora dependente das oscilações do mercado, quando o capital social é forte, a tendência é de permanência dos nós da rede, mesmo que se tenha de buscar outras estratégias de manutenção. Quando não há, no entanto, um nível de sociabilidade e de confiança suficiente, a rede pode ser interrompida ou reconfigurada, conforme a conjuntura do mercado e da relação socioproductiva.

Em suma, o que se tenciona enfatizar com a expressão RSP é que na prática da ocupação informal ela acontece mais do que se imagina, e nem sempre esses trabalhadores que ficam no *back stage* do vendedor ou prestador de serviços dessa “nanoeconomia” (Spink, 2009) são contabilizados. Alguns sequer se acham trabalhadores, por não considerarem a atividade que realizam para a pessoa-foco da rede uma atividade ocupacional, mas um passatempo enquanto não “arranjam coisa melhor”, como relatam alguns trabalhadores. As RSPs compreendem fluxos de relacionamentos interpessoais que permitem a vinculação entre as pessoas por relações de confiança e cooperação na busca pelo sucesso mútuo dos participantes intermediadas por uma atividade produtiva.

Redes socioproductivas em movimento

Para ilustrar o que se denomina RSP, apresentemos alguns casos. O primeiro é de um vendedor de confecção na Praça da Lagoinha, em Fortaleza. Francisco vende vestidos de malha, carregando-os nas mãos, e não tem barraca fixa na praça. Fica andando e, se para por muito tempo, o fiscal da Prefeitura vem pedir para continuar circulando.

Em visita à casa de Francisco, a equipe conheceu sua mulher Fátima, que confecciona os vestidos. A família tem dois filhos: uma menina de 6 meses e um garoto de 3 anos. Fátima conta que,

Na verdade, eu não faço sozinha. Se não fosse a Lídia para tomar conta dos meninos eu não conseguia... Lídia é a minha vizinha, faz muito tempo que a gente se conhece, e eu costuro as roupas dela e dos meninos e ela me ajuda levando os meus filhos para a casa dela quando tô aperreada.

A vizinha participa, portanto, dessa rede socioprodutiva e foi chamada a depor sobre o trabalho. Lídia faz faxina em duas casas “fixas” (sic) e nos outros dias fica em casa. Tem três filhos: uma menina de 10 anos e dois meninos, um de 4 e outro de 2 anos. Fala que economiza com os vestidos e roupas das crianças que a Fátima sempre costura para ela, às vezes com tecido que ela compra, às vezes com tecido que Fátima aproveita das sobras.

Para mim é uma economia porque não tenho de pagar costureira para fazer minhas roupas, e essa menina gosta muito de se vestir, e a Fátima agrada muito ela com vestidos das sobras das costuras (Lídia).

Francisco também fala de um primo que o ajuda nos períodos de maior venda (final de ano). Aristides vem com a esposa e se hospeda em um quarto nos fundos da casa. Como relata Francisco,

Eles acha é bom. Ele sai comigo para a rua e deixo ele vendendo na feira da José Avelino [centro de Fortaleza] ou da Messejana [bairro de Fortaleza], e eu fico pelo Centro. O que ele vende eu dou uma parte (10%), mas ele se hospeda de graça em casa e sua mulher ainda arranja umas faxinas com a Lídia que nessa época do ano sempre aparecem... aí ela também ganha um dinherim.

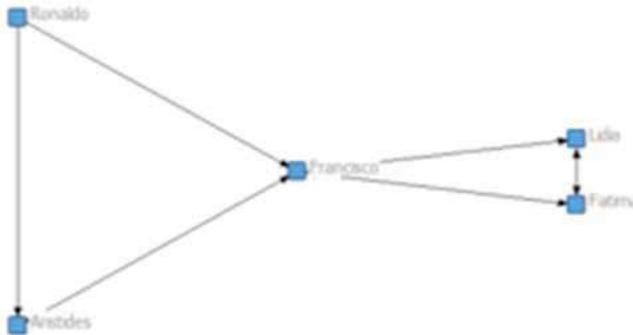
Francisco informa, ainda, que conta com um cunhado que às vezes vai deixar as roupas para ele na praça; ou, se Aristides precisa, ele vai ao seu encontro deixar mercadoria. Francisco paga o ônibus e o presenteia quando pode.

Quando eu tenho sorte de vender tudo logo de manhã eu ligo pro Ronaldo e ele vem deixar mais peças. Aqui fica difícil a gente trazer muita coisa e ficar andando pra lá e pra cá. Aí, quando vejo que vai faltar eu ligo para ele e ele vem deixar... às vezes ainda dá um rolê comigo vendendo no outro lado da praça e eu fico nesse.

Ronaldo tem 16 anos e estuda à tarde. Segundo Francisco, às vezes ele não quer vender, mas quando está precisando comprar alguma coisa ele fica andando com os vestidos para ganhar comissão. Geralmente, porém, Francisco só lhe paga o ônibus e, como ele disse, por vezes dá presentes a ele, como fez no mês passado – deu-lhe como presente um celular.

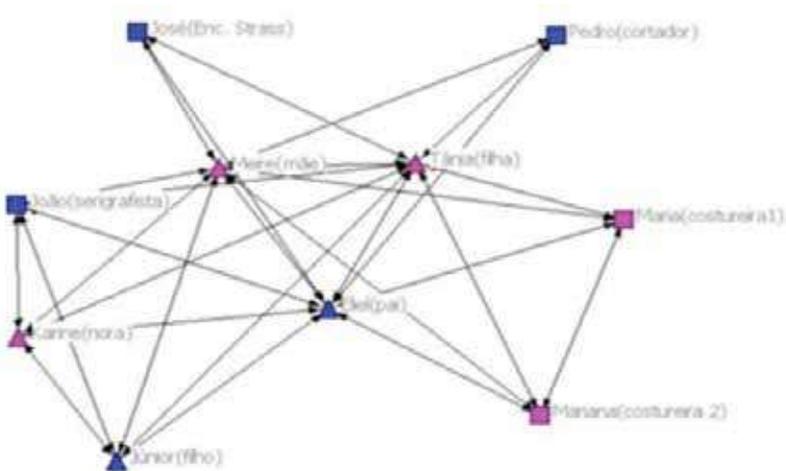
Assim, é possível descrever a RSP em que Francisco é a pessoa-foco do modo mostrado na Figura 1.

Figura 1: Desenho da rede obtido por meio dos programas UCINET e Netdraw.



Num segundo caso focalizou-se a RSP de uma pequena confecção de roupas (Hippolito, 2013). Foram entrevistados os proprietários e trabalhadores do negócio informal, que produz artigos e os comercializa em várias feiras de rua de cidades do estado do Ceará. A Figura 2 reproduz a rede encontrada:

Figura 2: Representação de uma RSP (Hippolito, 2013)



Na pesquisa, a escolha do nó inicial, senhor Eliel (pai), foi feita intencionalmente, quando em primeiro contato ficou claro seu papel de pessoa-foco. Além de dona Meire (mãe) e Tânia (filha), que ocupam um lugar estratégico na rede em estudo, os demais componentes foram convocados a falar de suas experiências e da cooperação de cada um no desempenho de funções importantes nessa rede: duas costureiras, um cortador, um encarregado de fixar *strass* (aviamento) e um dos serigrafistas que presta serviço para a rede. Atualmente a rede está centralizada em três agentes: pai, mãe e filha, considerados os nós principais, pois partem deles todos os vínculos com os demais integrantes da rede.

Para diferenciar os gêneros e os integrantes da rede que pertencem à mesma família, foram usadas cores e formatos distintos (figura 2). O azul representa os nós masculinos e a cor rosa, os nós femininos. Os triângulos indicam que são da família.

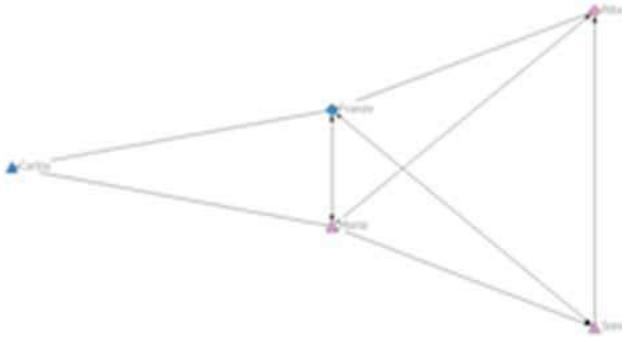
A fala a seguir, de dona Meire, mostra o início da formação da RSP:

Na época minhas crianças eram tudo pequenas, eu trabalhava fora, eu tinha muita preocupação de deixar eles em casa só. E pedi a Deus para me ajudar, abrir uma porta para poder cuidar dos meus filhos em casa. Eu trabalhava fora na indústria. Pedi as contas e vim pra casa. Aí comprei uma maquininha pequenininha doméstica e fui aprendendo, fui cortando, fui fazendo. Eu desmanchava uma peça e fazia, cortava e fazia e assim em diante, né? Aí aprendi. Aí quando eu aprendi fui fazer calcinha, aí fiz cueca, já fiz de tudo para sobreviver. Aí fiz roupa, tecido plano. Aí parti para a malharia, aí daí para cá Deus tem me abençoado.

Um terceiro caso ilustrativo de RSP foi encontrado na feira do município de Cascavel, no Ceará. A rede inicia-se com a senhora Maria, que faz e vende lanches na feira (tapioca, pamonha, cocada etc.). Ela fica em um lugar fixo e conta com ajuda de algumas pessoas. A mãe, Rita, faz a cocada e, segundo ela, não paga nada porque a mãe já mora com ela. Os bolos são de Sônia, a vizinha, que lhe fornece com a condição de ganhar 50% das vendas, contanto que ela não precise ir à feira para vender, mas possa mandar seu filho Franzé, que ajuda Maria pegando parte da mercadoria e circulando de bicicleta por entre os transeuntes para vender cocada, bolo e tapioca.

A barraca é montada pelo marido Carlos, que fica junto, “no caso de haver algum engraçadinho botando boneco [fazendo confusão]”, conforme ressaltou Carlos. Mas Carlos trabalha na construção civil e não considera aquele ritual de todos os sábados acompanhar a esposa e ficar com ela na feira como um trabalho, assim como Rita e Sonia não se consideram trabalhadoras. Somente Maria e Franzé dizem que “trabalham na feira” (Figura 3)

Figura 3: Desenho da rede obtido por meio dos programas UCINET e Netdraw.



Sintetizando a rede socioproductiva

A RSP é, portanto, formada de relações de confiança que uma pessoa-foco cria com outros sujeitos tendo em vista empreender uma atividade que sozinha seria incapaz de realizar em circunstâncias específicas. Nasce e se desenvolve com o uso do capital social, sem o qual ela pode ser extinta. A RSP requer relações de sociabilidade e produção como condicionantes do engajamento dos agentes junto à pessoa-foco, formadora da rede.

Os nós formados podem se ramificar em outras redes, podendo um participante de uma rede gerar outra rede em que ele é a pessoa-foco. É o caso do exemplo citado por Hyppolito (2013) em que um dos filhos que compunha a rede de confecção do pai, marcando as roupas com o trabalho de serigrafia, montou a própria rede, atendendo a outros trabalhadores que não tinham qualquer ligação com aquela formada pelo pai, à qual ele continuava pertencendo.

Nem sempre os serviços prestados ou as peças produzidas pelos “agentes-nós” são remunerados com dinheiro, podendo ser negociados favores e outras formas de pagamentos não fiduciários. A RSP pode se estender ou contrair conforme as demandas do mercado, mas estudos empíricos (Santos, 2013; Santos et al., 2012; Hyppolito, 2013) apontam para a dificuldade de desmonte da rede quando o nível de sociabilidade e confiança é alto. Nesse caso, percebe-se a força do que Blokland (2003) identifica como *comunidades individuais* que, transpondo o espaço geográfico, são representadas pelos vínculos individuais de sociabilidade e integração entre pessoas.

Quando a produção passa a ter maior importância do que a sociabilidade e a confiança no âmbito de uma RSP, é possível que o produtor/pessoa-foco dessa

rede inicie um processo de transformação, tornando a RSP um empreendimento mais próximo da empresa formal. Nesse processo, ele pode vir a utilizar a RSP como alibi para se manter como pequeno produtor informal, para não se comprometer com os custos da regularização de uma microempresa, preferindo se manter na condição de trabalhador informal. Essa estratégia, encontrada em um caso na pesquisa realizada por Santos et al. (2012), demonstra uma descaracterização do que se concebe como RSP e, ao contrário, se nota o rumo desse empreendimento vir a se configurar como empresa capitalista.

Considerando que na sociedade existem redes de agentes, individuais e coletivos, interdependentes e sobrepostas (Fazito; Soares, 2011), as RSPs são mecanismos considerados importantes para a economia informal no contexto social. Nem sempre, entretanto, a RSP é contabilizada como processo imprescindível para o nascimento e o desenvolvimento de microempreendimentos que, muitas vezes, dão origem a pequenas empresas formais e capitalistas.

Em suma, o intuito deste ensaio não é discutir a origem de micro e pequenas empresas, e sim descrever um movimento específico de trabalhadores informais que comercializam produtos em espaços públicos da cidade, notadamente em feiras e praças. Para essa rede se consolidar como rede socioprodutiva é necessário que o capital social seja mantenedor dos laços criados e, sobretudo, mobilizador de valores sociais como confiança, respeito, criatividade etc. Quanto mais fortes forem esses valores mobilizados, maiores condições os trabalhadores informais terão de desenvolver táticas de enfrentamento à perseguição da fiscalização, ao desemprego e à precariedade da vida. Ademais, mesmo que essas ações já tenham sido estudadas por alguns autores (Lima, 2001; Marques, 2001; Lima; Cockell, 2008), ainda não se esgotou a necessidade de se aprofundar na compreensão desse fenômeno e, sobretudo, incluí-lo nas preocupações das políticas públicas para a economia informal em tempos de flexibilização do trabalho, que acentua a desregulamentação e a precarização.

Referências

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: *IV Anais do Encontro Nacional de Economia Política* (pp. 1-18). Governo do Estado do Ceará, 1998, p. 1-18. Recuperado de: <http://www.sep.org.br/artigo/ivcongresso66.pdf>; em 9 abr. 2011.
- AMATO NETO, J.; FUCCI-AMATO, R. C. Capital social: contribuições e perspectivas teórico-metodológicas para a análise de redes de cooperação produtiva e aglomerações de empresas. *Revista Gestão Industrial*, 5(1), 2009, p. 18-42.

- AYUKU, D.; ODERO, W.; KAPLAN, C.; BRUYN, R. D.; VRIES, M. D. Social Network Analysis for Health and Social Interventions among Kenyan Scavenging Street Children. *Network*, 18(1), 2003, p. 109-118.
- BLOKLAND, T. *Urban Bonds*. London, Basil Blackwell, 2003.
- BORGATTI, S. P.; MEHRA, A.; BRASS, D. J.; LABIANCA, G. Network Analysis in the Social Sciences. *Science*, 323(2), 2009, p. 892-896.
- BORGATTI, S. P.; EVERETT, M.G; FREEMAN, L.C. *Ucinet for Windows: Software for Social Network Analysis*. Harvard (MA), Analytic Technologies, 2002.
- BOURDIEU, P. Le capital social. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 31(1), 1980, p. 2-3.
- BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis, Vozes, 1998, p. 65-69.
- BRIGGS, X. Ties that Bind, Bridge and Constrain: Social Capital and Segregation in the American Metropolis. Artigo apresentado no seminário Segregation and the City, realizado no Lincoln Institute for Land Policy, em 2001.
- CARRIERI, A. D. P.; SOUZA, M. M. P. D; ALMEIDA, G. O. Feirante ou barraqueiro? Identidades e estratégias na Feira do Jubileu. *Revista Economia & Gestão*, 18(17), 2008, p. 70-87.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- COLEMAN, J. S. Social Capital in the Creation of Human Capital. *The American Journal of Sociology*, 94, Suppl., 1988, p. 95-120.
- COLEMAN, J. S. *The Foundations of Social Theory*. Cambridge (MA), Harvard University Press, 1990.
- DEGENNE, A. Resenha: NAN Lin. Social capital: A theory of social structure and action. *Tempo Social*, 16(2), 2004, p. 303-305.
- EAGLE, N.; MACY, M; CLAXTON, R. Network Diversity and Economic Development. *Science*, 328, p. 1029-1031.
- ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- ELIAS, N. *Introdução à sociologia*. Lisboa, Edições 70, 1999.
- ESPINOZA, V. Social Networks Among the Urban Poor: Inequality and Integration in a Latin American City. In: WELLMAN, B. (Ed.). *Networks in the Global Village: Life in Contemporary Communities*. Westview Press, 1999, p. 147-189.
- FAZITO, D.; SOARES, W. Capital social, análise de redes e os mecanismos intermediários do sistema migratório Brasil/EUA. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Org.). *Territorialidades humanas e redes sociais*. Florianópolis, Insular, 2011.
- FILGUEIRAS, L. A. M.; DRUCK, G.; AMARAL, M. F. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, n. 41, 2004, p. 211-229.

- FONTES, B.; EICHNER, K. A formação de capital social em uma comunidade de baixa renda. *Redes*, v. 7(2), 2004.
- FRANCE, M. D. Por uma geografia das redes. In: SANTOS, M. (Ed.). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo, EDUSP, 2006, p. 176-190.
- GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. New York, Aldine de Gruyter, 1967.
- GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da incrustação. In: *A nova sociologia econômica*. Oeiras, Celta Editora, 2003.
- GROSSETI, M. Where do Social Relations Come From. *Social Networks*, n. 27, 2005.
- HATALA, J.-P. Social Network Analysis in Human Resource Development: A New Methodology. *Human Resource Development Review*, 5(1), 2006, p. 45-71.
- HYPOLITO, K. B. O desenvolvimento de redes socioprodutivas em uma feira de roupas em Fortaleza-CE. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade de Fortaleza (UNIFOR), 2013.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Economia Informal Urbana-2003*. Rio de Janeiro, IBGE, 2005.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Economia informal urbana: notas técnicas*. 2013. Recuperado de <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/notatecnica.pdf>. Acesso em 17 dez. 2013.
- ILO – International Labour Organization. *Employment, Income and Equality: A Strategy for Increasing Employment in Kenya*. Genève, ILO, 1972.
- IPEA. *Mercado de trabalho: conjuntura e análise* / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho e Emprego, - ano 20, - v.56, Brasília: Ipea: MTE, Fevereiro 2014.
- MERCADO de trabalho: conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho e Emprego.- v.1, n.o, (mar.1996) - Brasília: Ipea: MTE, 1996
- KREIN, J. D.; PRONI, M. W. *Economia informal: aspectos conceituais e teóricos*. Brasília, OIT, 2010 (Série Trabalho Decente no Brasil, v. 1).
- LIMA, J. C.; SOARES, M. J. B. Trabalho flexível e o novo informal. *Caderno CRH*, Salvador, 37(3), 2002, p. 163-180.
- LIMA, Jacob Carlos. Teoria do capital social na análise de políticas públicas. *Política & Trabalho*, 17, setembro 2001.
- LIMA, Jacob C., CONSERVA, M. Redes sociais e mercado de trabalho: entre o formal e o informal. *Política & Trabalho*, Revista de Ciências Sociais, n. 24, abril 2006, p. 73-98.
- LIMA, Jacob Carlos; COCKELL, Fernanda Flávia. As novas institucionalidades do trabalho no setor público: os agentes comunitários de saúde *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo>.

- php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462008000300005&lng=en&nrm=iso.
Acesso em 29 junho 2013.
- MARQUES, E. *Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo*. Tese de livre docência, 2007. Disponível em <http://www.flch.usp.br/centrodametropole/upload/aaa/94-Redes%20sociais%20e%20pobreza.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2014.
- MARQUES, E.; BICHIR, R. Redes de apoio social no Rio de Janeiro e em São Paulo. *Novos Estudos – CEBRAP*, 90, 2011, p. 65-83.
- MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Ciência da Informação*, 33(3), 2004, p. 41-49.
- MATOS, R. Territórios e redes: dimensões econômico-materiais e redes sociais especiais. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Org.). *Territorialidades humanas e redes sociais*. Florianópolis, Insular, 2011.
- NASCIMENTO, V. S. *Estudo sobre inserção e permanência do trabalhador informal em um feira de confecção*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade de Fortaleza (UNIFOR), 2013.
- NORONHA, Eduardo G.. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 53, outubro 2003.
- PAULINO, G. L. Economia solidária como movimento cultural e político: redes de resistência e criatividade. In: *Anais da IX Reunião de Antropologia do Mercosul. GT Abordajes Antropologicos em torno a la Economia Social y Solidaria: Perspectivas de la Antropologia del Desarrollo*. Curitiba, 2011.
- PINHEIRO MACHADO, Rosana. La garantía soy yo. Redes locais e transnacionais de comércio popular – camelôs e sacoleiros (Brasil-Paraguai). Dissertação de Mestrado, Antropologia Social, UFRGS, 2005.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.
- PORTES, A. Capital social: Origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, 2000, p. 133-158.
- PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 3. ed. Rio de Janeiro, FGV, 2002.
- PYKE, F.; SENGENBERGER, W. *Industrial Districts and Local Economic Regeneration*. Genève, International Institute for Labour Studies, 1992.
- SABOIA, J.; SABOIA, A. L. Caracterização do setor informal a partir dos dados do censo demográfico do Brasil de 2000. Disponível em <http://www.redcelsofurtado.edu.mx/archivosPDF/saboia2.pdf>. Acesso em 20 mar. 2014.
- SANABIO, M. T. Redes organizacionais: paradigmas e capital social. In: *Anais do 26º Encontro Nacional de Engenharia de Produção (ENEGEP)*. Fortaleza, ABEPRO, 2006, p. 1-9.

- SANTOS, G. A. G.; DINIZ, E. J.; BARBOSA, E. K. Aglomerações, arranjos produtivos locais e vantagens competitivas locais. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, dezembro 2004, p. 151-179.
- SANTOS, J. B. F. *Trabalhadores ambulantes e suas redes de sociabilidades e produção*. Relatório de pesquisa. Edital Universal CNPq/nº 14/2011. Fortaleza, 2013.
- SANTOS, J. B.; MACIEL, R. H.; RAMOS, A. M. P. *Trabalhadores informais em equipamentos urbanos destinados ao lazer do município de Fortaleza*. Relatório de pesquisa, Edital MCT/CNPq/MEC/CAPES nº 02/2010. Fortaleza, 2012.
- SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo, EDUSP, 2004.
- SATO, L. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. *Psicologia & Sociedade*, 19, ed. espec., 1, 2007, p. 95-102.
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Metodologia de desenvolvimento de arranjos produtivos locais*. Brasília, SEBRAE, 2004 (Projeto Promos/Sebrae/BID. Versão 2.0).
- SILVA, M. F. G. Cooperation, Social Capital and Economic Performance. *Brazilian Journal of Political Economy*, 26(3), 2006, p. 345-363.
- SIMMEL, G. El cruce de los círculos sociales. In: *Sociología 2. Estudios sobre las formas de socialización*. Madrid, Alianza Universidad, 1972.
- SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- SPINK, P. K. Microcadeias produtivas e a nanoeconomia: Repensando o trabalho decente. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12(2), 2009, p. 227-241.
- VELÁZQUEZ, A. O. A.; AGUILAR, G. N. *Manual introdutório à análise de redes sociais medidas de centralidade. Exemplos práticos com UCINET 6.109 e NETDRAW 2.28*. 2006, p. 41.
- WELLMAN, B. Lugar físico y lugar virtual: El surgimiento de las redes personalizadas. In: PORRAS, J. E.; ESPINOZA, V. (Org.). *Enfoques y aplicaciones del análisis de redes sociales (ARS)*. Santiago de Chile, Instituto de Estudios Avanzados (USACH)/ Editorial Universidad Bolivariana, 2005, p. 69-116.

Recebido em: 01/06/2014

Aprovado em: 30/06/2014

Como citar este artigo:

- SANTOS, João Bosco Feitosa dos; MACIEL, Regina Heloisa Mattei de Oliveira; SATO, Leny. Trabalhadores informais e a formação de redes socioprodutivas (RSP): considerações teórico-empíricas. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 4, n. 2, jul-dez 2014, pp. 325-350.

Trabalho e trabalhadores na indústria de informática

Maria Aparecida Bridi¹

Benilde Lenzi Motim²

Resumo: O artigo objetiva caracterizar a indústria de informática no Brasil e no Paraná, setor que se encontra no cerne dos debates da chamada “nova economia”, centrada na produção e no uso disseminado das tecnologias da informação. Discute as características do trabalho e o perfil dos trabalhadores, tendo como recorte empírico o setor no estado do Paraná, a partir de uma metodologia qualitativa e valendo-se de entrevistas, visitas técnicas, análise de documentos e relatórios setoriais, das convenções coletivas do sindicato da categoria no Paraná. Além de delinear o perfil dos trabalhadores, reflete sobre a natureza das atividades exercidas, as habilidades requeridas e o *mix* de atividades e funções que, apesar de se apresentarem distintas, são imbricadas, apresentando fronteiras nubladas na prática do trabalho e na forma de classificá-las. Conclui que o setor é composto por um pool de trabalhadores que recebem baixas remunerações, se consideradas as qualificações e habilidades exigidas, desenvolvem trabalho intenso e submetem-se, muitos deles, a relações contratuais inseguras.

Palavras-chave: indústria da informática; trabalhadores informacionais; relações de trabalho; complexidade; habilidades e qualificações.

1 Departamento de Ciência Política e Sociologia – Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Curitiba – Brasil – macbridi@gmail.com

2 Departamento de Ciência Política e Sociologia – Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Curitiba – Brasil – benildemotim@gmail.com

Labor and workers in the information technology industry

Abstract: *The article aims to characterize the computer industry in Brazil, the in Paraná, a sector that is at the heart of discussions on the so-called “new economy”, centered on the production and widespread use of information technologies. In the article, we discuss the characteristics of the job and the profile of workers, considering the reality of the sector in the Paraná state. From a qualitative methodology, relying on interviews, technical visits, analysis of documents and sectorial reports, Collective Conventions in the city in Paraná. In addition to outlining the profile of workers, this article reflects on the nature of the activities performed, the skills required and the mix of activities and functions that, despite presenting themselves as distinct, are intertwined, presenting clouded boundaries in work practice and on how to classify them. Research concludes that the industry is composed by a pool of workers who receive low pay, considering the qualifications and skills required, workers who develop intense labor rhythm and many of them undergo insecure contractual relations.*

Keywords: *computer industry; informational workers; labor relations; complexity; skills and qualifications.*

Introdução

O anúncio da superação do trabalho degradado pelo avanço técnico-científico, tal como suposto por Castells e teóricos como Gorz, Negri, Hardt, Lazzarato, Cocco e Vilarim e outros, otimistas em relação às possibilidades de emancipação *do* e *no* trabalho, desafiou-nos a descortinar a natureza do trabalho e da produção no setor de onde se irradiam muitas das mudanças no trabalho: a indústria de informática.

A perspectiva adotada busca apreender na realidade empírica o visível e o invisível, como sugeriu Castillo (2009), posto que análises fundadas no “de-vir” podem levar a explicações que se prendem à aparência dos fenômenos e a suposições perigosas. Desse modo, a apreensão da natureza e da dinâmica do trabalho na “indústria” da informática – um setor de inovações e elevada tecnologia – constitui-se num campo fértil para discussões de fundo sobre a nova “economia do conhecimento” no tocante à concepção e à execução, ao controle e à autonomia e às relações de trabalho num contexto de capitalismo flexível (Harvey, 1993).

A pesquisa exigiu um esforço de familiarização com a linguagem informacional e com a complexidade do setor. Embora não tenhamos trazido nesta análise a indústria de *hardware* – dado o escopo deste artigo –, consideramos que *hardware* e *software*, indústria e serviço apresentam-se imbricados (Bridi; Motim, 2013), que as atividades são intensivas em conhecimento, o que não significa inexistência de trabalhos repetitivos, monótonos e mecânicos.

Utilizamos uma metodologia qualitativa, valendo-nos de entrevistas com diversos atores, visitas técnicas, análise de documentos e relatórios setoriais das convenções coletivas do SINDPD – Sindicato dos Trabalhadores em Informática e Tecnologia da Informação do Paraná –, além de bibliografia pertinente. Aplicamos ainda 44 questionários a jovens estudantes de duas turmas – uma diurna e uma noturna – do curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, em uma universidade pública do Paraná, visando a compreender a natureza do trabalho informacional, as habilidades requeridas e o perfil dos trabalhadores que ingressam na área de informática³. A coleta de dados⁴ nos permitiu conhecer a terminologia usada na área, graças à expressão dos respondentes sobre seu trabalho, sua profissão e as condições de trabalho nos ambientes em que se inserem. Dos 44 respondentes, consideramos somente 30, que declararam que trabalhavam e estudavam ou faziam estágio e estudavam. Entre os demais, um estava desempregado e os outros apenas estudavam e não poderiam nos fornecer os dados necessários.

A atenção quanto à natureza do trabalho informacional implica caracterizar as relações de trabalho presentes no setor, a organização do trabalho e as atividades efetivamente executadas pelos diversos trabalhadores. Embora um desses trabalhos, a produção de *software*, por exemplo, seja interpretada por certas vertentes teóricas pelas possibilidades de usos da criatividade e relativa liberdade, distantes, portanto, da padronização fordista-taylorista, as pesquisas

3 Nessa pesquisa, dos 33 respondentes do questionário aplicado que trabalham e estudam, dez possuem carteira de trabalho assinada, dezessete são estagiários, dois são pessoas jurídicas, um informal e três atuam fora da área. Se não representativa quantitativamente, a amostra é significativa por demonstrar as variadas formas de vínculos e funções na área e a preponderância da contratação flexível; se contados, estagiários, não formais e PJs somam juntos vinte respondentes (60%). Cabe a ressalva de que os estagiários, embora não tenham o estatuto de trabalhadores, desenvolvem as mesmas atividades dos registrados, por isso cria-se certo embaraço conceitual, visto que, embora estejam na condição de aprendizes, são de fato trabalhadores pelas funções que realizam (Bridi; Motim, 2011).

4 Este artigo traz alguns dos resultados da pesquisa apresentada sob o título “Padrões e processos de trabalho na indústria da informática no Paraná: a natureza do trabalho informacional e a falácia do trabalho criativo e emancipado”, apresentada pelas autoras no 35º Encontro Anual da ANPOCS (Bridi; Motim, 2011), incorporando agora novos dados da pesquisa.

em curso⁵ apontam que esse setor adota os meios e racionalidades de um regime flexível postos pelo mercado e pelos governos, mas contempla também certas padronizações típicas da produção industrial; que há atividades que exigem relativamente mais criatividade e conhecimento, mas também atividades que, embora exijam habilidades cognitivas como atenção e memorização, requerem treinamento físico e destreza manual para a realização de certas funções.

A economia da informação no Brasil: complexidades, tendências e perfil dos trabalhadores

Visando a elaborar um mapeamento do setor informacional, em âmbito nacional, para que pudéssemos contextualizar a pesquisa acerca da indústria da informática no Paraná, nos deparamos, num primeiro momento, com dificuldades decorrentes da complexidade e da heterogeneidade das atividades compreendidas neste setor, como a imbricação entre indústria e serviços, entre outras. A classificação das informações referentes ao setor informacional, por exemplo, ora inclui dados de diversas atividades, sob uma única denominação, TICS (tecnologias da informação e comunicação), ora desmembra e especifica melhor as atividades antes agregadas, restringindo-se ao trabalho na área de informática propriamente dito. Assim, tomando os devidos cuidados, os dados levantados nos possibilitam uma aproximação e uma caracterização do trabalho e dos trabalhadores da indústria de informática. Outras questões nos foram colocadas pelas limitações e divergências metodológicas das próprias fontes de dados quantitativos disponíveis, que se propõem a registrar as atividades econômicas em geral, o trabalho, o emprego e o perfil dos trabalhadores dos diversos setores.

Procuramos então levantar e analisar os dados nos *sites* oficiais e de organizações especializadas em pesquisas estatísticas, econômicas e sociais, mais gerais, ou mesmo aqueles de pesquisas e análises setoriais ou temáticas específicas, construídas a partir de fontes como IBGE (Censo 2010; PNAD; Pesquisas Anuais Setoriais), Ministério do Trabalho (RAIS/CAGED), entre outras, como as análises de Observatório Softex, Iparde, Sebrae, Dieese etc.

5 Entre as pesquisas, citamos os trabalhos de Bridi e Braunert (2014) sobre natureza e condições de trabalho na indústria de *software* e de Braunert (2013) no que se refere às formas de contratação; a análise de Pereira (2013) sobre o vínculo de contratação de pessoa jurídica nessa área de TI; a pesquisa de doutorado em andamento de Marcos Valle sobre as formas de remuneração em TI, além do estudo de Bridi e Motim sobre as configurações do trabalho em TI (2013). Essas pesquisas compõem o Projeto de Pesquisa intitulado “Redes de empresa, trabalho e relações de trabalho no setor de informática no Paraná/CNPQ”, em desenvolvimento no âmbito do GETS – Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade e do PGPS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFPR.

Cada uma destas fontes tem metodologias de coleta de dados e de pesquisa próprias (com conceitos, critérios de classificação e periodização muitas vezes divergentes); em alguns casos abrangem apenas algumas capitais e/ou regiões metropolitanas e em outros o país. Portanto, em especial quando nos referimos ao setor que envolve o trabalho informacional, é de extrema relevância que nós, pesquisadores, possamos estabelecer e explicitar nossas escolhas e nossos recortes para situar nossas análises. Algumas estatísticas mais agregadas, relativas à indústria e aos serviços, não nos permitem sequer visualizar a existência do setor de tecnologia de informação e comunicação ou o setor de serviços de *softwares*, por exemplo. Feitas as ressalvas, passamos a caracterizar aquilo que poderíamos chamar de economia da informação, setor de informática, tecnologias da informação e comunicação, conforme o recorte, o foco de análise e as fontes que consideramos.

Inicialmente, visando a estabelecer uma caracterização dos trabalhadores do setor informacional no Brasil, antes dos anos 2000, levamos em conta os resultados de pesquisa desenvolvida, com base na PNAD/IBGE, por Guimarães e Consoni (2000), tratando das desigualdades relacionadas aos diferenciais de sexo e raça no acesso ao trabalho em alguns setores, entre eles o de informática. Considerando os anos de 1989 e 1998, fazem menção a algumas especificidades quanto ao perfil dos trabalhadores e do emprego nos setores de informática e de telecomunicações, comparativamente aos demais setores por elas analisados (bens de capital; têxtil; vestuário; calçados; couro; alimentos). Entre as características, indicam que estes setores têm mais “emprego de alta tecnologia”, o que implicaria a requisição de trabalhadores “mais qualificados e preparados”. No setor de informática, em 1998, havia o predomínio de trabalhadores do sexo masculino (70% dos empregos), sendo a maioria branca (56,4% do total). As mulheres, representando 30% neste setor, também eram, em maioria, brancas (24,1% do total). Assim, os trabalhadores negros, somados, representavam então 19,5% do setor – 6,7% de mulheres e 12,8% de homens (Guimarães; Consoni, 2000: 38).

A escolaridade predominante no setor de informática era o segundo grau ou o ensino superior (somados, 80%). Este fato estaria em consonância com as exigências dos postos de trabalho (ibid.: 39). Assim, as autoras apontavam “a menor escolaridade da força de trabalho negra no conjunto da PEA” como uma das dificuldades na construção de “condições mais igualitárias de emprego” neste setor (ibid.: 59).

As características indicadas, embora possam ter sofrido alterações parciais, nos períodos mais recentes ainda estão presentes de maneira geral. Como mostram as pesquisas de Ieger (2014), Bridi e Motim (2011), por exemplo, em atividades informacionais (programação, análise de sistemas, engenharia computacional etc.) ainda predominam trabalhadores jovens do sexo masculino. Porém, dependendo do segmento dentro do setor de informática, é possível que as conclusões sejam outras. O fato de os trabalhadores terem formação de ensino superior não significa necessariamente que estejam atuando em funções que requerem esta formação (caso dos que trabalham no setor de tecnologia da informação e comunicação – TIC –, onde a maioria só precisa do ensino médio completo).

Outro dado significativo apresentado por Guimarães e Consoni (2000) foi o registro de um processo que elas denominaram “uma universalização da precariedade no setor”, ao constatar uma forte redução das porcentagens de trabalhadores com carteira assinada. Em 1989, entre as mulheres do setor de informática, 91% tinham registro formal; em 1998, as trabalhadoras formais no setor representavam apenas 76%. Entre os homens ligados ao trabalho informacional, constatou-se que em 1989 a parcela de formalizados era de 88,2%; já em 1998 a porcentagem de trabalhadores com registro formal, entre os homens do setor, era de somente 67%. Por outro lado, houve um aumento significativo dos que indicaram trabalhar sem carteira/sem registro – em 1989: 9% das mulheres e 11,8% dos homens; em 1998: 24% das mulheres e 32,6% dos homens (Guimarães; Consoni, 2000: 72 e 73).

Este quadro pode ser explicado pela conjuntura político-econômica dos anos 1990, com intensos processos de reestruturação, envolvendo terceirização e privatização de alguns setores direta ou indiretamente ligados à área de informática. Além disso, foi um período marcado pelo desemprego, que, de certa forma, fazia que os novos demandantes dos postos de trabalho aceitassem condições mais precárias de trabalho e salário, em troca de experiência. Outros agiam da mesma forma para conseguir se recolocar no mercado.

Para compreender as dimensões do setor de tecnologia de informação e comunicação (TIC) no Brasil na primeira década dos anos 2000, buscamos subsídios em pesquisa do IBGE que analisa as mudanças neste setor entre 2003 e 2006 (IBGE, 2009). O estudo teve por foco o setor de tecnologia da informação e comunicação, a partir da produção (da empresa) e por fonte, pesquisas econômicas anuais como: Pesquisa Industrial Anual – Empresa (PIA – Empresa); Pesquisa Anual de Comércio (PAC); Pesquisa Anual de Serviços (PAS); e os Suplementos de Produtos e Serviços da PAS de 2003, 2004, 2005 e 2006.

Na caracterização do setor TIC brasileiro, a pesquisa indicava que era formado “por 65.754 empresas que ocupavam 673.024 pessoas [em 2006], sendo que, entre 2003 e 2006, registrou-se um aumento de 18,3% no número de empresas e de 40,7% no de pessoas ocupadas” (IBGE, 2009: 1). O setor de tecnologia de informação e comunicação compreende, no caso da referida pesquisa, os seguintes segmentos: indústria (atividades industriais do setor de tecnologia da informação e comunicação); comércio (atividades comerciais do setor TIC); serviços (atividades de serviços do setor TIC).

O segmento de atividades de informática é o mais intensivo em mão de obra ocupada no setor TIC, pois, embora sofrendo alguma variação no período, representou cerca de 55% do total. Vale considerar ainda que os dados se referiam ao que estava devidamente formalizado, ou seja, a porcentagem de trabalhadores no setor TIC, em especial neste segmento, seria maior, pois “é expressiva a presença de profissionais liberais ou autônomos, cujas unidades de produção encontram-se nos domicílios, não sendo, portanto, cobertos pelas pesquisas econômicas do IBGE” na época (IBGE, 2009: 32).

Entre os resultados dessa pesquisa chamamos a atenção para os seguintes: setor altamente concentrado⁶, predominando as empresas com 250 ou mais pessoas, ocupadas; as micro e pequenas empresas têm participação significativa na geração de postos de trabalho (36,6% em empresas com até 10 pessoas); há grande concentração de atividades de serviços TIC no setor, correspondendo a “95,6% de empresas, 71,1% dos postos de trabalho e 74,0% do valor adicionado/valor da transformação industrial. As atividades de informática representam cerca de 90% das empresas e cerca de 56,0% dos postos de trabalho no setor TIC” (IBGE, 2009: 32).

Para complementar esta caracterização do setor das TICs/economia da informação no Brasil, utilizamos os dados sistematizados nos Cadernos Temáticos do Observatório Softex, sobre economia da informação e internet (Softex, 2013), que teve por fonte de pesquisa o Censo Demográfico 2010 – IBGE, que nos permite trazer à discussão o perfil dos trabalhadores que atuam neste setor na atualidade. Isto é possível graças às modificações introduzidas nas pesquisas de coleta do Censo, aprimorando a classificação no âmbito do Setor de tecnologia da informação e comunicação (Setor TIC) e outras atividades a ele correlacionadas. Os dados produzidos pelo Censo 2010, a partir da nomenclatura da Versão

6 Ressaltamos que esses dados sobre a concentração das empresas se referem ao setor de TIC, mais amplo portanto. Se tomamos o subsetor *software*, segundo a Softex (2009; 2013) o número de micro e pequenas empresas predomina.

2.o da CNAE (Classificação Nacional da Atividade Econômica), possibilitam a elaboração de um panorama mais aproximado do que acontece no mercado de trabalho da “economia da informação” ou do Setor TIC, mais especificamente.

Foi em razão do crescimento das atividades do Setor TIC e de sua diversidade que houve a necessidade de reformular e criar novas classificações, permitindo contemplar e evidenciar os vários segmentos que o constituem. Trata-se de dar visibilidade a estas atividades e às novas ocupações geradas, possibilitando maior fidelidade dos dados estatísticos em relação à realidade social e econômica brasileira. O Censo 2010 contempla inclusive aquelas parcelas de trabalhadores que exercem sua atividade sem registro trabalhista ou previdenciário, o que é relevante diante do crescimento da terceirização e para permitir o dimensionamento da informalidade no país. Conforme dados do Observatório Softex, em 2010,

o setor brasileiro da Economia da Informação absorveu 1,415 mil [um milhão, quatrocentos e quinze mil] pessoas, correspondendo a 2% do total da força de trabalho do país, composta por 82,9 milhões de trabalhadores, e 3% do Setor Business, formado por 48,0 milhões de pessoas. No ano em questão, a força de trabalho da Economia da Informação compunha-se de 81,5% de empregados, 14,7% de trabalhadores por conta própria e 3,4% de empregadores (com 0,5% de pessoas não remuneradas) (Porcaro, 2013: 68).

O grande número de trabalhadores, a diversidade de situações e sua distribuição nos diversos segmentos reafirmam a complexidade do setor: aproximadamente 80% dos trabalhadores estavam no mercado formal (tinham registro trabalhista ou previdenciário); 12,3% da categoria ou 142 mil trabalhadores eram empregados sem registro, o que é considerado expressivo (Porcaro, 2013: 69).

Entre os trabalhadores por conta própria há maior informalidade – 61,9% do total da categoria –, o que representa 129 mil autônomos sem registro, num setor considerado de alta tecnologia e exigente em termos de formação e de qualificação/experiência (ibid.).

O segmento de Serviços TIC, em 2010, representava 65,2% dos postos de trabalho ocupados no âmbito da economia da informação (992.417 pessoas). Por outro lado, a Indústria TIC empregava 7,6% ou 107.227 trabalhadores (ibid.: 70 e 71). Estes dados revelam o superdimensionamento do setor de serviços, também no âmbito das tecnologias informacionais, tendência tradicionalmente observada no setor de serviços em geral. A indústria, por outro lado, se mostra relativamente enxuta quanto ao pessoal ocupado, centralizada economicamente e territorialmente desconcentrada (empresa em rede).

Outro registro da Softex que destacamos, observado nas atividades de serviços de TI e de prestação de serviços de informação, é a tendência de substituição dos assalariados pelos autônomos, mediante a proliferação de autônomos informais e do fenômeno do “pejotismo”, ou seja:

A forte presença de autônomos nas atividades dos serviços de TI e de prestação de serviços de informação tem a ver com prática disseminada no mercado de trabalho destes segmentos, baseada na contratação de trabalhador autônomo constituído em empresa (pessoa jurídica), em substituição ao emprego assalariado. São empresas legalmente registradas, mas que não possuem estrutura física e operacional empresarial. Tais empresas são compostas de sócios (por exigência legal), onde, em geral, apenas um deles trabalha no negócio (Porcaro, 2013, p. 73 e74)

No caso dos autônomos informais e das PJs, em geral, estes assumem o risco da falta de cobertura previdenciária e de registro profissional, assim como as despesas com eventuais cursos de atualização, certificação, ferramentas e equipamentos de trabalho, além de programas de computador, quando necessário. Em alguns casos trabalham de suas residências ou nas residências e/ou empresas dos clientes ou dos contratantes.

No setor de informática, a necessidade de conhecimento não somente teórico, mas também prático, tende a atrair os jovens iniciantes. A juventude dos trabalhadores é outra característica do setor de informática, que constatamos também nos dados sobre o Paraná. Quanto ao perfil do pessoal ocupado na economia da informação – conforme dados do Observatório Softex (2013) –, reafirma-se a tendência de inserção de trabalhadores jovens, com idade entre 28 e 40 anos. Isto pode significar que o início da carreira no setor TICs se dá em um primeiro momento na condição de empregado (informal ou estagiário), possivelmente visando a adquirir experiência na área, como muitas vezes justificam tais condições. Depois, procuram ser efetivados como empregados, e somente mais tarde alguns que tem experiência e alguma autonomia procuram estabelecer-se por conta própria – ou até mesmo recebem dos patrões a proposta de se tornar PJs e continuar a trabalhar para a mesma empresa.

Outros dados referem-se ao nível de escolaridade dos trabalhadores, conforme os segmentos da economia da informação. “No setor TIC, a mais baixa proporção de pessoas com escolaridade de nível superior encontrava-se na Indústria TIC [em todos os seus segmentos]” (Porcaro, 2013: 78). A explicação seria porque o processo de produção industrial, embora demande trabalhadores

qualificados, não necessita mais que o ensino médio completo, em sua maioria. No Paraná, por exemplo, identificamos que a indústria de informática (produção e montagem de equipamentos de informática) estava organizada sob padrões tayloristas-fordistas, em associação a elementos dos sistemas flexíveis de produção, e, assim, na maioria dos postos de trabalho, não necessitava de trabalhadores com formação de nível superior.

No setor de prestação de serviços de informação há uma maior proporção de pessoal com nível superior (48,2%). É também interessante perceber que, em geral, há uma tendência de que pessoas que têm escolaridade de nível superior também tenham registro de seus vínculos.

No que se refere ao rendimento médio dos trabalhadores ocupados no Setor TIC em 2010, as maiores médias salariais estavam nas atividades de prestação de serviços de informação (R\$ 2.596) e de serviços de TI (R\$ 2.420), enquanto os rendimentos médios mais baixos estavam nos segmentos de serviços de reparação e manutenção de equipamentos de informática e de comunicação (R\$ 1.131) e de fabricação de equipamentos de comunicação e aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo, assim como do Comércio TIC (R\$ 1.358) (dados de Porcaro, 2013: 80).

Observamos que essas médias salariais nacionais do setor TIC são baixas se comparadas às promessas salariais oferecidas e propagandeadas na mídia, incluindo os *sites* das empresas de recrutamento na internet. A título de exemplo, podemos citar o cargo de *analista de tecnologia da informação*, que em junho de 2012, conforme o Guia de Salários da Catho, tinha uma expectativa de ganho salarial que variava de R\$ 2.111,08 para júnior, R\$ 3.408,93 para pleno até R\$ 5.775,11 para Sênior. Ainda, o *analista de sistemas web*, na mesma data, poderia ter seu salário variando de R\$ 6.200,00 a 9.380,00, segundo o mesmo Guia. A manchete da matéria informava que os profissionais de TI poderiam ganhar até 18,6 mil reais (enquanto a única função que teria este salário em 2012 era a de *diretor de tecnologia da informação*), cargo que exige alto grau de conhecimento e experiência em gestão (CATHO, 2012)⁷. No Paraná, a média salarial em 2012 para *analista de desenvolvimento de sistemas* era de R\$ 2.836,85, segundo pesquisa da Brasscom, em tabela produzida e divulgada pelo *site* Olhar Digital, ao comparar os estados brasileiros que mais empregam na área de TI (Olhar Digital, 2013).⁸

Outro destaque a fazer é que esta remuneração varia muito conforme a região, a demanda, a função, a empresa, a experiência e a competência do trabalhador,

7 CATHO, 39ª Pesquisa Salarial da Catho. Ver Referências.

8 OLHAR DIGITAL, Pesquisa Brasscom. Ver Referências.

mas também, depende do nível em que é contratado o trabalhador (júnior, pleno ou sênior), técnico de nível médio ou profissional com experiência na área e com nível superior. Os valores variam ainda conforme a composição da remuneração e o tipo de contrato (CLT, CLT *flex*, PJ, autônomo, consultor, perito etc.).

A indústria de informática no Paraná

Na década de 1990, a economia paranaense se diversificou e tornou-se mais complexa, ampliando sua inserção na economia internacional. As alterações no perfil dos investimentos, inclusive de empresas locais, possibilitaram o crescimento e o fortalecimento de categorias já tradicionais de trabalhadores, a exemplo dos metalúrgicos, mas também se destacou, especialmente na primeira década dos anos 2000, a indústria de alta tecnologia, na área de informática. Desse segmento econômico, e relacionado à chamada “sociedade do conhecimento”, emergiram novas categorias profissionais, denominados “trabalhadores informacionais”, como técnicos, analistas de sistemas, desenvolvedores de *software*, programadores, *designers*, consultores, prestadores de serviços de informática, incluindo os de suporte e manutenção de sistemas e de rede, e uma complexa gama de atividades vinculada à indústria da informática, inclusive na produção de *hardware* e montagem de computadores (Bridi; Motim, 2011).

Para desenvolver os segmentos de *hardware* e *software*, o setor contou com uma legislação envolvendo reduções fiscais, cujos objetivos consistem desde o de geração de emprego até o fomento da indústria nacional, que se degradara com a reestruturação produtiva dos anos 1990. A redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) se aplica para a produção de computadores que atendam a regras do Processo Produtivo Básico (PPB). O PPB se constitui no “conjunto de operações necessárias para caracterizar a efetiva industrialização nacional, que, dentre outras, exige que parte dos componentes sejam adquiridos de fabricantes locais” (Positivo Informática, 2006)⁹.

O crescimento da participação do Paraná no setor informacional se deve ao desenvolvimento da empresa Positivo Informática, criada em 1989, como também à criação de polos tecnológicos no estado, além de ações de outros atores que promoveram o desenvolvimento de uma “indústria de *software*”¹⁰. Desse modo, em 2001, o estado já era considerado o segundo polo de produção de software do país, tendo o conjunto das empresas (de tecnologia em infor-

9 Informações obtidas no *site* da Positivo Informática, sob o título: Ambiente fiscal na indústria de PCs no Brasil. Disponível em <http://www.positivoinformatica.com.br/site/>; acesso em 16 jun. 2010.

10 Ver mais em Bridi; Motim, 2013.

mática) obtido no referido ano U\$ 1,2 bilhão, segundo dados da revista Info Exame (Bridi, 2011)¹¹.

O SINDPD-PR apresenta dados da pesquisa Panorama Social – Tecnologia da Informação – 2010 sobre o Setor de TI no Paraná, realizada pelo SEBRAE, que nos permitem uma noção aproximada das dimensões deste setor no estado. A pesquisa menciona a existência de “1,2 mil empresas de Tecnologia da Informação (TI) em atividade, responsáveis por empregar 12 mil pessoas [dados de 2010], com carteira assinada” (SINDPD-PR, 2010: 1). Quanto ao perfil de escolaridade dos trabalhadores do setor de TI, 33% teriam curso superior no Paraná. Quanto ao setor de *software*, haveria então 274 empresas no estado, que empregavam 2,8 mil funcionários registrados, sendo 45% destes com escolaridade de nível superior, segundo a mesma pesquisa (SINDPD-PR, 2010: 1).

Entre 2007 e 2008, o setor de TI do Paraná cresceu cerca de 1%, enquanto o de *software* aumentou 17%, o que mostra a dinâmica do setor de *software*, tendo em vista o crescimento da demanda de uma sociedade que procura inserir-se no ritmo de uma economia cada vez mais informatizada. A pesquisa do SEBRAE levou em conta dados da RAIS, dos polos tecnológicos e questionários aplicados a 843 empresas, sendo 165 das APLs do estado (SINDPD-PR)¹². Os trabalhadores autônomos e informais que atuam no setor também não aparecem neste documento, dificultando uma percepção mais clara sobre os empregos e o perfil dos trabalhadores para além dos formais.

Tendo em vista a relevância da análise do trabalho e dos trabalhadores no setor de tecnologia de informação e comunicação, com suas especificidades e imbricações, optamos por apresentar os resultados da pesquisa em desenvolvimento no âmbito do PPGS/UFPR¹³, priorizando aqui: atividades de TI; reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação; atividades de prestação de serviços de informação, atividades por nós investigadas, no Paraná¹⁴.

Considerado esse breve panorama (contextualização) com vistas a situar o setor em análise, passamos na sequência a refletir sobre os vários trabalhos e funções exercidos pelos trabalhadores que compõem o setor informacional, ou

11 Disponível em http://www.timaster.com.br/revista/materias%5Cmain_materia.asp?codigo=648; acesso em 4 maio 2011.

12 É difícil estabelecer parâmetros comparativos entre estes números do Paraná e os de outros estados sobre o setor TIC, a menos que a mesma metodologia fosse aplicada nas demais regiões.

13 Projeto de pesquisa apoiado pelo CNPQ denominado “Redes de empresas, trabalho e relações de trabalho no setor de informática no Paraná”.

14 Os serviços de telecomunicações não foram diretamente pesquisados, assim como o segmento do Comércio TIC. Quanto à indústria TIC, objeto da pesquisa, já foi abordada em outro artigo (Bridi; Motim, 2013), e assim não trataremos aqui deste segmento.

seja, relacionados às atividades que produzem ou desenvolvem equipamentos e softwares e/ou têm os computadores e as redes virtuais como meios ou instrumentos de trabalho.

Os trabalhadores informacionais

Quando olhamos para o universo de trabalhadores aqui denominados por nós “informacionais”, ou seja, todos aqueles que atuam a partir dos computadores, seja em criação, programação, armazenagem de informação, suporte ou manutenção, vemos uma diversidade de atividades, funções e trabalhos com naturezas muito diferentes, que precisam ser captados no plano empírico, para fazer avançar criticamente as perspectivas teóricas sobre o trabalho e a chamada, pelos anglo-saxões, “economia do conhecimento” ou, como dito pelos franceses, “capitalismo cognitivo” (Kumar, 1997).

O Sindicato dos Trabalhadores em Informática e Tecnologia da Informação do Paraná, o SINDPD-PR, representa trabalhadores em empresas privadas (particulares), como também de economia mista e públicas. Esse sindicato negocia os acordos coletivos por empresas como a DATAPREV (empresa pública brasileira vinculada ao Ministério da Previdência Social), a CELEPAR (serviços informacionais do Estado do Paraná)¹⁵, COBRA Tecnologia (provê serviços informacionais ao Banco do Brasil), SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados), além de empresas prestadoras de serviços e empresas particulares. O tipo de atividades de seus representados vai desde aquelas intensivas em conhecimento (analista de sistemas, programadores etc.) até aqueles trabalhadores usuários dos sistemas informacionais a quem não cabe criar, mas alimentar os bancos de dados, digitar números, letras, formulários.

Uma primeira observação diz respeito ao conjunto de funções requeridas pelo mercado de trabalho do setor de informática. O setor apresenta um rol de trabalhos que requer criação, inventividade, avançado conhecimento tecnológico, que podemos considerar como intensivo em conhecimentos, mas também envolve uma ampla gama de trabalhos relativamente simples, monótonos, que

15 A título de exemplo de atividades que realizam essas empresas, citamos a Celepar, empresa de economia mista do Estado do Paraná que apresenta e “mantém o serviço de proteção de computadores (estações e servidores) contra vírus, *spywares* e prevenção contra intrusão de *Hosts*, que vai desde a instalação do antivírus no ambiente computacional do órgão usuário, com garantia de constante atualização de banco de dados dos novos vírus detectados, tecnologia heurística e recurso de proteção em tempo real. Estes recursos são superiores aos existentes nos antivírus gratuitos disponibilizados na internet, além de oferecerem atualização permanente e suporte técnico” (CELEPAR: <http://www.celepar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2>; acesso em 16 jun. 2014).

requerem movimentos repetidos por horas a fio, como é o caso dos digitadores em geral, digitadores aduaneiros, que atuam no processo de alimentação de bancos de dados, acesso a registros nos sistemas, lançamento de informações, documentos, notas fiscais, entre outros. São trabalhadores que atuam em empresas terceirizadas, em prestadoras de serviços para bancos públicos e privados, em centros de processamentos de dados de empresas de diferentes portes.

Os manuais de treinamento para digitadores pregam que o bom digitador é aquele que não olha para o teclado quando está digitando, ou seja, ele já memorizou o caminho, e daí repete-o infinitamente. Usa os dedos certos, e com isso economiza movimentos e otimiza o tempo de execução, o que implica concentração, correção dos erros no mesmo momento em que ocorrem e velocidade, que vêm com o tempo de treinamento. Tal atividade requer habilidades mentais (leitura e concentração), como também habilidades físicas que demandam treinamento (pressionar as teclas corretamente, não olhar o teclado físico, alcançar ritmo). Com o tempo, o digitador passa a realizar sua tarefa de forma mecânica, visto já ter internalizado os movimentos necessários. É uma atividade intensiva em conhecimento, portadora das possibilidades emancipatórias referidas por Coco e Vilarim, por exemplo? As habilidades físicas e mentais atuam conjuntamente, e quanto mais treino mais elas ficam indistintas. É uma atividade que exige, no entanto, movimentos intensos (rápidos) e repetitivos, situação que causa adoecimentos em decorrência dos movimentos repetitivos por longas horas.

A análise das convenções coletivas assinadas entre o sindicato da categoria no Paraná, o SINDPD-PR¹⁶, e o sindicato patronal para o período de 2010 a 2013, vistas ano a ano, apontam para uma remuneração de 510,00 reais em 2010-2011 e 781,00 reais em 2013-2014 para o digitador, sendo que o digitador aduaneiro¹⁷ apresenta uma remuneração um pouco mais elevada, que vai de 885,00 reais em 2011-2012 a 997,00 reais em 2013-2014, para a jornada de 6 horas, conforme legislação específica para a categoria.

Encontramos nas convenções da categoria a função de digitador e digitador aduaneiro. O aduaneiro se deve ao local de trabalho dos digitadores, a Aduana

16 O SINDPD-PR representa trabalhadores da informática do Paraná. Negocia e assina as convenções coletivas e os acordos coletivos dos trabalhadores de processamento de dados do Paraná com empresas prestadoras de serviço, por exemplo envolvendo os trabalhadores que atuam “no âmbito da Caixa Econômica Federal, mediante licitação, contratos de emergências, ou contratos análogos de prestação de serviço de processamento de dados ou informática” (Convenção Coletiva para trabalhadores de Empresas Prestadoras de Serviços, 2008, p. 1). No ano de 2008, a remuneração para trabalhadores terceirizados que trabalhavam como auxiliar informática/processamento para transcrição de documentos bancários era de R\$ 560,00 para a jornada de 6 horas diárias.

17 Digitadores aduaneiros são os trabalhadores terceirizados que trabalham na Aduana Brasileira.

Brasileira. A convenção da categoria no Paraná apresenta dois parágrafos especiais para esse profissional, afirmando a “complexidade das atividades exercidas pelos trabalhadores lotados na Receita Federal nas Aduanas Brasileiras por força de contrato de terceirização” (SINDPD-PR, Convenção Coletiva, 2013-2014: 5).

A complexidade da atividade de digitador se deve ao fato de tratar-se de uma função que exige habilidades cognitivas como atenção e concentração, assim como habilidades físicas para executar o trabalho com velocidade. Pela natureza do trabalho, implica também movimentos repetitivos. Esse é o caso também dos trabalhadores que atuam no processamento de dados do setor financeiro e de quaisquer outras empresas que necessitem realizar registros, conferência e armazenamento de informações.

Na Convenção Coletiva de 2011-2012 o parágrafo 1 refere-se à complexidade das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores informacionais contratados como terceirizados ou na modalidade de prestação de serviços em bancos ou outras instituições financeiras, como serviços que envolvem

a digitalização de imagens como transcrição de dados bancários, recepção, conferência de envelopes, preparação, conferência de documentos, serviços de malotes, manuseio e triagem de documentos, serviços de impressão, acabamento e distribuição de relatórios, serviço de arquivos, recuperação de documentos (SINDPD-PR, Convenção Coletiva, 2011-2012: 3).

Em sua maioria, trata-se de tarefas simples, que podem ser realizadas por profissionais com ensino médio. Da mesma forma, a remuneração apresenta ganhos modestos (Tabela 1). Parte da complexidade das tarefas deve-se à exigência de maior envolvimento e responsabilização do trabalhador informacional por seu trabalho, em virtude das possíveis consequências de um erro neste tipo de atividade (Banco de Dados da Receita Federal, bancos etc.). Evidente que nem todas as tarefas são simples. Há atividades mais complexas, que exigem domínio matemático, raciocínio lógico, capacidade de criação. Mesmo para estas tarefas que apresentam maior sofisticação, como o caso dos analistas de sistemas, os ganhos salariais que ultrapassam os quatro salários mínimos são poucos (Tabela 1). A maior remuneração encontrada foi para analista de sistema sênior (R\$ 2.694,00 no período 2013-2014).

Uma segunda observação diz respeito à variabilidade da remuneração no setor informacional. Os ganhos salariais variam de acordo com o tipo de empresa, a função exercida e experiência do trabalhador, mais do que em função da atividade realizada, propriamente. Situação, portanto, muito semelhante às

empresas de setores tradicionais da economia, como a indústria de transformação e outras. Essa situação pode ser visualizada na pesquisa salarial realizada pelo SINDPD-PR¹⁸ para o período 2009-2010.

As médias salariais para a função de analista de sistemas em empresas de economia mista e autarquias é de R\$ 4.212,00 (a média salarial de Sanepar, Copel, Compagas, TRT, TRE, TJ, SERPRO, DATAPREV, Correios). Mesmo entre essas empresas, as diferenças são expressivas; por exemplo, o salário de analista na Sanepar era o menor, R\$ 2.398,59, e o maior, para a mesma função, no Tribunal Regional Eleitoral (TRT), era de R\$ 6.611,39. Para a função de técnico de informática, a média de remuneração nessas empresas era de R\$ 1.818,00, no mesmo período.

Analisamos o conjunto das convenções coletivas assinadas pelo SINDPD-PR, excluindo as funções de teleatendentes, telefonistas, operadores de telemarketing e outras identificadas por nós como típicas da área de telefonia, ainda que sejam da área mais ampla de tecnologia de informação e comunicação. Nosso foco são as funções associadas ao trabalho com computadores e redes, mais especificamente as que se constituem como serviços informacionais como as descritas na Tabela 1, a seguir.

Os valores apresentados nas convenções evidenciam os parâmetros mínimos salariais para as diferentes funções do setor informacional, ou seja, referem-se ao conjunto das empresas. São menores, comparativamente, em relação aos níveis salariais de empresas de economia mista e autarquias como Dataprev, SERPRO, CELEPAR etc.

Observa-se que se trata de atividades variadas, diferenciadas, mas que têm na lida com o computador o objeto de trabalho, seja na programação, na criação, na gestão ou no suporte. Quando analisamos as descrições de cada uma dessas funções, observamos que elas são interligadas entre si. Das funções citadas, apenas o diagramador de *sites* e o *designer* podem ser enquadrados mais como usuários das ferramentas disponibilizadas pela indústria de *software* para criar páginas. Precisam produzir um *layout* que, ao mesmo tempo, agrade ao cliente e seja funcional, interativo e de fácil acesso. Possivelmente a funcionalidade e a facilidade de acesso sejam os requisitos mais requeridos pelos clientes. Segundo Freiburger (2013), a criatividade, neste caso, é limitada pelas próprias ferramentas e, eventualmente, também pela interferência do cliente no processo de trabalho.

18 Esses dados se referem ao período de 2009-2010, com estudo dos salários de grandes empresas mistas e autarquias para os cargos de analista de sistema e técnico de informática. Disponível em <http://www.sindpdpr.org.br/system/files/file/CELEPAR%20ATAS/defasagem%20salarial.pdf>; acesso em 16 jun. 2014.

Tabela 1 - Cargos e faixa de remuneração no setor informacional para jornada de 8 horas no Paraná, de 2010 a 2014

Cargo	2010-2011 (R\$)	2011-2012 (R\$)	2012-2013 (R\$)	2013-2014 (R\$)
Técnico de informática	789,00 a 1.191,00	986,00 a 1.191,00	1.100,00 a 1.329,00	1.179,00 a 1.425,00
Administrador de rede	853,00 a 1.191,00	956,00 a 1.495,00	1004,00 a 1.579,00	1.076,00 a 1.683,00
Diagramador de site (<i>web e designer</i>)	1.413,00	1.495,00	1.570,00	1.683,00
Programador	1.041,00 a 1.297,00	1.107,00 a 1.378,00	1.162,00 a 1.447,00	1.246,00
Supervisor de informática	1.414,00	1.497,00	1.572,00	1.685,00
Analista de sistema	1.796,00 a 2.311,00	1.878,00 a 2.393,00	1.192,00 a 2.513,00	2.114,00 a 2.694,00
Manutenção de rede (<i>help desk</i>)	1.413,00	1.495,00	1.570,00	1.683,00
Gerente de projeto	1.391,00	1.473,00	1.547,00	1.658,00
<i>Designer</i> gráfico	818,00	870,00	914,00	980,00

Fonte: Convenções coletivas SINDPPD-PR e Sindicato dos Empregadores em Processamento de Dados e Serviços Técnicos Informacionais do Estado do Paraná

* Todos os cargos cuja remuneração é apresentada como faixa se devem às remunerações conforme experiência do trabalhador: júnior, pleno e sênior.

Elaborado pelas autoras

As funções e atividades desenvolvidas pelos trabalhadores

Buscando identificar o trabalho exercido pelos trabalhadores da área de informática, a classificação das funções para as quais foram contratados e a atuação efetiva dos mesmos ou as atividades que realizam, aplicamos questionários a duas turmas de tecnólogos em análise de sistemas (já referidos na introdução deste artigo). A análise das informações permitiu perceber uma diversidade de funções assumidas indistintamente por estagiários ou trabalhadores efetivos e que nem sempre correspondem à atuação deles no trabalho. Ou seja, quando tratamos da denominação das funções apareceu uma série de termos quase tão diversos quanto o número de pessoas que responderam à questão. Os entrevistados em geral exerciam múltiplas funções. Nas respostas à indagação “Como atua?”, procurando saber as atividades que realizam no trabalho, os entrevistados enumeraram e mencionaram mais de uma atribuição simultaneamente, passando também por trabalhos que misturam atividades com *hardware* e *software*. Esta multiplicidade de tarefas (citando inclusive tipos de *softwares* utilizados ou tecnologias que dominam) aparece indicada quando solicitamos que cada um deles descrevesse o trabalho que realizava (Quadro 1). Essa diversidade e essa simultaneidade no exercício das tarefas dificultam a delimitação das atribuições e das rotinas de trabalho efetivas. Essas fronteiras borradas, não transparentes, tendem a impossibilitar aos trabalhadores estabelecer os limites das atribuições, conforme seus equivalentes salariais. Ao trabalhador parece que não basta ser polivalente, mas se exige multifuncionalidade. Ou seja, não é suficiente estar preparado para exercer eventualmente outras tarefas (em substituição aos colegas, por exemplo), mas ele precisa desdobrar-se para cumprir diversas tarefas ao mesmo tempo ou um acúmulo de funções no decorrer das jornadas.

De modo geral, os entrevistados trabalham para grandes empresas do sistema bancário, do setor de telecomunicações, editoras, empresas de informática (executam atividades como desenvolvimento e manutenção de *softwares* e produção e manutenção de *hardwares*). Trabalham também nos serviços de apoio e manutenção da área de informática, em empresas de diversos ramos e tamanhos, como: instituições de ensino públicas e privadas; outros órgãos do serviço público; empresas de planos de saúde, entre outros. As descrições do Quadro 1 revelam que a complexidade do trabalho no setor não se deve apenas às múltiplas atividades efetivamente desenvolvidas, mas também ao fato de os trabalhadores atuarem em empresas terceirizadas, como prestadores de serviços, ou seja, desenvolvem atividades-meio para um cliente que não é seu contratante direto. Essa condição está presente no conjunto das convenções coletivas e dos

acordos coletivos estabelecidos entre sindicatos e empresas particulares/privadas, empresas terceirizadas e prestadoras de serviços, e ainda empresas públicas.

Quadro 1 – Função e atividades desenvolvidas por trabalhadores do setor de informática no Paraná, 2011

Função	Descrição das atividades que exercem
Analista	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvo aplicação para a própria empresa; para a plataforma <i>Web</i>; utilizo PHP; HTML; Flash; Java; Banco DB2; - Suporte e produção de aplicações globais do [Banco]; Trabalho: garantir os serviços críticos do Banco; gerenciamento de incidentes e mudanças em ambientes; trabalho na GLT c/ equipes em 3 locais (Brasil, Índia, Reino Unido);
Analista no suporte Técnico de <i>software</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Analista de sistemas e projetos para a empresa [de telefonia]; reuniões elaboração de documentos relacionados; - Desenvolvimento de relatórios; <i>visual basic for applications</i>, na maioria das vezes Windows 320 LB ...
Analista e outro tipo	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão de modelos estatísticos de Soore; análise de material (arquivos, <i>logs</i>, códigos etc.); SAS Guide; Office
Analista; programador	<ul style="list-style-type: none"> - Analiso e desenvolvo o sistema financeiro do setor com o programa Filemaker; - Trabalho alocado na [empresa de telefonia]; desenvolvo aplicativos nas linguagens Java e Adobe Flex; suporte técnico em banco de dados; atendimento de clientes internos; - Trabalho com linguagens flash, Java PHP. Atividades c/ objetivo de desenvolver ferramentas p/ auxiliar a produção das demais áreas; pág. Web, dispositivos móveis (I Phone e I Ped); - Trabalho com banco de dados SAS
Analista; programador; Suporte técnico de <i>software</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Linguagem de programação PHP; banco de dados; Oracle; diretamente e para a contratante; trabalho em equipe; - Realizo o trabalho escrevendo cada passo na minha agenda de anotações; utilizo as ferramentas: Adobe; Action Script; Netbeans; Turtoise; SNV; Flash; Flex; PHP
Programador(a)	<ul style="list-style-type: none"> - Atualizo <i>sites</i>; elaboro capas de livros de projeto e anúncios da empresa para publicar em revistas; - Desenvolvo aplicação para Excel em código VBA; - Faço pesquisas para melhoras de <i>software</i>, reimplimentando-os em outras plataformas para uma melhora no processamento das informações; - Por ser a primeira semana de trabalho, apenas foi definido: programação em PHP e manipulação de banco de dados; - Trabalho a distância, em minha casa. Algumas vezes por semana, temos reuniões para discutir as funções de cada envolvido nos projetos; - Programação para <i>mainframe</i> em linguagem COBOL; utilizo programas TSO para desenvolvimento e acesso ao <i>mainframe</i>; o cliente é o banco [...]; trabalho na empresa, juntamente com uma equipe.

(continua)

(continuação)

Função	Descrição das atividades que exercem
Programador; Suporte técnico de <i>software</i>	- Desenvolvo novos módulos e melhora/corrijo outros; utilizo ferramentas: PLISQL, NETBEAS, WINS CP, PUTTY etc.; atendo clientes via <i>e-mail</i> e telefone; trabalho na empresa
Programador; Manutenção de <i>hardware</i> ; Suporte técnico de <i>software</i>	- Programação; Linux; NF DUMP; NF SEN; NF COPD; RNP; trabalho sozinho
Suporte técnico de <i>software</i>	- Infraestrutura na área de TI; suporte em TI; manutenção de <i>softwares e hardwares</i> ; - Suporte a clientes que adquiriram nosso <i>software</i> ; - Ajudo estudantes com problema nos computadores; faço suporte técnico; ferramentas para consertos
Manutenção de <i>hardware</i> e Suporte técnico de <i>software</i>	- Trabalho diretamente na empresa, auxiliando alunos e funcionários com as ferramentas utilizadas pela instituição
Manutenção de <i>hardware</i>	- Dou suporte e manutenção a todo o sistema de tecnologias de informação para uma empresa pública do Paraná

Fonte: Dados dos questionários da pesquisa (Bridi; Motim, 2011)

* Excluímos da amostra os que não responderam à questão e/ou que trabalhavam em outra área. Optamos por manter o texto tal qual escrito pelos respondentes (cada hífen demarcado corresponde à fala de um trabalhador).

Para algumas funções, como digitador, auxiliar de informática/processamento, conferente/preparador de documentos, conferente aduaneiro, coletor de dados e técnicos em informática (aduaneiro, júnior, pleno e sênior)¹⁹, a jornada de trabalho é de 6 horas diárias. Essa jornada reduzida se deve ao reconhecimento das possibilidades de adoecimento decorrente do esforço repetitivo de determinadas funções. Nesse sentido, um advogado trabalhista que acompanha o sindicalismo no Paraná referiu-se a esses trabalhadores como os “peões da informática”. Isso se deve ao tipo de trabalho realizado: padronizado, repetitivo e monótono e de baixa remuneração para as funções selecionadas (Tabela 2). De fato, embora sejam trabalhadores que atuam com tecnologias e tenham qualificação, apresentam condições salariais próximas e em alguns casos mais baixas que as de trabalhadores de setores convencionais (comércio e indústria), por exemplo.

Na pesquisa com estudantes trabalhadores de 2011, dos trinta respondentes, tínhamos catorze com jornadas de trabalho de 6 horas, a maioria (doze), com remuneração de até R\$ 1.500,00 e dois apenas com remuneração entre R\$ 1.500,00 e R\$ 3.000,00. Outros oito, que cumpriam jornadas de 8 horas, ganhavam entre R\$ 751,00 e R\$ 3.000,00. Apenas um com jornada de 8 horas ganhava mais de R\$ 3.000,00.

19 Não incluímos as atividades ligadas a telefonia, televidas, teleatendente etc., com jornada de 6 horas e representada pelo SINDPD.

Tabela 2 – Remuneração de trabalhadores informacionais do Paraná com jornada de 6 horas. Período: 2010 a 2014

Função*	2010-2011 (R\$)	2011-2012 (R\$)	2012-2013 (R\$)	2013-2014 (R\$)
Digitador	510,00	545,00	700,00	781,00
Digitador aduaneiro	698,00	885,00	930,00	997,00
Auxiliar de processamento/informática	840,00	1.084,00	1.139,00	1.220,00
Técnico de informática** (aduaneiro, júnior, pleno e sênior)	742,00 a 898,00	789,00 a 955,00	829 a 1.003,00	889,00 a 1.075,00

Fonte: Convenções coletivas SINDPD-PR e Sindicato dos Empregadores em Processamento de Dados e Serviços Técnicos Informativos do Estado do Paraná

*Mantivemos as denominações como constam nas convenções coletivas analisadas

**A remuneração varia conforme experiência do trabalhador: júnior, pleno e sênior

Elaborado pelas autoras (2014)

Estes valores, assim como os constantes das tabelas, revelam que de fato a remuneração é baixa comparada aos níveis de exigência que se impõe a esses trabalhadores.

Relações de trabalho

Quanto às relações de trabalho, nossas pesquisas, até o presente, sugerem a existência de uma quantidade considerável de pessoas jurídicas e mesmo trabalhadores cooperativados, avulsos (*free-lances* e autônomos) e estagiários que gravitam em torno das empresas maiores. Estes são requisitados para desenvolver trabalhos eventuais sob encomenda, a exemplo de uma empresa produtora de *software* de produto localizada em Curitiba – denominada Empresa C –, instalada na década de 1970, considerada de médio porte, com cerca de trezentos empregados. Para o núcleo de seu negócio, precisa de um pequeno grupo de trabalhadores fixos altamente qualificados – que corresponderiam àqueles denominados por Rosenfield (2011) “quadros superiores de TI”, com características semelhantes às apontadas pela autora. Não mais que dez trabalhadores: dois ou três gerentes de projeto, um arquiteto de sistema, um de banco de dados etc., com salários próximos aos dos diretores da empresa. A ampliação do quadro de trabalhadores – produtores de *software* – acontece apenas sob demanda de novos projetos (Bridi; Motim, 2011; 2013).

Obtivemos depoimentos de alguns trabalhadores que diziam valorizar a flexibilidade e a rotatividade no trabalho como forma de obter novas experiências profissionais, enfrentar novos desafios, atualizar e diversificar seus conhecimentos na área, sendo estas as razões apresentadas pela preferência por um trabalho flexível e instável (muitas vezes por projetos) em lugar da estabilidade de uma carreira em uma única empresa e de um vínculo contratual por prazo indeterminado. Porém, entre os menos jovens, em fase de constituir família e depois de já formados em cursos superiores, a tendência das respostas era diferente. Apresentavam maior preocupação em ganhar mais dinheiro, passar em um concurso ou procurar um vínculo mais estável, que garantisse melhores condições de vida para si e para a família – alguma perspectiva de segurança para o futuro.

Na pesquisa realizada junto a jovens estudantes trabalhadores, quando se analisa comparativamente as condições de trabalho e as vantagens e desvantagens apontadas pelos respondentes sobre os diversos tipos de vínculos a que estagiários e trabalhadores estão submetidos, os trabalhadores percebem as diferenças entre os diversos vínculos de trabalho, reconhecendo que a condição de assalariado formal oferece mais garantias de direitos, quando mencionam “benefícios, direitos,

aposentadoria”. Há também algumas referências contraditórias, em relação ao mesmo vínculo, pois enquanto alguns fazem referência a “estabilidade, segurança e carreira”, que o trabalho assalariado formal propiciaria, outros falam de menores ganhos, mobilidade (rotatividade) e falta de concursos. Há, por outro lado, certo consenso quanto às desvantagens para aqueles que não são CLT, como a ausência de benefícios e de direitos (FGTS, férias, 13º salário, Previdência). A referência à falta de um direito de fazer jus à participação nos lucros e resultados (PLR) apontada pelos entrevistados consiste em mais uma diferenciação entre os trabalhadores assalariados formais e aqueles com outro tipo de vínculo. Entre as desvantagens indicadas pelos estagiários está a facilidade de demissão no âmbito deste vínculo; ou seja, o risco de dispensa e a não garantia de efetivação após o período de estágio. A análise dessas formas contratuais fluidas e flexíveis presente no setor permite-nos concluir que esse reino da “liberdade” é, em muitos casos, o reino da instabilidade. Ressaltamos, entretanto, que a amostra que trabalhamos não nos possibilitou conclusões definitivas a respeito da predominância de certos tipos de vínculos, embora a análise das convenções e dos acordos coletivos do SINDPD expresse claramente a tradição da terceirização e de prestação de serviços no setor informacional.

Na pesquisa com os estudantes (TADS), tivemos entre os trinta que responderam (que trabalhavam e/ou faziam estágio) dez registrados formalmente, duas pessoas jurídicas (PJ), um informal e dezessete estagiários. Neste caso fizemos uma ressalva, uma vez que ainda estavam cursando o ensino superior. De qualquer maneira, isto mostra que os estudantes da área já encontram colocação no mercado de trabalho desde os primeiros anos do ensino superior.

A tendência de pejetização e contapropismo foi identificada nas pesquisas de Pereira (2013), Baunert (2013), Rodrigues (2012) e Softex (2009; 2013). A promoção do trabalho autônomo, da externalização ou terceirização do trabalho presente nesse setor contribui para nublar a relação empregado/empregador.

Trabalhos intensivos em conhecimento: as habilidades requeridas

Outro aspecto destacado sobre os trabalhadores informacionais diz respeito à criatividade. Florida (2011) é um dos autores que situaram os profissionais de informática como uma “classe criativa”²⁰. Entretanto, conforme as metodo-

20 Para Florida (2011) os trabalhadores informacionais não compõem a classe trabalhadora. As únicas profissões que compõem a classe trabalhadora consistem naquelas atividades ligadas a construção civil, extração, instalação, manutenção e reparo, produção e transporte. As profissões ligadas à computação e à matemática compõem a classe criativa. Consideramos uma visão equivocada por diversas razões, mas não nos cabe neste artigo fazer a crítica a essa abordagem.

logias de programação e modelagem de sistemas foram ocorrendo o disciplinamento do processo de desenvolvimento. Corrobora essa análise o relato de um diretor de empresa de software de Curitiba que afirma que a produção de software requer muito trabalho, disciplina, organização, atenção aos custos de produção e às normas necessárias para a produção de programas compatíveis com as máquinas e com as necessidades dos clientes. Pondera o entrevistado que, nessa área, talvez uma única atividade requer alguma criatividade mais livre e solta: a do web designer. Os demais têm que aplicar ciência, matemática e raciocínio lógico para desenvolver o software – uma mercadoria específica (Bridi; Motim, 2011; 2013; Bridi; Braunert, 2014). Acreditamos, no entanto, que colocar a questão em termos de oposição (criatividade versus técnica e/ou versus ciência ou modelos matemáticos) não nos parece uma compreensão adequada. Conhecimento, técnica e criatividade são dimensões imbricadas e concomitantes. Quanto mais conhecimento, mais criatividade e vice-versa. A criatividade, a imaginação estão presentes na ciência, na técnica, na matemática. O fato é que em certas circunstâncias o que se exige é a aplicação de modelos pré-formatados, de linguagens específicas.

Quando perguntamos sobre as habilidades e os conhecimentos que a função e as atividades exercidas exigiam, as respostas recorrentes indicaram habilidades cognitivas e comportamentais ou atitudinais. Entre as habilidades de pensamento (cognitivas) citaram concentração, lógica ou raciocínio lógico, análise e desenvolvimento com precisão e eficácia, conhecimentos de *hardware* e de *software*, conhecimentos de sistemas operacionais e linguagens de programação. Apareceu também de forma recorrente a exigência de fluência na língua inglesa e, em alguns casos, habilidades comportamentais como meticulosidade e paciência, facilidade no trato com o público/cliente, bom relacionamento interpessoal, capacidade de aprender sozinho, de comunicar-se e ser flexível. A criatividade foi lembrada por um único respondente, conforme indicado no Quadro 2, onde mantivemos o conjunto das respostas conforme as funções exercidas.

Em estudo sobre os egressos dos cursos de graduação em Tecnologia em Análise de Sistemas, Ieger (2014) também identificou, além da exigência de habilidades e competências de ordem cognitiva, habilidades comportamentais e valorativas²¹. A autora destaca ainda que a atuação no setor de TI (hardware e software) exige níveis tanto de qualificação formal, como a oferecida pelas instituições de nível superior, como a qualificação obtida por certificações técnicas.

21 Presente no Planejamento Político Pedagógico (PPP) do curso analisado por Ieger (2014).

Quadro 2 – Habilidades requeridas conforme função (analista, programador, suporte técnico de *software*, manutenção de *hardware* e de servidores)

Função	Habilidades e conhecimentos exigidos
Analista ou desenvolvedor de <i>software</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento de ITIL (gerenciamento de incidentes, aplicativos <i>web</i>, banco de dados, inglês fluente) - Inglês, lógica, orientação a objetos, <i>design patterns</i> - Lógica - Relacionamento interpessoal e conhecimento técnico - Conhecimento de infraestrutura em TI, linguagem SAS e VBA, análise de códigos (programas) ligados a modelos de estatística, análise de sistemas - Concentração, capacidade de aprender sozinho - Concentração, raciocínio lógico, relações interpessoais, comunicação - Conhecimento em lógica de programação e SAS - SQL, lógica, análise de sistemas, levantamento de requisitos - Análise e desenvolvimento com muita precisão e eficácia - Lógica de programação, conhecimento técnico na área, boa fluência no tratamento com clientes
Programador	<ul style="list-style-type: none"> - Análise e programação - Lógica de programação, conhecimento em linguagens computacionais e em bancos de dados - Lógica, conhecimentos de <i>hardware</i>, <i>software</i>, sistemas operacionais e linguagem de programação - Conhecimento na área, concentração, vontade de aprender - Lógica, paciência, conhecimento da língua inglesa - Lógica de programação
Suporte técnico de <i>software</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimentos na área de suporte em TI - Conhecimentos de <i>hardware</i>
Manutenção de <i>hardware</i> e de servidores	<ul style="list-style-type: none"> - Paciência e conhecimentos em manutenção de <i>hardware</i> - Pensamento rápido
Outro tipo: (administrativo, recursos humanos, fiscal)	<ul style="list-style-type: none"> - Utilização de computadores, ordenação de arquivos, gestão documental; - Português, saber lidar com o público, flexibilidade; - Conhecimento de planilhas, internet/Windows, boa comunicação escrita

Fonte: Pesquisa de campo, Bridi e Motim, 2011

O fato de tratar-se de um setor extremamente dinâmico, na medida em que se criam novas linguagens, novos programas e sistemas operacionais, faz que o autodidatismo seja outra característica requerida aos trabalhadores informacionais, dependendo da função realizada.

Porém, se por um lado o setor das TICs tem movimentado as economias regionais e globais e influenciado inúmeros outros setores produtivos e de serviços, que se beneficiam das tecnologias informacionais, por outro lado tais

benefícios parecem ainda repercutir pouco na melhoria das condições de trabalho e salariais dos trabalhadores que nele atuam.

Considerações finais

Somadas e/ou potencializadas pelo contexto econômico e por decisões políticas tomadas rumo à desregulamentação e à flexibilização da legislação do trabalho, a indústria da informática, por seus produtos e possibilidades, se encontra no centro das mutações nas maneiras de produzir, trabalhar e viver (Bridi, 2011). Nos termos de Katz (apud Wolf, 2009: 92), isso se deve ao fato de que é ela que traz um “impacto decisivo sobre outras inovações, tornando obsoleta a base técnica em vigor e impelindo as mudanças radicais em toda a sua infraestrutura”. A informática cria espaços novos de acumulação, como o espaço virtual ou o ciberespaço, que ignoram as fronteiras nacionais, como analisa Tauile (2001). Tais alterações exigem, contudo, mais investigações empíricas, pois o que se tem até então, em termos de realidades do trabalho, nos remete a questionar as generalizações que os autores da “sociedade do conhecimento” fazem, a partir principalmente de algumas características ou particularidades do trabalho do desenvolvedor de *software*. Nosso argumento aqui é que o trabalho informacional não se resume a essa atividade que podemos enquadrar como de “criação”. Tomar as possibilidades do trabalho informacional e das transformações que propiciam como elemento definidor de um novo modo de produção capitalista, não assentado na relação capital-trabalho, nos parece uma proposição fundada num devir, no “desejo de” e menos na realidade empírica do trabalho, mesmo para aqueles que atuam no cerne da chamada “nova economia”. Se o trabalho na proclamada “sociedade do conhecimento” permite um trabalho emancipado e não fragmentado é algo ainda a ser atestado (Bridi; Motim, 2011). Com isso, não queremos e não podemos negar que existam mudanças, novas nuances em relação ao sentido do trabalho e/ou um novo espírito do capitalismo, ao qual se referiram Boltanski e Chiapello (2009), mas sim afirmar que em meio às mudanças há permanências e adaptações de modelos produtivos em um quadro de um capitalismo que buscou se ancorar nas flexibilizações de diversas ordens, ou seja, nas relações salariais, de trabalho, de produção e, conseqüentemente, e buscar também um trabalhador flexível.

Na situação que emerge, tem-se um trabalho reconfigurado nos vários setores da economia. Ao analisar as novas configurações do trabalho no Brasil, Leite (2009: 82) aponta para a “ressignificação de velhas práticas nos novos contextos, as novas configurações que elas assumem, como elas imbricam com o trabalho

regular, quais são os setores que mais vêm sendo afetados por elas, que características elas vêm desenvolvendo”. Destaca o recrudescimento do trabalho em domicílio em atividades que nunca deixaram de utilizá-lo, como o caso de confecções e calçados. No caso das TICs, embora nesse momento não possamos mensurar, há indicativos de que o trabalho em/no domicílio é uma modalidade central para pequenas, médias e grandes empresas de produção de *software* em funções como diagramador, *designer* etc., que podem ser realizadas virtualmente e portanto de qualquer lugar, inclusive da casa do trabalhador.

Nossas análises revelam que os mais jovens (com menos de 30 anos) predominam entre os empregados que trabalham sem registro. Observamos também que no setor de prestação de serviços de informação há uma concentração de pessoal com nível superior, pessoas que costumam ter contratos formais de trabalho. Ainda não podemos afirmar, no entanto, se esta correlação entre grau de instrução de nível superior e formalização do trabalho se deve a uma maior conscientização dos trabalhadores em relação a seus direitos ou ao fato de que, à medida que estes passam por novas experiências de trabalho e/ou atingem mais idade, têm mais oportunidades de buscar ocupações mais estáveis. Notamos certa tendência de, após adquirirem alguma experiência e idade, eles mesmos procurarem garantir alguma segurança para planejar seu futuro e, assim, buscarem contratos formais e/ou melhores salários.

Referências

- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, M. Fontes, 2009.
- BRAGA, Ruy. A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Org.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo, Boitempo, 2009.
- BRAUNERT, Mariana. O trabalho e as formas de contratação dos desenvolvedores de software: um estudo em empresas de Curitiba e Região. Dissertação, Sociologia, UFPR, 2013.
- BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. Padrões e processos de trabalho na “indústria” da informática no Paraná: a natureza do trabalho informacional e a falácia do trabalho criativo e emancipado. In: *35º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 2011*.
- BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. O trabalho no setor de informática no Paraná: reflexões sociológicas. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, IPARDES, v. 34, n. 124, janeiro-junho 2013, p. 93-118.

- BRIDI, Maria Aparecida; BRAUNERT, Mariana. Configurações do trabalho em empresas de software. Curitiba, UFPR, 2014 (no prelo).
- BRIDI, Maria Aparecida. *Redes de empresas, trabalho e relações de trabalho no setor de informática no Paraná*. Projeto de Pesquisa. Curitiba, UFPR, 2011.
- BRIDI, Maria Aparecida. *Redes de empresas, trabalho e relações de trabalho no setor de informática no Paraná*. Relatório Parcial de Pesquisa. Curitiba, UFPR, 2011.
- BRIDI, Maria Aparecida. *Ação coletiva e comissões de trabalhadores em plantas flexíveis: o espaço da política*. Tese, Sociologia, UFPR, 2008.
- CASTELLS, Manoel. *Sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- CASTILLO, Juan José. O trabalho do conhecimento na sociedade de informação: a análise dos programadores de software. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Org.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo, Boitempo, 2009.
- CATHO, 39ª Pesquisa Salarial da Catho. Disponível em <http://itweb.com.br/58150/guia-de-salarios-profissionais-de-ti-podem-ganhar-ate-r-186-mil>. Acesso em 16 nov. 2012.
- CATHO. Analista de Negócios de TI. Guia de profissões e salários | Catho. Disponível em <http://www.tabelasalarial.com/consulta-tabela-salarial-2014-atualizada>. Acesso em 21 jul. 2014.
- COCCO, Giuseppe; VILARIM, Gilvan de Oliveira. Trabalho imaterial e produção de software no capitalismo cognitivo. *Liinc em Revista*, v. 5, n. 2, setembro 2009, p. 173-190 – <http://www.ibict.br/liinc>.
- DE LA GARZA TOLEDO, Enrique et al. Para um conceito ampliado de trabalho, de controle, de regulação e de construção social da ocupação: os “outros trabalhos”. In: LEITE, Marcia; ARAÚJO, Angela M. C. *O trabalho reconfigurado: ensaios sobre o Brasil e o México*. São Paulo, Annablume, 2009.
- EXAME, Edição Especial. Melhores e maiores empresas do Brasil. São Paulo, Abril, 2010.
- FLORIDA, Richard. *A ascensão da classe criativa*. Porto Alegre, L&PM, 2011.
- FREIBERGER, Zélia. A natureza e as configurações do trabalho do web designer no contexto do capitalismo flexível. Dissertação, Sociologia, UFPR, 2013.
- GORZ, André. *O imaterial*. São Paulo, Annablume, 2005.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo; CONSONI, Flávia Luciane. *As desigualdades reestruturadas: um olhar sobre os diferenciais de sexo e raça no acesso ao trabalho em setores selecionados da atividade produtiva*. Relatório de Pesquisa. São Paulo, USP, 2000. Disponível em http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya/Desigualdades_sexo_e_ra_a___Relat_rio_v%5B1%5D.3.pdf. Acesso em 2 jun. 2014
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Loyola, 1993.
- IBGE. O Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação no Brasil 2003-2006. *Estudos e Pesquisas Informação Econômica*, IBGE, Rio de Janeiro, n. 11, 2009 [ISSN

- 1679-480X]. Disponível em www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/stic/publicacao.pdf. Acesso em 2 jun. 2014.
- IEGER, Eliana. O perfil dos egressos de um curso superior de informática no Paraná: da qualificação ao mercado de trabalho. Dissertação, Sociologia, UFPR, 2014.
- IPARDES. *Sobre o Paraná. Curitiba: IparDES*. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=86>. Acesso em 16 maio 2010.
- KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- LEITE, Marcia; ARAÚJO, Angela M. C. O trabalho reconfigurado: ensaios sobre o Brasil e México. São Paulo, Annablume, 2009.
- OLHAR DIGITAL, Pesquisa Brasscom. Disponível em mg1.olhardigital.uol.com.br/uploads/acervo_imagens/2013/07/20130711165428.jpg. Acesso em 21 jul. 2014.
- PEREIRA, Samara, C. Vínculos contratuais de trabalho na indústria de software de Curitiba e região: o olhar sob a pessoa jurídica. Dissertação, Sociologia, UFPR, 2013.
- PORCARO, Rosa Maria. Economia da informação: mercado de trabalho e competências. In: SOFTEX. *Cadernos temáticos do Observatório: Economia da informação e internet*. Campinas, Observatório Softex, 2013, cap. 3, p. 67-96. <Cadernos-tematicos-do-observatorio-economia-da-informacao-e-internet.pdf>
- ROCHA, Frederico. As atividades produtivas de software no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA, 1998 (Texto para discussão, n° 603).
- RODRIGUES, Maria Emília. Trabalho, autonomia e identidade dos profissionais de software no capitalismo flexível. Dissertação, Sociologia, UFPR, 2012.
- ROSENFELD, Cinara L. Trabalho decente e justificação da precarização. *Tempo Social*, n. 23(1), junho 2011.
- SAMPAIO, Sérgio Eduardo Ketelhute. O desenvolvimento da aglomeração produtiva de software de Curitiba. Dissertação, Desenvolvimento, UFPR, 2006.
- SILVA, Carlos Freire. Terceirização e trabalho informal: o caso da indústria de confecção. In: DAU, D. M.; RODRIGUES, I. J. CONCEIÇÃO, L. J. (Org.). *Terceirização no Brasil: do discurso da inovação à precarização do trabalho*. São Paulo, Annablume, 2009, p. 29-47.
- SINDPD-PR. Pesquisa do Sebrae/PR faz raio x do setor de TI no Paraná. Site do SINDPD-PR, Curitiba, 2010. Disponível em <http://www.sindpdpr.org.br/noticia/pesquisa-do-sebraepr-faz-raio-x-do-setor-ti-no-parana>. Acesso em 23 jun. 2014.
- SOFTEX. *Cadernos temáticos do Observatório: Economia da informação e internet*. Campinas, Observatório Softex, 2013. Disponível em www.softex.br. Acesso em 2 jun. 2014. <Cadernos-tematicos-do-observatorio-economia-da-informacao-e-internet.pdf>
- SOFTEX. Software e serviços de TI: A indústria brasileira em perspectiva. Campinas, Observatório Softex, 2009.

TAUILE, José Ricardo. Para (re)construir o Brasil contemporâneo, Rio de Janeiro, Contraponto, 2001.

WOLFE, Simone. O “trabalho informacional” e a reificação da informação sob os novos paradigmas organizacionais. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Org.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo, Boitempo, 2009.

Recebido em: 02/06/2014

Aprovado em: 30/06/2014

Como citar este artigo:

BRIDI, Maria Aparecida, MOTIM, Benilde Lenzi. Trabalho e trabalhadores na indústria de informática. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 4, n. 2, jul-dez 2014, pp. 351-380

Novas configurações do sindicalismo no Brasil? Uma análise a partir do perfil dos trabalhadores sindicalizados

Iram Jácome Rodrigues¹

José Ricardo Ramalho²

Resumo: O objetivo deste texto é identificar e discutir mudanças no padrão de ação sindical no Brasil, a partir da análise das taxas de sindicalização nas últimas duas décadas, tendo como fonte a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados recolhidos revelam certa estabilidade na média das taxas nacionais, mas apontam alterações importantes no perfil dos sindicalizados, especialmente no que se refere ao crescimento do sindicalismo nas áreas rurais, em contraposição à queda dos indicadores de associativismo nas regiões que tradicionalmente, no pós-1978, foram o sustentáculo da ação sindical, em particular a Região Sudeste. Confirmam também uma tendência de aumento da participação feminina entre os sindicalizados, especialmente nas áreas rurais.

Palavras-chave: Brasil; trabalhadores; sindicalismo; taxas de sindicalização.

New configurations of trade unionism in Brazil? An analysis based on the profile of unionised workers

1 Universidade de São Paulo (USP) – Pesquisador do CNPq - São Paulo – Brasil – ijrodrig@usp.br

2 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Pesquisador do CNPq - Rio de Janeiro – Brasil – jramalha@ifcs.ufrj.br

Abstract: *The text intends to discuss changes in patterns of trade union action in Brazil, through the examination of information about union density in the last two decades, using as the main source the National Household Sample Survey (PNAD) of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The collected data disclose certain stability in the average of national trade union rates, but they point out alterations in the profile of the trade union members, especially as for the growth of trade union density in rural areas, in opposition to the fall of the rates in regions which had been, after 1978, the main support for trade union action in the South East of the country. The data also present a tendency of increase in women participation among trade union membership, especially in the countryside.*

Keywords: *Brazil; working class; trade unionism; union density.*

Introdução

O objetivo deste texto³ é identificar e discutir mudanças no padrão de ação sindical no Brasil, a partir de uma análise das taxas de sindicalização nas últimas duas décadas, tendo como fonte a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴. Os dados recolhidos revelam certa estabilidade na média das taxas nacionais, mas apontam alterações importantes no perfil dos sindicalizados, especialmente no que se refere ao crescimento do sindicalismo nas áreas rurais, em contraposição à queda dos indicadores de associativismo nas regiões que tradicionalmente, no pós-1978, foram o sustentáculo da ação sindical, em particular a região Sudeste. Confirmam também a tendência crescente à participação feminina no conjunto dos sindicalizados, especialmente nas áreas rurais.

Temos como referência o período 1992-2012, selecionando os anos de 1992, 1996, 1999, 2004, 2008 e 2012, de modo a realizar um mapeamento destas duas últimas décadas em termos do impacto que as mudanças no trabalho trouxeram para o perfil dos trabalhadores e da motivação para se associarem a seus organismos de representação.

3 As informações que sustentam o artigo são resultados parciais de projetos de pesquisa em andamento, que vêm sendo desenvolvidos pelos autores, apoiados pelo CNPq e pela Faperj (Programa Cientistas do Nosso Estado). Este estudo, em sua fase preliminar, foi apresentado em mesa-redonda no Congresso da SBS (julho de 2013) e no Encontro da ANPOCS (outubro de 2013). Gostaríamos de agradecer a Marco Aurélio Santana, organizador destes dois eventos, e aos colegas que na ocasião fizeram sugestões a este trabalho, especialmente Adalberto Moreira Cardoso, que discutiu conosco vários aspectos dos dados apresentados.

4 Um agradecimento especial a Jonas Tomazi Bicev pelo tratamento estatístico dos dados.

Os dados da PNAD são uma amostragem do conjunto da população ocupada e podem ser utilizados a partir de empregados assalariados ou do conjunto dos trabalhadores assalariados e também não assalariados. Optamos pelos dados referentes à população ocupada adulta, ou seja, com mais de 18 anos. Foi esta escolha que permitiu perceber o aumento da sindicalização nas áreas rurais cuja mão de obra é composta de trabalhadores assalariados, mas também de pequenos proprietários e mostrar a importância destes últimos para o crescimento da sindicalização no campo (Cardoso, 2013a).

Os desafios à ação sindical: um breve resumo

Ainda que haja indícios de uma crise da instituição sindical e das concepções que foram as bases para a teoria da sociedade do trabalho, não se pode dizer que estamos diante de um sindicalismo em fase terminal, em que pese o reconhecimento de que a ação sindical tenha mantido uma postura extremamente defensiva, notadamente nos países centrais, nas últimas décadas.

Conforme Martins Rodrigues (1999:21-22), “é consensual entre a grande maioria dos pesquisadores a tese da queda geral dos níveis de sindicalização nos países desenvolvidos durante a década dos 80”. E acrescenta que, “tomando como pontos de referência os anos de 1970 e 1988, a sindicalização caiu de 35% para 28% no conjunto dos países”.⁵

Para Cardoso (2013b:188-189), estudos mais recentes têm confirmado que “os sindicatos continuaram perdendo adeptos em toda parte, mas, ao mesmo tempo, a hipótese da convergência dos modelos de relações de trabalho em decorrência da globalização não se confirmou”. O autor alerta para o fato de que “a queda da filiação tem causas diferentes em cada país; em alguns deles, a filiação, na verdade, aumentou até pelo menos meados da década de 2000”.

A Tabela 1, contendo a taxa de sindicalização em catorze países selecionados, no período de 1992 a 2010, permite visualizar a dimensão dos desafios do sindicalismo neste início de século XXI. Mesmo que esses países tenham modelos de regulação do trabalho diferenciados, e que seja necessário levar em conta os aspectos históricos e culturais e as particularidades econômicas e sociopolíticas de cada um deles, os dados mostram uma queda, sem exceção, na representatividade sindical. Mesmo nos países onde havia uma taxa de sindicalização elevada, como Suécia e Dinamarca, 84% e 76%, respectivamente, este índice caiu para 69%. De toda forma, independentemente do que a taxa de sindicalização

5 Sobre os problemas metodológicos e conceituais presentes na discussão sobre o tema da densidade sindical, ver também Sousa, 2011.

seja capaz de mensurar, houve uma acentuada diminuição dos associados à instituição sindical no Reino Unido, Alemanha, Austrália, Portugal, Holanda, Japão, Suíça e Estados Unidos, entre outros.

Tabela 1 - taxa de sindicalização em países selecionados*

	1992	1996	1999	2002	2004	2008	2010
Suécia	83,9	85,0	81,6	76,9	76,9	68,8	68,9
Dinamarca	75,8	77,4	74,9	73,2	71,7	67,6	68,5
Itália	38,9	37,4	35,4	33,8	34,1	33,4	35,5
Canadá	35,7	33,8	31,4	30,3	29,6	29,6	30,0
Reino Unido	39,8	33,0	30,5	29,1	28,3	27,2	27,1
Alemanha	33,9	27,8	25,3	23,5	22,2	19,1	18,6
Austrália	38,8	30,8	24,9	22,9	21,9	18,2	18,2
Portugal	26,1	25,5	22,5	20,7	21,4	20,5	19,3
Holanda	24,8	24,9	23,5	21,6	21,6	19,7	19,3
Japão	25,0	23,4	22,2	20,3	19,1	18,2	18,4
Suíça	22,8	22,2	20,9	19,9	19,5	17,5	17,2
Espanha	16,5	16,1	16,0	16,0	15,3	14,6	15,6
EUA	15,1	14,0	13,4	12,6	12,0	11,9	11,4
França	9,8	8,4	8,1	8,1	7,8	7,6	7,9

*Servidores públicos e trabalhadores assalariados. Anos selecionados.

Fonte: Visser, Jelle, 2011, Data Base on Institutional Characteristics of Trade Unions, Wage Settings, State Intervention and Social Pacts 1960-2011 (ICTWSS),

Version 4.0 (Abril 2013). Institute for Advanced Labour Studies (AIAS), University of Amsterdam.

A reorganização e/ou reconstrução da agenda sindical se depara, contemporaneamente, com duas questões centrais: em primeiro lugar a questão da representação: se deve estar voltada mais para o trabalho e o emprego ou voltada para questões sociais mais gerais. E, em segundo lugar, se a ação sindical deve se voltar mais para o coletivo ou para o individual (Hyman, 1999: 126). Na verdade, estas escolhas não são excludentes. Para vencer os desafios do presente contexto a instituição sindical teria que, ao mesmo tempo, se preocupar com a organização e as condições de trabalho, com o emprego e, também, responder às demandas tanto individuais quanto coletivas dos trabalhadores.

Outro grande desafio é renovar os temas da solidariedade e da identidade através do trabalho. O movimento mais geral do capitalismo com a reestruturação nas empresas no âmbito microeconômico e, com a dinâmica da financeirização no aspecto macroeconômico, além de outros fatores, certamente é um óbice para a manutenção da base sindical, além de levar a uma diminuição

na taxa de filiação em grande parte dos países centrais (Zoll, 1996; Valkenburg, 1996). Afora isso, mas também como consequência desse movimento, a terceirização, dinâmicas relacionadas com mudanças organizacionais nas empresas, a implementação de métodos inspirados no chamado modelo Toyota, a flexibilização das relações de trabalho e do mercado de trabalho, por serem processos que privilegiam a dispersão e a fragmentação dos trabalhadores, ao invés de ações coletivas, têm trazido ainda, mais dificuldades para os sindicatos.

Para Hyman (2002a: 3-4), a ideia daquele trabalhador coletivo típico, com atividade comum em uma comunidade local integrada e homogênea e com limitado horizonte cultural e social, se durante um bom tempo representou o operariado do início da industrialização, hoje esta concepção não daria mais conta da diversidade e complexidade do mundo do trabalho onde impera uma ampla diferenciação, tanto com relação à localização geográfica, à organização social do trabalho, à sociabilidade, ao consumo, ao local de moradia, entre outros. Além disso, um trabalhador, nos dias de hoje, pode morar a uma distância significativa de seus colegas de trabalho e, normalmente, ter uma vida doméstica, em muitos aspectos, “privatizada”, bem como uma vida social, muitas vezes, desvinculada do seu trabalho. O autor considera, ainda, que o problema central do novo perfil de trabalhador está relacionado à contraposição que se coloca entre a escolha individual e os princípios de unidade e solidariedade que postulam a sobreposição dos interesses coletivos às preferências individuais (2002b: 12). No entanto, individualismo e coletivismo não precisam ser princípios antagônicos (2002a: 6). Para que a solidariedade possa, de fato, ser efetivada no âmbito da ação sindical, Hyman propõe a combinação de uma proteção universal e também uma oportunidade individual e o princípio da solidariedade deve ser tanto redefinido quanto reinventado se o sindicalismo quiser sobreviver.

As dificuldades para uma ação mais coletiva por parte dos sindicatos talvez residam no fato de que, em alguma medida, o trabalho teria perdido aquela que seria uma das suas dimensões centrais, ou seja, a ideia de ofício, de profissão.⁶ Segundo Visser (2012: 130), parte desse processo se deve também ao fato de que houve na Europa “uma gradual erosão e perda de significado daquilo que provavelmente foi a mais bem sucedida forma de organização sindical no capitalismo democrático do século XX – o sindicato industrial”. Por esta razão a representação coletiva tenderia a perder tanto sua capacidade de interpretar a visão de mundo dos trabalhadores quanto de criar identidade e autonomia a partir do próprio trabalho (Catalano, 1999: 30).

6 Sobre esta questão ver, entre outros, Gorz, 1982; Offe, 1989; Braverman, 1977.

A contribuição de Hyman (2001) para elucidar as principais questões que são colocadas para o movimento sindical na Europa, pode fornecer elementos para uma análise sociológica mais acurada da realidade vivida pelos sindicatos brasileiros atingidos pela reestruturação das empresas e pela globalização, obrigados a rever suas estratégias políticas e operacionais, no sentido, principalmente da manutenção do emprego e da sua sobrevivência como instituição. Para ele (ibid.: 3,4), mercado, classe e sociedade seriam a “geometria do sindicalismo”, conectados em um balanço instável dos três pontos do triângulo. O sindicalismo com foco no mercado, com foco na sociedade, e com foco na classe nunca existiria na forma pura e na prática “os sindicatos tenderiam a se inclinar para uma mescla desses três tipos ideais”.

Essa interpretação reforça argumentos que consideram posições políticas e estratégias sindicais como fruto de avaliações permeadas pelos contextos locais, regionais e nacionais, de tradições políticas incorporadas historicamente às práticas sindicais, de conjunturas econômicas globais e nacionais e seus desdobramentos sobre o mercado de trabalho e o aumento do desemprego. Isto não significa esquecer a questão de classe e das relações de classe que na verdade definem o sindicalismo. Para Hyman (ibid.: 4), sindicatos que representam os interesses dos trabalhadores em confronto com os interesses dos empregadores, são também “agências de classe” e esta característica coloca em questão, uma tensão entre exercer sua prática como movimento (movimentos de classe e movimentos populares) – e a institucionalização, que implica em uma acomodação dos interesses de classe no interior das instituições.

Em resumo, a situação dos sindicatos nos países desenvolvidos traz bons elementos para a compreensão de novos temas e novas questões para a ação sindical e dos desafios para o futuro do sindicato em todas as partes do mundo neste início de século XXI.

No caso do Brasil, um balanço sobre as mudanças no trabalho e na ação sindical nas últimas décadas revelam que, durante os anos 1990, “Sob o argumento do combate à inflação elevada da década de 1980, adotou-se uma política econômica de tipo liberal, aberta aos mercados globalizados e estimuladora de uma reestruturação da produção e das relações de trabalho.” (Ladosky, Ramalho e Rodrigues, 2014). O discurso predominante era o da diminuição do tamanho do Estado, redução dos gastos públicos, bem como flexibilização das leis trabalhistas.

Os efeitos destas políticas sobre os trabalhadores e, por extensão, sobre o conjunto da sociedade foram deletérios: de acordo com os dados do (IBGE, 2013), entre 1990 e 1999, o PIB cresceu a uma taxa média anual de 1,7%; e em

1998 e 2000, as taxas de desemprego alcançaram, respectivamente, 9,2 e 15%. (ibid.). Esse processo colocou o movimento sindical na defensiva, e no que tange ao mercado de trabalho o período de 1995 a 2002 foi extremamente difícil para amplos setores das classes trabalhadoras, com aumento do desemprego, da flexibilidade nas relações de trabalho, processos variados de precarização, entre outras questões.

O período Lula (2003-2010) retirou da pauta do Congresso o Projeto de Lei 5.483 – que tratava da prevalência do negociado sobre o legislado – e tentou, sem sucesso, fazer mudanças na legislação sindical e trabalhista a partir de uma negociação tripartite, tendo como espaço o Fórum Nacional do Trabalho. (Ladosky *et al.*, 2014; Silva, 2009; Horn, 2009a e 2009b, Pessanha e Morel, 2009).

Diante das dificuldades encontradas no âmbito do FNT, bem como dos percalços no espaço do Congresso Nacional, o governo optou por fazer “mudanças parciais na legislação infraconstitucional”. (Ladosky *et al.*, 2014.). Assim, a Lei 11.648/08 estabeleceu o reconhecimento das centrais sindicais e definiu como critério, os seguintes aspectos: I. filiação de, no mínimo, 100 (cem) sindicatos distribuídos nas 5 (cinco) regiões do País; II - filiação em pelo menos 3 (três) regiões do País de, no mínimo, 20 (vinte) sindicatos em cada uma; III - filiação de sindicatos em, no mínimo, 5 (cinco) setores de atividade econômica; e IV - filiação de sindicatos que representem, no mínimo, 7% (sete por cento) do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional. (*Idem*).

Pelos critérios acima, as centrais reconhecidas, atualmente, são: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical (FS), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Trabalhadores e trabalhadoras do Brasil (CTB) e a Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST).

Um perfil dos sindicalizados no Brasil

A partir de dados sobre sindicalização, retirados da PNAD em sete anos selecionados, vamos traçar um perfil e identificar as principais características dos sindicalizados no Brasil no período 1992-2012.

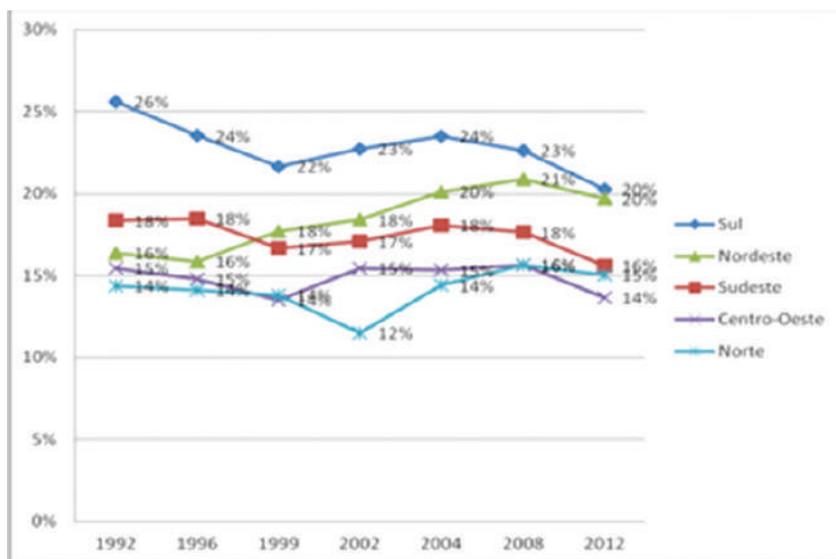
A Tabela 2, abaixo, indica que a taxa de sindicalização no Brasil tem se mantido, relativamente, constante nas últimas duas décadas, variando entre 19% a 17%, apesar das mudanças ocorridas no âmbito do trabalho e da produção. Os sindicatos passam de quase 11 milhões de associados em 1992, para algo em torno de 16 milhões no ano de 2012, enquanto a população ocupada adulta aumentou de 57,6 milhões para 91,3 milhões.

Tabela 2- sindicalização da população ocupada adulta no Brasil

	1992	1996	1999	2002	2004	2008	2012
POA Sindicalizada	10.785.116 19%	11.163.556 18%	11.427.243 17%	13.259.022 18%	15.107.498 19%	16.726.679 19%	15.669.339 17%
POA NÃO Sindicalizada	46.803.447 81%	50.242.767 82%	54.121.148 83%	60.526.596 82%	64.256.563 81%	71.356.795 81%	75.607.238 83%
POA Total	57.588.563 100%	61.406.323 100%	65.548.391 100%	73.785.618 100%	79.364.061 100%	88.083.474 100%	91.276.577 100%

Fonte: PNAD, IBGE. Anos selecionados. Elaboração própria

No que diz respeito à sindicalização por distintas regiões brasileiras observa-se, na Figura 1, abaixo, que a regiões Nordeste e Sul apresentam percentuais superiores à média, atingindo 20%, sendo que a região Nordeste, no período, teve um crescimento, com pequenas oscilações, mais significativo e persistente se comparado com as outras regiões. Tudo indica que nos próximos anos, a região Nordeste ultrapassará a região Sul que no intervalo de 2008 a 2012 aparece em queda. Esse fenômeno pode ser explicado em parte pelo crescimento do associativismo sindical em áreas rurais, como vamos mostrar mais adiante.

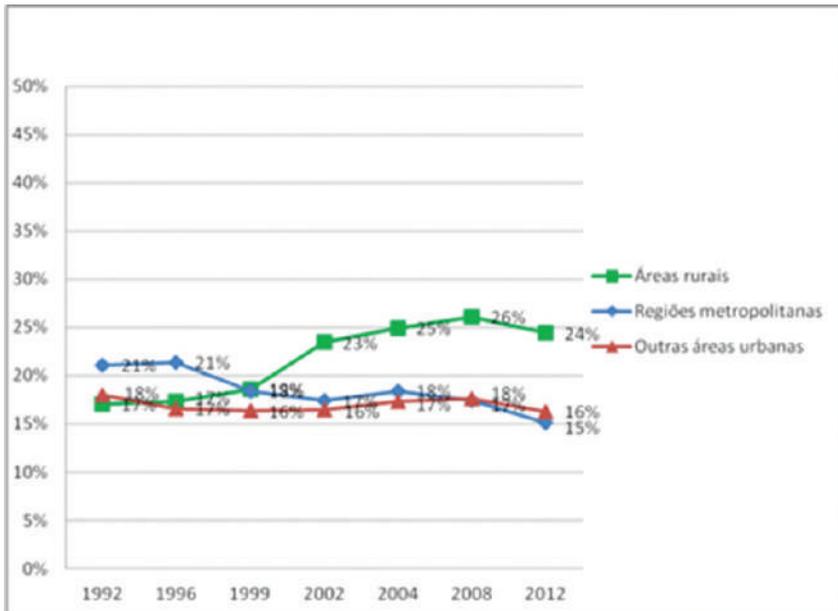
Figura 1- sindicalização no Brasil por Região

Fonte: PNAD, IBGE. Anos selecionados. Elaboração própria.

A distribuição da taxa de sindicalização por área rural e urbana, conforme indica a Figura 2, mostra que a área rural teve um forte crescimento nas últimas décadas passando de 17% em 1992 para 24% em 2012. Ao contrário, as áreas urbanas tiveram decréscimo em suas taxas. Se nas “regiões metropolitanas”, a taxa de sindicalização, em 1992, era de 21%, em 2012 esta taxa foi reduzida para 15%. Nas chamadas “outras áreas urbanas”, como denomina o IBGE, também ocorreu uma queda de 18% para 16% na densidade sindical. É importante ressaltar que a sindicalização nas “outras áreas urbanas” já era menor que nas “regiões metropolitanas”, no início da série histórica, (18%) contra (21%).

Estes dados, referentes à década de 1990, colhidos no contexto de políticas neoliberais no país, confirmam um processo de redução da taxa de sindicalização urbana. No ano de 1996, a taxa de sindicalização rural alcançou a percentagem de “outras áreas urbanas” e, em 1999, atingiu o mesmo percentual de associativismo das “regiões metropolitanas”. Já a partir da década de 2000, a taxa de sindicalização rural esteve em um patamar elevado, e manteve uma distância de cerca de 8 a 9 pontos percentuais com relação às “áreas urbanas” – metropolitanas ou não.

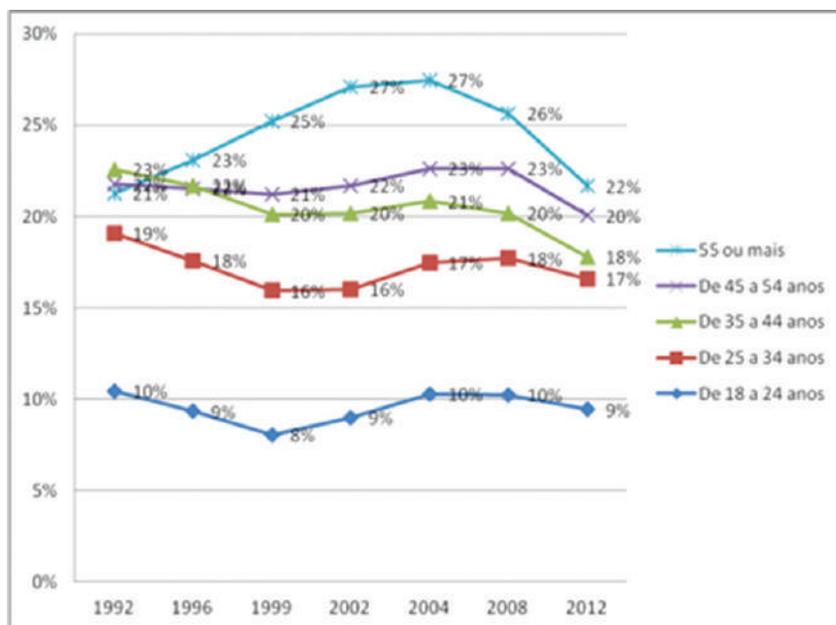
Figura 2: sindicalização rural e urbana no Brasil



Fonte: PNAD, IBGE. Anos selecionados. Elaboração própria.

No que tange à faixa etária, Figura 3, os trabalhadores acima de 55 anos ainda apresentam um percentual de sindicalização superior (22%), embora em queda nos últimos anos. Se somarmos este grupo àqueles que compõem a faixa etária imediatamente anterior, de 45 a 54 anos, podemos constatar que a sindicalização está, majoritariamente, concentrada nos trabalhadores acima de 45 anos (22% e 20% respectivamente). Nas faixas etárias de 25 a 34 anos e 35 a 54 anos o percentual de sindicalizados chega, respectivamente, a 17% e 18%. A faixa de 18 a 24 anos, representa apenas 9% do total de sindicalizados. Esses dados por si sós colocam um desafio à ação sindical: como trazer a juventude para os sindicatos?. E a Figura 3 mostra que no período de 1992-2012, com pequenas variações, a sindicalização na faixa etária de 18 a 24 anos foi de 10% para 9%, ou seja, não aumentou, mas ficou praticamente constante.

Figura 3- sindicalização por faixa etária

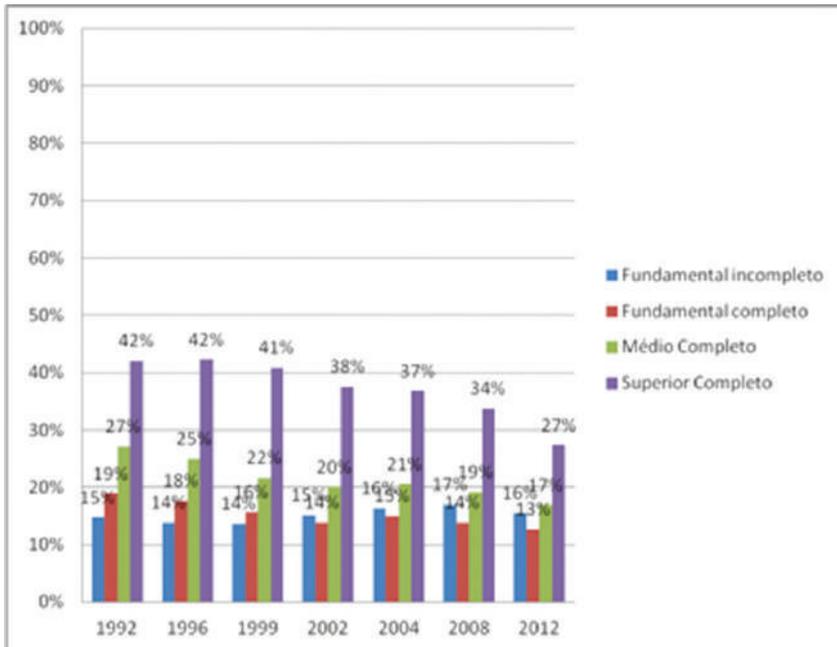


Fonte: PNAD, IBGE. Anos selecionados. Elaboração própria.

A Figura 4 mostra a relação entre a população adulta ocupada e os trabalhadores sindicalizados por escolaridade. Observa-se que apesar do percentual ser maior entre os trabalhadores com nível superior completo houve um decréscimo nesta faixa de escolarização, de 42% para 27%, entre 1992 e 2012. Isto significa que, no conjunto dos trabalhadores sindicalizados, aqueles que

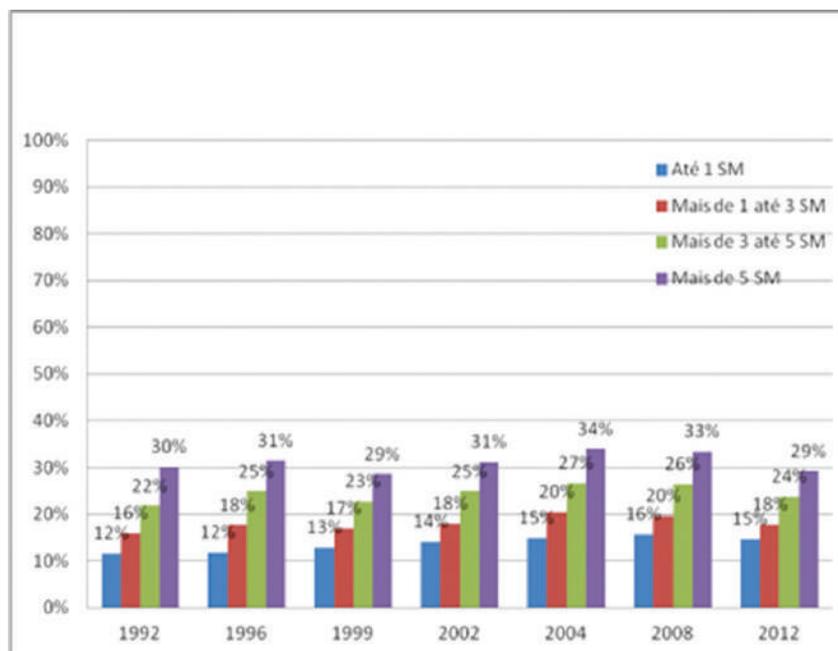
possuem curso superior completo ainda continuam, percentualmente, com uma taxa maior de sindicalização quando comparados com outras faixas de escolaridade. No caso do percentual daqueles que têm ensino médio completo, houve uma redução acentuada nestas duas décadas: de 27% em 1992, caiu para 17% em 2012.

Figura 4- Sindicalização segundo a escolaridade



Fonte: PNAD, IBGE. Anos selecionados. Elaboração própria.

No que tange à sindicalização por faixa de renda domiciliar *per capita* observamos que o percentual mais alto de sindicalização está concentrado nas faixas de renda mais elevada, conforme aparece na Figura 5. Para aqueles que em 1992 recebiam mais de cinco salários mínimos a taxa de sindicalização representava 30%, e com uma pequena oscilação para baixo em 2012 (29%), pode-se dizer que se manteve praticamente estável. Chama também a atenção o crescimento, com variações, do percentual de sindicalizados que ganhavam até, no máximo, cinco salários. Em 1992, os que ganhavam até um salário mínimo representavam 12%; mais de um e até três salários, 16%; mais de três salários e até cinco perfaziam 22%. Em 2012, estes percentuais passaram para, respectivamente, 15%, 18% e 24%.

Figura 5 – sindicalização segundo faixa de renda domiciliar *per capita*

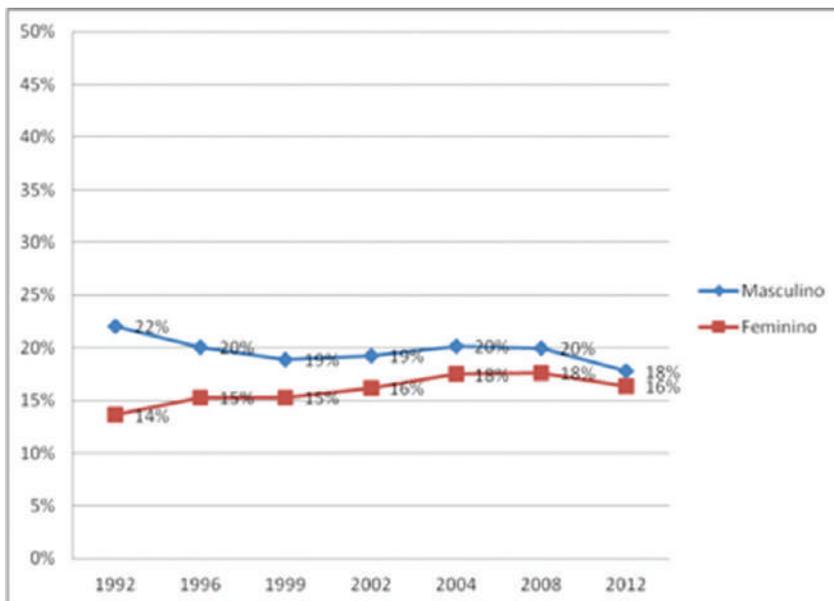
Fonte: PNAD, IBGE. Anos selecionados. Elaboração própria.

A Figura 6, abaixo, complementa os dados mostrados até aqui no que tange à sindicalização por gênero. Nesse aspecto, os dados mostram o decréscimo do associativismo entre os trabalhadores homens: 22% em 1992 para 18% em 2012. Entre as trabalhadoras ocorre um movimento inverso. Há um crescimento de 14% para 16% no período. O crescimento da sindicalização feminina pode ser inicialmente explicado por dois fatores: uma maior participação das mulheres no âmbito do sindicalismo rural e o aumento da força de trabalho feminina no setor de serviços, em particular no setor público, fenômeno que possivelmente ajudou no aumento da sindicalização das mulheres trabalhadoras.

As Figuras 7 e 8, abaixo, dizem respeito, respectivamente, à sindicalização da população masculina e feminina com relação ao domicílio. Há uma redução da taxa de sindicalização masculina nas regiões metropolitanas: 24% em 1992 para 16% em 2012; nas outras áreas urbanas também ocorre uma queda na densidade sindical deste grupo, de 21% para 17% e, no setor rural ocorre um discreto aumento da taxa de sindicalização: era 22% em 1992 e sobe até 2008, alcançando 25%; no ano de 2012 caiu para 23%.

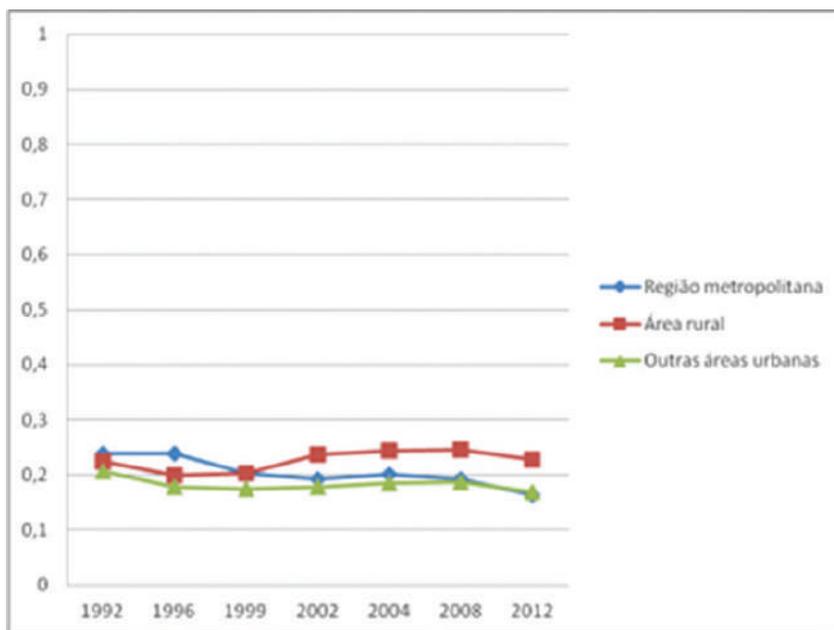
Com relação à sindicalização feminina nestas mesmas áreas encontramos os seguintes resultados: nas regiões metropolitanas a sindicalização foi de 17%

Figura 6: sindicalização por gênero

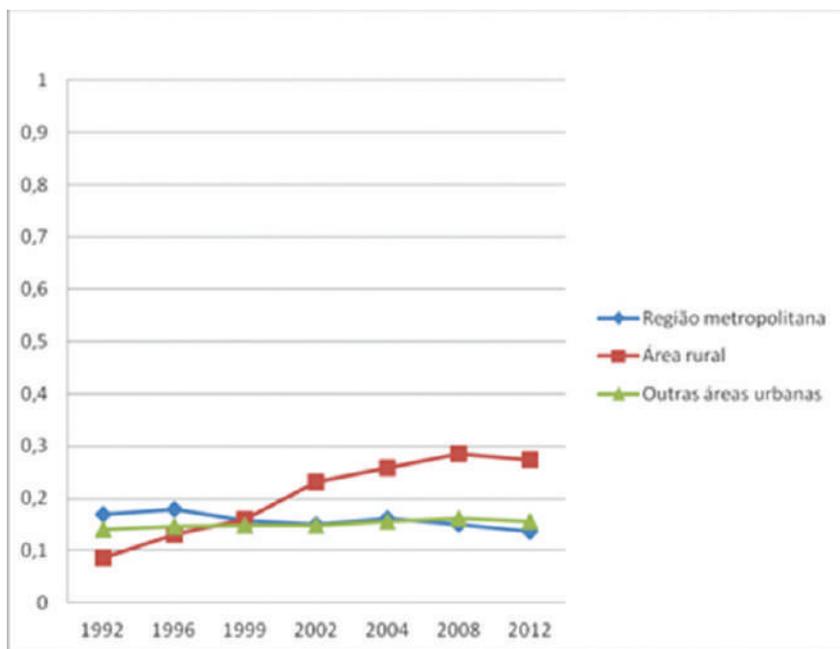


Fonte: PNAD, IBGE. Anos selecionados. Elaboração própria.

Figura 7 – Sindicalização masculina segundo o domicílio



Fonte: PNAD, IBGE. Anos selecionados. Elaboração própria.

Figura 8 – Sindicalização feminina segundo o domicílio

Fonte: PNAD, IBGE. Anos selecionados. Elaboração própria.

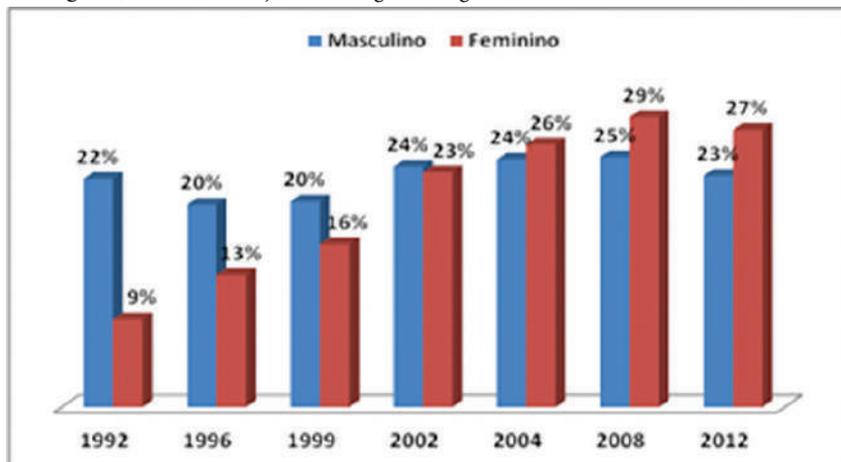
para 14%; nas outras áreas urbanas ocorreu um pequeno crescimento de 14% para 15%. No entanto, onde a participação feminina conseguiu um crescimento exponencial, de acordo com os dados da PNAD-IBGE, foi no meio rural. Ou seja, três vezes a taxa inicial. É importante ressaltar que, em 2008, a percentagem da sindicalização feminina alcançou 29%, o maior índice para o período estudado.

Nesse sentido, é possível afirmar, como mencionado anteriormente, que um dos fatores que tem sustentado a estabilidade das taxas de sindicalização no Brasil é o crescimento significativo da sindicalização feminina no campo. Assim, os dados da Figura 9, abaixo, que tratam da sindicalização rural por gênero, reforçam esta questão ao mostrar o crescimento da participação associativa das mulheres que, no período estudado, sobe de 9% para 27%⁷.

Enfim, os dados constantes da Figura 10, abaixo, que trata da sindicalização segundo o assalariamento na área rural traz outra novidade: a taxa de sindicalização dos *assalariados* agrícolas se mantém estável, praticamente, por todo período e, quando destacamos os anos de 1992 e 2012 a taxa de sindicalização é de 15%. Ao mesmo tempo, a densidade sindical dos *não assalariados* agrícolas,

7 Sobre esta questão ver, por exemplo, Pichler, 2009: 84-95; 2011: 37-46.

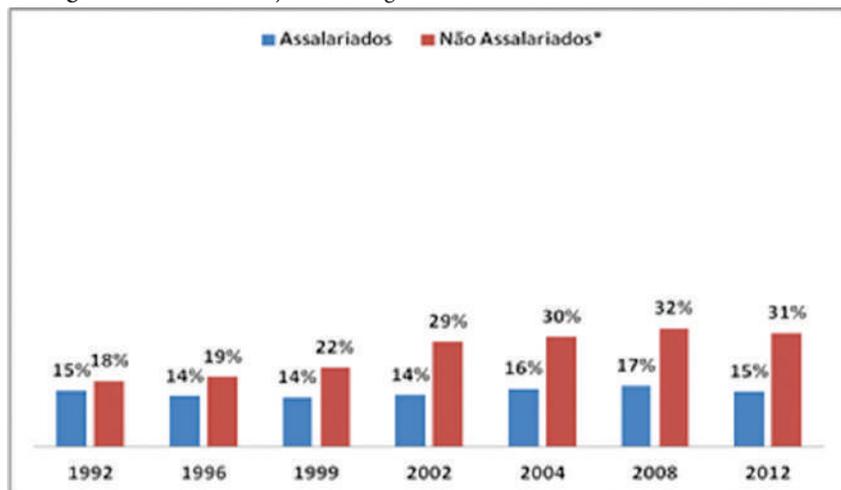
Figura 9 – Sindicalização rural segundo o gênero



Fonte: PNAD, IBGE. Anos selecionados. Elaboração própria.

que em 1992 já era maior que a dos assalariados (18%), atinge em 2012 31%. Significa dizer que do total dos trabalhadores rurais sindicalizados 74% são trabalhadores *não assalariados*.

Figura 10 – Sindicalização rural segundo assalariamento



Fonte: PNAD, IBGE. Anos selecionados. Elaboração própria.

O que esse conjunto de dados representa para a compreensão do perfil socioeconômico da base sindical brasileira? Alguns aspectos que consideramos relevantes já apareceram em outros estudos: Cardoso, 2014; 2013a; 2013b; 1999;

Campos, 2013; Boletim FPA, 2013; Garcia e Dedecca, 2013; Pichler, 2009 e 2011; Zylberstajn e Rodrigues, 2002. A maioria desses trabalhos utiliza dados sobre a população assalariada adulta (acima de 18 anos) o que é mais condizente para comparações com estatísticas internacionais sobre sindicalização. No entanto, alguns autores utilizam os critérios de população ocupada do IBGE (a partir de 10 anos), caso de Zylberstajn e Rodrigues (2002) e Pichler (2009: 2011).

Neste artigo, utilizamos os dados da população ocupada adulta (acima de 18 anos). Esta opção permitiu considerar, além dos dados sobre os assalariados agrícolas, também informações sobre trabalhadores rurais não assalariados, o que nos fez perceber o aumento da participação destes no interior da população trabalhadora sindicalizada. De toda forma, mesmo com variações na metodologia de mensuração, o que pode levar a pequenas diferenças, no que tange às taxas de sindicalização, as tendências mais gerais do conjunto dos estudos sobre o tema apontam para padrões similares, em termos socioeconômicos, da base sindical brasileira.

Os dados apresentados por nós confirmam, em geral, tendências já encontradas nesses trabalhos a nosso ver acrescentam elementos que não foram contemplados em pesquisas anteriores. Fica demonstrado que no período de 1992 a 2012 a taxa de sindicalização da população trabalhadora brasileira se manteve praticamente estável, com uma pequena oscilação negativa de 19% para 17%. Esses dados por região também apontam para movimentos de crescimento e de queda da sindicalização no período. Como observa (Cardoso, 2014: 21) “é verdade que as taxas de filiação sindical caíram, mas esse dado pode não ser alarmante, tendo em vista as enormes mudanças em curso nos mercados de trabalho, fruto do crescimento econômico centrado nos serviços, e tendo em vista, também, a pequena importância da filiação como medida da representatividade dos sindicatos”.

De toda forma, a comparação de todos os dados de 2012, por região, com os dados do ano de 2008, mostra uma queda nas taxas de sindicalização. Em alguns casos, diminuição percentual de 1%, Norte e Nordeste, e em outros casos perdas de 2% no Sudeste e Centro-Oeste ou de 3% na região Sul. Nesta região que era, de longe, a que possuía em 1992 o maior índice de sindicalização (26%), o índice em 2012 caiu para 20%. Este processo, no entanto, não foi uniforme: em 1999, a queda chegou a 22%; posteriormente, voltou a subir, alcançando 24% em 2004; e a partir daí iniciou um novo ciclo descendente até atingir 20% em 2012.

A Região Norte tinha 14% de associados e manteve este patamar por toda a década de 1990, caindo um pouco em 2002 (12%), mas retomou o processo de crescimento e foi para 14% em 2004, 16% em 2008 e em 2012 oscilou,

negativamente, para 15%. Em outras palavras, os indicadores de associativismo dos trabalhadores brasileiros, quando vistos pela ótica regional, nestes últimos anos tenderam a diminuir, em maior ou menor grau.

A queda na adesão sindical aparece mais forte no Sul e no Sudeste a partir de 2008. Na região Norte, observamos uma estabilidade com viés de alta: de 14% para 15% no período. O caso da Região Nordeste é emblemático no que tange ao incremento da sindicalização: em 1992 e também em 1996, essa região apresentava uma taxa de sindicalização de 16%. A partir daí ocorreu um crescimento continuado até 2008 quando a densidade sindical chegou a 21%. Em 2012, apesar de uma oscilação negativa de 1%, deixando a região com 20% de sindicalizados, o percentual atingido se igualou ao da região Sul, que em 1992 tinha quase o dobro da taxa de sindicalização Nordeste. A nossa avaliação é de que tanto no Sul quanto no Norte e também no Nordeste, o que tem sustentado e/ou sustentou por um longo período o aumento e/ou a estabilidade das taxas de sindicalização tem relação direta com a questão rural e, em particular, com a participação dos trabalhadores agrícolas não assalariados, aqueles que, em larga medida, são pequenos proprietários ou agricultores familiares, como mencionado.

No período estudado, pode-se dizer que o que tem permitido a manutenção da densidade sindical, quando se observam os dados mais gerais do Brasil, tem relação direta com o associativismo rural, o que não deixa de ser um paradoxo. A sindicalização nas áreas rurais em 1992 era de 17% e saltou para 24% em 2012, ao passo que tanto nas regiões metropolitanas quanto nas outras áreas urbanas, no mesmo período, os patamares de sindicalização caíram um pouco: de 18% e 17% para, respectivamente, 15% e 16%⁸.

Uma das possíveis pistas para interpretar esse processo, que já vem dos anos 1970, se refere à criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUN-RURAL), Lei Complementar n. 11, de 25 de maio de 1971, que trouxe um conjunto de benefícios para os trabalhadores do campo como aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, pensão, auxílio-funeral, serviço de saúde e serviço social.

Se antes a aposentadoria por idade no âmbito rural representava meio salário mínimo e havia algumas restrições – como, por exemplo: a apenas uma pessoa por domicílio tinha direito a este benefício, em geral o chefe de família

8 Ver, por exemplo, Novaes, 1991: 173-196; Fuchtner, 1980: 115-154; Coletti, 1998: 35-87, entre outros. Para o período mais recente, e em consonância com as questões da sindicalização dos trabalhadores agrícolas não assalariados, pequenos proprietários e base da agricultura familiar e o tema da sindicalização, ver o excelente trabalho de Piccolotto, 2011, sobre a agricultura familiar na região Sul do Brasil. Ver também Piccolotto, 2014 e Favareto, 2006.

-, com a Constituição de 1988 houve uma modificação no que tange ao valor da aposentadoria: ninguém poderia receber menos que um salário mínimo e, além disso, este benefício foi estendido a outros membros da família. Com isso, um número cada vez maior de mulheres passou a ter direito à aposentadoria rural. Essa é uma das hipóteses para o crescimento significativo do associativismo feminino rural no período em questão.

Em geral, quem cuida dos trâmites para a obtenção destes benefícios é a área jurídica do sindicato, associação e/ou cooperativa que representa o trabalhador. Esta parece ser uma boa explicação para o crescimento do sindicalismo no campo nos anos 1970 e por toda década de 1980. A isso se somam os aspectos mais gerais das lutas no campo nessa mesma conjuntura pós-1978. De outra parte, como mencionado acima, outros benefícios são conquistados com a Constituição de 1988, permitindo, assim, um crescimento significativo, no interior do sindicalismo rural, da participação feminina.

Outra pista de interpretação está na criação, na segunda metade dos anos 1990, de um programa voltado aos trabalhadores rurais, mais especificamente dirigido à agricultura familiar. Trata-se do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que contém “uma linha de crédito especial (com juros de 12% ao ano) destinada ao custeio e investimento das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares” (Picolotto, 2011, *op. cit.*:180). O acesso aos recursos deste Programa exige do agricultor familiar uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que pode ser emitida pelo sindicato, associação e/ou cooperativa que represente o trabalhador.⁹

Ainda com relação ao crescimento da sindicalização feminina¹⁰: em 1992, havia uma significativa diferença de gênero entre os sindicalizados, e nestas duas décadas o que se vê é uma queda continuada da sindicalização masculina e um

9 O credenciamento junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário para a emissão do DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) se dá da seguinte maneira, de acordo com a nota do *site* da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná: “Os órgãos e entidades autorizados a atuar como emissores de DAP devem providenciar seu cadastramento. Devem atender aos seguintes pré-requisitos: ter personalidade jurídica; ser representante legal dos agricultores familiares ou prestar serviços de assistência técnica e/ou extensão rural; exemplo: Sindicatos de Trabalhadores Rurais; ter experiência mínima de um ano, devidamente comprovada, no exercício de sua atribuição ou objetivo social junto aos agricultores familiares. Devem também ser cadastradas e obedecer à seguinte estrutura hierárquica (da estrutura do sistema sindical do Paraná vinculado à CONTAG): Unidade Central de nível nacional ou Unidade Agregadora (CONTAG); Unidades Intermediárias de nível estadual ou Unidades Subagregadoras (FETAEP), e Unidades Locais de nível municipal ou Unidades Emissoras (STRs). Assim, as Unidades Agregadoras cadastram as Unidades Subagregadoras, que, por sua vez, cadastram as Unidades Emissoras a elas vinculadas. Essas últimas cadastram os agentes emissores – pessoas físicas que efetivamente emitirão as DAP. Disponível em http://www.fetaep.org.br/?pg=ler_evento&tid_evento=48. Acesso em 21 jul. 2014.

10 Ver, por exemplo, Brumer, 2002; Heredia e Cintrão, 2006.

crescimento lento, mas constante, pelo menos até 2004, do percentual de associativismo feminino. Desde 2004, a diferença em favor dos homens é de apenas 2%. Entre outros fatores, isso pode ser atribuído ao aumento da participação feminina na força de trabalho brasileira nas últimas duas décadas, como mencionado anteriormente.

E, finalmente, como grande parte das pesquisas sobre o tema indica, os dados apontam que a propensão à sindicalização cresce com a idade, com a participação feminina e com o aumento da escolaridade e da renda. A primeira questão, que diz respeito à faixa etária e ao gênero, guarda relação tanto com o mundo rural quanto com o setor público; já os temas da escolaridade e da renda têm estreita relação com os sindicalizados do setor público.

Considerações finais

O sindicalismo tem vivido um período de dificuldades na sociedade contemporânea o que, em alguma medida, tem colocado em xeque parte de seus postulados. Observa-se, principalmente nos países centrais, uma queda na densidade sindical e uma retração do papel político dos sindicatos em suas respectivas sociedades nacionais – se comparamos com o período que vai do final da Segunda Guerra Mundial até o início dos anos 1970. Percebe-se uma postura mais defensiva do sindicalismo diante de uma ofensiva política e econômica voltada para retirar direitos dos trabalhadores, tanto nos chamados Estados de Bem-Estar Social como nos países da periferia do capitalismo.

Nesse contexto, questões como solidariedade, identidade, representação terão que ser resignificadas e, até mesmo, reconfiguradas para que a ação sindical consiga continuar desempenhando o seu papel de democratização das relações de trabalho, melhoria das condições de vida e trabalho para amplas parcelas da população, luta por uma sociedade mais justa e igualitária, entre outros aspectos.

Por razões que escapam à discussão deste artigo, o sindicalismo brasileiro, no período mais recente, pós-1978, se reorganizou na contramão da ação sindical internacional. Ao contrário do sindicalismo internacional, com acentuada queda da filiação sindical, o sindicalismo brasileiro conseguiu manter nesse período uma taxa de sindicalização relativamente estável, mesmo considerando que a taxa de densidade sindical não seja muito alta, aproximadamente 17% para a população ocupada adulta em 2012. Isso a despeito das mudanças ocorridas na composição das classes trabalhadoras no país, das transformações na produção, na organização do trabalho, bem como nas esferas econômicas, sociais e políticas na sociedade.

Neste início do século XXI, os dados apresentados aqui indicam sinais de alteração no perfil dos sindicalizados no Brasil, que se expressariam em sua distribuição geográfica, na composição de gênero e também no local de moradia. Para nós, uma das explicações para a manutenção da densidade sindical estaria no aumento da participação do sindicalismo rural: tanto dos trabalhadores assalariados quanto de não assalariados. Estes representariam, para o conjunto dos sindicalizados no campo, um percentual de 31% contra 15% dos assalariados, em 2012, segundo a PNAD. Em 1992, a taxa de sindicalização era de, respectivamente, 18% e 15%. Vale dizer, os assalariados rurais, em 2012, mantiveram a mesma taxa de sindicalização que tinham em 1992, ou seja, 15%; já aqueles trabalhadores não assalariados foram de 18% para 31% no mesmo período¹¹. É este setor que, em alguma medida, está mantendo a taxa de sindicalização no Brasil razoavelmente estável. É um fenômeno, certamente, paradoxal. No entanto, como este artigo procurou demonstrar, esse processo está ancorado em mudanças das políticas do Estado com relação às áreas rurais ocorridas nos anos 1970, 1980 e 1990 e que continuaram e foram aprofundadas nos anos 2000, no sentido de extensão de direitos de cidadania a amplos contingentes de trabalhadores – homens e mulheres – que antes estavam fora desse processo de inclusão social e econômica.

A pergunta que podemos fazer é: por quanto tempo esse movimento de sindicalização rural seria capaz de manter a estabilidade na taxa de sindicalização em nosso país? No médio prazo, em face da tendência de queda do associativismo urbano, conseguiriam os trabalhadores rurais continuar aumentando sua taxa de adesão sindical para equilibrar a queda da filiação nas áreas urbanas? E, por fim, quais seriam as repercussões desse processo para a ação sindical dos trabalhadores no Brasil?

Referências

BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n. 7, janeiro/junho 2002, p. 50-81.

11 Nesse sentido, o trabalho de Picolloto, 2011, em particular p. 162-263, mostra, entre outros aspectos, a relação entre sindicalismo e a questão do desenvolvimento e, fundamentalmente, entre sindicalismo e políticas públicas, e traz argumentos que ajudam na compreensão do crescimento do sindicalismo rural que tem como base a agricultura familiar; certamente, uma das resultantes desse processo foi o incremento, nas áreas rurais, das taxas de sindicalização, o que teria ajudado na estabilidade da taxa de sindicalização no Brasil. A hipótese deste artigo é que os argumentos utilizados por Picolloto para o seu estudo na região Sul do país podem, certamente, com as devidas ressalvas, ser estendidos também para o Nordeste.

- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- CAMPOS, André Gambier. Dilemas do trabalho: sindicatos no Brasil hoje. In: KREIN et al. *Regulação do trabalho e instituições públicas*. São Paulo, Perseu Abramo, 2013, v. 1.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. Os sindicatos no Brasil. Nota técnica. *IPEA*, 56, fev. 2014, p. 21-27.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. Para onde foram os sindicatos? In: KREIN et al. *Regulação do trabalho e instituições públicas*. São Paulo, Perseu Abramo, 2013, v. 1.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. *Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro*. Rio de Janeiro, FGV, 2013.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal – A era Vargas acabou?*. Rio de Janeiro, FGV, 1999.
- CATALANO, Ana Maria. The Crisis of Trade Union Representation: New Forms of Social Integration and Autonomy-Construction. In: MUNCK, Ronaldo; WATERMAN, Peter. *Labour Worldwide in the Era of Globalization*. London, Macmillan Press, 1999.
- COLETTI, Claudinei. *A estrutura sindical no campo*. Campinas, Ed. Unicamp, 1998.
- FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *RBCS*, v. 21, n. 62, São Paulo, outubro de 2006, p. 27-44.
- FPA Comunica. Densidade sindical e recomposição da classe trabalhadora no Brasil. *Boletim da Fundação Perseu Abramo*, n. 3, junho 2013.
- FÜCHTNER, Hans. *Os sindicatos brasileiros: organização e função política*. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- GARCIA, Carlos Henrique; DEDECCA, Claudio Salvadori. A heterogeneidade do mercado de trabalho e a desigualdade na representação sindical. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 3(5), junho 2013, p. 223-243.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.
- HEREDIA, Beatriz e CINTRÃO, Rosângela. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista Nera*, ano 9, n. 8, janeiro/junho 2006, p. 1-28.
- HYMAN, Richard. *Understanding European Trade Unionism – Between Market, Class & Society*. London, Sage, 2001.
- HYMAN, Richard. Where does Solidarity End?. *Transit-Europäische Revue*, n. 24, 2002a, p. 1-7.
- HYMAN, Richard. Five Alternative Scenarios for West European Unionism. In: MUNCK, Ronaldo; WATERMAN, Peter. *Labour Worldwide in the Era of Globalization*. London, Macmillan Press, 1999.
- HYMAN, Richard. The Future of Unions. *Just Labour*, v. 1, 2002b, p. 7-15.
- HORN, Carlos Henrique. A crescente atomização sindical no Brasil: continuidades e singularidades. In: HORN, Carlos Henrique; SILVA, Sayonara G. C. L. da (Org.). *Ensaio sobre sindicatos e reforma sindical no Brasil*. São Paulo, LTr, 2009.

- HORN, Carlos Henrique. Os debates estaduais do Fórum Nacional do Trabalho: entre a reforma e a continuidade. In: HORN, Carlos Henrique; SILVA, Sayonara G. C. L. da (Org.). *Ensaio sobre sindicatos e reforma sindical no Brasil*. São Paulo, LTr, 2009.
- LADOSKY, Mario Henrique Guedes; RAMALHO, José Ricardo; RODRIGUES, Iram Jácome. A questão trabalhista e os desafios da ação sindical nos anos 2000. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos (Org.). *O Sindicalismo na Era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2014.
- NOVAES, Regina Reys. Continuidades e rupturas no sindicalismo rural. In: BOITO Jr., Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- OFFE, Claus. Trabalho: a categoria sociológica chave? In: *Capitalismo desorganizado*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- PESSANHA, Elina G. da Fonte; MOREL, Regina L. de Moraes. Reforma sindical e conflitos trabalhistas: negociação coletiva e justiça do trabalho. In: HORN, Carlos Henrique; SILVA, Sayonara G. C. L. da (Org.). *Ensaio sobre sindicatos e reforma sindical no Brasil*. São Paulo, LTr, 2009.
- PICHLER, Walter Arno. Revitalização do associativismo sindical no Brasil nos anos 2000. In: HORN, Carlos Henrique; SILVA, Sayonara G. C. L. da (Org.). *Ensaio sobre sindicatos e reforma sindical no Brasil*. São Paulo, LTr, 2009.
- PICHLER, Walter Arno. Tendências da sindicalização no Brasil: 1992-2009. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 38, n. 3, 2001, p. 37-46.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil. *Sociologias*, ano 16, n. 35, janeiro/abril 2014, p. 204-236.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política. Tese, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, 2011.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Destino do sindicalismo*. São Paulo, Edusp, 1999.
- SILVA, Sayonara G. C. L. da. O reconhecimento das centrais sindicais e a criação de sindicatos no Brasil: antes e depois da Constituição de 1988. In: HORN, Carlos Henrique; SILVA, Sayonara G. C. L. da (Org.). *Ensaio sobre sindicatos e reforma sindical no Brasil*. São Paulo, LTr, 2009.
- SOUSA, Henrique José Carvalho de. *Sindicalização: a vida por detrás das estatísticas (alguns problemas metodológicos)*. Universidade Nova de Lisboa, FCSH, *Working Paper*, setembro 2011.
- VALKENBURG, Ben. Individualization and solidarity: the challenge of modernization. In: LEISINK, Peter; LEEMPUT, Jan Van; VILROKX, Jacques (Ed.). *The Challenge to Trade Unions in Europe: innovation or adaptation*. Cheltenham (UK), Edward Publishing, 1996.

- VISSER, Jelle. The rise and fall of industrial unionism. *Transfer: European Review of Labour and Research*, 18(2), 2012, p. 129-141.
- ZYLBERSTAJN, Hélio; RODRIGUES, Iram Jácome. Perfil socioeconômico da base sindical brasileira. Texto para discussão (FIPE-USP), n. 20/2002.
- ZOLL, Rainer. Modernization, trade union and solidarity. In: LEISINK, Peter; LEEMPUT, Jan Van; VILROKX, Jacques (Ed.). *The Challenge to Trade Unions in Europe: innovation or adaptation*. Cheltenham (UK), Edward Publishing, 1996.

Recebido em: 20/05/2014

Aprovado em: 20/06/2014

Como citar este artigo:

- RODRIGUES, Iram Jácome; RAMALHO, José Ricardo. Novas configurações do sindicalismo no Brasil? Uma análise a partir do perfil dos trabalhadores sindicalizados. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 4, n. 2, jul-dez 2014, pp. 381-403.

Conflicto y resistencia: recomposición de las formas de lucha de los trabajadores

Marcelo Delfini¹

Ana Drolas²

Juan Montes Cató³

Resumo: Os processos de reestruturação produtiva e flexibilização das relações de trabalho impactaram as condições gerais de trabalho a partir da retração das conquistas trabalhistas e da perda da influência política dos sindicatos num quadro de disciplinamento social de acordo com a ofensiva neoliberal vivida pelos países latino-americanos durante a década de 1990. Neste contexto, este artigo busca recuperar a potencialidade interpretativa do conflito para compreender o acontecido na última década, analisando os fluxos e refluxos no conflito a partir do caso da Argentina. Em outros termos, as mudanças na morfologia da resistência e do surgimento de novas expressões que permitem interrogar os processos neoliberais a partir de uma perspectiva dialética.

Palavras-chave: neoliberalismo; reestruturação produtiva; conflito; resistência; Argentina.

1 Universidad Nacional General Sarmiento (UNGS) – CONICET - Universidad de Buenos Aires (UBA) – Buenos Aires – Argentina - mdelfini@ungs.edu.ar

2 Centro de Estudios e Investigaciones Laborales (CEIL) - CONICET – Universidad de Buenos Aires (UBA) – Buenos Aires – Argentina - madrolas@yahoo.com.ar

3 Centro de Estudios e Investigaciones Laborales (CEIL) - CONICET – Universidad de Buenos Aires (UBA) – Buenos Aires – Argentina - jmontescato@gmail.com

Conflict and resistance: recomposition of the workers's struggle

Abstract: *Restructuring of production processes and flexible labor relations impacted the general working conditions. Thanks to a vast process of retraction of labor gains and loss of political influence of trade unions in the context of a chord with the lived social discipline neoliberal offensive in Latin American countries. Against this backdrop, the article gets the theoretical potential for conflict to understand the current stage, analyzing the ebbs and flows in the conflict from the case of Argentina, changes in the morphology of the resistance and the emergence of new expressions that allow interrogate the neoliberal processes from a dialectical perspective.*

Keywords: *neoliberalism, economic restructuring, conflict, resistance, Argentina*

Introducción

Los procesos de reestructuración productiva en Latinoamérica, inspirados en las políticas neoliberales, implicaron un franco retroceso de las conquistas y derechos laborales que había acumulado el movimiento obrero en el continente. Con este trasfondo resulta significativo abordar al mundo del trabajo a partir de la clave interpretativa que provee la noción de conflicto, deslizando la mirada sobre el caso Argentino en vistas de los profundos procesos de recomposición obrera operados en particular en la última década.

Las políticas neoliberales de privatización, reforma del Estado y apertura económica implicaron un proceso de reformas tendientes a flexibilizar las relaciones laborales, que se articularon con la reestructuración productiva en el nivel de la empresa, adquirieron materialidad en la organización y proceso de trabajo, a través de la precarización y disciplinamiento laboral afectando la dinámica de la lucha obrera.

A pesar de esta fuerte ofensiva, la resistencia obrera logró articularse adoptando una importancia creciente. El objetivo del presente artículo es analizar los ciclos de conflictividad obrera que se sucedieron en Argentina desde 1990 hasta 2013 vinculada con los cambios desarrollos en las relaciones laborales. De esta manera, se busca dar cuenta de los procesos de conflictividad en el marco de los cambios políticos, económicos y sociales que se sucedieron en ese período, buscando establecer las continuidades y rupturas. Avanzamos en el análisis de la conflictividad observando los niveles de inscripción de la protesta, los actores que la procesan y el carácter que estas han adquirido a lo largo de las décadas analizadas.

Para ello partimos de los siguientes interrogantes ¿Cuáles fueron las variantes de acumulación del capital bajo el periodo analizado? ¿Cómo impactaron el conjunto de transformaciones en el mundo del trabajo? ¿Qué formas de resistencia se vinculan con aquellos procesos? ¿Cuáles son las continuidades y rupturas que pueden observarse en las diferentes etapas desde 1990?

El análisis que llevamos adelante considera a las relaciones laborales en un sentido amplio, comprendiendo para ello que las mismas no se limitan al momento de la producción, sino que comprenden varios aspectos: los mecanismos de entrada y salida del puesto de trabajo, los sistemas de retribución e incentivos, los mecanismos de asignación de tareas, las formas en las que se regula la movilidad interna, las modalidades de la organización del tiempo de trabajo, los programas de formación, reconocimiento de calificaciones y las lógicas del conflicto inherentes al proceso de producción capitalista (Bilbao, 1999). De esta forma, el análisis de las relaciones laborales involucra un conjunto de aspectos que se pueden integrar a los análisis de las formas de control y conflictos, la intervención de los actores involucrados y sus relaciones.

A su vez, esta concepción de las relaciones laborales toma en consideración tres niveles analíticos que se sobredeterminan. El nivel “micro” referido al espacio de trabajo propiamente dicho y en el que se inscriben las estrategias y la dinámica adoptada por los actores involucrados: empleadores, trabajadores y representantes gremiales. Este nivel es constitutivo y también es la manifestación última de los demás niveles. El nivel “meso” se encuentra vinculado con el ámbito de las actividades productivas y hace referencia a sindicatos sectoriales, cámaras empresarias y la manera en que se vinculan. En esta instancia se genera una especie de coordinación entre la multiplicidad de unidades productivas que integran cada actividad. Por otra parte, es el nexo entre los niveles micro y macro relacionales, lo que hace que este nivel, más allá de traducir e integrar diferentes elementos, tenga su propia dinámica de funcionamiento. Por último, el nivel “macro” se integra en las relaciones laborales a partir de las configuraciones socio-económicas que se dan en cada periodo histórico y que condicionan la forma de desarrollo de las relaciones en los otros niveles; pero además integra, a través del Estado, la diversidad de intereses que lo componen. Aquí, las confederaciones de trabajadores, las entidades empresarias y el gobierno son agentes claves que traducen la dinámica de las relaciones de los otros niveles (Delfini, et al 2012). Estos niveles se condicionan y cada uno tendrá efectos sobre los otros.

Desde esta perspectiva, la conflictividad se fue configurando alrededor de los cambios sucedidos en la economía y el mercado de trabajo, sus

expresiones como respuestas del movimiento obrero, irán tomando características distintivas en cada periodo y conformando una lógica de resistencia ante el avance del capital, que se expresará de diferentes formas, niveles y espacios. En este sentido, se observarán los hechos de rebelión que se han desarrollada en los periodos de referencia, buscando establecer las relaciones existentes entre la evolución del mercado de trabajo y los conflictos acaecidos. El abordaje presentado se sostiene en la resistencia manifiesta como expresión del conflicto capital trabajo, aquellos que son visibles y que dan cuenta de diferentes motivaciones⁴.

Transformaciones en el mercado de trabajo

Durante la década del 90, en Argentina se fueron profundizando las transformaciones que se habían iniciado con la última dictadura militar. Bajo el predominio neoliberal se llevaron adelante un conjunto de políticas (que pueden englobarse bajo el nombre de Plan de Convertibilidad⁵) que tuvieron como objetivo explícito la contención inflacionaria y que supusieron la desregulación de la economía, las privatizaciones de empresas públicas y la apertura económica.

Esta política derivó en un proceso de creciente destrucción del entramado productivo, en el predominio de los agentes económicos vinculados a las privatizaciones y a los sectores de servicios y finanzas, además de sectores beneficiados por el marco regulatorio, como el automotriz. El sustento de esta política fue el ingreso de capitales especulativos y el creciente endeudamiento externo, posibilitando el sostenimiento del tipo de cambio fijo. Bajo este marco, la economía creció entre los 1990 y 2001 a una tasa promedio anual del 3,2%, coincidente con el crecimiento experimentado por el sector servicios, mientras que, para el mismo período, la actividad manufacturera creció el 1,5% promedio. Como correlato social, se manifestó un considerable aumento de la desocupación a

4 La conflictividad es referenciada de diversos modos según se trate la perspectiva teórica. Para el funcionalismo representa lo anómico, para las corrientes institucionalista la preocupación es encontrar los canales para su resolución. Desde una perspectiva crítica (asociada a los postulados marxistas y materialistas, a los que adherimos) el conflicto es inherente a las relaciones capitalistas de explotación más allá de las manifestaciones y de los flujos de resistencia que ella pueda adquirir.

5 Siguiendo a Notcheff (1999), podemos decir que el Plan de Convertibilidad excede el problema de la política cambiaria, dado que se podría haber pensado en un régimen de tipo de cambio fijo para contener la inflación, sin que, necesariamente, este hubiese ido acompañado de un profundo proceso de desregulación de un conjunto de relaciones sociales y económicas como efectivamente sucedió.

niveles de dos dígitos, paralelo al crecimiento de la indigencia y la pobreza a valores inéditos.

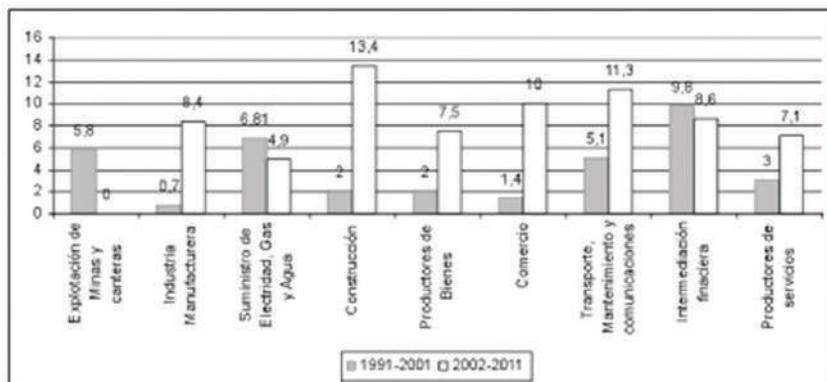
La crisis de la convertibilidad, marcada tempranamente por el “efecto tequila” (1994-1995) y posteriormente por las devaluaciones rusa y brasileña, produjo un mayor deterioro del tipo de cambio y, en el marco de la pérdida de competitividad de la economía argentina, fue incrementándose el proceso de desindustrialización, sobre todo de aquellos sectores incapaces de medirse con su competencia externa. La búsqueda por sostener el tipo de cambio, sumado al deterioro de los términos de intercambio, además de la crisis social y política conllevó a la devaluación abrupta de 2002.

De esta manera, el fin de la convertibilidad inauguró un nuevo periodo en la economía Argentina anclada en un tipo de cambio alto y en las retenciones al sector primario (Kicillof, et al 2010) que permitió un crecimiento del producto casi sin precedentes en la historia Argentina, a una tasa promedio anual del 8%. Siguiendo a Pinazo (2012) la devaluación permitió compensar los bajos parámetros de productividad de una parte importante de la industria argentina, a través de una reducción significativa en el costo salarial. Más específicamente, la devaluación supuso una caída del costo salarial en dólares de aproximadamente el 75% para el conjunto del sector industrial. Entonces, si, por un lado, la medida generó un fuerte salto en materia de producción industrial y de empleo asalariado, su contracara estuvo en los pisos que exhibió el poder adquisitivo del salario durante todo el período (Pinazo, 2012).

Precisamente, este crecimiento tuvo en la industria manufacturera a unos de los sectores más dinámicos a diferencia del periodo 1991-2001, donde los sectores vinculados a los servicios se habían visto favorecidos. En este sentido, si se comparan los periodos de referencia, se pueden observar cambios en la dinámica del crecimiento del producto, a partir de establecer el crecimiento diferencial de los sectores. Así, se puede apreciar que la construcción y en menor medida, la industria manufacturera, han sido los de mayor nivel de crecimiento promedio anual entre los productores de bienes, perdiendo lugar el sector vinculado a las privatizaciones como el “suministro de electricidad, gas y agua”. En relación a los productores de servicios, cuya tasa promedio anual de crecimiento llegó al 7,1%, por encima de ella se ubican los sectores presentados en el gráfico, que salvo la intermediación financiera crecen por encima del periodo anterior. En síntesis, el rasgo característico del periodo actual, es el crecimiento experimentado por la construcción y la industria en

relación al periodo anterior (13% y 8% contra 2% y 7%), lo cual ha redundado en la generación de empleo.

Figura 1 - Tasa de crecimiento promedio anual de los sectores más dinámicos (periodos 1991-2001 y 2002-2011)

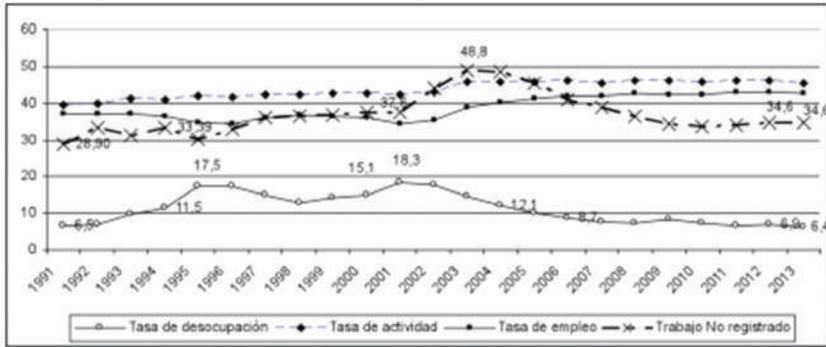


Fuente: Elaboración propia en base a IDEC

Más allá del crecimiento experimentado por la economía desde 2003, comandado por sectores diferentes al de la década neoliberal, se fueron profundizando ciertas dinámicas que venían observándose en periodos anteriores. En este sentido, la actual economía posibilitó y se sustentó en las actividades extractivas (básicamente el crecimiento de la minería), la exportación de materias primas y de productos industriales de bajo valor agregado, favorecido a su vez, por el aumento de los precios de los *commodities*, a la vez que mantuvo ciertos pilares como el sector financiero, cuyas ganancias se han incrementado de manera notable durante el periodo analizado.

El crecimiento económico posibilitó una disminución importante del desempleo. Así, luego de la crisis de empleo más aguda de los últimos cincuenta años, cuyos valores máximos fueron registrados en 2002 con una desocupación abierta de 22%, desde el 2003 el mercado de trabajo comenzó a dar muestras de recuperación. Paulatinamente la desocupación fue disminuyendo hasta ubicarse en un promedio del 6,4%. Precisamente, la década del 90 estuvo signada por un proceso de polarización social, anclado en las desigualdades crecientes, producto del desempleo, la precarización de las condiciones de trabajo, una regresiva distribución de la riqueza y del retiro del Estado como medio de compensación redistributiva.

Figura 2 - Tasa de Actividad, Empleo, Desempleo y trabajo No registrado



Fuente: EPH-INDEC

En torno al mercado de trabajo, se observan fuertes dificultades para disminuir los niveles de trabajo no registrado⁶ que, más allá de no constituir una novedad en países como la Argentina y Latinoamérica en su conjunto, la persistencia de sus altos índices sí constituye un problema. En este sentido, el empleo no registrado se ubica en 2013 en una tasa cercana al 34%, habiendo alcanzado su máximo nivel en el 2003 cuando llegó al 49%, momento en el cual comienza a disminuir hasta el nivel mencionado. Este dato, que aparece como marginal en algunos análisis sobre empleo, implica que más de cuatro millones de trabajadores se ven afectados por condiciones de profunda precarización (INDEC, 2012) en la medida que el trabajo no registrado implica no sólo el incumplimiento con los aportes correspondientes a la seguridad social, sino también supone menores niveles salariales y bajas o nulas posibilidades de encarar procesos conflictivos en vista de los procesos de disciplina a los que están sometidos.

Por otra parte, los cambios producidos en 2003 en el mercado de trabajo y su consecuente incremento del nivel de empleo, lograron la recuperación del salario real a niveles cercanos a los de la década de 1990, aunque esta recuperación estuvo básicamente anclada en el empleo privado registrado, en tanto que los trabajadores no registrados y del sector público experimentaron una caída en sus ingresos reales en relación a la década neoliberal. Asimismo, y no obstante la fuerte caída del desempleo y el crecimiento económico, la participación de los asalariados en el PBI se mantuvo en los niveles de la década de 1990, cercana al 40%, luego de una brusca caída experimentada en la crisis de la convertibilidad, cuya participación

6 El “trabajo no registrado” es aquel en el que los empleadores no realizan aportes al sistema de seguridad social conformado por los sistemas de jubilaciones y obras sociales y por lo tanto estos trabajadores no gozan de esos derechos.

cayó a un nivel del 30%. Al respecto, el crecimiento experimentado por el PBI, no tuvo un correlato directo en los ingresos de los trabajadores y estuvo lejos de proporcionar una lógica de “derrame” hacia los sectores subalternos.

Ciclos de conflictividad: entre la emergencia de nuevos sujetos y la recuperación de los comités de fábrica

Los primeros años de la implementación del modelo de convertibilidad en 1991 se evidenció en una caída de la conflictividad (Gómez, 1996) acompañada por un proceso de fragmentación de la central sindical⁷. Partiendo del relevamiento de PIMSA⁸ podemos acercarnos a la problemática del conflicto y la presencia sindical atendiendo series largas concordantes con el período bajo estudio. Uno de los primeros datos que permiten caracterizar la conflictividad en el período es que entre 1994 y 2002, 53% de los casos de rebelión relevados fueron protagonizados por asalariados, en tanto que en el período 2003-2012, estos alcanzan el 44%. En el primer período, 64% de los casos de rebelión entre los asalariados corresponden a los ocupados, mientras que el segundo período, alcanza 76% de los casos. Una mirada más profunda sobre los hechos de rebelión protagonizada por los asalariados, evidencia que el crecimiento de los hechos protagonizados por los desocupados es concomitante con los momentos de crisis. Así, el protagonismo de los desocupados se incrementa a partir de 2000 y alcanza su mayor proporción en 2002, coincidiendo con la profundización de la crisis económica de Argentina, decayendo posteriormente con la recuperación de los niveles de actividad de manera significativa a partir del 2005. También debe considerarse que el crecimiento que comienzan a experimentar los hechos protagonizados por los desocupados va articulado de la expulsión de la fuerza de trabajo que comienza a profundizarse desde mediados de la década del 90 con el crack mexicano que impacta fuertemente en la economía argentina que comienza a manifestar los primeros signos de la recesión⁹ debido a su fuerte exposición externa y de los procesos de organización derivados de este fenómeno.

7 En la década de los noventa la dirección de la Confederación General del Trabajo (CGT), máximo agrupamiento sindical, fue conducido por sectores afines a las políticas de ajuste y flexibilización. Frente a esta tendencia, en 1991 se crea la Central de Trabajadores de Argentina (CTA); hacia 1994 se crea un corriente interna (Movimiento de Trabajadores Argentino) a la CGT; y a partir de 1995 comienzan a recomponerse muchas experiencias sindicales en las que se destacan los trabajadores de empresas privatizadas y de los sectores de empleados públicos golpeados por las políticas de ajuste.

8 Este centro de estudios viene relevando desde la década de los noventa los actos de rebelión, pudiendo discriminar aquellos que incluyen a trabajadores y sindicatos

9 Precisamente uno de los rasgos distintivos del modelo implementado en 1991 es la fuerte vulnerabilidad de la economía al sector financiero externo producto de la apertura indiscriminada.

Tabela 1 - Distribución del total de hechos según organización convocante por año (en %)

Participantes	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sindical	100	100	99	85	91	96	84	76	52	46	59	73	81	96	88	84	74	90	90
Mov. De desocupados	0	0	1	15	9	4	16	24	48	54	41	27	19	4	13	16	26	10	10
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
N (valores absolutos)	96	207	100	194	192	239	880	1476	1481	1143	1395	1529	978	1163	752	729	704	658	811

Fuente: Elaboración propia en base a datos de PIMSA

Al abordar el actor protagonista de las protestas, en el marco específico de los hechos vinculados al ámbito del trabajo en el periodo 1994-2002, los sindicatos tienen una participación del 74% mientras que en el periodo posterior (2003-2012), la participación de los sindicatos alcanza 76%. En este sentido y a partir de los datos referidos, lejos de producirse un cambio profundo en torno a lógica de protesta, tanto en la década del 90 como en el proceso actual, los sindicatos siguieron siendo actores clave del conflicto y que los hechos llevados adelante por movimientos de desocupados quedaron fuertemente anclados a los procesos de crisis aunque por su novedad y formas de acción constituyeron un fenómeno de relevancia¹⁰. Asimismo, el escaso desarrollo del conflicto organizado por estos movimientos, que se observa en los primeros años analizados se vincula con el hecho de que durante este periodo estos movimientos carecían de una fuerte organización que irá consolidándose en los años siguientes, lo cual permitirá explicar su mayor participación en la conflictividad.

En cuanto al tópico de la demanda se observa un cambio importante entre los dos períodos. En la década del 90 estuvo dominada por un conflicto vinculado a la conservación de las fuentes de trabajo y a la paulatina pérdida del salario vía reducción nominal de los ingresos de los trabajadores. Esta tendencia también es corroborada por el estudio de Gómez (1996) que observa un aumento de los conflictos defensivos a partir de 1993, es decir conflictos afectados por cierres de fuentes de trabajo, suspensiones, despidos o atraso en los pagos de salario. Así, en el periodo 1994-2002 sólo 14% del conflicto tiene un carácter ofensivo (entendido como aquellas demandas de aumentos salariales y mejoras en las condiciones de trabajo), en tanto que en el proceso iniciado en 2003 este tipo de conflicto alcanza los 60 puntos porcentuales.

Sucintamente, puede señalarse que en cuanto al protagonista en la conflictividad, exceptuando el período de agudización de la crisis, el actor sindical fue un protagonista sobresaliente. La irrupción de las organizaciones de desocupados tuvieron sin embargo un impacto fuerte en vistas del cambio en la lógica de representación ya que estas últimas poseen un arraigo territorial evidente. Ahora bien, si la novedad en términos de luchas sociales vino de la mano de las organizaciones de desocupados, ello es parte de un fenómeno más amplio de luchas defensivas que se revierte a partir del 2003 de la mano de un aumento

10 Las organizaciones de desocupadas como parte del movimiento obrero irrumpieron en la escena pública no solo como articuladoras de conflictividad sino que dinamizaron los espacios barriales a través de organizaciones que impulsaron repertorios de acción algunos asociados a prácticas tradicionales de los trabajadores como los piquetes, pero también recuperaron una rica tradición obrera ligada a las formas de representación y participación de las bases sociales (Montes Cató y da Peña, 2002).

de la conflictividad ofensiva demandando mejoras en los salarios y condiciones de trabajo, aunque la primera de estas demandas se encuentre atada al poder adquisitivo del salario real por el proceso inflacionario.

Como se dijo, a partir del año 2003 los conflictos laborales estuvieron orientados, en términos generales, a la recuperación del salario real que había caído a los mínimos históricos en el año 2002 luego de la devaluación. Este proceso se refleja tanto en el contenido de las materias negociadas como en los motivos de la conflictividad. En este marco, se destacó una participación muy significativa de los niveles centralizados de la estructura sindical (federaciones y uniones), y por ello mismo de los conflictos por rama de actividad. En el año 2009 tiende a modificarse esta tendencia cuando diversos indicadores comenzaron a dar cuenta de una creciente descentralización de los conflictos (ODS, 2011) y un mayor protagonismo de las comités de fábrica.

El aumento de la conflictividad laboral descentralizada se ha evidenciado tanto en cuanto a los sujetos que participan en ellos como al ámbito en el que se producen. A partir de entonces, comenzó a crecer la participación de los sindicatos de base y las secciones regionales en los conflictos. Ellos pasan de representar el 50% del total en los años 2007 y 2008, a alrededor del 65% en los años 2009 y 2010, y llegan a un 78% en el año 2011. Como contrapartida, se registra una retracción de la intervención de las federaciones y las uniones, que pasan de explicar más de un tercio de los conflictos laborales en 2007 y 2008, a poco menos de un 10% en el año 2011.

Un dato subsidiario a la tendencia descentralizadora del conflicto es el surgimiento de conflictos por fuera de las instituciones gremiales, dando cuenta de la inexistencia de organizaciones sindicales o las contradicciones entre las bases y dirigencias ya que muchos de esos conflictos son dirigidos por activistas que no están enrolados como dirigentes de los sindicatos.

La mayor presencia de los sindicatos como protagonistas de la conflictividad en desmedro de la entidades de mayor grado se complementa con el análisis del ámbito de los conflictos. En el sector privado, los conflictos por empresa pasan de representar el 68% en 2007 al 82% en 2011, con un movimiento inverso de los conflictos por rama de actividad.

El conflicto y sus implicancias en los espacios productivos

Este auge de conflictos en los espacios productivos (en las empresas en lugar del nivel de la actividad, como aquellos motorizados exclusivamente por comisiones internas) constituye una novedad en el campo sindical en vista de la recuperación de una tradición obrera de lucha situada en el lugar de trabajo que

permitió la consolidación y desarrollo de nuevas experiencias sindicales de base de la mano de una repolitización de la militancia gremial. Este fenómeno de organización colectiva en los espacios productivos y en los locales de trabajo resitua el tema del poder de participación en la configuración sindical. Su presencia, organización y lucha en los centros productivos tensiona dos relaciones: por un lado con el capital en la medida que constituye una forma de poder que disputa el control del proceso de trabajo y las condiciones de extracción del plus producto; y por otro, con las esferas sindicales en cuanto colocan el tema de la autonomía en el centro de debate. Derivado del problema de la autonomía emerge con relevancia el límite de actuación de las comisiones obreras. En algunos momentos exceden el propio ámbito de actuación fabril para extenderse fuera de ellos. La maduración de esas experiencias estará marcada por un proceso de politización de las bases obreras que en los últimos cincuenta años tiene flujos y reflujos.

En este sentido, las estrategias sindicales fueron estudiadas por muchos autores a partir de la comprensión de diferentes factores como los recursos de poder, las identidades y las lógicas de intercambio político. Aquí hacemos hincapié para comprender la dinámica del conflicto y su relación con las prácticas sindicales a la dinámica impuesta en los espacios productivos donde comisiones internas y delegados dan vida cotidianamente a la organización sindical. Algunas interpretaciones sobrevaloran el peso específico de los intercambios políticos y las relaciones corporativas entre los sindicatos y el Estado al momento de comprender la determinación de las estrategias de las organizaciones gremiales. Estas teorías tienden a oscurecer lo que sucede en los espacios productivos y por lo tanto descuidar la incidencia que tiene este ámbito en la determinación de las estrategias generales del sindicato y en la dinámica del conflicto. Inicialmente estimamos de importancia comprender el modo en que se procesa la relación entre los dirigentes y las bases en vista de resituar la dinámica sindical interna, las disputas y modos en torno a la representación.

Para abordar esta tensión distinguimos la representación y de la representatividad. Puesto que el modelo argentino establece que solo un sindicato puede contar con la potestad de representar a los trabajadores encuadrados en una determinada actividad, oficio o tarea, la personería gremial es la clave que permite acceder legalmente a la representación colectiva para la firma de convenios colectivos de trabajo, representar en litigios a los trabajadores o componer comisiones de negociación¹¹. La personería concede poder institucional como

11 Pueden existir otros sindicatos pero solo con inscripción gremial que los habilita a afiliar trabajadores pero no a ejercer los derechos que posee un sindicato con personería gremial. Se calcula que entre el 40% y el 50% de sindicatos solo posee inscripción gremial.

capacidad normativa en cuanto habilita la firma de convenios y a su vez, poder económico al asegurarse que a todos los trabajadores de la rama, afiliados o no que estén registrados, se les descuenta una contribución sindical. Por lo tanto, la representación es una potestad concedida externamente por la autoridad estatal competente. Esta “automaticidad” de la representación obtenida por contar con la personería gremial no redundan necesariamente en el establecimiento de una dinámica dialógica de transmisión de deseos y de agregación de intereses, ni en la construcción de redes y lazos solidarios, ni en la inspiración de mutua confianza entre los que ejercen la representación y los representados. No implica que se vean desplegados mecanismos legitimados de representatividad. De ahí que la representatividad responda a una naturaleza diferente que no puede ser reducida al reconocimiento institucional que el Estado concede en función de la normativa sobre las asociaciones sindicales. La representatividad refiere a la capacidad que poseen los representantes de canalizar las demandas de los trabajadores¹².

Esta preocupación coloca a las prácticas sindicales, al activismo y la militancia de los trabajadores en los lugares de trabajo en el centro de atención para comprender una faceta de la organización sindical alternativa a las caracterizaciones que hacen hincapié en los recursos de poder o a la relación entre las cúpula y el Estado (corporativismo o neocorporativismo) y nos conduce a adentrarnos en la naturaleza de la práctica sindical ahí donde los trabajadores participan del proceso de trabajo, en definitiva el locus donde se efectiviza la extracción de plusvalía. Esta presencia está relacionada con el carácter dual al que están sometidas las comisiones internas en cuanto tensionan dos relaciones. Si por un lado hace referencia a su capacidad para disputar el control de la producción y por lo tanto la rentabilidad empresaria, por otro lado, se colocan en un lugar neurálgico en tanto desafían el control de la burocracia sindical.¹³

La presencia de los comités de fábrica observado a partir del 2003, recupera una vieja tradición obrera consolidada entre 1945-1955. El creciente y potente proceso de salarización de los sectores populares a partir del gobierno peronista de la década de los cuarenta dio forma al modo en que los sectores subalternos

12 Para poder actuar legítimamente en nombre de aquellos a los que representa los que asumen el rol representativo, necesitan superar la instancia naturalizada de la relación y encarar un proceso compartido de homogeneización de lo que es heterogéneo: necesitan hacerse representativos. La representatividad implica por lo tanto, un proceso de jerarquización y simultáneamente de homogeneización de intereses (Drolas, 2004).

13 Estos aspectos habían sido planteados tempranamente por Gramsci en cuanto “para alcanzar la autonomía en el campo industrial, la clase obrera debe superar los límites de la organización sindical y crear un nuevo tipo de organización de base representativa y no más burocrática, que incorpore a todas la clase obrera, aún a la que no adhiere a la organización sindical. El sistema de consejos de fábrica es la expresión histórica concreta de la aspiración del proletariado a su propia autonomía”.

lograban constituirse como actores sociales reconocidos en el ámbito político. En gran medida, el hecho que el movimiento obrero pudiese expresar casi universalmente la condición de subalternidad se explica en que dicha condición se manifestaba bajo la forma de trabajo asalariado. Los sindicatos, en tanto organizaciones que cristalizaban los intereses de los asalariados, asumían por defecto un doble papel que los constituía en portadores de la representación obrera y también de los sectores populares. Este proceso de integración y cooperación tuvo una particularidad: esa autonomía que los dirigentes sindicales en Argentina perdían en el nivel de las cúpulas era recuperada en las bases obreras gracias a una extensa red de comisiones internas que garantizaban la defensa de las conquistas obreras obtenidas en los espacios productivos logrando una politización de las bases que garantizaba movilización y participación por fuera del ámbito estrictamente laboral.

Como se dijo, el impacto del desempleo y el efecto disciplinador de las privatizaciones durante los noventa luego de la derrota sindical contra ese proceso fueron devastadoras para la intervención en los lugares de trabajo. A medida que el modelo, tanto en su esfera económica como política, se fue desgastando surgieron, hacia la segunda mitad de los noventa, expresiones de lucha abierta en los lugares de trabajo de la mano de las comisiones internas en sectores que habían sufrido el vendaval privatizador y de ajuste (estatales, telefónicos, ferroviarios, petróleo) que encontrarán un contexto más propicio para la expresión pública de la resistencia (Montes Cató y Ventrici, 2010)¹⁴ en el marco de la crisis institucional del gobierno en el 2001 y sentarán las bases para que en la siguiente década vuelva a desarrollarse con intensidad la experiencia de las comisiones de fábrica¹⁵.

En términos de sectores productivos, las experiencias son variadas: en transporte, el caso del subterráneo de Buenos Aires; telecomunicaciones, organización de los call center; comercio, en la discusión sobre prácticas antisindicales de los supermercados; alimentación, el caso de los delegados de la empresa Kraft; neumáticos Fate; salud, en el hospital Francés; autopartistas, caso Dana;

14 Muchas de ellas gestadas en la clandestinidad frente a la empresa y en muchos casos frente a las propias dirigencias de los sindicatos. Tal vez, el caso paradigmático de este proceso sea el de los trabajadores del subte que constituyeron consolidado el proceso de renovación de las comisiones internas un nuevo sindicato.

15 La recuperación de las experiencias de resistencia al programa neoliberal de los noventa y principios de los 2000, que contribuyeron a la reconfiguración de las luchas obreras alentaron un procesos de movilización que bregaba por mejores condiciones de existencia y simultáneamente cuestionaba el vaciamiento de las formas de representación y anulación de la política durante los noventa. Precisamente este aspecto asambleario y participativo de los movimientos de desocupados y empresas recuperadas confluye con una rica tradición obrera de intervención en los lugares de trabajo y de organización autónoma convirtiendo esa tradición en un legado resignificado en las luchas obreras.

químicos, la restitución de delegados en la empresa Praxair; sectores extractivos, la disputa con la dirigencia de los trabajadores petroleros de la Patagonia; transporte; en el sector de trabajadores estatales con la elección de delegados en oficinas, institutos o dependencias que no contaban con representación; entre otros. Aunque disímiles en sus grados de organización, alcances y tendencias ideológicas lo que aparece como significativo es la emergencia de una tensión hacia el interior de los sindicatos que interroga sobre la forma de construcción de poder que se ha dado una parte del sindicalismo actual. Aparece reflejado en experiencias obreras vinculadas con partidos de izquierda, en otras donde tiene mayor preeminencia la CTA (trabajadores estatales) y ámbitos laborales donde prevalecen sindicatos enrolados en la CGT. Pero todas ellas recuperan una tradición de lucha que sin desconocer las diversas fuentes ideológicas colocan en el eje la activación del nivel micro de la organización obrera.

Esta tendencia de resurgimiento de un sindicalismo de base se vio fortalecido, además de la vigencia de figura legal del fuero de los delegados, por una serie de fallos judiciales que extendieron las garantías a activistas que no cuentan con el aval formal de la organización sindical pero que actúan de hecho. En este sentido, la Corte Suprema de Justicia pronunció una serie de fallos que disponen que en los lugares de trabajo pueden elegirse delegados que no pertenezcan a la asociación sindical con personería gremial. Como complemento de este fallo del 2008, en diciembre de 2009 y en consonancia con sucesivos fallos de instancias inferiores, la Corte Suprema, extendió la protección laboral a todos los delegados, ya sean de sindicatos con personería legal o simplemente inscriptos. Se establece, de este modo, la ampliación a todos los delegados de la tutela sindical que los resguarda contra prácticas antisindicales por parte del empleador, lo cual supone el impedimento de suspender, despedir o modificar las condiciones de trabajo del representante gremial sin autorización judicial. El pronunciamiento de estas sentencias, que reconocía numerosos antecedentes de tribunales de menor alcance, tuvo consecuencias muy concretas tanto en los procesos ya en curso –con la reinstalación de sindicatos en formación o de simple inscripción-, como para las experiencias incipientes, en la medida que se constituyó como una garantía de amparo legal a la libre iniciativa gremial en los espacios de trabajo (Ventrici, 2012). Además, en cierto sentido, también es posible pensar que el surgimiento de estas dos sentencias, que cuestionan tan severamente ciertos pilares del modelo sindical, constituye una cristalización institucional -de máximo nivel- de un proceso subyacente de cierta recomposición de la representación directa de los trabajadores en los lugares de trabajo.

Conclusiones

Para interrogar las recientes transformaciones en el mundo del trabajo y dar cuenta del impacto de los procesos de reestructuración a los que estuvo sometido, optamos en este artículo realizarlo desde el prisma de la conflictividad tomando como caso paradigmático lo acontecido en Argentina en vista de la rica tradición obrera pero también por la profundidad de los cambios en el mercado de trabajo, relaciones laborales y del actor sindical.

El conflicto fue considerado aquí como inherente a las relaciones capitalistas de explotación más allá de su manifestación colectiva, organizada o explícita. Para abordarlo se seleccionaron, inicialmente, datos de orden cuantitativo que permitieron caracterizar la conflictividad en dos períodos signados por procesos diferentes. En el primero (1991-2003) prevalecieron los procesos de reestructuración productiva neoliberal en el que los conflictos defensivos de la fuente de trabajo fueron los que marcaron gran parte de la década. Los sindicatos fueron protagonistas de los conflictos en especial aquellos sectores sobre los que recayó con mayor fuerza las consecuencias del modelo aperturista. Hacia el final del período (2001-2003) las organizaciones de desocupados comienzan a tener un mayor peso recuperando formas organizativas horizontales y situadas en los barrios empobrecidos de los distritos desindustrializados. A partir del 2003 el mercado de trabajo comienza a dar signos de franca mejoría, especialmente por la disminución de la desocupación y mejora en la tasa de empleo, aunque se irá consolidando en todo el período un porcentaje elevado de trabajo precario y sin cobertura sindical. Si bien la conflictividad asociada al mundo del trabajo se mantendrá alta durante el período que se inicia en el 2003, los rasgos distintivos serán que se trata de un conflicto ofensivo (mejora en los salarios y condiciones de trabajo), disminuye la incidencia de las organizaciones de desocupados y se recupera una conflictividad descentralizada en los espacios productivos de la mano de los comités de fábricas y una mayor participación de delegados sindicales.

Precisamente, esa recuperación de los comités de fábrica, es uno de los rasgos más significativos en la última etapa. Habiendo marcado gran parte de la historia del movimiento obrero argentino fue duramente combatida por las corrientes cívico-militares conservadoras instaladas desde 1974 (profundizado este proceso con la dictadura del 76) y por el vendaval neoliberal impuesto en la década de los noventa. Ambos procesos complementarios buscaron despolitizar los espacios productivos y restarle incidencia a los sindicatos erosionando su poder de movilización y capacidad de disputa sobre las condiciones de trabajo.

El resurgimiento de las comisiones internas y comités de fábrica, interroga las formas de dominación del capital sobre el proceso de trabajo, pero

también a las formaciones sindicales en vista que promueven una mayor participación de las bases en las estructuras gremiales tensionando la representación instituida.

Referencias

- BILBAO, Andrés. La globalización y las relaciones laborales. *Cuadernos de relaciones laborales*, Universidad Complutense de Madrid, n. 15, 1999, p. 123-137.
- DELFINI, Marcelo. Prácticas y estrategias empresarias para la reproducción de la dominación en los espacios de trabajo. Formas de control obrero en el sector automotriz. *Trabajo y sociedad*, v. XIII, 2010.
- DROLAS, Ana. Futuro y devenir de la representación sindical: las posibilidades de la identificación. In: BATTISTINI, O. (Comp.). *El trabajo frente al espejo. Continuidades y rupturas en los procesos de construcción identitaria de los trabajadores*. Buenos Aires, Editorial Prometeo, 2004, p. 367-395.
- EDWARDS, Paul K. El conflicto en el trabajo. Una análisis materialista de las relaciones laborales en la empresa. España, Ed. Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1990.
- GOMEZ, Marcelo. La conflictividad laboral durante en plan de convertibilidad en la Argentina (1991-1995). *Revista de Estudios Sociológicos del Centro de Estudios Sociales*, D.F. México, v. XVI, n.45, 1996, p. 639-689.
- GRAMSCI, Antonio. Escritos políticos (1917-1933). México, Siglo XXI, 1990.
- KICILLOF, Axel et. al. La macroeconomía después de la convertibilidad. In: COSTA, Augusto (Comp.). *La anatomía del nuevo patrón de crecimiento y la encrucijada actual. La economía argentina período 2002-2010*. Buenos Aires, Atuel, 2010.
- MONTES CATO, Juan S.; DE PENA, Jean. Crise de representation et fragmentation sociale : le cas des piquetes et des “coupeurs de route” argentins. *Ordinaire Latinoamericain*, n. 188, 2002, p. 101-106.
- MONTES CATÓ, Juan; VENTRICE, Patricia. El lugar de trabajo como espacio de resistencia a las políticas neoliberales. *Revista Theomai*, n. 22, 2010, p. 101-119. Disponible en http://revista-theomai.unq.edu.ar/NUMERO%2022/contenido_22.htm.
- NOCHTEFF, Hugo. La política económica en la Argentina de los noventa. Una mirada de conjunto. *Época, Revista Argentina de Economía Política*, año I, n. 1, 1999, p. 15-32.
- OBSERVATORIO del Derecho Social – CTA. *Conflictividad laboral y negociación colectiva. Informe anual 2009*. Disponible en www.observatorio-juridico@cta.org.ar.
- PIMSA Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina: <http://www.pimsa.secyt.gov.ar/>.
- PINAZO, Germán. Comentarios sobre la relación entre el crecimiento y el empleo en la Argentina de los últimos años. *Trabajo y Sociedad*, UNSE, v. XV, n. 18, 2012.

VENTRICI, Patricia. La resignificación de una marca histórica. El panorama actual de la representación sindical en el lugar de trabajo. *Estudios del Trabajo*, n. 43/44, 2012, p. 23-43.

Recibido em: 01/06/2014

Aprovado em: 30/06/2014

Otras fuentes

INSTITUTO Nacional de estadística y Censos (INDEC). Encuesta Permanente de Hogares, 2012/2013. Consultado abril del 2014 www.indec.mecon.ar

Como citar este artículo:

DELFINI, Marcelo; DROLAS, Ana; MONTES CATÓ, Juan. Conflicto y resistencia: recomposición de las formas de lucha de los trabajadores. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 4, n. 2, jul-dez 2014, pp. 405-422.

Frantz Fanon: um itinerário político e intelectual

Renato Ortiz¹

Resumo: O artigo reconstitui histórica e sociologicamente o itinerário político e intelectual do pensador martinicano Frantz Fanon. Inicia com sua inserção no contexto intelectual francês da época, explora como o escritor compreendia a negritude e o racismo, assim como sua politização em meio ao período de descolonização da década de 1950.

Palavras-chave: Fanon; negritude; racismo; situação colonial; nação.

Frantz Fanon: a political and intellectual itinerary

Abstract: *The paper reconstitutes historically and sociologically the political and intellectual itinerary of the Martinican thinker Frantz Fanon. It begins with his insertion in the French intellectual context of the time, analyses how the writer comprehended blackness and racism and also his politization during the decolonization period of the 1950's.*

Key-words: *Fanon; blackness; racism; colonial situation; nation.*

Quando retornei da França em 1976 estabeleci contato com Florestan Fernandes. Pareceu-me na época algo “natural” visto que tinha terminado minha

1 Departamento de Sociologia – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Pesquisador do CNPq - Campinas – Brasil - rena1311@terra.com.br

tese de doutoramento com Roger Bastide. Enviei-lhe um exemplar em francês de “La Mort Blanche du Sorcier Noir” e algum tempo depois ele contactou-me para elaborar dois livros para a Coleção Grandes Cientistas Sociais que dirigia para a editora Atica. Franz Fanon e Georges Ballandier. Foi quando o encontrei pela primeira vez em São Paulo. Para minha surpresa, Florestan acreditava que eu era negro, percebi o motivo de sua insistência para que eu aceitasse o convite sobre Fanon. Conversamos e terminei convencendo-o a substituir o nome de Ballandier pelo de Pierre Bourdieu, autor ainda pouco conhecido no contexto brasileiro. Comecei por Bourdieu e terminada a tarefa dediquei-me ao pensamento de Fanon. Em 1979, durante uma breve estadia na The City University em Nova Iorque, viajei à Paris e pude consultar nas bibliotecas uma série de artigos pouco conhecidos do autor. Fiz uma seleção de textos, muitos inéditos para o leitor brasileiro, escrevi uma longa introdução, mas o destino do livro foi o esquecimento. Os problemas editoriais da Atica não permitiram que fosse publicado. O texto que apresento ao leitor foi portanto escrito há um certo tempo, procurei retomá-lo reformulando alguns aspectos que julguei insuficientes. Não creio que o tempo tenha comprometido sua publicação, afinal trata-se do estudo de um autor. Eu diria que existe inclusive uma atualidade na obra de Fanon. Se é verdade que o ciclo das revoluções anticolonialistas se encerrou, existem na problemática fanoniana alguns temas que ressurgem com força na contemporaneidade. O primeiro é o racismo, que se manifesta com toda força nas sociedades europeias, revelando a essência de um etnocentrismo cujas raízes históricas são antigas. O segundo é a questão nacional, que diante do processo de globalização das sociedades, claro, sob um outro ângulo, repõe-se como uma discussão crucial para o pensamento contemporâneo. Resta ainda a crítica ao eurocentrismo. Fanon é um pensador que procura a todo momento escapar das armadilhas da hegemonia do relato “europeu”. Sua crítica ao colonialismo reveste-se, além dos aspectos políticos, uma dimensão intelectual às categorias de análise naturalizadas pelo pensamento acadêmico de sua geração.

A vida intelectual francesa

Fanon deixa definitivamente Forte-França, sua terra natal, em 1947. Tendo, na Segunda Guerra Mundial, lutado ao lado do exército francês, retorna por um breve momento a Martinica, mas logo em seguida parte para Lyon, onde inicia seus estudos de medicina. Entre 1947 e 1953 completa sua formação médico-psiquiátrica, ao mesmo tempo em que se envolve com o debate político e filosófico da época. É importante compreender que seus primeiros passos no

domínio das ciências sociais se fazem no seio de um quadro bem característico da vida do pós-guerra. Junto às polêmicas que recobrem seu pensamento político e universitário dos anos 1950, Fanon alimenta suas primeiras aspirações intelectuais. Filosoficamente, seu destino será profundamente marcado por Sartre, e não é em parte sem razão que Jean Marie Domenach, editor da revista *L'Esprit*, comentando seu livro *Os condenados da terra*, o considera um discípulo da filosofia sartriana. Domenach acredita que o existencialismo de Fanon carrega um elemento de radicalização do marxismo². Na verdade, existe um estreito paralelo entre os processos de politização de Sartre e de Fanon: a guerra de libertação da Argélia os aproxima ainda mais, reforçando suas afinidades eletivas. *Les Temps Modernes* é uma das poucas revistas de esquerda que apoia, sem restrições, os objetivos da Frente de Libertação Nacional (FLN). No momento em que desajeitadamente o Partido Comunista Francês busca redefinir o mito da Argélia francesa, ou os socialistas reforçam o sentimento nacionalista, Sartre escreve *O colonialismo é um sistema*, onde propõe, sem ambiguidades, a união de argelinos e franceses contra a tirania da metrópole (Sartre, 1956). Não é por acaso que é Sartre quem escreve a introdução de *Os condenados da terra* e que alguns dos escritos de Fanon são publicados como artigos no *Les Temps Modernes*. Entretanto, as vias de politização são distintas. Sartre permanece sempre um intelectual radical, Fanon se envolve diretamente na luta revolucionária. Caminhos que irão inclusive afastá-los no momento de radicalização do embate anticolonial e da exacerbação dos argumentos³.

Compreender as premissas político-filosóficas que orientam o pensamento de Fanon é desvendar alguns dos traços da vida intelectual francesa nos anos que se seguem ao final da Segunda Guerra Mundial. As categorias que presidem seu discurso podem ser melhor apreendidas quando referidas às discussões que dominam esse período conturbado e fecundo. Um primeiro aspecto diz respeito à introdução de Hegel na França. Durante um longo tempo Hegel permaneceu praticamente desconhecido entre os filósofos franceses, até o momento em que Kojève e Hyppolite iniciam seus trabalhos sobre o idealismo alemão⁴. Entre 1939 e 1941 é completada a tradução da *Fenomenologia do Espírito*, e em 1946 são publicados os comentários de Hyppolite e Kojève sobre o sistema hegeliano⁵. Difunde-se a partir de então uma interpretação humanista do idealismo, sublinhando

2 Ver Domenac, 1962.

3 Ver o Testemunho de Simone de Beauvoir em *Les forces des choses*.

4 Sobre a presença de Hegel na França, consultar Poster, 1977.

5 Ver Kojève, 1946; Hyppolite, 1946.

no texto hegeliano a problemática do senhor e do escravo. Ao mesmo tempo tornam-se conhecidos na França os *Manuscritos de 44*, nos quais Marx compreende o processo de libertação do homem através do conceito hegeliano de alienação. Ao marxismo ortodoxo, representado pelo Partido Comunista Francês, contrapõe-se assim um marxismo humanista, muitas vezes reinterpretado pela tradição católica e existencialista que buscam em Marx e Hegel uma fonte de inspiração. Fanon será profundamente influenciado por esta corrente intelectual. Em diversos escritos irá identificar a relação entre branco/negro, colonizador/colonizado à dialética do senhor e do escravo. Neste sentido, a libertação do homem é compreendida como um processo de desalienação, isto é, como uma superação de termos que se excluem. Seu entendimento do papel da violência nas sociedades em boa parte se fundamenta numa leitura “kojeviana” do texto hegeliano, pois ela é o meio através do qual a liberdade dos indivíduos se realizaria.

Outro ponto refere-se a Sartre, em particular à polêmica entre marxismo e existencialismo. A publicação de *O ser e o nada* (1943) inaugura um debate que gira em torno da liberdade individual. No entanto, a visão sartriana é distinta e se contrapõe ao pensamento dialético. Sartre busca descobrir no indivíduo uma dimensão externa às determinações históricas e sociais. Neste sentido, o homem se definiria como pura liberdade, escolhendo seu destino à revelia das imposições socioeconômicas. Ponto criticado pelos marxistas, pois esta concepção abstrata da liberdade transcenderia às próprias relações da vida material. Tanto o método da redução fenomenológica quanto as premissas filosóficas do existencialismo são duramente atacados pelo pensamento marxista, na época representado pelos intelectuais do PCF. O existencialismo é assim identificado a uma “moda” pequeno-burguesa, e um autor como Lukács chega a considerá-lo a expressão mais bem acabada do último estágio do imperialismo (Lukács, 1978)⁶. A polêmica tem um peso decisivo sobre Fanon, que se inclina para o pensamento fenomenológico. Isso vai talvez marcar definitivamente sua posição de proximidade-distância em relação ao marxismo, tensão que se manifesta em vários de seus escritos.

Racismo e negritude

Fanon publica seu primeiro livro em 1952, ensaio no qual analisa o racismo a partir de sua experiência vivida (Fanon, 1952). A filiação existencialista pode ser apreciada quando o autor apresenta os objetivos do livro:

6 O livro de Lukács foi publicado em 1948; outros marxistas também escrevem nesta época contra o existencialismo: H. Lefebvre, *L'Existencialisme* (1946) e H. Mougín, *La Sainte Famille Existencialiste* (1947).

Alguém a quem falávamos de nosso trabalho nos perguntou o que esperávamos com ele. Desde o estudo decisivo de Sartre *O que é literatura?*, a literatura se engaja, cada vez mais, na sua única e verdadeira tarefa, que é fazer a coletividade passar à reflexão e à meditação; este trabalho pretende ser um espelho à infraestrutura progressiva onde o negro possa encontrar a via de sua desalienação⁷ (ibid.: 148).

A escrita se transforma assim em instrumento de tomada de consciência. O processo de desalienação do negro passa, portanto, pela conscientização de que o racismo possui mecanismos próprios. Neste sentido, o ato de escrever se reveste de uma importância política capital, ele age como estímulo diante da passividade imposta pelas condições sociais. Entretanto, coerente com sua inspiração fenomenológica, Fanon distingue entre alienação intelectual e alienação econômica, artifício que lhe permite distanciar-se da corrente marxista. Seu estudo se faz a partir de “dentro”, isto é, do ponto de vista daquele que sofre o racismo em seu íntimo. *Pele negra máscaras brancas* exprime a subjetividade de um escritor negro que visa a alcançar outras subjetividades. Não são pois razões objetivas que engendram o racismo que lhe interessam diretamente, mas como ele é interiorizado pelo negro. Evidentemente, o autor não pretende negar a existência de uma realidade que “situa” a questão racial; não obstante, seu enfoque privilegia a compreensão da personalidade negra. Sua análise é profundamente existencialista, mergulhando na vivência, na intimidade do indivíduo, mostrando suas ambiguidades e contradições. Fanon segue a trilha já esboçada por Sartre em sua introdução ao livro de poetas da negritude *Orfeu negro*⁸. Comparando o negro ao operário, Sartre procurava entender as diferenças entre as manifestações racistas, que considerava concretas e particulares, e a opressão de classe, caracterizada como universal. A classe representaria assim uma dimensão da realidade objetiva, enquanto a negritude, tomada de consciência do homem negro de sua dimensão negra, pertenceria ao domínio da subjetividade. Dito em jargão sartriano, a negritude seria a superação de uma situação dada pela consciência livre, vivendo livremente. O tema introduz imediatamente a problemática da “escolha”. Fanon retoma esta perspectiva quando analisa o complexo de inferioridade do negro diante do branco. Ele diz: a) “eu devo auxiliar meu cliente a conscientizar seu inconsciente, a não mais tentar uma gratificação alucinatória, mas a agir no sentido da mudança das estruturas sociais”;

7 O livro de Sartre a que Fanon se refere foi publicado por Gallimard em 1948.

8 Sartre, 1948.

b) “meu objetivo será, uma vez esclarecidos os móveis, colocá-lo em condições de escolher uma ação ou a passividade em relação às estruturas sociais” (Fanon, 1952: 80-81). A primeira parte da citação orienta suas preocupações no sentido explícito da mudança social, porém sua análise permanece fundamentalmente no terreno fenomenológico. A escolha é um ato de clarividência que confere sentido a uma ação individualizada.

Este ponto é central no contexto da polêmica entre marxismo e existencialismo. Ele nos remete a todo o problema da liberdade que mencionamos anteriormente. Mesmo sendo muito difícil de condensar a filosofia existencialista em poucas palavras, creio ser possível, pelo menos, partir de uma afirmação de Sartre: “Eu estou condenado a existir para além de minha essência, dos móveis e motivos de meu ato; eu estou condenado a ser livre. Isto significa que não é possível encontrar outros limites para minha liberdade do que ela mesma” (Sartre, 1943: 494). Concebido dentro desta perspectiva, o homem se define como pura liberdade. É bem verdade que a teoria sartriana vincula a ação à situação na qual está submerso o indivíduo; no entanto, na medida em que o homem se define por sua liberdade, a escolha, no interior desta situação, é um ato transcendental. O estudo de Sartre sobre a questão judaica, um paradigma para Fanon, desenvolve claramente, no quadro de um exemplo concreto, suas premissas filosóficas⁹. Ao criticar Marx e Durkheim, Sartre se afasta das análises objetivistas, que em princípio atribuem ao todo (a classe social ou a consciência coletiva) a determinação sobre a ação social. Aplicando seu raciocínio ao problema judaico, ele inverte a relação entre o indivíduo e realidade objetiva. Para Sartre, não é a história que engendra a noção de judeu, mas é a ideia que os outros fazem de judeu que marca a história. Neste sentido, o antissemitismo faz o judeu; a discriminação se define, assim, através de uma dimensão subjetiva no seio da qual o judeu pode, ou não, optar por uma conduta, passiva ou ativa, em relação ao racismo. A citação de Fanon pode agora ser melhor entendida. As estruturas sociais determinam a situação objetiva na qual o racismo se insere, porém a escolha pertence ao domínio da subjetividade. O objetivo de seu livro se esclarece pouco a pouco. Fanon se esforça para despertar a consciência negra, mostrar os descaminhos de uma personalidade corrompida pela sociedade; entretanto, o destino subjetivo de cada um diz respeito apenas ao “paciente”. Como o judeu para Sartre, o negro exprimiria sua autenticidade ou inautenticidade no momento em que, diante da dominação racista, escolhesse a ação ou a passividade.

9 Ver Sartre, 1976.

A força e a beleza de *Pele negra máscaras brancas* é justamente descrever como funcionam os mecanismos de defesa e de controle da consciência negra. Fanon descobre assim junto à personalidade do negro um complexo de inferioridade em relação ao branco. Seu destino oscilaria entre a confirmação desse complexo, uma escolha patológica, e uma participação ativa, emancipatória de sua consciência. Porém, quando Fanon fala de complexo ele não está se referindo a um fenômeno de tipo libidinoso, freudiano, inerente à “essência negra”. Pelo contrário, o complexo de inferioridade resulta de uma situação concreta, a opressão branca. A discussão que Fanon tem com Mannoni é particularmente esclarecedora. Como psiquiatra, Mannoni procura demonstrar a existência de um complexo de inferioridade “natural” ao africano; neste sentido, o homem da África se diferenciaria do homem ocidental, e a ele não se aplicariam inteiramente os ensinamentos de Freud. Fanon critica duramente esta perspectiva, que ele julga etnocêntrica, e se orienta na busca de um africano “puro”, representante de uma África colonial, justamente no momento em que o colonialismo se impõe como um fato social global. Retomando o conceito de “situação colonial”, ele insiste em dizer que a natureza desse complexo é de ordem social; caberia ao negro aceitá-lo ou rejeitá-lo. Dito de outra forma, ele corresponderia a uma interiorização de uma situação de dominação, cuja contrapartida se expressaria na vontade de embranquecimento. A personalidade negra se desvenda assim como ambígua, combinando dimensões antagônicas. Ela seria marcadamente esquizofrênica, pois se constituiria, primeiramente, em relação aos próprios negros e, segundo, tendo como referência o mundo dos brancos. Tudo se passa como se o negro possuísse uma dupla identidade. Por isso Fanon afirma que o negro não possui “resistência ontológica” quando desnudado pelo olhar do branco. Sua “essência” se dissolveria nas malhas do embranquecimento. O negro quer sempre ser reconhecido como branco. Fanon retoma neste ponto a temática hegeliana do reconhecimento, associando a dominação branco/negro à relação senhor/escravo. Hegel nos havia ensinado que o senhor reconhece o outro enquanto escravo, e que este considerava a si mesmo apenas enquanto escravo. A reversão desta antinomia ocorreria quando o senhor é negado enquanto dominador e o escravo enquanto ser dominado. A superação hegeliana pressupõe portanto que o escravo se reconheça enquanto homem, colocando-se desta forma em pé de igualdade com o senhor. Estudando a problemática do negro, Fanon encontra, no interior da dialética dominador/dominado, um elemento subjetivo que dificulta a superação. Ao se identificar ao branco, o negro-escravo se reconhece enquanto ser alienado, obstruindo o movimento de superação inscrito na dialética hegeliana. A vontade de embranquecimento exprime esta

dimensão subjetiva que identifica o escravo ao senhor, acentuando a contradição entre uma ilusão subjetiva e uma realidade cruel, que a todo momento confirma a subalternidade do negro-escravo. O processo de reconhecimento se realiza assim de uma maneira patológica, pois o negro não percebe que para o branco ele é apenas um objeto entre outros tantos. O racismo é justamente este movimento de reificação do outro.

Mas a problemática racial possui ainda uma outra dimensão, a da negritude. Esta ideologia (no sentido positivo do termo) surge primeiramente como movimento literário no contexto das colônias negras francesas (Irele, 1965; Adotevi, 1972). Alguns intelectuais, entre os quais os mais representativos são Aimé Césaire (antigo professor de Fanon na escola secundária), León Damas (Guiana), Leopold Sédhor (Senegal), se reúnem nos anos 1940 em torno de um grupo de poetas, e pouco a pouco desenvolvem um conjunto de argumentos que orientam o debate sobre a problemática negra. Em 1947, Alioune Diop, escritor senegalês, funda a revista *Présence Africaine*, principal porta-voz da expressão negro-africana. Basicamente, os poetas da negritude querem descobrir no seio da cultura africana um fundo identitário comum que venha a se contrapor à dominação branca e ocidental. Trata-se portanto de um movimento de busca de raízes, exprimindo uma tomada de consciência do negro enquanto negro. Não obstante, como já observava Sartre, a negritude se define como um “antirracismo racista”, pois no combate à opressão branca acentua uma dimensão racializada do mundo negro. O movimento certamente espelha uma identidade própria, mas deve necessariamente postular a existência de uma essência negra, transcendental à realidade histórica. A ideologia da negritude se dedica assim a revelar o substrato ontológico de “todos” os homens de cor. Por isso a África torna-se o local privilegiado desta investigação filosófica, ela é o solo no qual se escondem as camadas geológicas de uma civilização autóctone, anterior ao contato com o Ocidente. Valoriza-se desta forma os elementos tribais, em oposição às organizações modernas, privilegia-se a história pré-colonial dos povos africanos, em detrimento do estudo político da situação colonial, concebe-se o sentimento estético e a força da religião como componentes básicos da personalidade negra, em sua essência antagonista à “frieza” do logos ocidental.

Fanon observa com interesse a emergência dessa ideologia que em Paris se forja diante de seus olhos. Ele guarda no entanto uma distância prudente em relação ao movimento. Desde o início percebe as ambiguidades que envolvem a negritude de *Présence Africaine*. Muito embora considere esse esforço uma forma de conscientização contra o racismo, sua apreciação não deixa de ser profundamente crítica. Na verdade, Fanon vê a negritude como uma etapa

necessária, mas insuficiente, da consciência negra. Sufocada pela opressão, essa fase se caracterizaria como o momento no qual o negro, culturalmente, se voltaria para suas próprias tradições. Estaríamos no “tempo das lembranças”, instante no qual a memória negra confrontaria a situação racista. O conceito de negritude aparece assim como a “antítese afetiva, se não lógica, deste insulto que o homem branco fazia à humanidade” (Fanon, 1961: 146). Substitui-se desta forma a ideologia do embranquecimento por outra na qual a superioridade da cultura europeia é negada incondicionalmente. A racialização das reinvenções (estéticas, políticas e culturais) recuperam dessa forma a dignidade negra. Fanon sublinha a importância desse movimento, que exprime os anseios de libertação nacional dos povos africanos. Mas ele permanece um crítico perspicaz da negritude¹⁰. Na verdade, essa ideologia postula a existência de uma comunidade homogênea de interesses, e em princípio transcenderia as condições sociais. Um negro senegalês, um negro americano ou um negro antilhano participariam da mesma “natureza”, cultura cujo foco irradiador seria a África. Fanon se recusa a aceitar este ponto de vista. Ele argumenta que as especificidades históricas, as lutas políticas revelam os antagonismos entre os negros, distanciando-se de uma pretensa essência ontológica. Por isso ele insiste sobre a impossibilidade de se criar uma comunidade de destino cultural para os diferentes povos e nações africanos¹¹. A unidade africana, caso fosse possível, deveria ser pensada em termos políticos, e não culturais, contrapondo-se assim ao imperialismo e à dominação estrangeira.

Pode-se entender por que Fanon se distancia dos poetas da negritude. Ele se incomoda com essa busca superlativa das raízes. Pois, como fazem alguns intelectuais, como Alioune Diop, a própria mudança social termina sendo vista com desconfiança, como se fosse incompatível com o “gênio” negro. A essência negra se definiria assim como sentimento puro, uma oposição às necessidades técnicas, qualidades consideradas atributos da sociedade ocidental. O negro é poeta, o branco técnico. Ao atribuir à civilização africana a primazia do sentimento, os pensadores da negritude aceitam, sem o ressentir, a própria distinção consagrada pela antropologia francesa na virada do século: a razão é branca, a alma é negra. Os teóricos da negritude se aproximam assim de Levy-Bruhl, para quem o primitivo se caracterizaria essencialmente como um homem místico e

10 Quando estuda a penetração da ideologia da negritude entre os negros das Antilhas ele diz: “Parece-me que os antilhanos, depois de viver o grande erro branco, estão agora vivendo a grande miragem negra” (Fanon, 1978).

11 Ver Fanon, 1961.

estético¹². Claro, a possibilidade que marca a mentalidade primitiva para Levy-Bruhl é invertida, o polo de referência ocidental cede lugar à preeminência do negro. Mas uma artimanha rouba-lhe o espaço simbolicamente conquistado, pois a ênfase na presença negra retira-lhe qualquer esperança de se expressar enquanto racionalidade. Afirmar que o branco é razão implica se conformar com a exclusão do negro do universo da ciência e da tecnologia (as bases materiais de expansão do capitalismo moderno). A ideologia da negritude retoma a dicotomia cristã entre corpo e alma, espírito e sentimento; atribuindo ao branco a razão, ela divide o ser humano em dois, impossibilitando a complementarização das partes que o constituem. Para Fanon, a existência de uma essência negra é inaceitável, pois o homem se define por sua unicidade. Neste sentido, não existem brancos ou negros, mas simplesmente o homem. Evidentemente, o racismo corresponde a um momento do processo de alienação, mas ele contém em seu bojo os germes de sua própria superação. Quando Sartre, no prefácio à antologia dos poetas negros, afirma que a negritude é um grito de libertação negra, Fanon responde: “Não, meu grito não é negro. Na perspectiva aqui adotada, não existe nenhum problema negro” (Fanon, 1952: 23).

O processo de politização

Fanon completa seus estudos médicos em 1951. Após trabalhar durante alguns anos na clínica de Saint Alban La Losère, em 1953 parte para Blida (Argélia), onde dirige o hospital psiquiátrico local. A mudança irá transformar-lhe a vida. Na Argélia ele entra em contato com o movimento de libertação, engajando-se na luta revolucionária. Devido a sua posição política, é expulso de Blida em 1957. Fanon parte então para a Tunísia, juntando-se aos militantes argelinos da Frente de Libertação Nacional. Ao lado do trabalho médico, desenvolvido no hospital psiquiátrico de Tunis, torna-se membro da equipe editorial de *El Moudjahid*, jornal que difunde as diretrizes políticas da FLN. O processo de politização tem implicações substantivas para seu pensamento. Os escritos desse período refletem o clima da guerra anticolonialista e em parte, mas não inteiramente, afastam-se das premissas fenomenológicas anteriores. Fanon aproxima-se do marxismo, e uma nova problemática emerge em seus textos: a questão nacional. O tema integra o “espírito da época”, pois os anos 1950 caracterizam-se sobretudo pela descolonização dos povos africanos e asiáticos. Dien-Bienphu e Bandung são datas-símbolo do declínio do colonialismo tradicional. A guerra

12 Ver Adotevi, 1972.

da Argélia insere-se dentro deste movimento mais amplo. O nacionalismo árabe não se circunscreve ao mundo argelino; outros países, como a Síria, a Tunísia, o Egito de Nasser, firmam-se como nações independentes diante das antigas metrópoles. Dentro deste quadro, a questão nacional adquire toda sua relevância.

É preciso porém situar a luta anticolonial. Ela não se dá sem contradições, seja em relação ao bloco soviético, seja à teoria marxista. Se Fanon aproxima-se do marxismo, é bem verdade que a assimilação de novas categorias, como a de imperialismo, faz-se no contexto de uma configuração socioeconômica particular. Por isso, sua relação com a esquerda francesa é conflituosa, pois seu pensamento, em contato com a realidade das sociedades periféricas, afasta-se de uma tradição que compreende a questão nacional em termos exclusivamente de classes sociais.

Maxime Rodinson observa com justeza a inexistência de uma “teoria” marxista da nação. Na verdade, as preocupações do marxismo, no que diz respeito à problemática nacional, vincularam-se sobretudo às considerações táticas requeridas nas diferentes fases do movimento proletário internacional¹³. Na medida em que a filosofia da práxis se apresenta como antiparticularista, a problemática nacional encontra-se subordinada aos objetivos mais amplos. Os escritos de Marx e Engels sobre o Estado moderno associam o conceito de classe nacional ao de classe dirigente, o que implica considerar a realidade das nações pelo prisma da ideologia dominante. A dificuldade torna-se ainda maior quando se observa que Marx e Engels tendem muitas vezes a compreender a situação colonial segundo a visão evolucionista em voga no século XIX. Neste sentido, a expansão dos valores burgueses é vista como um processo civilizatório¹⁴. Torna-se assim problemático entender o movimento de independência dos povos colonizados. A II Internacional retoma os debates em torno da questão nacional, porém, embora existam alguns marxistas que apontem para direções novas, originais (por exemplo Otto Bauer), a tônica da discussão permanece o internacionalismo, do qual Kautsky é o representante mais autorizado¹⁵. Somente com Lenin o problema do colonialismo e a questão nacional deixam de ser considerados em termos exclusivamente econômicos, ganhando uma dimensão política específica, a autodeterminação dos povos (Lenin, 1973). Entretanto, uma vez que a autodeterminação vincula-se às estratégias da política, a questão nacional passa a ser interpretada segundo os critérios de sua oportunidade e conveniência.

13 Ver Rodinson, 1975.

14 Ver Pinsky, 1976; Marx; Engels, 1976.

15 Consultar Marmora, 1978.

As posições do PCF refletem necessariamente as contradições da própria tradição marxista, assim como os princípios táticos que dominam o cenário comunista internacional. Predomina ainda, junto à esquerda francesa, devido às lutas recentes contra o nazismo, uma certa desconfiança em relação a qualquer tipo de nacionalismo. Tem-se assim um conjunto de elementos que impedem uma melhor compreensão da problemática nacional. Na verdade, teoricamente, a ideologia do PCF não se contrapõe à ideia da independência argelina. No entanto, a formação de uma Argélia livre, autônoma é vista em termos evolucionistas. Os comunistas acreditavam que a nação argelina estaria “em constituição”. Num futuro ainda incerto ela poderia se tornar uma realidade. Na prática, esse entendimento equivalia a uma oposição às diretrizes da FLN. Com efeito, os comunistas retomam o mito da Argélia francesa reinterpretao-o. Eles recuperam a antiga oposição entre colônia de povoamento e colônia de exploração elaborada por Kautsky. Dentro desta perspectiva, o conflito de classes superaria o antagonismo entre colonizador e colonizado¹⁶. A Argélia pode então ser considerada uma colônia de povoamento na qual a opressão unificaria, sob uma mesma bandeira, trabalhadores franceses e povo colonizado. A noção de argelino adquire portanto uma conotação abrangente: ela englobaria uma população de origem árabe e francesa explorada pela burguesia industrial. Associa-se desta forma o proletariado argelino ao proletariado europeu. Toda política do PCF consistia em alimentar um projeto de assimilação das raças que permitiria no futuro a afirmação da nação argelina.

Em contrapartida, a posição do partido socialista em relação à independência era ainda mais difícil. Minados por um sentimento nacionalista exacerbado, os socialistas procuravam a todo custo impor à Argélia uma estratégia de integração. Próximos da visão evolucionista do século XIX, acreditavam que a colonização trazia em seu bojo um “projeto de civilização”¹⁷. A guerra é dessa maneira vista como um problema interno do governo francês. Seria suficiente moralizar a política para que os excessos de violência colonial se esgotassem. Por isso, os socialistas se recusam a abandonar o projeto de colonização, sugerindo como solução aos problemas a criação de uma Argélia como unidade federativa vinculada à metrópole francesa.

A situação colonial

Para entender a realidade argelina, Fanon retoma de Sartre (1956) e de Balandier (1955) o conceito de situação colonial. Isto significa que a metrópole e a

16 Ver Kautsky, 1978.

17 Para uma autocrítica deste tipo de posição política ver Daniel, 1960.

colônia estariam envolvidas por uma totalidade social, transpassando a todos, colonizadores e colonizados. A dominação colonial manifesta-se assim em vários níveis, estendendo-se da vida ideológica à constituição da personalidade do homem colonizado. Essa totalidade formaria ainda um universo *sui generis*, específico. Sua primeira característica: a ausência de mediação. O mundo colonial é compartimentado e divide-se em partes excludentes. Por isso Fanon o qualifica como “aristotélico”, “maniqueísta”. Uma comparação com o mundo ocidental revela seu traço essencial:

Nos países capitalistas, entre o explorado e o poder se interpõe uma variedade de professores de moral, de conselheiros, de “desorientadores”. Nas regiões coloniais, pelo contrário, o policial e o soldado, por sua presença imediata, suas intervenções diretas e frequentes, mantêm o contato com o colonizado e o aconselham, a golpes de coroa e *napalm*, a não se mexer (Fanon, 1961: 8).

A citação pode ser interpretada em termos gramscianos; o colonialismo define-se pela ausência de uma sociedade civil articulada, e como tal caracteriza-se pela força e não pelo consenso. O embate entre colonizador e colonizado prescinde de qualquer mediação, manifesta-se diretamente. Não há zonas intermediárias para amortecer o conflito. Isso requer inclusive uma reorientação do diagnóstico da luta revolucionária. Dirá Fanon:

Nas colônias, a infraestrutura é igualmente superestrutura. A causa é a consequência: é-se rico porque branco, é-se branco porque rico. Por isso as análises marxistas devem sempre ser levemente modificadas cada vez que se aborda o problema colonial. Não são as usinas, nem as propriedades, nem as contas no banco que caracterizam a classe dirigente. A espécie dirigente é primeiramente aquela que vem de fora, aquela que não se assemelha aos autóctones, os outros (ibid.: 9).

A luta pela libertação deve pois se sustentar sobre forças sociais distintas daquelas analisadas por Marx. Não existe na colônia um operariado desenvolvido, todo o sistema econômico baseia-se na exploração de matérias-primas exportadas para o exterior. Por outro lado, a pequena parcela operária que trabalha nas zonas urbanas é vista como “privilegiada” em relação ao restante da população. A causa da revolução recruta seus adeptos fora da cidade, e se por acaso volta-se para os centros urbanos é junto ao lumpemproletariado que ela ganha forças. A revolução africana é a realização dos “condenados da terra”, dessa população deserdada que ocupa a posição mais ínfima na hierarquia social.

A temática da revolução introduz um aspecto central do pensamento de Fanon: a violência. O tema é em si polêmico. Envolve não apenas a compreensão de uma realidade específica mas nossas próprias posições morais. Por isso é necessário deixar claro sua perspectiva. Contrariamente a Sorel¹⁸, que pensa a violência como algo inerente à natureza humana, Fanon a considera um traço de determinada situação histórica. Ela é produzida socialmente e de forma alguma poderia ser associada a uma dimensão imanente ao homem. A violência decorre da própria dualidade da situação colonial na qual os opositores afrontam-se diretamente, sem mediações. Sua sedimentação gera uma agressividade que manifesta-se inclusive na atividade psíquica dos indivíduos. Como psiquiatra, Fanon dirá que “os sonhos dos indígenas são sonhos musculares, sonhos de ação, sonhos agressivos. Eu sonho que salto, nado, corro, subo em árvores... Durante a colonização, o colonizado não cessa de se liberar entre nove horas da noite e seis horas da manhã” (Fanon, 1961: 18). Devemos porém diferenciar, como o faz Marcuse, uma violência como defesa da vida e outra como agressão¹⁹. O movimento de libertação nacional é uma resposta à opressão. Dirá Fanon em linguagem newtoniana:

A violência do regime colonial e a contraviolência do colonizado se equilibram e se respondem numa homogeneidade recíproca extraordinária. O desenvolvimento da violência no seio do povo colonizado será proporcional à violência exercida pelo regime colonial contestado (ibid: 47) A intensidade da reação é igual e contrária à ação violentadora.

O processo de libertação se configura portanto como violento, ele realiza o que Fanon denomina “agressividade atmosférica”, sedimentada pela situação colonial. Entretanto, esta violência-resposta possui uma qualidade nova, ela não é pura violência. Fanon acredita que o movimento de libertação carrega em seu bojo o germe de uma “nova” espécie humana. Sua análise insere-se dentro da perspectiva hegeliana e revela um profundo humanismo, a crença de que o homem só pode se realizar enquanto liberdade. A violência do senhor oprime, mas, como ensina a dialética do senhor e do escravo, a resposta do escravo transcende e abole a sua própria condição de oprimido. A morte do colonizador é também a morte do escravo. Por isso a eliminação da violência só pode ocorrer com a superação do sistema colonial. Neste sentido, as lutas nacionais não

18 Ver Sorel, 1936. Para uma análise mais detalhada do papel da violência na obra de Fanon consultar Zahar, 1974.

19 Ver Marcuse, 1970.

dizem respeito apenas à política (a independência dos povos), elas consubstanciam uma etapa necessária da condição humana.

A questão nacional

Vimos como o conceito de situação colonial tem uma importância capital para o pensamento de Fanon. Entretanto, essa presença opressiva existe para ser negada. Isto significa que o mundo colonial só pode ser corretamente entendido quando contraposto a uma outra referência, a unidade nacional. A nação é a categoria através da qual se realiza sua superação. A independência configura dessa forma o processo de descolonização, a luta contra o colonialismo e, talvez mais importante ainda, a desalienação do próprio homem.

Evidentemente, um primeiro significado da categoria nação é de natureza sociopolítica. Libertação nacional quer dizer criação de um Estado argelino independente. A questão nacional insere-se assim no quadro dual do sistema colonialista. A realidade colonial apresenta-se em sua inteireza e contrasta em bloco com a dominação exterior. A nação argelina representa a polaridade antagônica à nação francesa. Dentro desta perspectiva, o mundo colonial é percebido como homogêneo, sem fissuras ou conflitos. Entretanto, uma leitura cuidadosa de *Os condenados da terra* revela algumas diferenças em relação aos escritos políticos anteriores. Escrito depois da guerra colonial, o livro introduz algumas preocupações que encontravam-se ausentes do pensamento de Fanon. O capítulo “Desaventuras da consciência nacional” aponta para novos rumos. Contrariamente à totalidade homogênea, postulada anteriormente pelo conceito de situação colonial, temos agora uma nação fragmentada fissurada por interesses díspares. Conflitos surgem entre burguesia nacional e massas populares, e as desavenças étnicas e religiosas parecem predominar. As manifestações anti-sudanesas no Congo, o racismo contra os senegaleses na Costa do Marfim, a discriminação contra os senegaleses no Congo mostram uma África dilacerada, permeada por contradições tribais. Os conflitos latentes, sufocados pela dominação colonial, emergem, mostrando toda a sua radicalidade e cruzeza. Sintomático, se a noção de situação colonial tinha permitido a Fanon diagnosticar com perspicácia os problemas de uma sociedade periférica, após a independência ele torna-se insuficiente para captar o processo de construção nacional. Por isso, em seus escritos começam a surgir conceitos oriundos da literatura marxista, em particular a ideia de burguesia nacional. No entanto, para Fanon essa burguesia possui unicamente um papel negativo. Ela seria apenas uma classe incapaz de conduzir organicamente o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Ele afirma:

A vocação da burguesia nacional autêntica nos países subdesenvolvidos seria de se negar enquanto burguesia, de se negar enquanto instrumento do capital para se tornar totalmente escrava do capital revolucionário que constitui o povo (ibid.: 96).

Para acrescentar logo em seguida: a burguesia trilha um caminho antinacional para se transformar “numa burguesia burguesa, estupidamente, cinicamente burguesa”. Mas poderia ser de outra forma? Seria plausível imaginar uma classe que se negasse enquanto tal? Não bastaria a ela aplicar a dialética do senhor e do escravo para lembrar que toda negação necessita de seu contrário?

Uma ambiguidade se introduz na análise proposta. Penso que ela decorre da própria ideia que Fanon alimenta em relação à construção nacional. Na verdade, o conceito de nação não é apenas político-social, ele possui um significado ontológico. A nação é para Fanon uma utopia. Talvez a influência de Sartre tenha acentuado essa dimensão de “projeto”, o que faz que a utopia nacional não coincida com a realidade nacional. Quando Fanon, por exemplo, afirma que a velha Argélia está morta, ele procura imediatamente vinculá-la ao nascimento de um novo homem:

As relações novas não são a substituição de uma barbárie por outra, de um esmagamento do homem por outro esmagamento do homem. O que nós argelinos queremos é descobrir o homem por trás do colonizador; este homem é ao mesmo tempo ordenador e vítima de um sistema que o havia sufocado e reduzido ao silêncio (Fanon, 1966).

Neste sentido, a superação da situação colonial reabilita inclusive o antigo opressor. Por isso, a questão nacional fundamenta-se na existência do homem em geral, contrapondo-se ao nacionalismo e ao chauvinismo. Enquanto totalidade indivisa, isto é, como utopia, ela é o projeto de realização de uma “outra” sociedade. Ao criticar a burguesia nacional Fanon observa: “A consciência nacional deveria ser a cristalização das aspirações mais íntimas do conjunto do povo, produto mais palpável da mobilização popular” (Fanon, 1961: 95). A citação, enunciada no condicional, é reveladora. Ela nos remete para um tempo futuro. Neste sentido, os conflitos entre classes e etnias não decorrem tanto da multiplicidade do real, mas sobretudo da inadequação entre utopia e realidade. Por isso Fanon pode imaginar a existência de uma burguesia que em princípio recusaria negar-se a si mesma. Ele denuncia o espírito chauvinista dessa burguesia, desmistifica sua política nacionalista de “africanização dos quadros”, combate sua ambição de poder, porém sua análise oscila entre o real e o utópico,

resolvendo-se apenas pela afirmação de um humanismo radical. O projeto se sobrepõe assim à realidade, reconduzindo Fanon às suas antigas preocupações sobre a autenticidade do homem. Seja ele negro ou colonizado, senhor ou escravo, sua realização como liberdade, seria uma promessa, uma esperança, uma abertura para um tempo futuro.

Referências

- ADOTEVI, Stanislas. *Negritude et negrologues*. Paris, 10/18, 1972.
- BALANDIER, Georges. *Sociologie actuelle de l'Afrique Noire*. 1. ed. Paris, PUF, 1955.
- BEAUVOIR, Simone. *Les forces des choses*. Paris, Gallimard, 1963.
- DANIEL, Jean. Socialisme et anticolonialisme. *Esprit*, n. 28, maio 1960.
- DOMENAC, Jean-Marie. Les damnés de la Terre. *L'Esprit*, v. 30, n. 3, março 1962; v. 30, n. 4, abril 1962.
- FANON, Frantz. *Peau noire masques blancs*. Paris, Seuil, 1952.
- FANON, Frantz. *Les damnés de la Terre*. Paris, Maspero, 1961.
- FANON, Frantz. *Sociologie d'une révolution*. Paris, Maspero, 1966.
- FANON, Frantz. Antilhais et Africains. In: *Pour la Révolution Africaine*. Paris, Maspero, 1978.
- HYPOLITE, Jean. *Genèse et structure de la phénoménologie de l'Esprit de Hegel*. Paris, 1946.
- IRELE, Abioa. Negritude and black cultural nationalism. *The Journal of Modern African Studies*, n. 33, 1965.
- KAUTSKY, Karl. Socialismo y política colonial. In: MARMORA, Leopoldo (Org.). *La Internacional y el problema nacional y colonial*. Mexico, Cuadernos Pasado y Presente, 1978.
- KOJÈVE, Alexandre. *Introduction à la lecture de Hegel*. Paris, 1946.
- LENIN, Vladimir. *Obras escogidas*. Buenos Aires, Cartago, 1973, t. III e VI.
- LUKÁCS, György. *Existencialismo ou marxismo?*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- MARCUSE, Herbert. The problems of violence and the radical opposition. In: *Five Lectures*. Boston, Beacon Press, 1970.
- MARMORA, Leopoldo (Org.). *La Internacional y el problema nacional y colonial*. Mexico, Cuadernos Pasado y Presente, 1978.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Marxisme et Algérie*. Paris, 10/18, 1976.
- PINKSY, Jaime (Org.). *Questão nacional e marxismo*. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- POSTER, Mark. *Existential marxism in Postwar France*. New Jersey, Princeton University Press, 1977.
- RODINSON, Maxime. El marxismo y la nación. In: *Sobre la cuestión nacional*. Barcelona, Anagrama, 1975.

SARTRE, Jean Paul. Le colonialisme est un système. *Les Temps Modernes*, n. 123, março-abril 1956.

SARTRE, Jean Paul. *L'être et le néant*. Paris, Gallimard, 1943.

SARTRE, Jean Paul. *Black Orpheus*. 1. ed. Paris, Présence Africaine, 1948.

SARTRE, Jean Paul. *Réflexions sur la question juive*. Paris, Gallimard, 1976.

SOREL, Georges. *Refléxions sur la violence*. Paris, Marcel Rivière, 1936.

ZAHAR, Renate. *Frantz Fanon: Colonialism and Alienation*. New York, Monthly Press, 1974.

Recebido em: 03/05/2014

Aprovado em: 06/06/2014

Como citar este artigo:

ORTIZ, Renato. Frantz Fanon: um itinerário político e intelectual. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 4, n. 2, jul-dez 2014, pp. 425-442.

A visão dos participantes de projetos sociais sobre o papel do Estado e das ONGs

Celi Scalon¹

Marcelo Castañeda²

Resumo: O artigo analisa a percepção e a opinião de um segmento específico que reflete uma miríade de posicionamentos assumidos por uma população que se configura como foco de projetos sociais desenvolvidos por ONGs na cidade do Rio de Janeiro. O objetivo é contribuir para a compreensão das percepções que estes participantes de projetos sociais têm sobre o papel que as ONGs e o Estado exercem no combate à desigualdade no Brasil, considerando a primeira década do século XXI³.

Palavras-chave: programas sociais; desigualdade; Estado; sociedade civil.

The perspective of social programs participants on the role of State and NGOs

Abstract: *The article analyses the perception and opinion of a specific segment that reflects a myriad of positions assumed by a population which constitutes the focus*

1 Departamento de Sociologia – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Pesquisadora do CNPq - Rio de Janeiro – Brasil – celiscalon@gmail.com

2 Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – Rio de Janeiro – Brasil – celocastaneda@gmail.com

3 Os autores agradecem a leitura cuidadosa e os comentários preciosos de Elisa Reis (IFCS/UFRJ); lembrando ainda que ela coordena o projeto “Estado, Mercado, e Sociedade Civil na Condução da Política Social”, que tornou possível a realização desta pesquisa. Agradecemos ainda a Pedro Paulo Oliveira, por ter participado da elaboração do roteiro e ter conduzido as dinâmicas dos grupos focais.

of social projects developed by NGOs in the city of Rio de Janeiro. The aim is to understand the perceptions these social projects participants have about the role that NGOs and the State play in fighting inequality in Brazil, considering the first decade of this century.

Keywords: *social programs; inequality; State; civil society.*

O trabalho de construção dos dados empíricos se fez por meio da metodologia de grupos focais, formados por homens e mulheres com idade entre 25 e 40 anos, moradores de favelas, subúrbios e periferias da cidade do Rio de Janeiro.

Como conclusão, observamos que prevalece a perspectiva de que o Estado é responsável pela superação das desigualdades; mas, ao mesmo tempo, existe uma grande insatisfação em relação a governos e políticos. Os sujeitos da pesquisa demonstraram não confiar nas instituições políticas, vistas como incapazes de levar adiante políticas públicas que são entendidas como soluções para os problemas sociais. Estas políticas passam pela qualidade da educação formal, que seria o caminho para a transformação social. Para eles, os projetos oferecidos pelas ONGs, em sua maioria cursos profissionalizantes, não conseguem, de fato, promover uma mudança significativa no *status* dos mais pobres. Apesar disso, avaliam positivamente os projetos sociais das ONGs, tendo em vista a ausência de ações do Estado nas áreas em que vivem.

1. Introdução

Para melhor situar este artigo, é importante fazer uma breve reflexão sobre o ator social e político considerado em nossa pesquisa: as ONGs. Embora o “sujeito” da pesquisa seja a população para a qual estão voltados os projetos sociais desenvolvidos por ONGs na cidade do Rio de Janeiro, o foco de nossa pesquisa é justamente a relação que eles estabelecem, a experiência que vivenciam e a percepção ou opinião que têm do papel das ONGs que atuam nas periferias da cidade.

Por esta razão, vale recuperar a história de institucionalização das organizações não governamentais no Brasil, chamando a atenção para sua pluralidade e para a construção desta categoria que carrega em si controvérsias e desafios.

As ONGs, categoria polissêmica que incorpora uma variedade de organizações da sociedade civil, que foram, ao longo das últimas três décadas, “adotando a forma jurídico-legal de entidades civis sem fins lucrativos e dedicando-se a uma ação no espaço público, podemos vê-las como fazendo parte do vasto e muitas vezes bem antigo universo de entidades privadas não empresariais

voltadas para atuar no campo das questões sociais no Brasil, onde circulam valores variados como a caridade, o altruísmo, a militância” (Landim, 1993).

Tomando como referência a extensa pesquisa realizada por Leilah Landim (1993), que é ainda uma das pioneiras no estudo deste campo, é possível reconhecer que as ONGs no Brasil tiveram sua origem nos Centros de Educação Popular, criados desde o fim da década de 1970. Os exilados políticos que retornaram com a Lei da Anistia em 1979 eram em grande parte as lideranças destas organizações e trouxeram consigo vínculos com organizações e fundações internacionais, que permitiram garantir financiamento para as organizações da sociedade civil recém-criadas no Brasil. Mas é no fim da década de 1980 que essas associações irão “afirmar-se como um corpo e adquirir reconhecimento social sob o nome de ‘Organização Não Governamental’, ou ‘ONG’” (Landim, 1993: 7). Contudo, é na década de 1990 que observamos a expansão e o fortalecimento das ONGs. Como chama a atenção Landim (1993: 8), “se pularmos no tempo até 1992 – mudada também, portanto, a conjuntura do país – o que se constata não é a superação das ONGs, mas sim um movimento oposto: esses mesmos agentes e organizações vêm se dedicando a afirmar sua institucionalização, construir uma identidade comum e uma atuação como corpo no campo político e social do país, buscando reconhecimento público e reivindicando para si o papel de protagonistas autônomos da cena” (Landim, 1993: 8).

No entanto, nosso objetivo com esta discussão não é retomar o processo que levou à transformação das entidades voltadas para o apoio e serviço a movimentos populares em ONGs, tendo em vista que esta reflexão está presente em inúmeros trabalhos sobre o tema. O que buscamos é chamar a atenção tanto para o dinamismo da construção de uma identidade em torno do conceito NGO, que parece estar sempre em disputa, como para a multiplicidade de ações e perfis institucionais englobados neste termo.

O que está no centro da discussão aqui não é a origem ou definição do conceito, mas sim sua compreensão pelos atores sociais para os quais muitas ONGs dedicam serviços, apoio ou assessoria.

Nesse sentido, estaríamos mais de acordo com o interesse de Reis na análise das ONGs quando afirma: “Não importa quais sejam as explicações para a origem das ONGs, e apesar de suas implicações ambíguas elas proliferaram a ponto de se tornarem uma realidade global. A meu ver, mais importante do que identificar a motivação por trás da proliferação de ONGs é explorar até que ponto elas podem ser vistas como respostas a uma percepção social alterada dos mecanismos básicos de organização societária” (2009: 79).

O presente artigo procura lançar luzes sobre esta percepção, mas tomando como base as perspectivas dos beneficiários de programas sobre o papel e o lugar das ONGs no Brasil contemporâneo e não dos agentes envolvidos na estrutura interna das ONGs. É evidente que a percepção da população estará marcada pela diversidade inerente às organizações agregadas sob a denominação ONG, que incorpora uma gama de associações que vão desde a filantropia em sua forma mais tradicional até aquelas que se dedicam à promoção da cidadania e à defesa de direitos. Embora, como salientam Reis e Koslinski (2009: 719), “As ONGs [tenham] procurado se distinguir associando suas práticas a um quadro mais amplo de transformação e promoção social. A criação da Associação Brasileira de ONGs (ABONG), em 1991, sinaliza claramente nessa direção”.

Antes de proceder à análise da pesquisa, seria importante chamar a atenção que a maioria das ONGs no país, em especial das que tiveram os sujeitos desta pesquisa, têm como proposta o combate às desigualdades e à pobreza.

O combate às desigualdades e à pobreza tem sido elemento central tanto nos programas sociais do governo como nas iniciativas de ONGs e do setor privado. Há o entendimento de que a construção de uma base para a superação das desigualdades precisa envolver parcela significativa da população, tanto na elaboração como na implementação de políticas que vão ao encontro dos interesses e necessidades dos agentes.

Justamente por sabermos muito pouco das percepções e avaliações da população em relação às iniciativas realizadas no âmbito das políticas e dos projetos sociais é que este artigo apresenta uma reflexão necessária.

A natureza multidimensional da desigualdade requer a combinação e a articulação de diferentes projetos, e muitas organizações da sociedade civil têm, progressivamente, ampliado sua participação na oferta de serviços à população. É o caso, por exemplo, de organizações que atuam em programas de educação alternativos, escolas comunitárias, programas de pré-vestibular para grupos específicos ou de ações básicas de saúde. O setor empresarial também reúne algumas ações voltadas para a criação de oportunidades, seja no campo da qualificação e requalificação profissional, seja através de outros programas voltados para a prestação de serviços comunitários.

Um passo importante para a agenda das políticas públicas é a avaliação e o monitoramento dos projetos e programas sociais, e acreditamos que parte fundamental neste processo é a avaliação que a própria população faz. Por causa desta lacuna, sabemos pouco sobre a história de fracassos e sucessos dessas medidas. A finalidade do presente trabalho é revelar pelo menos uma parte dessa história.

Partindo desta proposta, em 2008 realizamos dinâmicas de grupos focais com moradores de áreas periféricas e carentes do Rio de Janeiro com o objetivo de apreender suas percepções, opiniões e avaliações sobre projetos sociais levados a cabo por ONGs nesses territórios. Essa pesquisa estava inserida na agenda no projeto “Estado, mercado e sociedade civil na condução da política social”, realizado no âmbito do Núcleo de Estudos das Desigualdades (NIED/IFCS/UFRJ) e coordenado por Elisa Reis.

A pesquisa teve como base empírica a realização de quatro grupos focais que contavam com cerca de dez moradores de áreas carentes no Rio de Janeiro que haviam sido participantes de projetos oferecidos por ONGs; e dois grupos, também com cerca de dez indivíduos cada um, com potenciais participantes, ou seja, que buscaram projetos sociais mas acabaram não se inserindo neles. Os grupos focais eram formados por homens e mulheres com idade entre 25 e 40 anos moradores de territórios que usualmente são designados como favelas, subúrbios e periferias da região metropolitana do Rio de Janeiro

1.1 A pesquisa: metodologia e perfil dos participantes

Grupo focal é uma metodologia qualitativa que se baseia em perguntas e questões abertas. Os participantes não se conheciam previamente e a seleção considerou variáveis como sexo e idade, concentrando-se em pessoas oriundas dos estratos mais baixos da população, para os quais parecem estar voltados os principais projetos sociais. Por outro lado, não considerou os projetos aos quais os entrevistados estiveram vinculados, com o objetivo de obter a maior diversidade possível, o que foi constatado *a posteriori*⁴.

Uma das vantagens desta metodologia é permitir a análise da comunicação interpessoal, possibilitando a observação da interação entre os participantes, o que é importante para iluminar valores culturais e normas. Através da observação dos consensos, dissensos e diferentes tipos de narrativas, podemos identificar conhecimentos comuns compartilhados. Isso faz que seja uma técnica particularmente sensível às variáveis culturais (Kitzinger, 1995), bem como adequada para pesquisas que pretendem valorizar os comentários ou a linguagem dos participantes (Krueger; Casey, 2009).

Cabe mencionar brevemente o perfil destes participantes, destacando alguns aspectos que nos chamaram a atenção para além da idade e do sexo de nossos sujeitos de pesquisa. Um deles diz respeito à observação de que a maioria dos

4 A análise de conteúdo assinalou 38 organizações não governamentais mencionadas pelos participantes dos grupos focais durante as discussões realizadas. Não se justifica aqui denominar estas instituições.

projetos se realizava nas proximidades do local de moradia quando consideramos aqueles que participaram de projetos sociais; enquanto a maioria daqueles sujeitos que não participaram de projetos sociais, tendo-os procurado, residiam em um bairro distante do local do projeto.

Outro aspecto é que, entre as atividades desenvolvidas, os cursos⁵ de “qualificação profissional” predominaram. No entanto, havia casos de participantes e interessados em atividades culturais e esportivas na composição do que podemos entender como um repertório de projetos. Vale a pena destacar que esses projetos duraram de três a seis meses em média.

Um terceiro aspecto refere-se à contrapartida, presente na maioria dos casos analisados: de um lado, trata-se de um aporte financeiro, da organização para os participantes, como o pagamento de uma bolsa mensal⁶; de outro, inversamente, a contrapartida era uma contribuição financeira dada pelos participantes para a organização, com a finalidade de cobrir custos com material a ser utilizado nos cursos⁷.

Depois da realização dos grupos focais⁸, as discussões foram transcritas e, em uma etapa posterior, utilizamos a técnica de análise de conteúdo de tipo categorial (Bardin, 1977). Esta técnica consiste em um conjunto de métodos que permite conhecer as comunicações para além de seus significados imediatos. Este instrumento se caracteriza pela variedade das formas de aplicação e pelo alcance de sua utilização, compreendendo toda e qualquer comunicação humana, ou seja, tudo que é dito ou escrito.

Bardin (1977, p. 42) define a análise de conteúdo como um

conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Neste sentido, os discursos proferidos na dinâmica comunicacional dos grupos focais foram primeiramente codificados e depois categorizados⁹. No final deste

5 Na sessão 3.4 deste artigo apresentamos uma extensa lista de cursos que se refere à dimensão “natureza” destes projetos sociais.

6 Os valores ficavam entre R\$ 80 e R\$ 150,00.

7 O valor mencionado das taxas ficava entre R\$ 10,00 e R\$ 20,00.

8 Os grupos focais foram moderados por Pedro Paulo de Oliveira (professor adjunto do IFCS/UFRJ)

9 A codificação e a categorização foram realizadas com eficiência por Fernanda Araripe e Verônica Glória, bolsistas de iniciação científica vinculadas ao projeto “Desigualdade e Políticas Públicas”, depois de um treinamento adequado, coordenado por Marcelo Castañeda.

processo, contamos com 1.151 unidades de registro, nas quais se baseia a análise que apresentamos a seguir, inseridas em um universo de 47 unidades de contexto¹⁰.

Na análise do conteúdo, configurada pela pesquisa realizada, surgiram elementos que permitiram observar também as avaliações que estes participantes fazem dos projetos, expondo fatores que se relacionam com dimensões tais como adequação, natureza, eficácia e desenvolvimento dos projetos.

Portanto, este trabalho busca observar a percepção sobre o papel das ONGs e do Estado e suas respectivas atribuições, o que será explorado na seção 2. Além disso, visa a compreender a avaliação desses projetos partindo do ponto de vista dos participantes e interessados, constituindo a seção 3 deste artigo.

Com o aporte trazido por este último aspecto, o trabalho procura se posicionar como contribuição para a avaliação de projetos e programas sociais, bem como de políticas públicas, trazendo reflexões pouco usuais aos processos avaliatórios. Assim, nas considerações finais, apresentamos questões a fim de fomentar reflexões ainda pouco usuais no que diz respeito aos processos avaliatórios no contexto brasileiro.

2. Papéis na redução das desigualdades

A partir do momento em que a pobreza e as desigualdades passam a ser compreendidas como problema social e político, as ONGs entram na arena pública como atores capazes de enfrentar tais questões. Dessa forma, assinalamos que a década de 1990 registrou um intenso crescimento do número de ONGs¹¹ em atuação no Brasil. Embora a definição de ONG seja controversa, tomamos como base o que propõe Landim (2002, p. 238):

Grosso modo: organizações com razoável grau de independência em sua gestão e funcionamento, criadas voluntariamente, sem pretender caráter representativo e sem ter como móvel o lucro material, dedicadas a atividades ligadas a questões sociais, pretendendo a institucionalização, a qualificação do trabalho e a profissionalização de seus agentes, tendo a fórmula “projeto” como mediação

10 Bardin (1977: 104) define as unidades de registro como a “unidade de base” de uma análise de conteúdo. Assim, cabe entender que as unidades de contexto são definidas como “a unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registro) são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro” (Bardin, 1977: 107).

11 O crescimento das ONGs nas décadas de 1980 e 1990 fica evidente nos dados da pesquisa “As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil”, 2. ed. Rio de Janeiro, IBGE, 2004 (apud Koslinski, Reis, 2009). Do total de fundações privadas e associações sem fins lucrativos existentes em 2002, metade delas havia sido fundada no período de 1991 a 2000. O restante: 12% entre 2001 e 2002, 22% entre 1981 e 1990, 12% entre 1971 e 1980 e 4% antes de 1970.

para suas atividades, onde as relações internacionais – incluindo redes políticas e sociais e recursos financeiros – estão particularmente presentes.

Para fins analíticos consideramos que a sociedade civil se coloca entre a autoridade do Estado e os interesses do mercado, trazendo para este cenário a dimensão da solidariedade (Reis, 2009). Desse modo, as organizações da sociedade civil, ainda que assumam as mais diferentes formas, podem aparecer como elemento virtuoso nas complexas relações entre sociedade, Estado e mercado. Reis (p. 11) argumenta que

alguns veem estes novos atores como virtuosos, como um sinal positivo do fortalecimento da sociedade. Ao contrário, outros veem como uma face perversa do neoliberalismo que alivia o Estado de suas obrigações sociais, apela para a filantropia e converte direitos legítimos em doações de caridade.

Os papéis das diferentes esferas do Estado – federal, estadual e municipal – e das ONGs na redução das desigualdades no Brasil se vincula a um universo relacional entre estes dois pontos. Com a análise de conteúdo das discussões dos grupos focais, percebemos que estes atores tecem um entendimento das esferas do aparato estatal e das ONGs como pares de uma relação.

Neste sentido, eles não percebem as ONGs como respostas adequadas aos problemas sociais. Pelo contrário, a responsabilidade do Estado, em suas diferentes esferas, configura o aspecto mais destacado pelos participantes de projetos sociais, considerando o universo dos grupos focais pesquisados.

Neste ponto, vale a pena recuperar a perspectiva na qual a centralidade do Estado na América Latina se deve a um projeto de desenvolvimento econômico que foi o motor da aglutinação dos indivíduos e submeteu os interesses privados ou específicos de grupos da sociedade a um interesse comum, no caso o progresso. Segundo a autora:

Não obstante as acentuadas desigualdades que caracterizam as hierarquias sociais, políticas e econômicas na América Latina, o progresso da sociedade nacional sob a égide do Estado ofereceu os fundamentos ideológicos para a manutenção da sociedade (Reis, 1998: 119).

Em suma, formou-se uma espécie de “ideologia do consentimento”, que rejeita a lógica dos interesses privados como motor de solidariedade e coesão social e promove a formação de identidade coletiva em torno do Estado-nação. Dessa forma, submete a solidariedade social ou coletiva à autoridade do Estado. Assim, é possível compreender por que os participantes de projetos sociais depositam confiança e atribuem responsabilidade ao Estado.

Quem tinha que fazer este trabalho não era as ONGs. Esse trabalho já tinha que ter sido tomada uma iniciativa pelos governantes (Grupo P3, UC 11, UR 51)¹². Acho que tem que existir a ONG, não tô dizendo que não tem que existir, mas a gente deve fazer um movimento no qual a gente reconhecer que as ONGs só existem por falha das políticas públicas (Grupo P2, UC 5, UR 15).

Apesar de enxergarem a responsabilidade do Estado, esses participantes sinalizam para uma avaliação positiva dessas intervenções, o que será visto com mais nuances na seção seguinte deste artigo. Neste ponto, cabe ter em mente que eles entendem as ONGs e os projetos que essas organizações desenvolvem como “paliativos”¹³.

No entanto, mesmo não sendo vistos como “solução do problema”, esses projetos acabam por “ajudar” as pessoas que deles participam ou se beneficiam. Na visão deles, trata-se de um “grito de socorro da sociedade para o governo”, ainda que entendam que de “nada adianta” se os governos não fizerem a sua parte, em especial no que diz respeito à educação básica. Isto parece se refletir, por exemplo, na grande importância dada às experiências dos pré-vestibulares comunitários.

Não seria responsabilidade das ONGs na verdade. Seria responsabilidade do governo. Mas funciona, ajuda. É um paliativo, na verdade (Grupo P1, UC 8, UR 12).

O que vai combater os problemas sociais no país é a educação. Isso não tem a menor dúvida. Pode botar o salário a 5 mil reais, salário mínimo, que se o povo não tiver educação vai continuar a mesma coisa (Grupo P2, UC 5, UR 20).

No meu caso, digo que o Pré-Vestibular para Negros Carentes (PVNC) foi o divisor de águas na vida [...] A ideologia do PVNC é fazer com que o carente tenha acesso à faculdade. E o pessoal lá está conseguindo entrar (Grupo P3, UC 2, UR 16).

É importante salientar um aspecto que explica, ao menos em parte, esse aparente paradoxo, já que, de um lado, os participantes enxergam a responsabilidade do Estado em relação aos problemas sociais e, de outro, veem os projetos sociais desenvolvidos pelas ONGs como paliativos positivos. Trata-se de insatisfação e desconfiança em relação aos governos, em especial na

12 Cabe explicar como codificamos os seis grupos focais realizados. Assim, os quatro grupos realizados com pessoas que participaram de projetos sociais foram codificados como P1, P2, P3 e P4; enquanto os dois grupos com pessoas que procuraram, mas não participaram, receberam os códigos NP1 e NP2. Além disso, deixamos explícitas as unidades de registro (UR) e as unidades de contexto (UC), de onde cada citação selecionada para compor este artigo foi mencionada.

13 Os trechos em itálico correspondem às citações de falas dos participantes dos grupos focais.

identificação de interesses políticos envolvidos na realização desses projetos, mas também relacionadas com a “falta de estrutura” que o Estado brasileiro historicamente apresentou.

A maioria de projetos que tem na comunidade é pra promover questões políticas. O cara trabalha na eleição com outro cara da associação de uma ONG, aí o projeto ficava legal [...] Muda o governo o que acontece? Aquele trabalho não dá continuidade. É uma questão de interesse, não é uma questão de interação social por parte do governo (Grupo P3, UC 3, UR 13).

Igual o governador colocou, até o secretário de segurança coloca: a gente tá entrando no Complexo [do Alemão] porque as pessoas precisam conhecer o Estado [...]. Quando chegar no topo do morro aonde o Estado ainda não teria chegado. Agora, eu, morador da Penha [bairro do subúrbio do Rio], quero conhecer a secretaria de saúde, de educação, de cultura, do meio ambiente (Grupo P2, UC 4, UR 13).

A responsabilidade pelos problemas sociais surge como principal aspecto da análise de conteúdo dos grupos focais, seja naqueles realizados com participantes de projetos sociais, seja naqueles envolvendo pessoas que se interessaram mas não participaram de projetos. Esses sujeitos identificaram interesses políticos que estão em jogo nos contextos de desenvolvimento desses projetos. Uma espécie de lógica do “toma-lá-dá-cá”, mediante a ação de atores como deputados, vereadores, governadores e prefeitos, bem como associações de moradores.

Sempre próximo de ano de eleição, lá pra abril, maio, começava. Aí, estava indo muito bem, o cara não se elegeu, aliás, ele até se elegeu só que lá na região que eu moro ele teve uma votação muito baixa. Em uma semana o curso estava fechado (Grupo P4, UC 6, UR 4).

[um político] nunca chega lá, meus sobrinhos, “você trazem 1 real pro colégio...”. Eles não levam nada! E [o político em questão] ajuda em tudo, tudo e tudo [...] Faz um tempão que vejo ele se reelegendo (Grupo NP2, UC 2, UR 26 e 28).

Nesse sentido, os sujeitos pesquisados explicitam seu entendimento acerca de um “jogo de interesses” entre os diferentes atores envolvidos na execução de projetos sociais. Com isso, muitas vezes colocam em xeque o papel das associações de moradores como instrumentos de mobilização comunitária. Além disso, os participantes parecem estar mais interessados nos benefícios dos cursos e serviços “oferecidos” do que em estar “fazendo a coisa certa”.

Desta forma, no que se refere aos interesses, apenas uma pequena parte dos que participaram de projetos sociais assinala a necessidade de protesto e mobilização para fazer valer seus interesses frente ao Estado, à sociedade e ao mercado.

Não adianta só passar a mão por cima, tem que dá uma sacudida geral aí, a sociedade se mexer [...] Se for o caso fazer uma greve ou alguma coisa assim (Grupo P1, UC 8, UR 19).

Por fim, os sujeitos de pesquisa explicitam visões que sugerem que os projetos sociais são entendidos como oportunidades na medida em que “mostram outros caminhos” e possuem o que é visto por eles como um “lado social”, trazendo “benefícios” para as “comunidades”. Além disso, entendem que as ONGs conciliam, de um lado, uma “ajuda à sociedade” e, de outro, a possibilidade de obterem um “retorno lucrativo”, o que fica marcante quando eles assinalam certo “oportunismo” de algumas ONGs, que “só aparecem com a tragédia consumada”.

Uma questão que se coloca é se as ONGs alcançam os objetivos que se propõem, de acordo com a visão das pessoas para as quais são desenhados os projetos. Neste sentido, o trabalho busca assinalar o desenvolvimento desses projetos, enfatizando a relação entre os participantes e as ONGs, bem como seu grau de eficácia, segundo a opinião dos participantes, o que será apresentado na seção seguinte.

3. Avaliação dos projetos: o ponto de vista dos participantes

A aceitação do combate às desigualdades está diretamente ligada ao significado da igualdade em termos sociais, econômicos e culturais. Daí a importância de uma discussão mais profunda sobre os valores e percepções em relação às desigualdades sociais, tendo em vista que

é impossível entender os padrões de distribuição de uma sociedade sem cotejá-los com as noções de justiça e equidade que nela predominam; porque é através do código cultural que cada sociedade legitima ou deslegitima as noções de igualdade e desigualdade (Reis, 2006).

Nesse sentido, se reconhecemos que o sentido dado à igualdade é socialmente construído, devemos também reconhecer que políticas públicas que não levem em consideração os valores e os padrões de comportamento da sociedade são políticas destinadas ao fracasso (Scalon, 2010). Daí a enorme relevância de conhecer a percepção do público para o qual se destinam os programas sociais; na medida em que projetos que vão ao encontro dos valores e expectativas deste público podem ser mais bem-sucedidos em suas metas.

Na análise de conteúdo sobre a dinâmica dos grupos focais realizados, percebemos elementos que permitiram observar construtos que se referem às avaliações dos participantes sobre os projetos sociais. A seguir, apresentamos quatro subseções que procuram sintetizar estes fatores, relacionadas à adequação, à natureza, à eficácia e ao desenvolvimento dos projetos.

3.1. Adequação

O aspecto que chamou mais a atenção na dimensão adequação dos projetos diz respeito à ausência de diagnósticos para determinar prioridades de ação. As pessoas que participaram de projetos sociais destacam uma inadequação desses projetos, na medida em que as prioridades de cada contexto de intervenção são deixadas de lado por aqueles que a planejam e organizam. Cabe destacar que aparece com intensidade a ideia de que os potenciais participantes devem ser consultados, tanto na etapa de planejamento como na de implantação dos projetos sociais.

Porque antes de montar [o projeto] essa ONG não vai na comunidade e faz uma pesquisa? (Grupo P4, UC 7, UR 29).

“Quais os cursos que vocês gostariam?”, não precisa conviver com a comunidade inteira (Grupo P4, UC 7, UR 33).

Embora o conceito de ONG seja uma coisa voltada ao público, é lógico que tem casos e casos, não podemos generalizar, mas, de um modo geral, a sociedade civil não é ouvida adequadamente. Por exemplo, cursos são oferecidos nas comunidades como a Baixada Fluminense, Zona Oeste, sem haver um estudo prévio das necessidades daquela região (Grupo P1, UC 4, UR 5).

Essa inadequação parece se relacionar com o fato de que uma parcela expressiva desses participantes se inscrevem sem qualquer interesse nos cursos, muitas vezes estimulados tanto pelas contrapartidas oferecidas pelas ONGs, tais como bolsas e cestas básicas, como para ocupar seu tempo livre. Por outro lado, o interesse de se inscrever em função de uma possível oportunidade no mercado de trabalho aparece com menor frequência.

Você vai e faz o curso que tem vaga, entendeu? No meu caso foi assim. Queria fazer informática, só que não tinha vaga. Tinha de *telemarketing*, eu estava trabalhando pro vereador, sabe como é que é... (Grupo P1, UC 5, UR 5).
Desperta não só a consciência daquele que tá participando. Tô indo lá fazer o curso, eu posso chegar a algum lugar. Posso fazer um curso, conseguir um emprego. Posso elevar o meu padrão de vida um pouco estudando cada vez mais (Grupo P2, UC 4, UR 5).

De uma forma geral, a análise de conteúdo também sugere uma falta de interesse das pessoas, que parece ter uma relação com a ausência de uma consulta prévia ao público para o qual estes projetos sociais estão voltados.

A falta de interesse é muito grande. Até porque hoje em dia a oportunidade é maior. Se a gente olhar um pouquinho pra trás, tudo tinha que ser no dinheiro. Tudo era mais difícil, hoje não, eu acredito que esteja mais fácil. A pessoa só não agarra se não quiser (Grupo P3, UC 2, UR 20).

3.2. Natureza

Os participantes dos projetos sociais citam com facilidade os cursos que fizeram, entre os quais a análise de conteúdo identificou os seguintes, que traduzem uma variedade de ações: informática, *telemarketing*, digitador, pré-vestibular, supletivos, história e cultura negra, teatro, cenografia, cinema, música, canto, voz, circo, grafite, percussão, artesanato, pintura, estamparia, cozinheiro, copeira, confeitiro, doceiro, alimentos vivos, cabeleireiro, manicure, montagem de festas infantis, reciclagem, marceneiro, refrigeração, agente ambiental, educação ambiental, cuidador de idosos, harmonia dental.

No entanto, a maioria desses participantes demonstra dificuldades para descrever a natureza do projeto, um aspecto abordado marginalmente. Dessa forma, apenas uma pequena parte dos que participaram das discussões dos grupos focais conseguia descrever os objetivos, as concepções e as propostas que estavam em jogo nos cursos dos quais participavam.

Neste sentido, chamamos a atenção para outra pequena parte destes participantes que se mostra capaz de assinalar criticamente que as ONGs estão mais preocupadas em “jogar mão de obra no mercado de trabalho”, bem como que o aprendizado destas “novas profissões” acaba por manter o *status quo*.

3.3. Eficácia

Considerando o contexto de ausência de oportunidades em que se realizaram os projetos pesquisados, a avaliação da eficácia, em geral, é mais positiva do que negativa. No entanto, o sentido desse “positivo” parece ser muito genérico, sendo traduzido por termos e expressões sintéticas que conduzem a esta nossa impressão, sem maiores elaborações discursivas, tais como “interessante”, “satisfeito”, “a maioria se conscientiza”, “mudou um pouco a vida”, “fez a diferença”, “dá resultado”, “válido”, “ótimo”, “mudou a visão de mundo”, “muda *status* dentro da sociedade” e “gostou”.

As declarações mais específicas sobre os aspectos positivos aparecem relacionadas com a possibilidade de ajudar a evitar um envolvimento com o tráfico de drogas¹⁴, que se configurava como um problema em grande parte dos contextos em que estas pessoas atuaram como participantes de projetos sociais. Os grupos que organizavam o tráfico de drogas em muitas das localidades que serviram como pano de fundo para a realização de projetos sociais aparecem recorrentemente na análise de conteúdo. Assim, os participantes assinalam as restrições impostas pelas organizações criminosas sobre os projetos realizados em sua área de influência.

Por outro lado, no que tange às avaliações negativas acerca da eficácia, estas se concentram em pontos como a falta de preparo de quem ensina nos cursos oferecidos pelos projetos sociais e a não concretização da mudança prometida ou almejada.

3.4. Desenvolvimento

A descrição de processos é o aspecto mais relevante percebido na análise de conteúdo empreendida sobre as dinâmicas dos grupos focais realizados. Além de processos de divulgação e inscrição, os participantes referenciam sua chegada ao projeto social, deixando claro que nem sempre havia seleção, e quando esta acontecia os critérios invariavelmente não eram explicitados. Assim, havia certa facilidade para indicações de pessoas pertencentes a redes de sociabilidade dos agentes que estavam em posições de selecionar ou dispensar os interessados em participar.

A conclusão dos projetos e o recebimento de certificados são outros dois processos que chamam a atenção pela baixa intensidade com que aparecem nos discursos proferidos, caracterizando quase uma ausência. Isto tendo em vista que a maioria dos projetos sociais analisados se destinava à qualificação profissional por meio de cursos.

Agora estamos esperando os certificados (Grupo P1, UC 4, UR 18).

Nós começamos no básico, depois era Excel, Word, PowerPoint e tal. Nós começamos com 60 [pessoas], na 2ª fase, 35, e a última etapa era montagem e desmontagem de computador. Essa não teve, porque tinha que ter um certo número de pessoas... (Grupo P3, UC 2, UR 23).

14 Cabe destacar que o processo de implantação de Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs — por parte do governo do estado a partir de 2008 pode ter alterado as configurações de algumas destas localidades nas quais o tráfico era um elemento ativo, tendo em vista que estes grupos focais foram realizados no final de 2007.

Um aspecto relacionado ao desenvolvimento dos projetos sociais diz respeito aos diferentes atores que os apoiam. Aqui, há certo destaque para as empresas, ainda que também tenham sido mencionados os governos, as próprias ONGs, as Igrejas e estruturas locais, como as associações de moradores.

Um ponto que faz refletir sobre as estruturas que se configuram durante o desenvolvimento dos projetos sociais pesquisados está relacionado ao contato com a coordenação das ONGs envolvidas. Neste sentido, não basta simplesmente conhecer os coordenadores dos projetos ou mesmo das ONGs, o que até ocorre com frequência. De acordo com os participantes, esse contato indica a existência de conflitos, bem como uma reduzida possibilidade de diálogo, no sentido de ouvir as sugestões dos participantes. Dessa forma, parece que apenas uma pequena parcela das organizações se mostra aberta para incorporar as visões e demandas dos participantes de projetos.

Tinha direito a não ter direito (Grupo P1, UC 4, UR 12).

Não é que era do contra, é porque tive opinião. Na época que eram os psicólogos, pedagogos, enfim, que eles tinham que achar que tinha que ser do jeito que eles queriam. Tenho o meu modo de pensar, tenho a minha cultura, tenho o meu conhecimento (Grupo P3, UC 6, UR 3).

Por fim, cabe ressaltar que os participantes percebem o desvio de recursos como principal problema para o desenvolvimento desses projetos. Além disso, apontam dificuldades no que tange à estruturação de projetos de forma endógena, ou seja, cuja concepção seja construída nas – e a partir das demandas das – próprias localidades. Este aspecto chama a atenção para casos considerados por eles bem-sucedidos, tais como os pré-vestibulares comunitários e organizações como o Afroreggae.

4. Considerações finais

A realização deste estudo permitiu chegar a algumas conclusões sobre os processos de elaboração, implementação e desenvolvimento de projetos sociais a cargo das ONGs no Brasil. No entanto, acabou por incorporar mais questões do que certezas, uma vez que é um tipo de análise inovadora no campo da avaliação de políticas, já que buscou se basear na percepção e na opinião da população que é o foco dessas mesmas políticas.

Entre nossas conclusões destaca-se a importância que o Estado adquire na perspectiva dos participantes de projetos sociais, sendo invariavelmente apontado como principal responsável pelas políticas de combate e superação das

desigualdades. Este dado não é novo. Como mostra, por exemplo, o *survey* nacional sobre desigualdades, realizado no início desta década, 62% dos brasileiros apontavam o governo como responsável pela diminuição das desigualdades (Scalon, 2006). Neste artigo apontamos que as ONGs são vistas como “paliativos” que, se não são a resposta adequada para a solução dos problemas sociais, constituem ao menos uma “ajuda”.

Mas, se por um lado é no Estado que os brasileiros depositam suas esperanças como principal ator na superação das desigualdades, por outro persiste uma grande desconfiança e insatisfação em relação aos governos e aos políticos. Os participantes dos grupos focais apontaram o interesse político, mudanças no governo e falta de estrutura do Estado como principais problemas encontrados para a manutenção de alguns projetos sociais nos quais estavam engajados.

Neste sentido, encontramos aqui um dilema: os participantes de projetos sociais atribuem ao governo o papel de principal ator no combate à desigualdade mas, ao mesmo tempo, não confiam nas instituições políticas, vistas como corruptas ou incapazes de levar adiante políticas públicas que são entendidas por eles como real solução para os problemas sociais.

Fica expresso em diversas formulações tecidas pelos participantes que a educação formal é o caminho para ascensão e mudança social. Além disso, os cursos profissionalizantes que são oferecidos pelas ONGs não conseguem, de fato, promover uma mudança significativa no *status* dos participantes.

Apesar de serem avaliados positivamente, por desenvolverem projetos sociais em contextos nos quais o campo de possibilidades é restrito no que diz respeito às oportunidades de mobilidade social ascendente¹⁵, uma parte dos participantes indica que as ONGs estão mais preocupadas em “jogar mão de obra no mercado de trabalho” e que o aprendizado destas “novas profissões” acaba por manter o *status quo*.

Outra questão relevante diz respeito ao desenvolvimento dos projetos. É frequente a indicação de que vários projetos ficaram inconclusos, seja por sua pura e simples interrupção, seja pelo não fornecimento de certificados de conclusão. Este problema é, muitas vezes, atribuído ao desvio de recursos destinados aos projetos ou à falta de interesse dos políticos que, em alguns casos, não foram eleitos.

Outro aspecto do desenvolvimento dos projetos que é destacado tem relação com a falta de espaço para dialogar com as coordenações dos projetos. Embora os participantes conheçam as ONGs e, em alguns casos, até mesmo os coordenadores envolvidos nos projetos, eles assinalam a ausência de canais de

comunicação com essas instituições. Essa situação pode intensificar a desconfiança dos participantes, que denotam a existência de corrupção.

Fica claro na análise dos grupos focais que a ausência de consulta ao público para o qual se destinam os projetos constitui um problema que tem reflexos no sucesso dos programas de combate às desigualdades. Essa situação revela a falta de diagnósticos, o que impede o estabelecimento de prioridades a partir das demandas do público para o qual estas iniciativas estão voltadas.

É frequente a menção de que os projetos e programas sociais oferecidos não vão ao encontro dos interesses dos participantes e que, em muitos casos, as pessoas se engajam neles sem interesse na finalidade do projeto, mas levadas apenas pelas contrapartidas ofertadas. Como consequência disso, é possível apontar o desinteresse, o desconhecimento em relação à natureza do projeto, a inadequação dos projetos em relação às expectativas dos participantes, bem como a desconfiança em relação ao uso dos recursos pelas ONGs.

Esta análise acaba por levantar mais questões do que oferecer respostas, na medida em que é uma primeira tentativa no sentido de compreender os projetos e programas sociais a partir da avaliação de seus participantes ou beneficiários. Essa é, certamente, uma lacuna a ser preenchida no campo das avaliações de políticas. Desse modo, é fundamental relacionar algumas questões que surgiram a partir deste estudo.

A primeira delas é para quem as ONGs são *accountable*, uma vez que os participantes não têm conhecimento da natureza dos projetos, não participam de seu desenvolvimento e tampouco têm informação sobre a utilização dos recursos. Essa situação cria um ambiente de desconfiança e suspeitas de corrupção.

A segunda diz respeito ao efeito que a participação em projetos desenvolvidos por ONGs pode ter sobre a participação associativa e o aumento das capacidades dos indivíduos¹⁶. Em outras palavras, essa experiência aumentaria as esferas e possibilidades de participação dos beneficiários?

Para finalizar, é importante destacar que entendemos que os participantes desses projetos sociais, que constituem o universo pesquisado, desempenham um papel crítico e ativo, animando a possibilidade de que novas pesquisas baseadas na percepção deles sejam “desenhadas”. Esta perspectiva apresenta amplas possibilidades de compreender melhor os processos de implantação das políticas públicas em um contexto de democracia recente, como é o caso brasileiro. Além disso, apresenta possibilidades de configuração de profícuos instrumentos de avaliação, tão caros atualmente ao desenvolvimento dessas políticas no que

16 Utilizamos aqui o conceito de capacidades (*capabilities*) tal como é sugerido em Sem, 2001.

diz respeito tanto a sua natureza e sua adequação quanto ao sentido e à direção que assumem depois de implantadas, bem como à eficácia das ações previstas.

Referências

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70, 1977.
- IBGE. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro, IBGE, 2004.
- KITZINGER, J. Introducing focus groups. *British Medical Journal*, v. 311, 1995, p. 299-302.
- KOSLINSKI, M. C.; REIS, E. Transnational and Domestic Relations of NGOs in Brazil. *World Development*, 37(3), 2009, p. 714-725.
- KRUEGER, R. A.; CASEY, M. A. *Focus groups: a practical guide for applied research*. California, Sage, 2009.
- LANDIM, L. *A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome*. Tese de doutorado, PPGAS/UFRJ, 1993.
- LANDIM, L. “Experiência militante”: Histórias das assim chamadas ONGs. *Lusotopie*, 2002/1, p. 215-239.
- REIS, E. *Processos e escolhas: estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro, ContraCapa, 1998.
- REIS, E. *A desigualdade na visão da elite e do povo brasileiro*. In: SCALON, C. *Imagens da desigualdade*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2006.
- REIS, E. *New ways of relating authority and solidarity: theoretical and empirical explorations*. In: DENIS, A.; KALEKIN-FISHMAN, D. (Ed.). *The ISA Handbook in Contemporary Sociology*. London, Sage, 2009.
- SCALON, C. *Imagens da desigualdade*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2006.
- SCALON, C. *Ensaio de estratificação*. Belo Horizonte, Argumentum, 2009.
- SCALON, C. *Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate*. *Contemporânea*, n. 1, 2011, p. 49-68.
- SEN, A. *Desigualdade reexaminada*. São Paulo, Record, 2001.

Recebido em: 05/04/2014

Aprovado em: 29/05/2014

Como citar este artigo:

SCALON, Celi; CASTAÑEDA, Marcelo. A visão dos participantes de projetos sociais sobre o papel do Estado e das ONGs. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 4, n. 2, jul-dez 2014, pp. 443-460.

A imigração espanhola no interior paulista: inferências a partir de um estudo de caso

Oswaldo Truzzi¹

Rogério da Palma²

Resumo: Na sociologia histórica das migrações para São Paulo os espanhóis ocupam um lugar peculiar. Embora constituam um grupo manifestamente numeroso, unanimemente reconhecido, ao lado de portugueses e italianos, como protagonista principal das migrações em massa no panorama paulista, sua presença é frequentemente qualificada como invisível. O presente artigo aponta e discute as razões da invisibilidade dos espanhóis no estado a partir do caso de São Carlos.

Palavras-chave: imigração espanhola; (in)visibilidade; interior paulista; mobilidade.

Spaniard immigration to the paulista interior: inferences based on a case study

Abstract: *In the historical sociology of immigration to São Paulo, Spaniards keep a peculiar place. Together with Portuguese and Italians, Spaniards constituted one of the most numerically significant groups that came to São Paulo in the era of mass migration. Nonetheless, their presence is often qualified as invisible. Taking a case study (the city of São Carlos) this article explores and discusses the reasons for the invisibility of the group.*

1 Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - Pesquisador do CNPq - São Carlos - Brasil - truzzi@ufscar.br

2 Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - Bolsista FAPESP - São Carlos - Brasil - rog.cs@hotmail.com

Keywords: *Spanish immigration; (in)visibility; provinces of São Paulo; mobility.*

1. Introdução

Na sociologia histórica das migrações para São Paulo, os espanhóis ocupam um lugar peculiar. Embora constituam um grupo manifestamente numeroso, unanimemente reconhecido, ao lado de portugueses e italianos, como protagonista principal das migrações em massa no panorama paulista, sua presença é frequentemente qualificada como invisível (Nascimento, 2002; Cánovas, 2009; Klein, 1994). Há ainda pouca produção acadêmica sobre o grupo e, na maior parte das vezes, os trabalhos qualificados sobre esse numeroso contingente tomam como contexto a capital paulista (Martínez, 1999; Cánovas, 2009; Peres, 2003), em um cenário em que as contribuições de Oliveira (2002), Cánovas (2005), D'Ávila (2004) e Dias (2010) figuram como exceção. O objetivo deste artigo é focalizar a imigração espanhola a partir do caso de São Carlos, um município localizado no centro do estado de São Paulo, tomando-o como pretexto para discutir justamente a visibilidade tida como bastante problemática associada ao grupo. De um ponto de vista metodológico, estudos de caso servem para testar e levantar hipóteses sobre um determinado fenômeno ou realidade social, e é precisamente isto o que se pretende aqui.

O texto se estrutura da seguinte forma. Em primeiro lugar, discute-se o problema da (in)visibilidade de um grupo migratório a partir de uma perspectiva sociológica. Em segundo lugar, contextualiza-se brevemente o município de São Carlos no contexto da economia cafeeira paulista. Em seguida, aponta-se a inserção dos espanhóis no município, tomando como fontes primárias, sobretudo, um censo municipal realizado em 1907, ao lado de registros paroquiais de casamento colhidos entre o último quartel do século XIX e 1930. Por fim, procura-se apontar e discutir as razões da invisibilidade dos espanhóis a partir do caso de São Carlos.

2. A imigração como problema sociológico

Foi no início do século XX que as migrações internacionais tornaram-se objeto de reflexão sistemática para a sociologia. Levados a refletir acerca da crescente onda de europeus que chegava aos Estados Unidos, sociólogos desse país passaram a considerar a imigração como um tema específico para estudo. A obra pioneira dentro dessa abordagem, *The Polish Peasant in Europe and America*, de Thomas e Znaniecki (1918), influenciou fortemente as análises sociológicas posteriores sobre imigração, especialmente por inaugurar novos métodos de pesquisa e usos de fontes nas ciências sociais e por se concentrar em delinear

as causas e consequências da migração de uma nacionalidade em particular. A imigração se torna, nesse sentido, um conjunto de acontecimentos que, mesmo conectado com mudanças mais gerais, configura aspectos peculiares. Influenciados pela obra de Thomas e Znaniecki, os estudos realizados no âmbito na Escola de Chicago desenvolveram uma série de categorias, como aculturação, adaptação e assimilação, para tentar explicar a inserção de diversos grupos de imigrantes na sociedade norte-americana, como pode ser observado, entre outras produções, nas coletâneas organizadas por Hirschman, Kasinitz e DeWind (1999) e por Thernstrom, Orlov e Handlin (1980). Esse interesse da sociologia norte-americana pelas imigrações refletia, na verdade, as preocupações políticas acerca desse mesmo fenômeno. Tanto é que as pesquisas geralmente focalizavam questões como desagregação social, quebra de laços familiares, formação de guetos e o envolvimento dos imigrantes na criminalidade. Todos esses fatores eram vistos, em maior ou menor grau, como tensões e problemas que os fluxos imigracionistas estavam trazendo para a sociedade norte-americana. O enfoque, nesse sentido, recaía quase sempre nas nacionalidades que enfrentavam conflitos étnicos mais visíveis nos Estados Unidos, como italianos, irlandeses e poloneses.

Após a Segunda Guerra Mundial, as tensões políticas causadas pelos movimentos migratórios, que se expandiram para diversas partes do globo, tornaram-se ainda mais evidentes. O grande fluxo de trabalhadores advindos de ex-colônias da África e do Caribe rumo à Europa colocou em xeque as narrativas que sustentavam as identidades nacionais de vários países localizados nesse continente. Nações que portavam uma autoimagem de povos brancos e cristãos passaram a receber um grande contingente de negros e muçulmanos, tendo como consequência o fortalecimento de discursos discriminatórios contra os recém-chegados. Os Estados Unidos, por sua vez, não ficaram imunes a esses novos deslocamentos populacionais. Pelo contrário. Eles receberam grandes quantidades de imigrantes durante praticamente toda a segunda metade do século XX, sobretudo de países latino-americanos e asiáticos. O estabelecimento de políticas restricionistas por parte dos governos norte-americanos, que visavam a limitar cada vez mais a entrada de estrangeiros, oscilou durante esse período³, porém

3 “Segundo Rossana Rocha Reis, há, de forma simplificada, quatro grandes períodos da história americana no que concerne aos imigrantes: um período que vai até aproximadamente a Primeira Guerra Mundial, em que vigorou a crença do nacionalismo cívico baseado na concepção da nação como um *melting pot*, posteriormente em uma ascensão do nativismo e restrição à imigração baseada em critérios raciais e religiosos, o que chega até a década de 1960, quando uma política associada aos interesses da luta contra o comunismo cria uma política mais liberal e baseada em direitos, até que, após os ataques de 11 de setembro de 2001, passa a vigorar um contexto marcado pela retórica da segurança” (Miskolci, 2007: 215).

elas sempre se pautaram pela construção de grupos “indesejáveis”. No campo da sociologia, uma série de pesquisas foi produzida, com destaque para os mais diversos fluxos migratórios, mas especialmente para aqueles que trouxeram novos conflitos para a dinâmica social dos países receptores. Foi nessa direção que a migração de latino-americanos, a maioria entre aqueles que migravam em situação irregular, ganhou destaque na produção sociológica norte-americana do pós-guerra até fins da década de 1990, cedendo espaço para a migração de muçulmanos após os atentados de 11 de setembro de 2001. Na Europa, as pesquisas se concentraram, devido aos motivos já expostos, nos impactos da vinda de africanos, sobretudo de africanos que professavam o Islã (Lincoln, 1994; Fetzer; Soper, 2005; Cesari, 2003; Nielsen, 2004). Isso sem contar os estudos que fizeram uso do conceito de diáspora para enfatizar a especificidade da história de deslocamentos presente na construção de determinadas identidades étnico-raciais, as quais possuem como ponto em comum o fato de terem sido subalternizadas em variados contextos (Hall, 2003; Gilroy, 2001).

Qualquer pesquisador, ao definir seu objeto de pesquisa, realiza uma escolha pautada por temas que são considerados relevantes de acordo com consensos politicamente construídos, seja dentro do seu campo científico ou do contexto social mais amplo do qual ele faz parte. As análises sociológicas acerca das migrações internacionais parecem acompanhar, nesse sentido, o grau de tensão que determinados grupos trouxeram para a ordem social e política dos países em que se inseriram. O destaque dado pela bibliografia a algumas trajetórias específicas parece estar correlacionado com as maneiras através das quais elas foram (re) dimensionadas na opinião pública da sociedade receptora. Sendo assim, pode-se dizer que certos fluxos migratórios receberam, no que se refere às pesquisas sociológicas e históricas, mais atenção devido à *visibilidade* (seja ela positiva ou negativa) por eles alcançada. De modo contrário, a experiência de determinados grupos de imigrantes não despertou igual interesse entre os pesquisadores, sendo ela muitas vezes tida como *invisível*. Esse último parece ser o caso dos espanhóis que chegaram ao interior paulista durante o início do século XX.

3. O contexto: São Carlos na economia cafeeira paulista

Emancipado em 1857⁴, São Carlos tornou-se um importante e representativo município da economia cafeeira que se expandiu pelo oeste do estado de São Paulo a partir das últimas décadas do século XIX. Seu rápido desenvolvimento foi atestado poucos

4 Até então, as terras que constituíram o município de São Carlos pertenciam ao município (mais antigo) de Araraquara.

anos depois, em 1865, quando a Assembleia Provincial elevou-o à categoria de vila, e por um recenseamento realizado em 1874, quando o município somou 7 mil habitantes, o que já constituía dois terços da população de Araraquara, de quem fora distrito. Desta população, a grande maioria residia na zona rural, e os escravos perfaziam um quarto de seu total. Em 1884, devido a iniciativas da elite agrária local, a ferrovia chegou à região e tornou-se um poderoso incentivo para a expansão das plantações. Na primeira década do século XX, a produção cafeeira do município atingiu seu ápice, quando foram colhidas 2,2 milhões de arrobas do produto em 1906. Já nas duas décadas seguintes, a média anual da produção cafeeira se retraiu para se estabilizar em torno de 1,2 e 0,9 milhão de arrobas, respectivamente (Truzzi, 2000: 82).

Embora São Carlos contasse com uma força de trabalho originalmente composta de escravos negros, dos anos 1880 em diante o município começou a receber um número substancial de imigrantes europeus para trabalhar nas plantações de café e nas atividades urbanas sustentadas por tal economia. Significativamente, em 1894 São Carlos recebeu o maior contingente de imigrantes em toda a economia cafeeira do interior paulista.

Entre 1886 e 1907 a população de São Carlos mais que duplicou e sua composição racial mudou radicalmente. Em 1886, entre seus 16.014 habitantes, 37% foram identificados como negros ou pardos, enquanto em 1907 os negros e mulatos não ultrapassavam um oitavo da população da cidade. Fundamentalmente, tal mudança se deveu à chegada de imigrantes europeus, que em 1886 somavam quase 13% de toda a população, enquanto em 1907 representavam quase 40% (Truzzi; Bassanezi, 2009).

Entre os imigrantes estrangeiros, os italianos eram de longe a maioria, mas em segundo lugar vinham os espanhóis, logo seguidos pelos portugueses, conforme ilustram os dados populacionais da Tabela 1 para os anos de 1907, 1920 e 1934.

Tabela 1 - População segundo a nacionalidade, 1907, 1920 e 1934

	Brasileiros	Italianos	Espanhóis	Portugueses	Alemães	“Turcos”	Outros	Total
1907	23375 (60,5)	11339 (29,3)	1670 (4,3)	1631 (4,2)	209 (0,5)	114 (0,3)	304 (0,8)	38642 (100)
1920	40894 (75,4)	8235 (15,2)	2141 (3,9)	1948 (3,6)	202 (0,4)	212 (0,4)	593 (1,1)	54225 (100)
1934	44724 (86,6)	4185 (8,1)	1109 (2,1)	950 (1,8)	119 (0,2)	150 (0,3)	383 (0,7)	51620 (100)

Fonte: RECENSEAMENTO de São Carlos de 1907 (manuscrito); BRASIL (1926); SÃO PAULO (1936).

Nota: Percentuais entre parênteses. O total corresponde a menos de 100% devido aos arredondamentos.

A distribuição da população indica que os brasileiros representavam 60% da população total em 1907, 75% em 1920 e 87% em 1934. No entanto, vale ressaltar que dentro do grupo brasileiro as crianças nascidas de pais estrangeiros foram contadas como cidadãos brasileiros, de acordo com a política de *jus soli*⁵. Quanto à temporalidade das chegadas, vale ressaltar que os alemães, embora pouco numerosos, foram os primeiros estrangeiros a chegar na região, dada a proximidade com Rio Claro e Limeira, municípios pioneiros na recepção desses imigrantes. Em seguida vieram os italianos, cujas entradas foram muito abundantes até o início do século XX, quando então essa corrente migratória foi numericamente superada pelo fluxo de espanhóis.

Quando, em 1902, o governo italiano proibiu a imigração subsidiada, o fluxo de espanhóis para o município tornou-se o mais volumoso: de fato, entre 1903 e 1920 saíram da Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo para São Carlos 5.932 espanhóis, 4.145 italianos e 2.302 portugueses. No ano de 1913, o município receberia da Hospedaria mais de mil espanhóis, o maior contingente de sua história (Truzzi, 2000: 58). Isto significa que a maioria dos espanhóis chegou a São Carlos já em uma fase declinante da economia cafeeira local.

Tal qual o governo italiano havia procedido em 1902, o governo espanhol, ao tomar ciência das duras condições de trabalho nas fazendas paulistas, também proibiu a emigração de espanhóis com passagens pagas ao Brasil em 1910. Dois anos depois, também tornou ilegais as atividades dos *ganchos*⁶. Contudo, dada a facilidade de os andaluzes alcançarem o porto de Gibraltar (e, de modo similar, de os galegos alcançarem o porto de Leixões, em Portugal), a emigração espanhola permaneceu volumosa, atizada pela facilidade das passagens gratuitas, até pelo menos o final dos anos 1920.

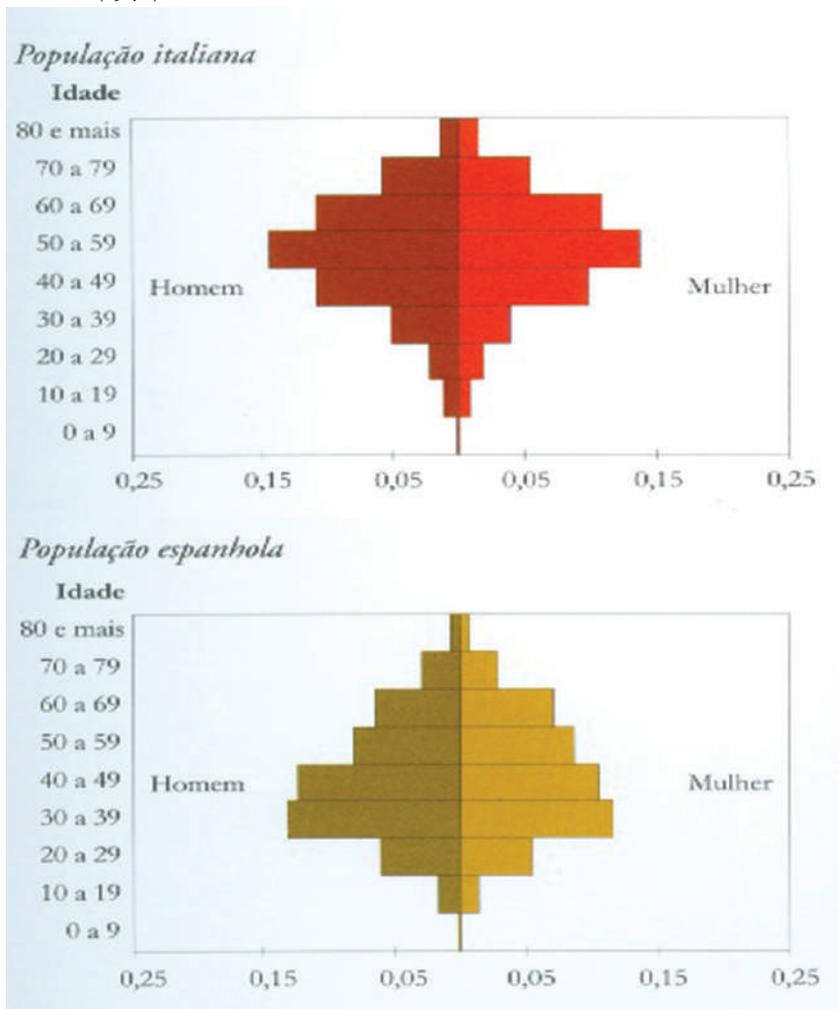
Cabe aqui observar que a imigração subsidiada constituiu o diferencial crucial que explica o deslocamento em massa dos espanhóis ao Brasil, já que espontaneamente o fluxo se dirigia majoritariamente a Argentina e Cuba, países com raízes históricas e culturais mais próximas. Klein, por exemplo, apurou que dos 102.800 espanhóis que passaram pela Hospedaria em São Paulo entre 1910 e 1915 apenas 15% haviam pago suas passagens, numa flagrante evidência de quão importante era o transporte subsidiado para o grupo (Klein, 1994: 36).

5 Termo latino, também conhecido como cidadania por direito de nascimento, que indica um direito pelo qual a nacionalidade, ou a cidadania, pode ser reconhecida para qualquer indivíduo nascido no território de um Estado. *Jus soli* contrasta com *jus sanguinis* (direito de sangue). *Jus soli* foi o princípio de direito à nacionalidade utilizado pelos países que receberam grande número de imigrantes, a fim de estabelecer laços permanentes entre estes novos cidadãos e o território em que residiam.

6 Emissários enviados às províncias com o objetivo de recrutar mão de obra.

De qualquer modo, para nossos propósitos, considerando-se a variável anterioridade da chegada, pode-se afirmar que em relação aos italianos os espanhóis constituíram uma imigração tardia não apenas na capital como na maior parte do interior paulista, excetuando-se as zonas mais a oeste do estado. É o que sugere a comparação entre as pirâmides etárias dos dois grupos em 1940, onde se nota o envelhecimento mais nítido dos italianos em todo o estado.

Figura 1 - Pirâmides etárias da população italiana e espanhola no estado de S. Paulo (1940)



(fonte: Bassanezi, Scott, Bacellar e Truzzi, 2008)

Tomo o caso de São Carlos como exemplo, considerando tanto o ápice da absorção relativa de imigrantes estrangeiros ao município (que ocorreu por volta de 1894) quanto o ápice da produção cafeeira do município (que ocorreu por volta de 1906). Ambas as datas precederam o ano de maior entrada de espanhóis no município, que ocorreu, como já se observou, em 1913. No entanto, tal fenômeno ocorreu não apenas no caso de São Carlos, mas no da maioria dos municípios servidos pelas Companhias Paulista e Mogiana.

No eixo de Ribeirão Preto, por exemplo, município cuja produção cafeeira na última década do século XIX tornou-se o exemplo maior de riqueza, os espanhóis também chegaram com certo atraso em relação aos italianos: entre os requerentes a lotes no núcleo colonial Antonio Prado em 1894, apenas oito espanhóis o fizeram, enquanto os italianos somaram 96. Estes dominaram amplamente o fluxo migratório até o ano de 1905, quando pela primeira vez os espanhóis os suplantaram (Furlanetto, 2008: 55).

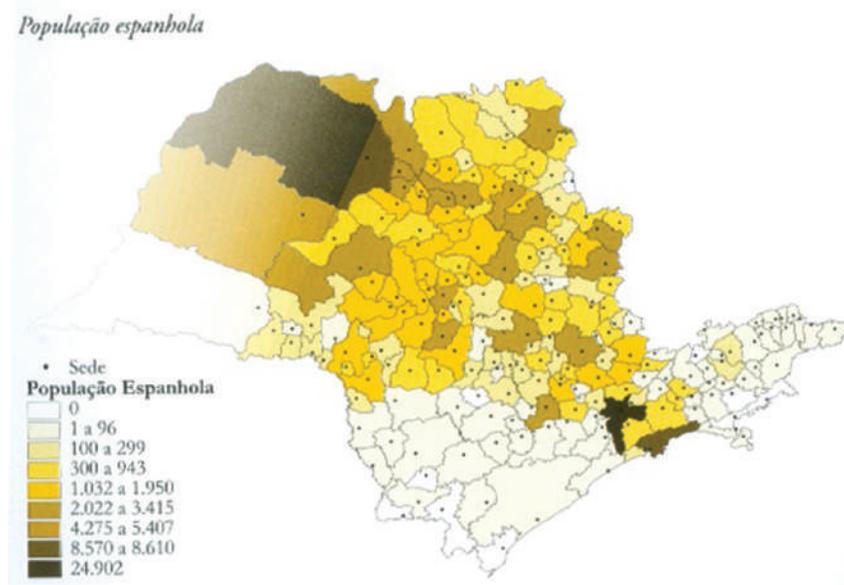
Por causa disso, os espanhóis foram atraídos para regiões mais a oeste do estado. De fato, tomando-se por base o censo de 1920, “os italianos, por serem maioria entre os imigrantes, predominavam na maior parte dos municípios [...] enquanto os] espanhóis, embora em proporções menores, constituíam-se no principal grupo em Sorocaba e em três municípios de criação mais recente no norte e oeste do estado: São José do Rio Preto, Catanduva e Piraju” (Bassanezi; Scott; Bacellar; Truzzi, 2008: 52). A menção a Sorocaba explica-se pelo desenvolvimento específico neste município da indústria têxtil, que de fato atraiu contingentes de espanhóis que se inseriram, a par de outros grupos, não apenas no setor, mas também como fornecedores de produtos agrícolas à região (Oliveira, 2002). O mesmo parece ter ocorrido em Franca, onde o desenvolvimento da indústria calçadista local também atraiu e potencializou a mobilidade de um contingente expressivo de espanhóis, mesmo que numericamente inferior ao de italianos (Dias, 2010).

Os mapas a seguir indicam a concentração da população espanhola no estado em 1920 e 1940. Descontando-se a capital e o município de Santos, pode-se facilmente perceber a maior concentração do grupo em áreas localizadas mais a oeste do território paulista.

Por outro lado, é claro que municípios do interior mais próximos à capital também receberam espanhóis, mas estes já chegaram relativamente “atrasados” se comparados a italianos e se inseriram muitas vezes nestes municípios em uma fase já declinante da economia cafeeira local (Milliet, 1982).

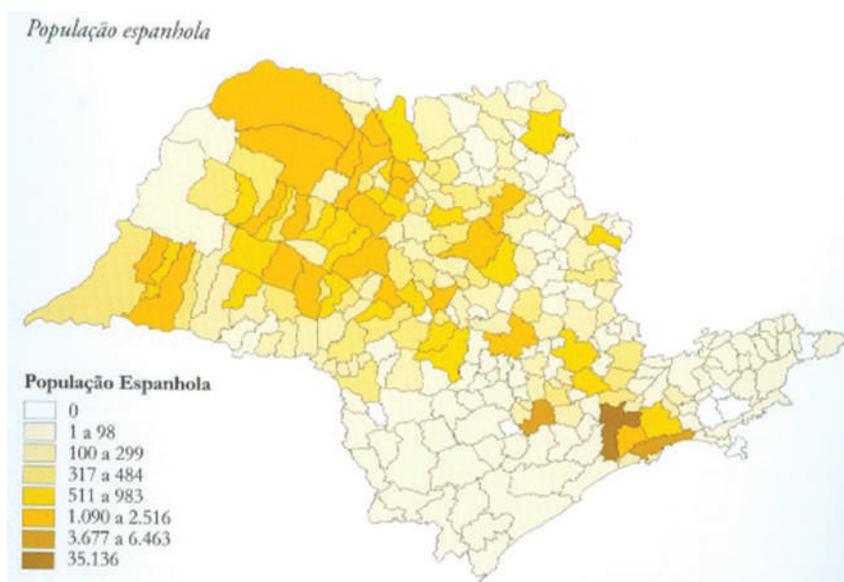
A comparação com os italianos é a mais oportuna porque tanto espanhóis quanto italianos empregaram-se massivamente como colonos, ocupando a

Figura 2 - População espanhola no estado de S. Paulo, 1920



(fonte: Bassanezi, Scott, Bacellar e Truzzi, 2008)

Figura 3 - População espanhola no estado de S. Paulo, 1940



(fonte: Bassanezi, Scott, Bacellar e Truzzi, 2008)

maior parte das posições no regime de colonato paulista, enquanto uma parcela considerável de portugueses já apresentou um perfil de inserção mais urbano (Matos, 2013). Note-se, porém, que mesmo no contexto das áreas mais a oeste do estado, nas quais provavelmente se registra a chegada concomitante de espanhóis e de italianos, estes levaram certa vantagem em relação aos primeiros porque muitas famílias italianas chegaram a essas áreas recém-abertas já relativamente capitalizadas, trazendo pecúlios acumulados em áreas de lavouras mais antigas do estado (como a Mogiana e a Paulista), enquanto a maior parte dos espanhóis era composta por famílias recém-chegadas ao Brasil.

4. A inserção dos espanhóis em São Carlos e inferências para o estado

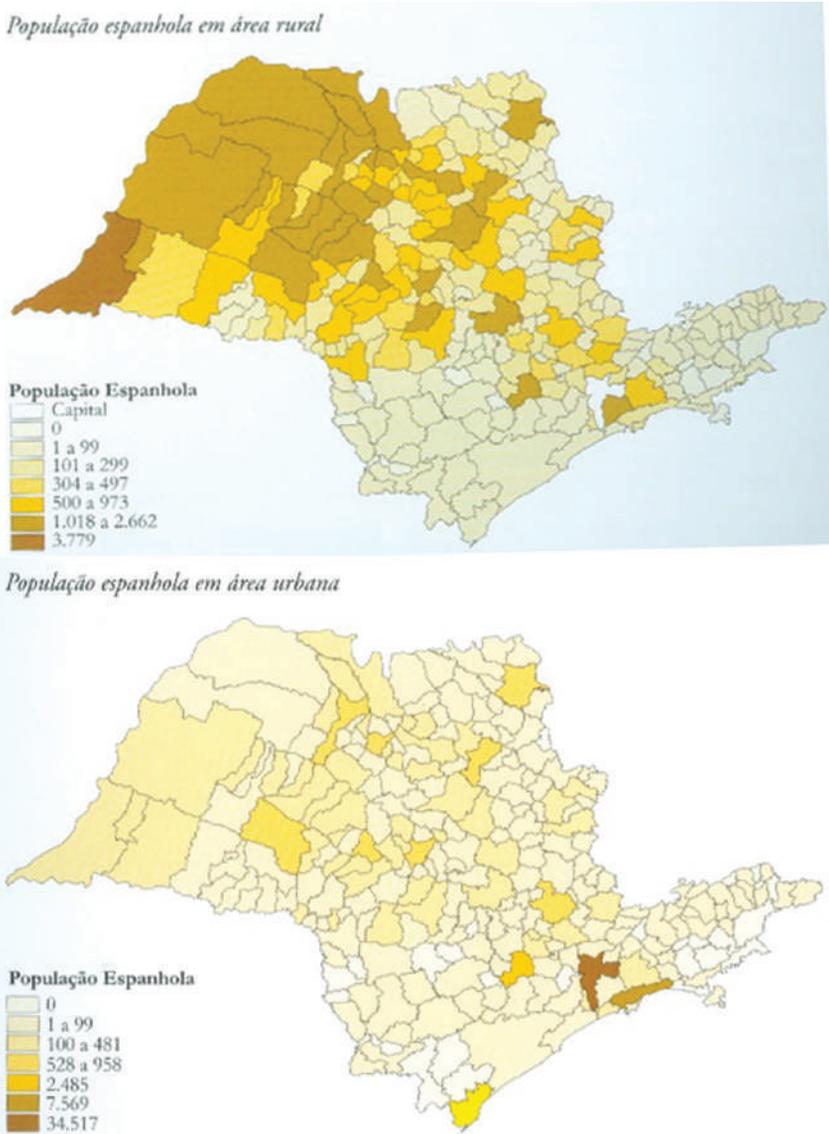
Por meio do caso de São Carlos pode-se aprofundar outros aspectos que de algum modo contribuíram para a relativa invisibilidade dos espanhóis no contexto da imigração paulista. Observando-se a distribuição da população no município em 1907, nota-se que os espanhóis eram os mais rurais, pois de cada oito indivíduos sete habitavam esse meio. Tudo indica que tal comportamento se manteve como padrão ao longo das décadas seguintes. De fato, em 1934 (quando o estado de São Paulo realizou o primeiro censo que distinguia habitantes de áreas urbanas de habitantes de áreas rurais), 58,1% dos espanhóis ainda permaneciam nas áreas rurais, ao passo que para italianos e portugueses estas cifras eram menores, de 51,4% e 29,5%, respectivamente⁷.

Assim, “comparando-se com os italianos, portugueses e alemães, os espanhóis eram os que mais se caracterizavam como trabalhadores agrícolas (na condição de colono ou de pequeno proprietário), dando preferência às áreas de ocupação mais recentes na época, onde as oportunidades de acesso à terra eram mais amplas [...]. Pelo menos até 1930, eles preferiram concentrar-se mais em municípios do interior” (Bassanezi; Scott; Bacellar; Truzzi, 2008: 62).

A concentração dos espanhóis no longínquo oeste paulista não passou despercebida ao historiador Alfredo Ellis Jr., que nos anos 1930 escreveu: “Sem a docilidade do italiano, o hespanhol prefere os sertões, as terras novas, as mattas virgens, onde pode trabalhar por conta própria e onde está livre da truculência dos administradores, dos feitores intolerantes e dos próprios companheiros sem solidariedade [...] As zonas novas, a Araraquarense e mais ainda a Noroeste e a Alta Sorocabana, estão sendo saturadas dessa gente donairoso, toda reunida no mosaico da pequena propriedade, onde exploram a polycultura, desde o café,

7 Os japoneses, cujo fluxo foi mais tardio, eram o único grupo com maior percentual de domicílios nas zonas rurais.

Figura 4 - Distribuição rural e urbana da população espanhola (SP, 1934)



(fonte: Bassanezi, Scott, Bacellar e Truzzi, 2008)

cuja produção esperam pacientes, até a quitanda meúda que vendem nas cidades da redondeza” (Ellis Jr., 1934).

Outra característica marcante do grupo revelada pelo censo de 1907 em São Carlos diz respeito à forte presença familiar, que se traduziu em uma razão de sexo mais equilibrada em relação a outros grupos. Ambos os dados se coadunam com os observados para todo o estado. De fato, os dados apurados pelo

Censo de 1907 em São Carlos indicam uma razão de sexo de 1,09 para o grupo (1,19 e 1,54 para italianos e portugueses, respectivamente), enquanto entre os imigrantes desembarcados em Santos entre 1908 e 1936 os espanhóis apresentavam um índice de 1,46 (1,83 e 2,12 para italianos e portugueses, respectivamente). Neste mesmo universo, os espanhóis conformaram o grupo com o menor percentual de indivíduos que chegaram sozinhos (18%, comparados a 42% e 53% para italianos e portugueses respectivamente) e com o maior percentual de menores de 12 anos (20%, comparados a 14% e 12% para italianos e portugueses, respectivamente). Trata-se, portanto, de um fluxo eminentemente composto pelo deslocamento de famílias inteiras, atestado pela razão de sexo mais equilibrada, pela abundância de crianças e pela pouca expressão numérica dos indivíduos que aqui chegaram sozinhos.

O forte analfabetismo também caracterizou o grupo: em São Carlos, menos de um quarto (24%) dos espanhóis tinha capacidade de ler em 1907 (comparados a 32% e 30% para italianos e portugueses, respectivamente), ao passo que estas mesmas cifras assumiam os valores de 35%, 48% e 68%, respectivamente, entre os imigrantes destas mesmas nacionalidades desembarcados em Santos entre 1908 e 1936.

No tocante às ocupações, importa assinalar que o grosso (91%) dos indivíduos maiores de 12 anos residentes no meio rural, na São Carlos de 1907, era composto por colonos. (971 colonos, 40 camaradas, 15 lavradores, 9 negociantes, 7 ferroviários, 6 administradores, 5 carroceiros e 2 empregados em um total de 1.055 aí domiciliados); ao passo que o diminuto contingente residente no meio urbano era composto por apenas 21 lavradores, 18 camaradas, 15 negociantes, 11 ferroviários, 10 empregados, 3 criados, 3 costureiras e 3 lavadeiras, totalizando apenas 84 indivíduos.

Analisando-se os padrões conjugais vigentes entre os espanhóis em São Carlos no período entre 1890 e 1930, observa-se uma menor tendência endogâmica quando comparada à de italianos. Tal situação é confirmada pela maior disposição dos espanhóis (sempre em relação aos italianos) em se casar com portugueses e pela menor “rejeição” ao casamento com brasileiros e brasileiras (Truzzi, 2012).

Outro dado interessante que os registros paroquiais de casamento entre espanhóis em São Carlos revelam diz respeito às origens regionais e provinciais do grupo. De um universo de 533 cônjuges cujas origens puderam ser identificadas, 64% deles são andaluzes (as províncias de Granada, Almeria e Málaga contribuem com 90% desta origem regional), 8% são galegos, 7% provêm de Múrcia, 6% das Ilhas Canárias e 5% de Castela e Leão. A significativa presença de andaluzes entre os espanhóis em São Carlos se coaduna com as observações

de Martínez: “Tratava-se de famílias de recursos muito escassos, em geral da Andaluzia Oriental, onde qualquer crise na agricultura – desde epidemias nas plantações de oliveira e videira até secas ou chuvas de granizo – provocava a expulsão dos menos favorecidos [...] Isso explica os sucessos dos *ganchos*, já que era fácil encontrar lavradores pobres de míseras e desafortunadas regiões da Espanha ou em que a organização da propriedade ou do trabalho lhes era mais adversa: Almería, Jaen, Granada, Málaga” (Martínez, 1999: 244-245).

Cabe ressaltar, mais uma vez, que todos estes dados aplicam-se a um grupo cuja esmagadora maioria (92%) era composta por famílias de colonos que trabalhavam nas fazendas cafeeiras do município⁸. Fora do regime de colono, entre os estratos melhor posicionados, aqui também cabe observar a menor proporção de espanhóis que poderiam constituir uma classe média rural composta por lavradores⁹, administradores, empreiteiros e negociantes (apenas 2%, contra 9% e 11%, respectivamente, para italianos e portugueses).

Evidentemente tal perfil ocupacional acabou ecoando no acanhado acesso dos espanhóis às propriedades rurais no município. Em 1923, os espanhóis contribuíam com mísero 0,1% do total dos impostos recolhidos sobre a produção cafeeira local, enquanto os italianos e portugueses o faziam na razão de 15% e 6%, respectivamente. Mais tarde, em 1940, os espanhóis detinham apenas 1,2% do valor das propriedades rurais no município, enquanto italianos e portugueses eram responsáveis por 15% e 5%, respectivamente.

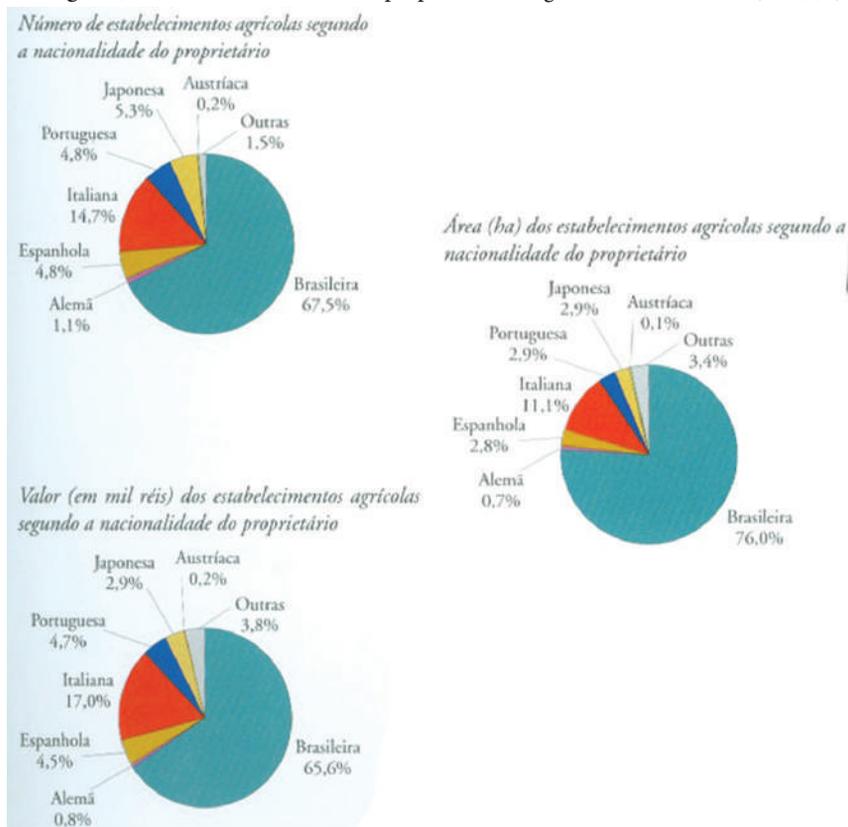
No estado como um todo, o acesso à propriedade rural entre espanhóis foi semelhante, como se pode observar pela Figura 5. Note-se que em 1934 os japoneses, mesmo tendo chegado a São Paulo mais tardiamente que os espanhóis, já ultrapassavam estes no tocante ao número e à área de propriedades adquiridas. A Figura 6 confirma a localização das propriedades pertencentes aos espanhóis em áreas mais a oeste do estado.

No meio urbano, entre as ocupações mais qualificadas da colônia espanhola de São Carlos em 1907, não constam nenhum médico, advogado ou engenheiro, apenas quatro administradores, dois industriais e um diretor. Ao incluirmos comerciantes, funcionários públicos e ocupantes de cargos de direção na ferrovia e nas fazendas, o número, ainda bastante modesto, sobe para 26 indivíduos (no caso de italianos e portugueses, 244 e 60, respectivamente).

8 Entre italianos e portugueses, esta cifra é significativamente menor: 75% e 67%, respectivamente.

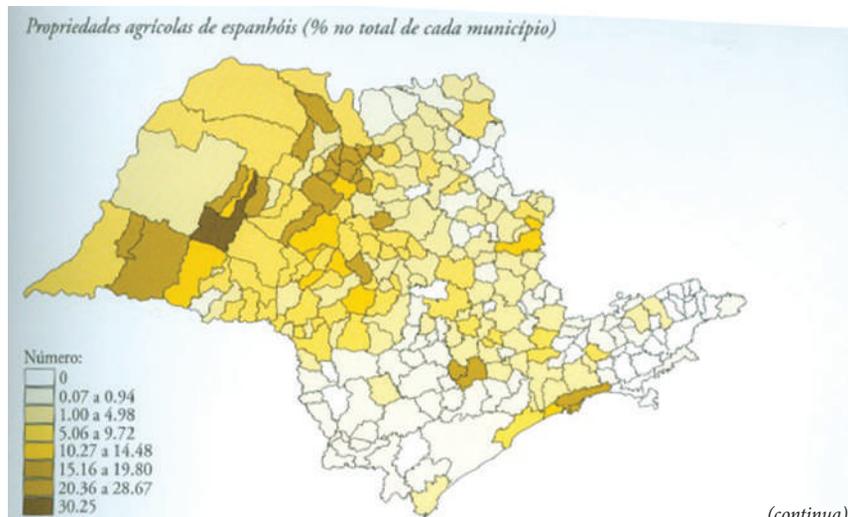
9 Embora a categoria ocupacional de lavrador não signifique necessariamente que o indivíduo é detentor da propriedade rural, ela é mais abrangente que a de colono e compreende todos os indivíduos responsáveis por decisões envolvendo o cultivo de terras, “quer seja por sua conta e por suas mãos, quer seja por conta de outrem a quem pague, seja, enfim, como proprietário ou rendeiro” (Barbosa, 1943: 51).

Figura 5 - Número, valor e área de propriedades, segundo nacionalidade (SP, 1934)



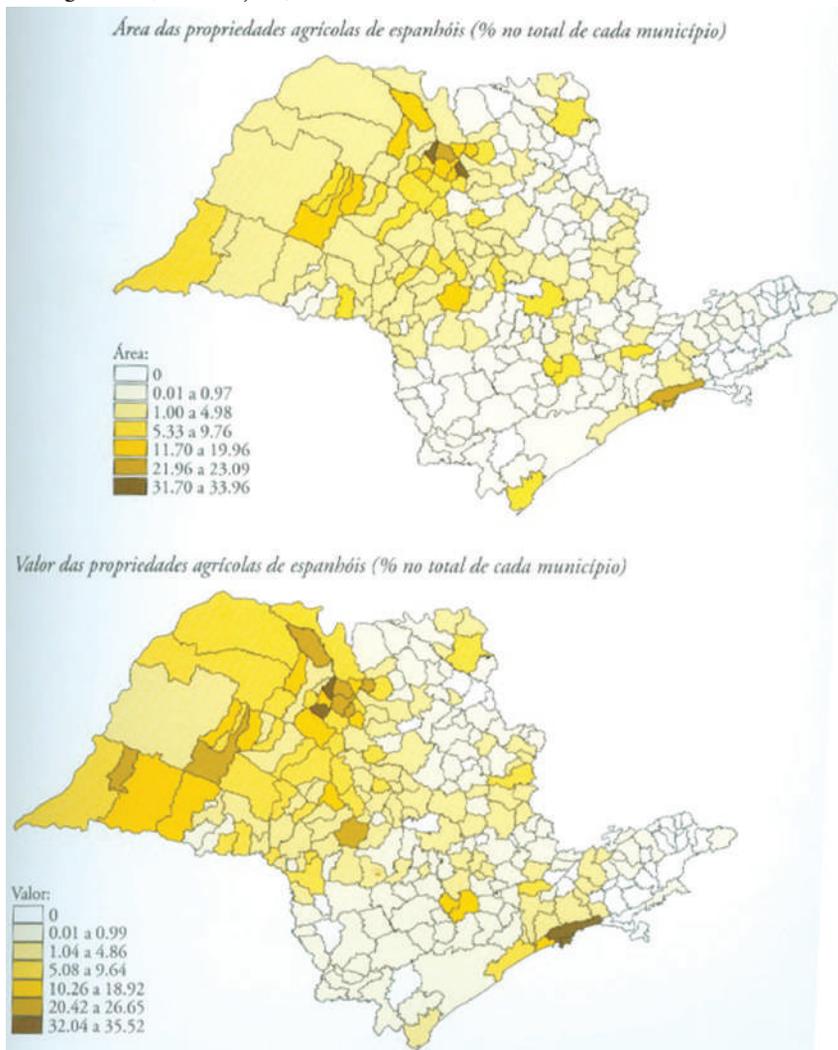
(fonte: Bassanezi, Scott, Bacellar e Truzzi, 2008)

Figura 6 - Distribuição das propriedades de espanhóis segundo número, área e valor (SP, 1934)



(continua)

Figura 6 - (continuação)



(fonte: Bassanezi, Scott, Bacellar e Truzzi, 2008)

Deve-se ainda observar que, diferentemente do que ocorreu com os sírios e libaneses, que, a partir de uma inserção inicial como mascates, lograram efetivamente se estabelecer massivamente no ramo de armarinhos e daí trilhar um percurso de mobilidade socioeconômica que se desenvolveu pelo comércio varejista, atacadista e pela indústria têxtil (Truzzi, 2008), os espanhóis em São Paulo jamais conseguiram dominar um nicho econômico importante na economia paulista. Se tivéssemos que apontar um setor no qual os espanhóis foram notados por sua elevada concentração, ao menos na capital do estado, este setor

foi o de serviços de demolição e comercialização de ferro velho, um ramo muito pouco expressivo no conjunto da economia paulista e pouco apto a alavancar a mobilidade de parcelas expressivas de uma colônia tão numerosa.

No caso de São Carlos, tais debilidades e a escassez de quadros de classe média na cidade não impediram, contudo, que os espanhóis se organizassem no sentido de propor, já em 1892, a fundação de uma Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos (*O Popular*, 17 de março de 1892). Ao que parece, o intento foi realizado em 1896, com a fundação da Sociedade Espanhola Beneficente e Instrutiva de São Carlos, que funcionou em prédio próprio. Presidida por um fotógrafo que nos anos 1930 parece ter retornado definitivamente à sua pátria, sua primeira diretoria reunia os parques negociantes e um industrial local de origem espanhola (*O Diocesano*, outubro de 1961).

De qualquer maneira, é provável que na maior parte das cidades do interior paulista o associativismo entre os espanhóis, quando existia, tenha se revelado bastante incipiente, combatido pela pouca expressão urbana da colônia presente na maior parte dos municípios. As exceções, que de algum modo confirmam a regra, manifestam-se nas localidades de maior concentração étnica, como Bauru, Catanduva, São José do Rio Preto e Olímpia, todas em áreas mais distantes do oeste paulista, a par das cidades de maior porte nas quais vicejou alguma atividade industrial, como Sorocaba, Franca e Campinas.

5. Considerações finais

Durante a virada do século XIX para o século XX, a imigração italiana foi, tratando-se do interior paulista, a mais expressiva. E tal representatividade não se deve apenas à quantidade de italianos inseridos nesse contexto, mas também a todo o seu impacto na dinâmica política do mesmo. Primeiramente, quando se começou a discutir os parâmetros para a implantação de uma política imigratória, eles eram vistos como os trabalhadores que encarnavam os principais atributos morais, psicológicos e raciais supostamente exigidos por uma economia movida a trabalho livre (Martins, 1973; Hofbauer, 2003). Com o passar dos anos, o abandono constante das fazendas, os conflitos cotidianos e as ameaças de greves obrigaram fazendeiros e políticos a rever suas idealizações acerca dos italianos (Andrews, 1998). No que toca ao contexto urbano, estes últimos adquiriram visibilidade ao fundar associações, jornais e bairros étnicos, bem como por dominar alguns setores econômicos de algumas cidades. Isso sem contar o fato de os italianos constituírem um problema de segurança pública, haja vista que eram estereotipados como sujeitos violentos e inclinados à prática de crimes

(Fausto, 2001). Em suma, os italianos eram perceptíveis (e assim conseguiram fazer parte) nas principais questões políticas da época, seja em relação à criação de uma identidade nacional ou até mesmo à criminalidade presente nas áreas rurais e urbanas. Dentro da dinâmica social paulista, eles foram representados e conseguiram se representar como uma identidade étnica distinta e particular.

O mesmo não pode ser dito dos espanhóis, outro grupo quantitativamente expressivo dentro da mesma conjuntura. Tomados em seu conjunto, os dados apresentados sugerem que assim chamada invisibilidade dos espanhóis no interior paulista pode estar associada tanto a uma implantação mais rural, em áreas mais a oeste do estado, quanto a uma menor mobilidade socioeconômica do grupo. No que diz respeito a esta última, ela resultou, entre outros elementos, do *background* social e cultural bastante desfavorável dos imigrantes aqui chegados. As elevadas taxas de analfabetismo, o alto percentual de passagens subsidiadas e a situação de miséria vigente, em particular na Andaluzia oriental, são indícios de que o grosso das famílias de espanhóis vindas ao interior paulista reunia condições muito precárias de sobrevivência já na pátria de origem. Ademais, a temporalidade das chegadas é outro fator importante no qual os espanhóis levaram desvantagem em relação aos italianos, pois em áreas mais antigas do estado chegaram mais tarde, enquanto que em áreas mais novas chegaram mais descapitalizados em relação a estes últimos.

A menor mobilidade socioeconômica deve ser explicada também pela implantação mais rural do grupo, decorrente da inserção em massa no colonato, num contexto no qual o meio urbano das cidades interioranas oferecia maiores oportunidades de ascensão, tanto pelo comércio quanto pelos ofícios e atividades artesanais e industriais.

No caso de São Carlos, tais condições já haviam sido confirmadas pelo censo de 1907, que assinalou uma taxa menor de espanhóis na condição de proprietários (8,7%), quando comparada à de italianos (13,1%) e à de portugueses (22,1%).

Por sua vez, a implantação mais rural do grupo e o tipo de ocupação a que se dedicaram inibiram a formação de elites étnicas urbanas no interior, o que também desfavoreceu a mobilidade e favoreceu a invisibilidade do grupo, já que as associações étnicas se estruturaram e se firmaram apenas em casos especiais. A própria facilidade relativa com que os espanhóis se casaram com brasileiros no interior paulista parece também ter contribuído para uma identidade étnica menos marcante do grupo.

Complementarmente, dois outros fatores explicativos da invisibilidade dos espanhóis devem ser ainda mencionados. O primeiro deles diz respeito ao fato

óbvio de que os espanhóis não apresentam uma característica fenotípica peculiar, como a dos japoneses. Ao se discutir invisibilidade, esta circunstância merece ser assinalada, já que estes últimos também apresentaram uma inserção rural bastante pronunciada no colonato paulista, embora tenham logrado uma mobilidade muito maior e fossem claramente notados, dada sua característica “racial”. Uma vez que as características fenotípicas são acionadas como marcadores da diferença de acordo com as relações sociais e de poder em cada contexto, a circunstância de os japoneses terem inaugurado a imigração em massa de origem asiática no oeste paulista, a de apresentarem uma cultura bastante peculiar, aliada à sociabilidade a princípio bastante endógena do grupo, determinaram uma visibilidade proeminente dos japoneses, da qual os espanhóis nem se aproximam.

Por fim, é relevante também mencionar que a ausência de estudos sobre espanhóis no interior paulista também contribui para a invisibilidade do grupo. De fato, a maior parte dos estudos sobre espanhóis se concentrou na capital, já que as universidades (e, portanto, a produção intelectual sobre o tema) também se concentram mais próximas a esta. Neste sentido, é significativo que dois dos poucos livros publicados sobre espanhóis no interior paulista tenham focalizado cidades interioranas (Franca e Bauru) que contavam com universidades com programas de pós-graduação. Sendo estes mais rarefeitos em áreas do extremo oeste paulista e mais abundantes no entorno da capital, a produção sobre o tema também tendeu a tomar tal viés, havendo poucos estudos sobre os locais de implantação por excelência dos espanhóis em território paulista, o que constitui uma evidente lacuna em nosso conhecimento.

Referências

- ANDREWS, G. R. *Negros e brancos em São Paulo*. Bauru, Edusc, 1998.
- BARBOSA, C. *Glossário do trabalho agrícola e profissões*. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1943.
- BASSANEZI, M. S.; SCOTT, A. S.; BACELLAR, C. A.; TRUZZI, O. M. S. *Atlas da imigração internacional em São Paulo, 1850-1950*. 1. ed. São Paulo, Ed. UNESP, 2008.
- BRASIL. *Recenseamento geral de 1920*. Rio de Janeiro, 1926.
- CANOVAS, M. K. *Hambre de tierra. Imigrantes espanhóis na cafeicultura paulista 1880-1930*. São Paulo, Lazuli, 2005.
- CANOVAS, M. K. *Imigrantes espanhóis na Pauliceia. Trabalho e sociabilidade urbana, 1890-1922*. São Paulo, Edusp, 2009.
- CESARI, J. *When Islam and Democracy Meet: Muslims in Europe and in the United States*. Palgrave MacMillan, 2004.

- D'ÁVILA, R. P. Lembranças da imigração. Cenas e cenários de vida dos imigrantes espanhóis em Bauru 1892-1930. Bauru, Edusc, 2004.
- DIAS, V. M. Inserção às avessas: a imigração *espanhola em Franca-SP (1900-1955)*. Dissertação de mestrado, UNESP, 2010.
- ELLIS Jr., A. *Populações paulistas*. São Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1934.
- FAUSTO, B. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo, Edusp, 2001.
- FETZER, J.; SOPER, J. *Muslim and the State in Britain, France, and Germany*. Cambridge, Cambridge University Press, 2005.
- FURLANETTO, P. G. O associativismo como estratégia de inserção social: as práticas socioculturais do mutualismo imigrante italiano em Ribeirão Preto (1895-1920). Tese de doutorado, FFLCH/USP, 2008.
- GILROY, P. *O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência*. São Paulo/Rio de Janeiro, Editora 34/Universidade Cândido Mendes, 2001.
- HALL, S. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2003.
- HIRSCHMAN, C.; KASINITZ, P.; DEWIND, J. (Ed.). *The Handbook of International Immigration: The American Experience*. New York, Russell Sage, 1999.
- HOFBAUER, A. O conceito de “raça” e o ideário do “branqueamento” no século XIX – Bases ideológicas do racismo brasileiro. *Revista Teoria & Pesquisa*, n. 42/43, janeiro-julho 2003.
- KLEIN, H. A imigração espanhola no Brasil. São Paulo, Sumaré/Fapesp, 1994.
- LINCOLN, C. E. *The Black Muslims in America*. Wm. B. Eerdmans Publishing, 1994.
- MARTÍNEZ, E. *O Brasil como país de destino para imigrantes*. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo, Edusp, 1999.
- MARTINS, J. S. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo, Pioneira, 1973.
- MATOS, M. I. *Portugueses: deslocamentos, experiências e cotidiano – SP séculos XIX e XX*. 1. ed. Bauru, Edusc, 2013
- MILLIET, Sérgio. Roteiro do café e outros ensaios. São Paulo, Hucitec/INL, 1982.
- MISKOLCI, R. Resenha de “Políticas de imigração na França e nos Estados Unidos”, de Rossana Rocha Reis. *Revista de Sociologia e Política*, Universidade Federal do Paraná, n. 29, novembro 2007, p. 215-217.
- NASCIMENTO, J. L. Trabalho e prestígio social: os espanhóis em São Paulo. In: SILVA, Sergio; SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). *História econômica da Primeira República*. 2. ed. São Paulo, Edusp/Imprensa Oficial/Hucitec, 2002, v. 1, p. 1-413.
- NIELSEN, J. S. *Muslims in Western Europe*. Edinburgh University Press, 2004.
- OLIVEIRA, S. C. *Os espanhóis*. Sorocaba, TCM, 2002.
- PERES, E. P. *A inexistência da terra firme. A imigração galega em São Paulo, 1946-1964*. 1. ed. São Paulo, Edusp/Fapesp/Imesp, 2003.

RECENSEAMENTO de São Carlos de 1907 (manuscrito).

SÃO PAULO. Censo Estadual de 1936.

THERNSTROM, S.; ORLOV, A.; HANDLIN, O. *The Harvard Encyclopedia of American Ethnic Groups*. Cambridge, Harvard University Press, 1980.

THOMAS, William I.; ZNANIECKI, Florian. *The Polish Peasant in Europe and America*. Chicago, University of Illinois Press, 1918.

TRUZZI, O. M. S. *Café e indústria: São Carlos, 1850-1950*. 2. ed. São Carlos, EdUFSCar, 2000, v. 1.

TRUZZI, O. M. S. Padrões de nupcialidade na economia cafeeira de São Paulo (1880-1930). *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 29, 2012, p. 169-189 (impressa).

TRUZZI, O. M. S. Patrícios. Sírios e libaneses em São Paulo. 2. ed. São Paulo, Ed. UNESP, 2008.

TRUZZI, O. M. S.; BASSANEZI, Maria Silvia Beozzo. População, grupos étnicos-raciais e economia cafeeira. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 26, 2009, p. 197-218 (impressa).

Recebido em: 02/06/2014

Aprovado em: 30/06/2014

Como citar este artigo:

TRUZZI, Oswaldo; PALMA, Rogério de. A imigração espanhola no interior paulista: inferências a partir de um estudo de caso. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 4, n. 2, jul-dez 2014, pp. 461-480.

Durkheim, o Caso Dreyfus e o republicanismo liberal na Terceira República francesa

Sidnei Ferreira de Vares¹

Resumo: O propósito deste artigo é analisar as posições assumidas por Émile Durkheim no decorrer do polêmico Caso Dreyfus, que, no último quartel do século XIX, aguçou as paixões políticas de grupos concorrentes, terminando por mobilizar a opinião pública francesa. Visa-se assim a percorrer as ideias do sociólogo francês em torno do republicanismo e, na medida do possível, ressaltar sua concepção humanista em oposição às concepções hierárquicas representadas pelo conservadorismo católico-monarquista.

Palavras-chave: dreyfusards; republicanismo; individualismo moral; egoísmo; democracia.

Durkheim, Dreyfus Case and the liberal republicanism in the Third French Republic

Abstract: *The purpose of this article is to analyze the positions taken by Émile Durkheim in the course of the controversial Dreyfus Affair, which, in the last quarter of the nineteenth century, sharpened political passions of competing groups, eventually mobilizing French public opinion. The aim is thus go through the ideas of the French sociologist concerning republicanism and, to the extent possible, to emphasize its humanistic conception as opposed to hierarchical conceptions represented by Catholic monarchist conservatism.*

Keywords: *Dreyfusards; republicanism; moral individualism; selfishness; democracy.*

Introdução

No decorrer do século XIX, a França ainda sentia os efeitos do processo revolucionário que, no final do século anterior, derrubara o sistema monárquico e abalara as tradições daquele país. Em termos políticos, o período foi marcado por grandes instabilidades e agudas divisões ideológicas. Os grupos políticos mais conservadores, ligados à Igreja e à antiga aristocracia, ansiavam pelo retorno do modelo monárquico. Já os radicais, politicamente afinados aos ideais socialistas, procuravam meios, por vezes violentos, de viabilizar as reivindicações da classe operária em torno de melhores condições de vida e de trabalho. Os republicanos liberais, por sua vez, defendiam um modelo político capaz de superar as divisões internas, quer em termos políticos, quer em termos culturais, promovendo o avanço econômico e social do país, que àquela altura acompanhava estarecido a rápida prosperidade alcançada por seus vizinhos alemães.

Tanto a derrota durante a Guerra Franco-Prussiana quanto o advento da Terceira República francesa contribuíram para acirrar ainda mais os ânimos entre esses grupos políticos. Mas foi durante o desenrolar do famoso *Affaire Dreyfus* que esse embate alcançou um grau ainda maior de dramaticidade, praticamente dividindo a França. Durkheim, que viveu em meio a essa atmosfera e que, reconhecidamente, se alinhou ao republicanismo, produziu grande parte de sua obra sob a égide desses embates políticos. Num plano teórico, o sociólogo procurou superar essas diferenças, apontando caminhos para a República Francesa que surgia, sem abandonar, porém, os pressupostos liberais nos quais se formara.

Entre os pontos de maior dificuldade, o sociólogo viu-se às voltas com a sempre problemática relação entre as tendências liberal e conservadora. A primeira caracteriza-se pela ênfase nas liberdades individuais, enquanto a segunda tem por princípio os processos coletivos. Sua posição, sem dúvida, foi no sentido de superá-las, apresentando um modelo político viável. Os caminhos percorridos, entretanto, foram árduos e marcados por inúmeros empecilhos, reclamando do autor certa engenhosidade para conciliar elementos tão díspares, sem inclinar-se para este ou aquele lado. O republicanismo liberal, por ele defendido, pode ser visto como uma tentativa, até certo ponto bem-sucedida, de reformular as bases políticas de seu país e estabelecer, assim, os princípios de justiça social necessários à consolidação do modelo republicano.

Com o objetivo de compreender o desenvolvimento da teoria durkheimiana, dividimos este trabalho em algumas partes. Num primeiro momento, optamos por analisar, em uma perspectiva histórica, as origens dos grupos políticos mais

importantes daquele período e, concomitantemente, as diferenças entre eles. Num segundo momento, enfatizamos os primeiros esforços teóricos, levados a cabo pelos representantes do pensamento social francês, no sentido de superar essas dicotomias. Com isso, intentamos compreender os dilemas com os quais se defrontaram para, a seguir, verificar como suas respectivas empresas incidiram sobre os rumos da sociologia de Durkheim. Por último, dedicamo-nos ao artigo-resposta de Durkheim “O individualismo e os intelectuais”, escrito por ocasião da repercussão gerada pelo Caso Dreyfus, visando a apreender elementos que possam demonstrar a presença de um discurso republicano e liberal na obra do sociólogo francês.

1. As raízes de uma rivalidade histórica

No final do século XVIII, durante o processo revolucionário que culminou com a queda da monarquia, os franceses se defrontaram com algumas fraturas no campo político que mais tarde seriam agudizadas. O período seguinte, primeira metade do século XIX, foi marcado por divisões ideológicas e políticas intransponíveis, em parte por conta da erosão dos valores nobiliárquicos tradicionais, em parte em virtude do avanço das ideias liberais, representadas pela burguesia média ascendente.

Como se sabe, entre os anos de 1847 e 1848 o governo de Luiz Felipe perdeu gradativamente o apoio da população. Sua tentativa de conciliar os interesses da burguesia e da nobreza, ainda que bem-intencionada, não obteve êxito. A indicação do protestante François Guizot para o cargo de primeiro-ministro foi o estopim de uma revolta que terminou por derrubar a ambos. O governo provisório do republicano e socialista Louis Blanqui, estabelecido pela força dos acontecimentos, estimulou uma forte reação aos socialistas, sobretudo a partir das eleições para a Assembleia Constituinte, ocorridas em abril de 1848, precipitando a ascensão de Luís Bonaparte ao governo da República. Porém, em 1851, após armar-se, Luís Bonaparte, por meio de um golpe, intitulou-se Napoleão III, derrubou o sistema republicano e deu início ao Segundo Império.

Em 1870, entretanto, após a humilhante derrota para a Prússia, na famosa Batalha de Sedan, que resultou na prisão de Luís Bonaparte, a monarquia chegou ao fim. No início do ano de 1871, a capitulação francesa diante das tropas alemãs desencadeou uma reação por parte da população parisiense, em especial da classe trabalhadora, que, insatisfeita com as condições externas e internas, investiu contra o governo e conquistou a autonomia de Paris².

2 A Comuna de Paris constituía-se de membros da Guarda Nacional, formada durante a guerra franco-prussiana, contando com mais de 100 mil trabalhadores armados que durante dois meses, a despeito dos interesses dos conservadores, governaram a cidade, adotando um modelo de gestão democrática.

Poucos meses depois, a Terceira República francesa foi proclamada e Louis Adolphe Thiers eleito presidente do Governo Provisório de Defesa Nacional.

Thiers foi pressionado por monarquistas que, embora divididos, conquistaram a maioria nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Realizada naquele mesmo ano, numa votação estranha, pois seus resultados distorciam os reais interesses tanto dos trabalhadores revolucionários quanto dos republicanos democratas (ligados a Gambetta), que desejavam a continuidade da guerra, a Assembleia forçou Thiers a assinar o Tratado de Frankfurt e a reprimir duramente os *comunards* – como ficaram conhecidos os socialistas parisienses que se rebelaram contra o governo. Com efeito, monarquistas e republicanos não só tiveram que aceitar a ultrajante multa imposta por Bismarck como foram obrigados a ceder parte da Alsácia-Lorena aos alemães.³

Em 1873, entretanto, Mac-Mahon, que teve um importante papel à frente do exército imperial e do exército de Versalhes, responsável por derrotar a Comuna, foi eleito presidente da república. Poucos anos depois, em 1875, com a votação da Constituição, a república foi, enfim, formalizada. A união momentânea entre republicanos e orleanistas, embora decisiva para a estabilidade política da recém-efetivada república, não foi capaz de apagar as diferenças entre esses grupos, que adiante iriam novamente pôr à prova suas convicções políticas. Como sugere Giddens (1998), a Terceira República francesa surgiu em meio a uma atmosfera de crise, resultado direto dos processos políticos iniciados um século antes.

De fato, desde a Revolução Francesa é possível avistar o surgimento de grupos políticos com programas muito distintos, os quais, ao longo do século XIX, procuraram demarcar território. Foi esse, por exemplo, o caso dos “conservadores”. Alinhados à ordem social feudal e à Igreja católica, o referido grupo testemunhou a queda do *Ancien Régime* e o alvorecer de um novo sistema político que, para se estabelecer, aboliu radicalmente as antigas instituições sociais, atentando contra os hábitos e os costumes vigentes, confiscando propriedades da Igreja e da nobreza, limitando os poderes patriarcais, enfim, destruindo os antigos privilégios das classes dominantes e o dirigismo mercantilista que impedia o desenvolvimento da economia de mercado.

Segundo Nisbet (2003), esse segmento opôs-se ferozmente aos ideais anunciados pelos filósofos iluministas, sobretudo à tese de que a possibilidade da autorrealização decorria do livre emprego da razão. Autores como Chateaubriand,

3 Segundo Hobsbawn (2009), quando os republicanos perceberam que a única forma possível de resistir aos invasores alemães era mobilizar a massa revolucionária, representada pelos trabalhadores parisienses, recuaram e optaram pelo armistício.

De Maistre e Bonald, expoentes deste tipo de conservadorismo, exaltavam abertamente a força da tradição, não poupando esforços em desdenhar dos princípios anunciados pelos filósofos. Erguidos contra o apriorismo rousseauniano, os conservadores adotaram um discurso reacionário e favorável à manutenção das instituições passadistas, pois, segundo a interpretação corrente entre eles, o legado iluminista fora responsável por mergulhar a França, e parte da Europa, numa crise sem precedentes. O modo como esses “profetas do passado” julgavam a Revolução Francesa – um castigo de Deus à humanidade – e destacavam a solidez das instituições medievais mediante o esfacelamento da autoridade é a notação do caráter aristocrático, monárquico e religioso que norteava suas concepções (Bouthoul, 1980). A sociedade moderna, na ótica dos representantes do conservadorismo, era a representação do declínio social que, por meio do industrialismo, da ciência e do igualitarismo, pronunciados pelo advento do racionalismo moderno, ameaçava instituições como a família, a Igreja e o absolutismo. Mas, se é verdade que a tentativa de resgatar a estrutura social anterior soava anacrônica e obsoleta diante das novas feições tomadas pela sociedade moderna, os conservadores não deixaram de influenciar os rumos da política francesa nos anos vindouros. Prova disso é que os precursores da sociologia, como Saint-Simon, Comte e, em alguma medida, Durkheim, longe de descartar as ideias expostas por esses autores, sorveram parte da crítica endereçada ao iluminismo (Martins, 2006).

O segundo grupo é herdeiro do jacobinismo revolucionário do século XVIII, embora, ao longo do século XIX, tenha absorvido diferentes correntes de pensamento, como o socialismo utópico – seja em sua versão blanquista ou proudhonista – e, em menor escala, o marxismo⁴. Em suma, os “radicais”, como ficaram conhecidos, acreditavam no caráter redentor da razão, vendo no poder político um instrumento promotor da reabilitação das instituições e dos homens tendo em vista uma ordem social igualitária. Desejavam a abolição das desigualdades e da tirania que, havia tempos, acoassavam os indivíduos e, assim como os republicanos liberais, opunham-se aos privilégios da aristocracia e da Igreja católica francesa. É verdade que por diversas vezes foram acusados por seus oponentes de tentar erigir uma nova sociedade sobre princípios abstratos, sem qualquer base na natureza humana ou nas condições sociais. Em contrapartida,

4 Sobre a influência do marxismo, Giddens (1998; 2005) observa que o entendimento das ideias marxistas na França durante a primeira metade do século XIX era muito superficial. Somente durante a segunda metade é que a obra deste autor foi, de fato, melhor compreendida, sobretudo a partir das traduções e análises empreendidas por Labriola.

desempenharam um importante papel em 1848 e, sobretudo, em 1871, durante o sangrento episódio da Comuna de Paris⁵.

Um terceiro grupo, importante no contexto político francês dos séculos XVIII e XIX, foi o dos “republicanos liberais”, cujo ideário, esboçado entre os anos de 1789 e 1791, foi abruptamente abortado com a instauração do Terror. O projeto liberal-republicano, como aponta Bellamy (1994), envolvia a defesa de um governo constitucional, assentado na divisão de poderes, alguma forma de democracia representativa e, sobretudo, a consolidação dos direitos do homem e do cidadão. *Grosso modo*, seus partidários acreditavam que este era o sistema mais adequado ao mundo comercial moderno, caracterizado pela propriedade privada e pela livre troca de bens e serviços entre indivíduos legalmente iguais. Conquanto nutrissem uma visão idealizada da Constituição inglesa, os liberais franceses, de Montesquieu em diante, não só admiravam a consistência das instituições políticas inglesas, mas procuravam promover em solo francês similar resultado. Alguns de seus representantes, a exemplo de Guizot, vinculavam explicitamente o liberalismo ao sistema de valores das classes médias, creditando às instituições sociais o papel de remover os entraves legais ao progresso social, por meio da promoção da livre iniciativa, garantindo assim oportunidades iguais a todos os indivíduos. Outros, porém, temendo a degeneração de suas doutrinas em um individualismo econômico grosseiro e destrutivo, apontavam para a necessidade de regulação dos ímpetos egoístas por meio do aprimoramento do sistema jurídico. Tocqueville, por exemplo, enfatizava a importância de se estender essas restrições não só às classes mais abastadas, detentoras de propriedades e grandes riquezas, mas também às classes médias urbanas, cuja vaidade e cujo egoísmo eram característicos. Comprimidos entre conservadores e radicais, os republicanos liberais viram-se, em muitas ocasiões, obrigados a transpor o espectro ideológico e a fazer alianças com um ou outro grupo. Para todos os efeitos, a Terceira República francesa, emergida da desordem temporária dos conservadores e dos revolucionários radicais, resultando no colapso do Segundo Império, significou o triunfo dos valores liberais burgueses.

Maiores beneficiários do novo regime, os republicanos liberais puderam traçar as linhas gerais da nação que vislumbravam construir. Não tardaram, portanto, a canalizar as aspirações das *nouvelles couches sociales* – formadas por empresários, advogados, engenheiros, médicos, professores etc. –, voltando-se

5 Apesar da união momentânea em torno de algumas questões comuns, os radicais nunca constituíram um grupo coeso, mas, pelo contrário, comportavam internamente inúmeras divergências quanto às estratégias políticas. Para uma análise mais detalhada dessas diferenças ideológicas, consultar González, 1982 (ver “Referências”).

contra os rivais monarquistas e socialistas. Contra aqueles, imprimiram uma política de laicização que retirou da aristocracia e da Igreja o controle sobre algumas instituições importantes, como no caso do sistema escolar. Contra estes, desferiram uma violenta reação que resultou no extermínio, no exílio e na prisão de milhares de comunas. A aliança entre a burguesia capitalista e os pequenos proprietários urbanos e rurais, precipitada especialmente pelo receio de um possível retorno à antiga estrutura feudal-clerical, possibilitou aos liberais lançar as bases de um novo governo que pelo menos até o início da década de 1890 pôde desfrutar de alguma estabilidade.

2. A “engenhosidade” dos teóricos sociais franceses

Nascido em 1858, Émile Durkheim contava com apenas 12 anos de idade quando a Terceira República francesa foi instaurada. Acompanhou, portanto, sem muita clareza os eventos políticos desse período. Porém, os efeitos da derrota em Sedan, em 1870, e a guerra civil que se seguiu marcaram profundamente o pensamento do autor, sobretudo quanto à vontade de contribuir para a reconstrução da França a partir do estabelecimento de uma moral laica e republicana (Lukes, 1984). A ocupação de sua cidade natal, Épinal, pelos alemães, que depois do armistício passou a condição de cidade fronteira, certamente impactou o futuro sociólogo, que ainda testemunhou o crescimento do antissemitismo na fronteira oriental. Afinal, os franceses, tomados por um profundo patriotismo, acusavam abertamente os judeus pelas sucessivas derrotas (Sennett, 1999). A decadência nacional, porém, estimulou um forte sentimento de regeneração que, sem dúvida, contaminou as novas gerações. Na década de 1880, Durkheim iniciou a sua trajetória intelectual. Entre 1879 e 1882 frequentou a École Normale Supérieure, onde obteve o *Agrégé de Philosophie*. Durante os anos seguintes lecionou filosofia em alguns liceus provincianos, até que em 1885 ganhou uma bolsa para estudar na Alemanha, mais precisamente no laboratório de Psicologia Social de Wilhelm Wundt⁶. Pouco depois de seu retorno, em 1886, Durkheim, por meio da indicação de Louis Liard – então diretor de ensino superior na França –, deu início a sua carreira como professor da Faculté de Lettres de Bordeaux, ali permanecendo até 1902, quando se transferiu para

6 Para a maior parte dos intérpretes (cf. Lukes, 1984; Giddens, 2005), a passagem de Durkheim pela Alemanha, entre 1885 e 1886, foi decisiva para a consolidação das linhas gerais de sua sociologia. O contato estabelecido com alguns importantes trabalhos empreendidos por economistas e juristas alemães, a exemplo de Wagner, Schmoller, Jhering e o próprio Wundt, propiciou a Durkheim reforçar suas convicções acerca da existência dos fenômenos sociais independentes das consciências particulares.

a *Sorbonne*, em Paris, para ocupar a vaga de professor assistente da cadeira de Ciência da Educação, da qual se tornaria o titular quatro anos depois, substituindo Ferdinand Buisson.

A trajetória de Durkheim confunde-se com a própria trajetória da Terceira República. Desde os tempos do Lycée Louis-de-Grand, o então estudante secundário teve acesso aos pressupostos políticos republicanos. Pouco mais tarde, já como aluno na École Normale, também esteve submetido a tal influência. Basta lembrar que Durkheim foi aluno de Boutroux e Renouvier, dois republicanos entusiastas. Este último, inclusive, tornou-se o maior expoente do neokantismo na França, que, como observa Zeitlin (1973), extrapolou os meios universitários, convertendo-se numa espécie de moral secular⁷.

Aliás, no que concerne ao neokantismo, em especial aquele desenvolvido por Renouvier, faz-se necessária uma análise mais detida acerca de sua influência sobre o republicanismo francês. Isto porque esse seguidor de Saint-Simon, formado dentro dos cânones do pensamento liberal, renovou a doutrina kantiana da autonomia e, de modo original, inseriu a ideia de que a vontade livre, necessária aos ditames da consciência moral, consistia na obrigação do respeito à autonomia dos outros. Contudo, em oposição a Kant, que situava a ética e o conjunto fixo de categorias do entendimento do mundo no campo numenal, Renouvier defendia que estes são instrumentos práticos inerentes à experiência fenomênica. Invocando uma tese que, mais tarde, seria adotada por Durkheim, Renouvier argumentava que a virtude é objeto não exatamente do dever, mas do desejo, o que sugeria a construção de um ambiente sociopolítico adequado, e não de um reino transcendente. Assim, uma comunidade ideal, de indivíduos autônomos coexistindo harmonicamente, coincidia com um “estado de paz” que, para todos os efeitos, só podia ser alcançado se todos, sem exceções, tivessem acesso à propriedade privada, dispondo livremente de seus bens. Na contramão da economia política clássica, Renouvier defendia que a busca inescrupulosa dos indivíduos pela autossatisfação corroía a autonomia alheia. Assim, ainda que cada indivíduo tivesse o direito de realizar-se, essa realização não prescindia da contribuição de outros indivíduos. Nota-se claramente que Renouvier, ao subordinar a razão teórica à razão prática, proporcionava uma base filosófica para as panaceias convencionais do liberalismo sem abrir mão de um preceito caro tanto a Saint-Simon quanto a Comte – e mais tarde também

7 O famoso romance *Les déracinés*, escrito por um contemporâneo de Durkheim, Maurice Barrès, descreve com muita fidelidade a influência das ideias republicanas nas escolas secundárias francesas. A trama gira em torno de um grupo de estudantes secundários que, no último ano, têm como professor de filosofia o “kantiano entusiasta” Bouteiller (cf. Zeitlin, 1973; Hawthorn, 1982).

admitido por Durkheim –, a saber, o de que as diretrizes do comportamento individual originavam-se na própria organização da vida social.

Essa argumentação, fortemente presente na sociologia francesa, ainda contava com o apoio adicional da analogia biológica da evolução progressiva dos organismos sociais – de uma homogeneidade simples para uma heterogeneidade complexa –, tal como aquela promovida por Spencer, porém compensada pelo solidarismo de autores como Fouillé e Espinas, que atentavam para os riscos da competitividade agressiva nas sociedades industriais. O mérito de Renouvier estava exatamente em vincular o organicismo ao solidarismo, superando a discussão entre o *laissez-faire* propugnado pelos economistas britânicos e as várias formas de coletivismo, fossem elas do tipo socialista ou capitalista monopolista. Com isso, o autor inaugurava uma nova perspectiva sociológica que seria de suma importância para a composição do republicanismo liberal na França.

A maneira como Renouvier conjugava posições tão díspares ressoou sobre os trabalhos de alguns outros autores franceses. Talvez o caso mais emblemático seja o de Bourgeois, visto que seu trabalho mais conhecido, *Solidarité*, publicado em 1895, fez do solidarismo uma espécie de doutrina oficial da Terceira República (Bellamy, 1994). Do ponto de vista da originalidade, porém, Bourgeois ficou a dever, uma vez que se manteve preso aos temas anunciados por Renouvier. A crítica tanto ao individualismo absoluto dos economistas quanto ao coletivismo exagerado dos socialistas continuou a ser a pedra angular de seu trabalho. Influenciado pelo organicismo, o autor argumentava que os indivíduos estão ligados por laços de dependência mútua, evidenciados pela divisão do trabalho, e que a solidariedade gerada pelas condições coletivas consistia numa “lei natural”. Enfatizava, entretanto, a despeito das críticas desferidas pelos economistas clássicos, que tal processo não implicava um sistema autocontrolador, pois o ser humano, diferentemente dos outros animais, não é um ser apenas instintivo.

Na esteira do filósofo Fouillé, para o qual as *idées forces* determinavam tanto a ação quanto as forças materiais, Bourgeois sustentava que a relação de interdependência entre os indivíduos, em si amoral, só podia ser considerada justa caso estivesse assentada em bases racionais. Acatando parte da opinião liberal tradicional, Bourgeois admitia o esforço individual em torno de uma busca isolada, porém ressaltava que este era apenas um diminuto contributo aos esforços coletivos acumulados. Ainda segundo o autor, à medida que a humanidade evoluía a ação social tornava-se cada vez mais motivada pela vontade, deixando de ser apenas instintiva, como demonstrava a importância crescente do contrato, em lugar do hábito, na regulamentação das relações sociais. Procurando harmonizar sentimentos liberais e socialistas, por meio de um solidarismo

até certo ponto ingênuo, pois dotado de uma espontaneidade inexistente, Bourgeois acreditava poder aproximar a classe trabalhadora da classe média em prol do bem-estar coletivo.

Em que pesem as fragilidades inerentes a esses sistemas de pensamento, como, por exemplo, a crença na possibilidade de conjugar grupos sociais distintos em torno de interesses comuns, ou mesmo na defesa de um Estado acima dos conflitos ideológicos, pode-se avistar um esforço comum a ambos, qual seja, a reconciliação entre determinismo e voluntarismo, socialismo e individualismo. Essa tentativa, certamente, marcou todo o pensamento social francês do século XIX, sobretudo os adeptos do republicanismo.

É inegável a influência do solidarismo sobre a teoria sociológica durkheimiana. Muitos são os pontos de convergência entre Durkheim e teóricos como Renouvier, Fouillée e Bourgeois. Mas, se essa influência foi decisiva para o desenvolvimento de sua teoria, Durkheim procurou abordar as principais questões suscitadas pelos solidaristas – seja a tensão entre determinismo e voluntarismo, seja o frágil equilíbrio entre as influências liberal e conservadora – por um viés bem mais rigoroso, de acordo com a ciência que se propunha fundar. O modo como o sociólogo explicava o “mal-estar” moderno foi, sem dúvida, um elemento-chave para uma avaliação mais precisa acerca de suas reais contribuições para o republicanismo francês.

Em sua trajetória, Durkheim se esforçou para superar duas importantes posições, assumidamente influentes para a sua teoria, a saber, a de Saint-Simon, segundo a qual a sociedade moderna deveria conter uma única classe dirigente, formada por industriais, conquanto imbuída da missão de garantir oportunidades iguais a todos, reduzindo o Estado à “administração de coisas”, não de pessoas; e a posição de Comte, segundo a qual o Estado deveria ter um formato hierocrático e, nesse sentido, conservador (Giddens, 1998). Embora pretendessem alcançar uma ordem social mais estável, ambos os autores apresentavam soluções muito diferentes a esse respeito e, como apontou o autor de *Da divisão do trabalho social*, insuficientes. Isso porque Durkheim encarava a crise moderna – entendida como um momento transitório – como uma crise moral, resultante da ausência de uma nova moralidade capaz de atender às demandas geradas pelas rápidas transformações econômicas processadas no interior da sociedade industrial. Porém, como procurou demonstrar, uma nova ordem moral, adequada aos reclames do mundo moderno, não poderia resumir-se à exumação de antigos modelos sociais.

A solução não estava em resgatar, como argumentava Comte, a unidade inerente às sociedades tradicionais a partir de uma *conscience collective*

fortemente estabelecida. Tal circunstância, absurda na ótica de Durkheim, se contrapunha à divisão do trabalho imposta pelo industrialismo. Por outro lado, o sociólogo também não partilhava as posições de Saint-Simon e dos socialistas em geral, segundo as quais a função do Estado nas sociedades industriais deveria resumir-se ao controle da vida econômica, abdicando de qualquer função moral. Como mais tarde advertiu, numa série de preleções sobre o socialismo⁸, uma simplificação como esta tendia, erroneamente, a fundir as esferas política e econômica, visto que para os socialistas cabia ao Estado gerir a produção, deixando, entretanto, o consumo livre. Durkheim, definitivamente, não podia concordar com essa posição.

O motivo da rejeição era simples: o Estado, centro diretor da sociedade, não podia restringir-se ao controle da vida econômica. Sua função deveria restringir-se a catalisar e retraduzir, em moldes racionais, os sentimentos difusos das massas, comunicando-se bilateralmente com as outras estruturas institucionais, os órgãos secundários. Conforme havia apontado na parte final de sua tese doutoral, ainda que a especialização funcional tivesse um efeito integrador, na medida em que promovia a interdependência entre os indivíduos, isso não era o bastante para que a sociedade industrial pudesse prescindir de valores morais.

O problema estava em mostrar em que consistia essa nova moralidade, quais suas características e por que ela não devia ser entendida como um decalque da moralidade inerente às sociedades tradicionais. Decerto, o papel cada vez mais importante do indivíduo no mundo moderno sinalizava um caminho. Numa sociedade altamente diferenciada, a experiência da individualidade tornara-se inevitável. Mas, se por um lado o individualismo era um fenômeno desejável, por outro o egoísmo despontava como um risco sempre iminente e indesejável.

A resposta durkheimiana veio em termos bastante engenhosos. Se a ordem social moderna não era amoral, então havia necessariamente uma moralidade. Porém, à medida que essa moralidade acompanhava a divisão funcional e, por conseguinte, o crescente individualismo, tinha que ser mais flexível do que aquela da ordem tradicional. O indivíduo aparecia, assim, como o centro da moralidade moderna.

Parte dessa conclusão devia-se ao fato de Durkheim ter se apoiado, ainda que parcialmente, no utilitarismo, sobretudo na tese, tão cara a autores como Spencer, de que a sociedade industrial exigia uma diversidade moral, e não uma

8 Essas preleções de Durkheim, oferecidas pela primeira vez entre 1895 e 1896, em Bordeaux, foram organizadas por Luis Carlos Fridman e, juntamente com um texto de Max Weber, também sobre o tema do socialismo, publicadas em português. Ver "Referências".

unidade. Outra parte, sem dúvida, devia-se aos avanços obtidos em seus estudos sobre religião, em especial a noção de “sagrado”, permitindo-lhe entender melhor a composição do fenômeno moral. Mas Durkheim tratou logo de mostrar que esse “culto” ao indivíduo em nada se assemelhava ao individualismo metodológico dos utilitaristas. Não se tratava, portanto, de um individualismo egoísta e corrosivo, tal como aquele defendido pelos utilitaristas e contra o qual Durkheim sempre se opôs. Como por diversas vezes enfatizou, o individualismo moral tinha sua origem na própria sociedade. Ao admiti-lo, Durkheim tomava de empréstimo uma ideia cara ao solidarismo francês, afastando assim qualquer risco de confusão com aquelas tendências baseadas em algum tipo de exaltação à autorreferencialidade. Entretanto, também se esforçava para mostrar que as posições holistas por ele assumidas não deviam ser interpretadas no sentido de negação da individualidade, pois tal percepção contradizia o primado do indivíduo na sociedade moderna.

Seus esforços para conciliar individualismo e sociologismo, também presentes entre os solidaristas franceses, nortearam sua concepção de república, pois, se Durkheim enfatizava uma nação sólida, com valores abrangentes e capazes de atingir os diversos grupos sociais, também apontava para a necessidade de um Estado atuante, mas não opressor, que pudesse estreitar seus laços com os órgãos intermediários e, assim, alargar a participação política dos indivíduos, garantindo-lhes o direito à autorrealização.

Com efeito, as linhas gerais que nortearam tanto o seu individualismo moral quanto sua concepção de republicanismo foram expostas durante o polêmico Caso Dreyfus, em 1898, quando Durkheim publicou um pequeno artigo a respeito do individualismo e do papel dos intelectuais no qual, sem abrir mão dos pressupostos comunitaristas, sugeria um modelo social que reconhecesse na pessoa humana um valor inalienável. Esse texto, que será devidamente analisado na seção seguinte, comporta alguns importantes pontos a respeito de como o autor procurou solucionar as dicotomias inerentes à relação entre a sociedade e o indivíduo, bem como estabelecer as bases para uma moral republicana e laica. Destarte, intenta-se verificar o que, de fato, o sociólogo francês entendia por “culto” ao indivíduo, e de que modo o referido conceito resume o pensamento do autor acerca do modelo republicano.

3. O Caso Dreyfus e a resposta a Brunetière

Em 1894, a empregada da limpeza na embaixada alemã em Paris descobriu uma carta suspeita no cesto do lixo, entregando-a ao serviço secreto francês,

que concluiu existir um traidor entre os oficiais franceses, responsável por espionagem a serviço dos alemães. O capitão do exército francês Alfred Dreyfus foi considerado o principal suspeito e, pouco depois, acabou sendo acusado de alta traição por um colega. Após o julgamento, o capitão foi condenado à prisão perpétua e enviado para a Ilha do Diabo. O julgamento, entretanto, foi marcado por uma série de equívocos e, alguns anos após a condenação do réu, que se baseou na tal correspondência achada, o processo foi reaberto, ficando provada sua inocência. O caso, aparentemente circunscrito às forças armadas, alcançou grande notoriedade. A origem judaica do jovem oficial de artilharia favoreceu a abertura de um amplo debate que não só ganhou a opinião pública como acirrou os ânimos entre grupos políticos rivais. O fato de o exército francês recusar-se a revisar o processo, assumindo o erro judicial – a carta atribuída a Dreyfus tratava-se de uma falsificação grosseira que foi detectada pelo advogado da família –, desencadeou uma série de críticas por parte de alguns segmentos sociais. O episódio em si não tinha grandes atrativos, pois a injustiça acerca da condenação de Dreyfus era certa. O que se seguiu, porém, foi um ferrenho embate público que envolveu importantes nomes da *intelligentsia* francesa, dividindo a nação em dois grupos, a saber, os que defendiam a condenação, chamados de *antidreyfusards*, e os que os defendiam a libertação imediata do injustiçado capitão, chamados de *dreyfusards*.

Por trás desse embate, entretanto, repousava uma série complexa de questões. Como afirma Arendt (1990: 143), este é “o único episódio no qual as forças subterrâneas do século XIX vêm à plena luz nos registros da história”. A autora, igualmente judia, parece estar se referindo não só ao antisemitismo que, após 1870, se difundiu entre as alas mais conservadoras da sociedade francesa, mas também aos diversos grupos políticos que, aproveitando-se do contexto, enviaram esforços no sentido de fazer repercutir seus respectivos projetos.

De fato, as discussões acerca do Caso Dreyfus comportavam muito mais do que uma mera disputa entre defesa e acusação. O país praticamente se dividiu, e subjacentes a essa divisão repousavam dois projetos políticos antagônicos. De um lado os grupos ligados às forças mais conservadoras da sociedade francesa e de outro os republicanos, cujo projeto tinha feições mais progressistas. Ambos os projetos gravitavam em torno dos rumos da política francesa e envolviam paixões difíceis de ser contidas.

O conflito ideológico é usualmente retratado como sendo aquele entre uma velha França, representando o exército, a Igreja e a alta burguesia, chocando-se com uma nova França, representando as heranças das três revoluções

francesas. Houve muitas ocasiões, nos anos que sucedem à Comuna e à Guerra Franco-Prussiana, em que tais forças haviam se chocado, mas, ainda assim, em nenhuma dessas ocasiões as paixões se erguem a tal ponto e de tal maneira quanto no Caso Dreyfus. Era uma formação de uma personalidade coletiva baseada no conflito que fazia arder essas paixões a ponto de provocar um surto de febre (Sennett, 1999: 298).

Ao longo do século XIX, as sucessivas derrotas da França justificaram a construção, por parte das elites tradicionais, de um “inimigo interno” que pudesse desviar a atenção do descrédito em que a oficialidade francesa havia caído após a Guerra Franco-Prussiana. O povo judeu, de certo modo, acabou sendo escolhido para protagonizar esse sombrio papel. Os judeus, afirma Sennett (1999), sempre estiveram presentes quando a velha França precisava lidar com quimeras de complôs secretos, traições etc., todavia, por sua natureza pouco combativa, quase sempre permaneceram à sombra, não se mostrando abertamente para lutar, o que fomentava ainda mais o sentimento antissemita. Os repetidos fracassos militares e econômicos que marcaram as aventuras da elite francesa no decorrer daquele século precisavam ser explicados e, em suma, terminaram com a execração pública do povo judeu. A maneira fraudulenta com que o Caso Dreyfus foi conduzido não deixa qualquer dúvida em relação a isso: houve um esforço por parte do exército para condená-lo. Pior, houve um aviltamento da própria noção de justiça em face do corporativismo das forças armadas. Mas, para além dos desmandos e injustiças cometidos contra Dreyfus, o caso em si foi apenas o pano de fundo para uma abalroação entre grupos políticos que se arrastava havia décadas. Referimo-nos àquela entre conservadores e liberais.

Sennett (1999) afirma se tratar de duas “comunidades” que se lançam num combate “rígido” e “estático”, cujo desenvolvimento adquiriu uma conotação “melodramática”. O episódio, portanto, foi marcado pelo esforço desses grupos, oponentes no campo político, para tornar hegemônicos seus respectivos programas.

Conforme assinalamos na primeira seção, os conservadores estavam ligados à antiga aristocracia monárquica e à Igreja católica. Haviam perdido a maior parte de seus privilégios com o advento republicano e, por isso, tinham todo interesse na restauração. Entre os conservadores mais exaltados, alguns bradavam publicamente contra os *dreyfusards*, que a essa altura eram vistos como representantes mordazes do modelo republicano, portanto como seus inimigos.

Ferninand Brunetière, escritor ligado à Ação Católica, uma das alas mais conservadoras da Igreja, era, como a maior parte de seu grupo, um convicto *antidreyfusard*. Em março de 1898, o crítico literário produziu um artigo, originalmente publicado na *Revue des Deux Mondes*, intitulado “Après le procès”, no qual atacava veementemente os intelectuais, acusando-os de atentar contra a democracia. Acusava ainda a “aristocracia da inteligência” de promover o individualismo e a anarquia, desrespeitando a tudo e a todos, inclusive os militares, que, segundo o autor, eram tratados como “idiotas”. Ademais, segundo o autor, a classe intelectual metia-se em casos que pouco ou nada tinham a ver com seu escopo, imiscuindo-se inclusive em assuntos de segurança nacional. Recusavam-se, acrescentava, a “vergar sua lógica frente à palavra de um general do exército”, arrogando-se o direito de julgar por si mesmos a questão⁹.

A resposta de Durkheim veio alguns meses depois, mais precisamente em julho daquele mesmo ano, por meio de um artigo publicado pela *Revue Bleue*, intitulado “O individualismo e os intelectuais”, mostrando que se havia algo que os republicanos não fariam era silenciar diante de quaisquer provocações. O texto durkheimiano, portanto, tinha traços combativos. Contrário ao argumento de Brunetière, segundo o qual os intelectuais, em nome da autonomia da razão, recusavam-se a aceitar qualquer tipo de autoridade, promovendo assim a anarquia, Durkheim procurava demonstrar que a própria razão era um tipo de autoridade que na sociedade moderna tinha cada vez mais espaço.

Mas, afinal, quem eram essas “autoridades”? Ou melhor, a quem representavam? Esse é, indubitavelmente, um ponto-chave para dar prosseguimento a essa discussão. Brunetière encarnava, assim como as altas patentes das forças armadas, o que havia de mais conservador em termos políticos na França. Eram, nesse sentido, herdeiros de uma sociedade aristocrática que, em virtude do advento republicano, havia se tornado página virada da história. Por isso mesmo ansiavam por um retorno ao poder e não titubeavam em conturbar o mais que pudessem o agitado contexto político da época. Não é demais ressaltar que as primeiras décadas depois da instauração da Terceira República foram marcadas por grande instabilidade, o que instigava ainda mais as ambições dos restauracionistas. Já o grupo de intelectuais, alvo de Brunetière, representava o republicanismo consagrado em 1870, o qual, naquela ocasião, se mostrava fragilizado, sobretudo por conta da unidade política francesa, arranhada por

9 Aqui utilizamos uma versão disponível em <http://www.worldcat.org>. Ver “Referências”.

sucessivos escândalos de corrupção que só reforçavam o coro em torno do resgate de um passado recente¹⁰.

Durkheim estava consciente da estratégia empregada pelo apologista católico e de sua tentativa de desmerecer a classe intelectual. Como esclarece o excerto a seguir, “foi o estado de espírito dos intelectuais e as ideias fundamentais que eles anunciam e não o pormenor da sua argumentação que se atacou” (Durkheim, 1975: 235). Vê-se, então, o que Brunetière tinha em mente ao criticar os intelectuais: não se tratava apenas de um ataque à posição assumida por um grupo de pensadores diante de um caso polêmico, como foi o Caso Dreyfus, mas sim de um ataque ao modo como estes afrontavam as autoridades instituídas, desprezando, em nome do livre-pensamento, todo tipo de hierarquia social – um dos vestígios do *Ancien Régime*. O alvo, portanto, não eram os intelectuais em si, mas o republicanismo por eles representado.

Na tentativa de desconstruir o argumento de Brunetière, segundo o qual o “individualismo” era a “grande enfermidade de nossa época”, sendo responsável por dissolver a ordem e a vida em comunidade, Durkheim inicia o artigo ressaltando a ambiguidade do referido conceito. Conquanto o sociólogo concordasse com a existência de um individualismo destrutivo, anárquico, no qual os indivíduos, alheios aos propósitos mais elevados, são guiados pelo desejo do prazer egoísta e do proveito econômico, atentava para o fato de que este tipo de “comercialismo mesquinho que reduzia a sociedade a um vasto aparelho de produção e de troca”, além de não ser o único tipo de individualismo existente, estava a morrer de “morte natural”. Durkheim referia-se, sem dúvida, ao utilitarismo de Spencer e dos economistas clássicos, cujas teorias, naquela época, estavam circunscritas a um grupo pequeno de adeptos.

Não obstante, havia outro individualismo contra o qual era difícil lutar, pois tinha sua origem vinculada a um ser moralmente superior aos indivíduos isolados, a saber, a própria sociedade. Em muitos aspectos, esta segunda forma estava em franca oposição à primeira, possuindo um caráter mais genérico e muito mais conciliador. Tratava-se daquele individualismo professado por filósofos como Kant e Rousseau e que, com mais ou menos êxito, foi incorporado

10 Prova disso foram os escândalos Wilson e Panamá, respectivamente em 1887 e 1893. O primeiro caso teve como pilar um funcionário do governo, Daniel Wilson, que foi acusado de tráfico de influências, pois utilizou o cargo que ocupava como funcionário do governo para favorecer um grupo de pessoas em troca da decoração de algumas ruas de Paris. O segundo, por sua vez, diz respeito ao próprio governo francês, que adotou o suborno como prática tendo em vista esconder os problemas da Companhia Canal do Panamá, contraindo um prejuízo de mais de 1 bilhão de francos. Ambos os escândalos alcançaram grande repercussão e contribuíram enormemente para macular a imagem do governo republicano.

à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que tinha como centro o próprio homem, porém não em sua singularidade, mas em sua generalidade. Esse tipo de individualismo, portanto, nada tinha a ver com aquela apoteose do autointeresse, aquele culto egoísta do “eu” ou qualquer forma espúria de personalismo, mas, pelo contrário, trazia em seu bojo o velho axioma kantiano: age de tal modo que todas as pessoas possam concordar com a tua ação ou então de tal modo que a máxima de tua ação possa ser universalizada.

Assim, Durkheim abria espaço para inserir uma ideia fundamental para o amadurecimento ulterior de seu raciocínio. Referimo-nos à noção de “sacralidade”, que o sociólogo francês empregava em conexão com a noção de “dignidade” para dirigir-se ao indivíduo¹¹. Segundo o autor, o homem tornou-se, a um só tempo, o crente e o objeto de sua crença, na medida em que foi imbuído de uma aura que é própria das coisas sagradas. Essa condição, segundo o autor, resultava da complexidade alcançada pela vida social moderna, uma vez que a experiência da individualidade constituía um de seus mais impactantes efeitos.

O sociólogo francês, portanto, teve o mérito de conectar sua teoria da religião, que seria plenamente desenvolvida em seus últimos trabalhos, com a ideia, sem dúvida herdada da filosofia iluminista, de que a pessoa mesma era o objeto sagrado das sociedades modernas. Essa articulação teórica permitiu-lhe, inclusive, estabelecer as bases de uma moral secular, na qual o indivíduo ocupava um lugar central. Precavido, porém, Durkheim afastou-se das explicações personalistas que tinham o indivíduo como promotor da vida moral. Para ele o “culto” ao indivíduo estava atrelado à própria dinâmica social, mais precisamente à passagem da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica, conforme apresentada em *Da divisão do trabalho social*. Tratava-se de um processo eminentemente social que tinha como primeiro dogma a “autonomia da razão” e como primeiro rito a “análise livre”. Quanto mais a especialização funcional avançava, mais o indivíduo tinha reconhecido seu valor, o que não significava que a moralidade tivesse sua origem na singularidade humana e, muito menos, que a crescente liberdade de opiniões impedisse um consenso social mínimo. Aliás, sobre este último ponto Durkheim se valia do exemplo oferecido pela ciência para mostrar que consenso e autoridade racional eram perfeitamente compatíveis. O individualismo moral, a despeito de encorajar a liberdade de pensamento, passava longe da “anarquia intelectual e moral”, pois, assim como as ciências em geral,

11 Segundo Joas (2012), esse conceito já estava esboçado na teoria de Kant em sua obra *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Aliás, o filósofo alemão desenvolve o termo no mesmo lugar em que desenvolve a noção de “dignidade”. Assim, Durkheim apenas sistematiza-o e o adéqua a sua teoria.

tinha sua autoridade assentada na racionalidade, exigindo de cada indivíduo que conhecesse “coisas que pudesse legitimamente conhecer”, mas também que se guiasse a opinião mais competente todas as vezes que seu conhecimento sobre determinada ordem de problemas fosse insuficiente. A seguir, Durkheim procurou demonstrar que, para além dos efeitos sociointegradores, esse sistema de crenças centrado no indivíduo tornou-se o único capaz de garantir a unidade moral do país, e isso certamente devido a seu caráter religioso (Joas, 2012).

Durkheim acreditava que o individualismo moral era o único sistema de crenças consoante com as tendências socioculturais modernas. Se, por um lado, a maior extensão territorial e a progressiva divisão do trabalho resultavam em diferentes posturas, saberes e perspectivas, concorrendo para que as pessoas se identificassem cada vez menos, por outro a sacralização da pessoa tendia a se tornar um elemento comum e, nesse sentido, coesivo. Como observou o autor, “Caminha-se assim, pouco a pouco, para um estado, que hoje quase se atingiu, onde os membros de um mesmo grupo social não terão mais nada em comum entre eles senão a sua qualidade de homens e os atributos da pessoa humana em geral”, e, na medida em que “cada um de nós encarna algo da humanidade, cada consciência individual encerra algo de divino e fica assim marcada por um caráter que a torna sagrada e inviolável para os outros” – então, o individualismo tornar-se-ia uma doutrina necessária (Durkheim, 1975: 244).

Mais adiante, Durkheim tratou de explorar algumas fragilidades contidas no discurso de Brunetière, quais sejam, a oposição entre moral cristã e moral do indivíduo e a suposta superioridade daquela. Como destacou o sociólogo, tal oposição não só era aparente como desprovida de qualquer elemento histórico, pois bastava um olhar mais detido sobre o cristianismo para descobrir-lhe os impulsos originais do individualismo, uma vez que foi a primeira religião a mostrar “na fé interior, na convicção pessoal do indivíduo a condição essencial da piedade”. Ainda em relação ao cristianismo e à diferença dos antigos modelos religiosos centrados nas cidades-estado, alertava que

Foi o primeiro a ensinar que o valor moral dos atos se deve avaliar pela sua intenção, coisa íntima por excelência, que obsta por natureza todos os julgamentos exteriores e que só o agente pode apreciar com competência. O próprio centro da vida moral foi assim transportado do exterior para o interior e o indivíduo elevado a juiz soberano de seu próprio comportamento, sem ter de prestar contas senão a ele próprio e ao seu Deus (Durkheim, 1975: 244-245).

Com efeito, o cristianismo não estava em oposição ao individualismo moderno, mas, contrariamente, estava em sua gênese. Aliás, nos estudos que

posteriormente levou a cabo, Durkheim prosseguiu insistindo na importância do cristianismo para a cultura ocidental. Bastaria, para tanto, considerar seus estudos sobre o conceito de alma na tradição cristã em relação às representações das religiões primitivas¹², ou mesmo ressaltar seus esforços no sentido de compreender as contribuições das instituições educacionais cristãs para a formação dos sistemas nacionais de ensino modernos¹³.

Durkheim insistia na ideia de que não havia uma ruptura absoluta entre cristianismo e individualismo, mas uma descontinuidade, pois, assim como as sociedades, os sistemas de crenças também tendiam a se transformar. No caso da sociedade moderna, devido ao alto grau de complexidade, o cristianismo apresentava-se como um “individualismo restrito” e, nesse sentido, “um individualismo mais desenvolvido” era indispensável. Com isso, Durkheim atestava o “culto” ao indivíduo como uma espécie de nova religião, porém com traços eminentemente seculares, laicos e, em última análise, republicanos. Assumia que esse novo sistema de crenças, surgido nos idos do século XVIII, não se achava pronto e, por isso, precisava ser aprimorado tendo em vista “libertar o indivíduo dos entraves políticos que perturbavam o seu desenvolvimento” para, desse modo, “[...] amenizar o funcionamento da máquina social, tão rude ainda sobre os indivíduos”. Terminava, contudo, atentando para o fato de que “a liberdade é um instrumento delicado cujo manejo deve ser aprendido”; tratava-se de “completar, de alargar, de organizar o individualismo, e não de o combater e restringir” (Durkheim, 1975: 247-248).

Feitas essas ponderações, cumpre perguntar: Qual a relação entre o individualismo moral e o republicanismo liberal?. De que modo esse sistema de crenças, centrado na pessoa humana, poderia contribuir para a efetivação de práticas democráticas autênticas? Para respondermos adequadamente a essas questões, será útil sumariar alguns pontos do que até aqui foi apresentado. Vimos que Durkheim desenvolveu grande parte de seu pensamento tendo como pano de fundo os embates políticos entre conservadores e liberais, agudizados durante o Caso Dreyfus, e que alguns teóricos, a exemplo de Renouvier, Fouillée e Bourgeois, procuraram superar, por meio de seus respectivos sistemas de pensamento, esses antagonismos, influenciando sobre a teoria durkheimiana. Porém, a oposição ao individualismo utilitarista, as inquietações em torno da conciliação

12 Um exemplo disso é o artigo de Durkheim, escrito em parceria com Marcel Mauss, intitulado “Algumas formas primitivas de classificação”, que se tornou imprescindível para a elaboração posterior de *As formas elementares da vida religiosa*. Ver “Referências”.

13 Consultar o seu texto a respeito de *A evolução pedagógica* (ver “Referências”).

entre atomismo e coletivismo e o esforço para estabelecer as bases de uma nova ciência – a sociologia – exigiam de Durkheim uma energia criativa com o fim de contornar esses dilemas. O republicanismo liberal, ao qual se alinou, abriu-lhe alguns caminhos nesse sentido. Isso porque Durkheim, como grande parte daquela geração de intelectuais, tinha presente a ideia de que a sociedade francesa não podia abdicar da perspectiva comunitária que a caracterizava – a exemplo de outras sociedades, tal como a inglesa e a norte-americana, calcadas numa perspectiva individualista (Hawthorn, 1982; Girola, 2005). Republicano de formação, Durkheim tinha um débito com a geração de pensadores sociais que o antecederam – Saint-Simon e Comte, no caso da teoria social francesa –, porém não deixou de dialogar com diferentes tradições de pensamento, como a kantiana – por meio de Renouvier –, e com o utilitarismo de Spencer – do qual discordava em partes, mas do qual também se aproximava, como comprovam suas impressões em relação à complexidade funcional e à expansão das liberdades individuais no mundo moderno.

Mas o que Durkheim entendia por republicanismo liberal? Em primeiro lugar, o sociólogo concebia a república em conexão com a ideia de nação. Na ótica do autor, a república constituía o modelo político mais sensato para a promoção da unidade política e cultural da França, requerendo, entretanto, um sistema moral sintonizado com as novas demandas sociais (Ortiz, 2002). Em segundo lugar, o republicanismo estava vinculado à expansão das liberdades individuais e, sendo o individualismo um fenômeno tipicamente moderno, o sistema de crenças numa sociedade caracterizada pela solidariedade orgânica deveria, então, priorizá-lo. Estes dois pontos são essenciais, pois, se por um lado as sociedades modernas não podiam prescindir de um sistema de valores, por outro não podiam simplesmente exumar uma moral opressiva que, a exemplo do sistema moral das sociedades tradicionais, impedia o desenvolvimento dos indivíduos. Na visão de Durkheim, só uma república com um viés verdadeiramente liberal seria capaz de assegurar a manutenção da vida social sem sacrificar as liberdades individuais. A dimensão política de sua teoria sociológica pode, nesse sentido, ajudar-nos a entender sua visão acerca dessas questões¹⁴.

14 Como observa Márcio de Oliveira (2012), há um grande debate em torno da existência ou não de uma teoria política em Durkheim. Segundo o autor, a maior parte dos intérpretes aponta para uma abordagem dos temas políticos por parte de Durkheim à luz de sua teoria social geral. Destarte, os temas atinentes à política estariam compreendidos no interior da concepção de sua “sociedade política”. A preocupação de Durkheim com temas como o Estado, os grupos políticos e as corporações profissionais seria prova suficiente de que a questão política, longe de ter sido negligenciada pelo sociólogo, foi, na verdade, um dos pontos nevrálgicos de sua obra, ainda que seu desenvolvimento estivesse atrelado às discussões do fenômeno moral e, sobretudo, às relações entre sociedade e indivíduo.

Em algumas de suas obras, Durkheim deu especial atenção a temas como o Estado, as corporações profissionais, a democracia, o liberalismo e, até mesmo, o socialismo, o que comprovaria, como sugerem Lukes (1984), Lacroix (1984) e Giddens (1986; 1998), o caráter político de sua sociologia. Todas essas noções estariam, assim, compreendidas no interior de uma “sociedade política”, definida tanto como um espaço social derivado da divisão do trabalho quanto como uma categoria analítica, tendo o Estado como fundamento da autoridade. *Grosso modo*, podemos afirmar que Durkheim pensava a política a partir de sua visão mais geral dos fenômenos sociais, e por isso o Estado aparecia como o principal depositário das forças morais inerentes às sociedades modernas, ficando responsável por promover e garantir os direitos individuais. Diferentemente de autores como Weber, Durkheim entendia o Estado não como um núcleo coercitivo, detentor do monopólio da violência, mas sim como um órgão dirigente, racional que, investido de alguma autonomia em relação à opinião pública, deveria regular as relações, nem sempre isonômicas, entre os diversos grupos sociais. Porém, Durkheim pressentia os riscos de uma hipertrofia do Estado, apontando para a necessidade de algum tipo de contraponto. Por isso, tanto em suas *Lições de sociologia* quanto no “Prefácio” à segunda edição de sua tese doutoral e na parte final de *O suicídio*, o autor atentou para a importância das antigas corporações profissionais, precipitadamente suprimidas durante a Revolução Francesa. Na ótica do sociólogo francês, essas associações, embora juridicamente reguladas, seriam importantes no sentido de gerar uma tensão necessária, tendo em vista frear as tendências despóticas do Estado sobre os indivíduos atomizados.

As propostas de Durkheim para uma retomada das associações profissionais, dentro do quadro geral do Estado, têm afinidades precisas com o solidarismo dos socialistas radicais, e de maneira geral com as tradições de corporativismo que se entrelaçavam com o socialismo na história da teoria política francesa (Giddens, 1998: 115).

É a “qualidade” das relações entre o órgão pensante (o Estado) e os órgãos secundários (as corporações profissionais) o que, na leitura durkheimiana, configura um regime democrático, e não a “quantidade” de pessoas envolvidas nas atividades do governo, conforme o pensamento político clássico. Disso depreende-se uma ideia fundamental para a sua teoria, a saber, se a democracia depende do diálogo entre os múltiplos órgãos e instituições que compõem a sociedade geral, e se a função do Estado, órgão dirigente, é a de organizar racionalmente as demandas oriundas da sociedade civil, então toda essa dinâmica deve estar atrelada a um sistema político que possa, de fato, viabilizá-la.

Ora, desde os tempos de estudante, até mesmo em virtude das influências que recebeu, Durkheim acreditava que só o republicanismo poderia viabilizar uma estrutura política como esta, nas quais as diversas esferas de poder pudessem dialogar. O modelo republicano seria, assim, o mais adequado às exigências e necessidades das sociedades complexas. Mas, mais do que isso, o republicanismo, segundo o sociólogo francês, seria o único modelo político capaz de aproximar as forças coletivas das liberdades individuais, sem qualquer prejuízo desses polos. É nessa perspectiva que a ética do indivíduo, apresentada em seu artigo-resposta a Brunetière, abandonou o plano da idealidade para se concretizar em prática política. Tratava-se daqueles valores que, tendo o indivíduo como fulcro, deviam nortear as relações entre os diferentes organismos e instituições sociais, aproximando as dimensões macro e microsociológicas.

Por isso, para Durkheim não havia contradição entre o desenvolvimento do Estado e o alargamento das liberdades individuais, mas, ao contrário, uma coisa estava diretamente relacionada à outra. Quanto mais o Estado republicano se desenvolvia, isto é, quanto mais efetivava o individualismo moral, mais o indivíduo tinha suas liberdades civis expandidas, podendo, assim, desenvolver todas as suas potencialidades. Portanto, o Caso Dreyfus, até por conta de todos os debates públicos que suscitou, serviu como um contexto bastante estimulante ao sociólogo, que, na perspectiva de sua sociologia política, não só desconstruiu a tese utilitarista de que os valores coletivos contrariavam os interesses individuais, impedindo o desenvolvimento da individualidade, mas também a tese conservadora segundo a qual a superação da crise moderna, entendida como crise moral, passava pela anulação das manifestações individuais.

Destarte, seu republicanismo configura uma tentativa de superar tanto o conservadorismo quanto o liberalismo, e embora nunca tenha deixado de dialogar com ambas as posições o autor manteve-se fiel ao solidarismo, procurando estabelecer as bases de um modelo político capaz de garantir, a um só tempo, a coesão social e a experiência da individualidade. Ao fim e ao cabo, na esteira do que afirmou seu sobrinho, Marcel Mauss, Durkheim vislumbrou solucionar a sempre problemática relação entre indivíduo e sociedade, que desde a primeira redação de tese doutoral despontava como uma questão crucial para a sociologia¹⁵.

15 Consultar o Prefácio, escrito por Marcel Mauss, à obra *O socialismo* na edição organizada por Luis Carlos Fridman (ver "Referências").

Considerações finais

Mais do que um fato isolado, restrito ao universo das forças armadas francesas, o Caso Dreyfus foi um episódio de largo alcance, responsável por libertar forças políticas antagônicas que até aquele momento encontravam-se discretamente contidas no plano das intenções. Na medida em que as discussões acerca da inocência do capitão Dreyfus ganharam a opinião pública e repercutiram negativamente sobre a lisura da justiça francesa, um amplo debate teve início, tornando explícitas as diferenças entre conservadores e liberais. Como procuramos explicitar, essa rivalidade, que remonta ao período imediatamente posterior à Revolução Francesa, adquiriu uma dimensão dramática durante o episódio envolvendo o jovem capitão. A origem judia de Dreyfus certamente contribuiu para a sua condenação, sobretudo se consideramos os efeitos provocados pela derrota em Sedan diante dos alemães e a caça aos responsáveis pela humilhação internacional que se seguiu.

Alinhado ao republicanismo liberal que desde Renouvier, Fouillée, passando por Bourgeois, marcou a geração que o antecedeu, Durkheim procurou estabelecer as bases teóricas e práticas de um sistema político capaz de garantir a coesão necessária ao modelo social que se edificava na França e, concomitantemente, a expansão da individualidade, entendida como uma especificidade das sociedades modernas. Entre os trabalhos publicados pelo autor, o artigo sobre o Caso Dreyfus, “O individualismo e os intelectuais” – segundo Giddens (2005) e Girola (2005), uma das poucas intervenções públicas de Durkheim no campo da política –, desponta como um manancial teórico importante, do qual é possível apreender parte de suas formulações a respeito do tipo de moralidade mais ajustada aos organismos sociais altamente diferenciados. Se o indivíduo recebe da própria sociedade as crenças morais que o divinizam, não há, pois, nenhuma contradição em ser individualista e ao mesmo tempo afirmar que o indivíduo é um produto social. Com efeito, o individualismo moral constitui a base do modelo republicano preconizado pelo sociólogo, que, tendo o indivíduo como centro, contempla não só a vida coletiva, mas também as liberdades individuais e civis. Trata-se de uma tentativa de limitar os exageros do egoísmo utilitarista, atentando para o sentido que todo cidadão deve dar às relações estabelecidas com os outros indivíduos com o fim de dirimir as desigualdades e as injustiças nos planos político e social. Contudo, também se trata de um esforço para garantir o desenvolvimento de todas as potencialidades individuais, por vezes repelidas por forças sociais mais ou menos nítidas, pois só assim esse cidadão tornar-se-á, de fato, ativo na sociedade da qual é membro, contribuindo tanto

no plano individual quanto no plano coletivo para a consolidação de uma república autenticamente democrática.

Referências

- ARENDETT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- BELLAMY, Richard. *Liberalismo e sociedade moderna*. Trad. Magda Lopes. São Paulo Ed. Unesp, 1994.
- BOUTHOU, Gaston. *História da sociologia*. 5. ed. Trad. J. Guisburg. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel, 1980.
- BRUMETIÈRE, Ferdinand. **Après le procès**. Disponível em <http://www.worldcat.org/title/apres-le-proces-reponse-a-quelques-intellectuels/>. Acesso em: 2 jun. 2012.
- DURKHEIM, Emile. O individualismo e os intelectuais. In: DURKHEIM, Emile. *A Ciência Social e a Ação*. Trad. Inês Duarte Ferreira. São Paulo, Difel, 1975, p. 235-250.
- DURKHEIM, Emile. *As formas elementares da vida religiosa*. 2. ed. Trad. Joaquim Pereira Neto. São Paulo, Paulus, 1989.
- DURKHEIM, Emile. *A evolução pedagógica*. Trad. Bruno Charles Magne. Porto Alegre, Artmed, 1995.
- DURKHEIM, Emile. *Lições de sociologia*. Trad. Mônica Stahel. São Paulo, Martins Fontes, 2002.
- DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. 3. ed. Trad. Paulo Neves. São Paulo, Martin Fontes, 2007.
- DURKHEIM, Emile. *Da divisão do trabalho social*. 3. ed. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação. In: MAUSS, Marcel. *Ensaio de sociologia*. 2. ed. Trad. Luiz João Gaio, Jacob Guisburg. São Paulo, Perspetiva, 2009.
- FRIDMAN, Luis Carlos. *Émile Durkheim e Max Weber: socialismo*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1993.
- GIDDENS, Anthony. *Durkheim*. London, Fontana Press, 1986.
- GIDDENS, Anthony. *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. Trad. Cibele Saliba Rizek. São Paulo, Ed. Unesp, 1998.
- GIDDENS, Anthony. *Capitalismo e moderna teoria social*. 6. ed. Trad. Maria do Carmo Cury. Lisboa, Presença, 2005.
- GIROLA, Lidia. *Anomia e individualism: del diagnóstico de la modernidad de Durkheim al pensamiento contemporáneo*. Barcelona, Anthropos, 2005.

- GONZÁLES, Horácio. *A Comuna de Paris: os assaltantes do céu*. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- JOAS, Hans. *A sacralidade da pessoa: nova genealogia dos direitos humanos*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo, Ed. Unesp, 2012.
- HAWTHORN, Geoffrey. *Iluminismo e desespero: uma história da sociologia*. Trad. Célia Maria Euvaldo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- HOBSBAWM, Eric J. *A era do capital: 1848-1875*. 15. ed. Trad. Luciano Costa Neto. São Paulo, Paz e Terra, 2009.
- MARTINS, Carlos Benedito. *O que é sociologia*. São Paulo, Brasiliense, 2006.
- LACROIX, Bernard. *Durkheim y lo político*. México, Fondo de Cultura Económica, 1984.
- LUKES, Steven. *Émile Durkheim su vida y su obra: estudio histórico-crítico*. Madrid, Siglo XXI, 1984.
- OLIVEIRA, Márcio de. *O Estado e a política em Durkheim*. In: OLIVEIRA, Márcio de; WEISS, Raquel (Org.). *David Émile Durkheim: a atualidade de um clássico*. Curitiba, Ed. UFPR, 2011, p. 103-130.
- ORTIZ, Renato. *Durkheim: arquiteto e herói fundador*. In: *Ciências sociais e trabalho intelectual*. São Paulo, Olho d'Água, 2002, p. 89-122.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Trad. Lygia Araújo Watanabe. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- WEBER, Eugen. *França fin-de-siècle*. Trad. Rousara Eichenberg. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- ZEITLIN, Irving. *Ideología y teoria sociológica*. Buenos Aires, Amorrortu, 1973.

Recebido em: 16/04/2014

Aprovado em: 08/05/2014

Como citar este artigo:

VARES, Sidnei Ferreira de. *Durkheim, o Caso Dreyfus e o republicanismo liberal na Terceira República francesa*. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 4, n. 2, jul-dez 2014, pp. 481-505.

Consciência negra e socialismo: mobilização racial e redes socialistas na trajetória de Hamilton Cardoso (1953-1999)

Fábio Nogueira de Oliveira¹

Flavia Rios²

Resumo: A geração negra de 1970 é central para entender a emergência da mobilização contra a ideologia da democracia racial durante a ditadura militar e seus desdobramentos no processo de democratização. Em particular, a relação entre raça e classe foi a problemática mais relevante para as jovens lideranças estudantis que afirmavam uma identidade racial ao mesmo tempo em que se aliavam às esquerdas políticas e às lutas contra o regime dos generais. Hamilton Cardoso é figura emblemática no contexto paulista, porque sua trajetória e suas redes políticas expressam as alianças entre o nascente movimento negro contemporâneo e o socialismo. Sua produção intelectual é um esforço para promover a conciliação entre a consciência negra e a luta de classes.

Palavras-chave: raça; classe; democratização; intelectuais negros; Hamilton Cardoso.

Black consciousness and socialism: racial mobilization and socialist networks the trajectory of Hamilton Cardoso (1953-1999)

1 Departamento de Ciências Humanas e Tecnológicas – Universidade Estadual da Bahia (UNEB) – Seabra – Brasil – fabionogueira27@yahoo.com.br

2 Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade de São Paulo (USP) – Bolsista FAPESP – São Paulo – Brasil – flaviarios@yahoo.com.br

Abstract: *The black generation of the 1970s is central to understanding the emergence of mobilization against racial democracy as an ideology during the military dictatorship and its developments in the democratization process. In particular, the relationship between race and class was the most important issue for young black student leaders who claimed a racial identity while they allied themselves to the political left and the struggle against the regime of the generals. Hamilton Cardoso is emblematic figure in São Paulo context because its trajectory and political alliances between networks express the rising contemporary black movement and socialism. His intellectual output is an effort to promote reconciliation between black consciousness and class struggle.*

Keywords: *race; class; democratization; black intellectuals; Hamilton Cardoso.*

I. Redes socialistas e mobilização negra na resistência à ditadura militar

Em sua gênese, frações expressivas do movimento negro contemporâneo formaram-se na “frente de esquerda” que fazia oposição à ditadura durante os anos 1970 e início dos anos 1980 (Gonzalez, 1982; Silva, 1994; Hanchard, 2001; Soares, 2012). Nas trajetórias de vida, nos relatos e nas páginas de jornais encontramos marcas significativas do tenso debate político desses tempos incertos, tingido pela retórica de classe e pela crítica negra dissonante. Aos registros históricos somam-se evidências da constituição de uma identidade coletiva negra em contraste com o construto simbólico e político da esquerda no Brasil. No processo de reorganização das esquerdas no pós-luta armada, algumas organizações, a exemplo da Liga Operária (que se tornou conhecida por Convergência Socialista), foram relativamente permeáveis à influência e à ação de militantes negros que passaram a colocar a temática racial na pauta das discussões e até em seu veículo de comunicação, no bojo da chamada imprensa alternativa.

Dessa perspectiva, a trajetória do jornalista Hamilton Bernardes Cardoso (1953-1999) é modelar para compreender essas relações políticas entre redes socialistas e movimento negro. Intimamente ligado à formação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), que posteriormente ficou conhecido como MNU (Movimento Negro Unificado), Hamilton era também militante e jornalista da Convergência Socialista, uma das correntes políticas que fundou o Partido dos Trabalhadores (PT)³. Ele era, portanto, um mediador

3 A Liga Operária (1972-78) foi fundada na Argentina por cinco exilados brasileiros liderados por Jorge Pinheiro, este já era trotskista por influência de Mário Pedrosa que conhecera no Chile. Já na Argentina, Pinheiro conheceu Nahuel Moreno, fundador do PST (Partido Socialista dos Trabalhadores) e ligado

político tanto por transitar em diferentes espaços de engajamento como por fazer conexões entre redes de ativismo⁴.

Em meados da década de 1970, o jovem negro e estudante de jornalismo Hamilton Bernardes Cardoso foi “recrutado” pela Liga Operária (1972-1978)⁵. Assim como ele, outros estudantes e militantes negros originários das camadas médias e populares ingressaram nessa corrente trotskista⁶. O contato com grupos da esquerda socialista no período de censura e o fato de que muitas destas organizações atuavam na clandestinidade permitiram a ativistas negros a mobilização de uma estrutura de recursos para uma ação coletiva que não passasse exclusivamente pelas instituições e pelos grupos negros que existiam sob o regime ditatorial⁷.

A atuação política no jornal *Versus* é o exemplo mais bem acabado de uma aliança política entre esses ativistas negros e a esquerda política. Nele, a juventude negra organizada na Liga Operária inseriu a pauta racial no debate sobre a redemocratização e se apresentou como ator coletivo organizado, com tradição própria e altamente comprometida com as lutas de classes, o que significava, na prática, vínculos fortes com a rede socialista.

Em outubro de 1975 surge o jornal *Versus*, no mesmo mês em que foi divulgado o escandaloso caso da morte do diretor de jornalismo da TV Cultura Vladimir Herzorg numa cela do DOI-Codi em São Paulo. O *Versus* era um projeto ambicioso que reunia vários espectros da esquerda política e jornalistas críticos ao regime ditatorial. Tratou-se de um periódico paulista que por quase cinco anos compôs a miríade da imprensa “nanica” (Kucinski, 2003)⁸. Em sua origem, o *Versus* era um jornal independente criado pelo jornalista Marcos Faerman

à Fração Bolchevique da IV Internacional. A Liga Operária formou seus primeiros núcleos em Santo André e na Escola de Sociologia e Política, em São Paulo; a partir de 1973, essa organização clandestina ligou-se ao jornal *Versus*.

4 Na literatura especializada em movimentos sociais, a figura mediadora, os *brokers*, é central para entender como as redes políticas se entrelaçam. Para mais detalhes, ver McAdam, Tarrow, Tilly, 2001.

5 Segundo o depoimento de Adão Ventura, militante da Liga Operária, concedido a Flávia Rios em janeiro de 2011 no projeto “Elite Política Negra no Brasil”, pesquisa financiada pela FAPESP.

6 A Liga Operária atuou no movimento estudantil paulistano adotando o nome de *Proposta*, na PUC/SP, e de *Mobilização*, na USP. Estudantes universitários negros como Hamilton Cardoso, Rafael Pinto e Milton Barbosa, que se tornariam fundadores do MNU, foram antes militantes da Liga Operária.

7 Existiam entidades e grupos negros que atuavam nos limites da ditadura militar a exemplo do Aristocrata Clube, Casa da Cultura Afro-Brasileira, Grupo de Trabalho dos Profissionais Liberais Negros em São Paulo. Essas entidades foram fundamentais para a eleição, em 1966, de Adalberto Camargo à Câmara Federal. Em 1968, Adalberto, como deputado federal, criou a Câmara de Comércio Brasil-África. Para mais informações ver Santana, 2003: 517-555.

8 Entre 1964 e 1970, essa “imprensa alternativa” prosperou e deu origem a mais de 150 jornais e revistas (Bucchioni; Ogassawara, 2005: 95).

(1943-1999). Como parte da imprensa alternativa, o objetivo desse jornal era apresentar o pensamento de intelectuais de oposição à ditadura militar num espectro amplo, de democratas liberais a socialistas revolucionários.

Marcos Faerman trabalhava no *Jornal da Tarde* quando criou o *Versus*. Era seu colega de redação o jornalista e escritor Oswaldo de Camargo, poeta ligado à Associação Cultural do Negro, nos anos 1950 e 1960. Pressionado pela Liga Operária por causa da ausência da temática nacional e racial no *Versus*, o editor chefe do periódico convidou Oswaldo de Camargo para escrever sobre esses temas. Assim, em 1977 ele criou a seção “Afro-Latino-América” no *Versus*, a qual foi formada por Oswaldo Camargo, Jamu Minka (poeta, fundador do grupo Quilombhoje e dos *Cadernos Negros*), Neusa Maria Pereira, Tânia Regina Pinto e Hamilton Cardoso (que usava o pseudônimo Ndacaray Zulu Nguxi).

Esse cenário complexo, formado por uma ampla gama de intelectuais de esquerda pertencentes a diversos matizes ideológicos, mudou quando a Liga Operária (1972-78) assumiu o controle do *Versus*. Essa estratégia de aparelhamento do jornal tinha dois objetivos. O primeiro era torná-lo uma tribuna das posições da Liga Operária e contribuir para ampliar seu raio de influência entre intelectuais e setores do movimento social que emergiu no contexto pós-luta armada. O segundo era aproveitar-se da estrutura do jornal para organizar o trabalho político da organização trotskista. Esse duplo objetivo fez que se desenvolvesse no *Versus* uma dualidade. Por um lado, a pretensão de manter o projeto original de Faerman, de um formato mais cultural, que privilegiasse o diálogo com intelectuais e políticos que estivessem em oposição ao regime militar. Por outro, seu papel de órgão “oficioso” da Convergência Socialista (Kucinski, 2003).

Quando Hamilton Cardoso tornou-se militante orgânico da Liga Operária, sua posição no *Versus* sofreu uma progressiva mudança: ele saiu da condição de colaborador da seção “Afro-Latino-América” para a de editor do jornal⁹. O fato de ser alçado do grupo de colaboradores ao conselho de direção foi interpretado por Oswaldo Camargo e Jamu Minka como uma interferência da Liga Operária. Ambos se desligaram de “Afro-Latino-América” e passaram a desenvolver outros projetos jornalísticos e culturais¹⁰.

9 Entre os meses de junho de 1978 até o fechamento do jornal no final de 1979, Hamilton Cardoso escreve para *Afro-Latino-América*. Hamilton Cardoso só fez parte do grupo de colaboradores da *Versus* a partir do número 13 (agosto, 1977) e no número 15 (outubro/1977) passou a integrar o conselho de redação do jornal. Bernardo Kucinski afirma que a influência da Liga Operária nos rumos do *Versus* começa em dezembro de 1977 (com a capa “O Partido Socialista está nascendo”) e se consolida em março de 1978, quando a Liga toma definitivamente a direção do jornal (Kucinski, 2003: 249-68).

10 Oswaldo Camargo funda o jornal *Abertura*. JamuMinka passa a colaborar com o *Jornegro* e com os *Cadernos Negros*.

Ao mesmo tempo, Hamilton Carsoso era altamente ligado às redes negras que se rearticulavam pelo país afora. A oportunidade de publicizar as reivindicações de setores do movimento negro que estavam se reorganizando, a partir das páginas do *Versus* – um dos mais bem-sucedidos empreendimentos da imprensa alternativa –, deveria parecer promissora. O *Versus* contava com uma estrutura profissional de redatores e jornalistas, além de uma rede de distribuição que abarcava as principais capitais brasileiras. De um jornal de intenções modestas, vendido de mão em mão, em pouco tempo o *Versus* passou a ser distribuído em bancas de jornal de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e outras capitais. Em 1977, consolidou sua distribuição nacional e chegou a superar a marca dos 35 mil exemplares vendidos (Bucchioni; Ogassawara, 2005, apud Kucinski, 2003: 250). Ao longo de sua existência, totalizou 34 edições entre os anos de 1975 e 1979.

Dentro da perspectiva original deste jornal paulistano, a “Afro-Latino-América” tornou-se um espaço da divulgação para intelectuais, lideranças e artistas negros como Abdias do Nascimento, Clóvis Moura, Lélia Gonzalez, Thereza Santos, Hélio Santos, Licínio Azevedo, o músico Lumumba e Antônio Carlos (Grupo Evolução). Era, portanto, a tribuna de uma esquerda democrática negra em clara oposição ao regime militar vigente.

A trajetória da seção “Afro-Latino-América” pode ser dividida em duas fases. A primeira, de sua formação (*Versus*, n. 12, julho 1977) até o número 18, antes do surgimento do MUCDR (Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial), com a predominância da primeira coordenação formada por Osvaldo de Camargo; a segunda, do número 19 em diante, em que a presença da Liga Operária (agora Movimento Convergência Socialista) era mais forte, com o esvaziamento da seção, que na fase final foi basicamente escrita por militantes da organização socialista (Hamilton Cardoso, Wanderlei José Maria, Neusa Maria Pereira, Maria Dulce Pinheiro Pinto, José Adão de Oliveira e Rafael Pinto, dentre outros). Em outros termos, houve a passagem de uma “esquerda negra democrática” para uma “esquerda negra revolucionária”. Nessa última vertente, Hamilton Cardoso é seguramente a figura mais central para entender a trajetória desse grupo e suas relações com a esquerda socialista, bem como com as organizações negras do período.

Neste sentido, é preciso saber mais sobre o enraizamento de Hamilton Cardoso no mundo negro e o modo como manejava suas filiações identitárias. Antes de se tornar um jovem intelectual e revolucionário de esquerda, Hamilton teve sua trajetória marcada por sua socialização nos espaços negros da capital paulistana, entre o final da década de 1960 e o início dos anos 1970. Esta

experiência o tornou o portador das reivindicações de um tipo de protesto negro que iria se organizar no final daquela década e desaguaria no Movimento Negro Unificado (MNU).

II. Identidade, espaços e culturas negras em São Paulo

São Paulo é a capital do protesto negro moderno. A cidade paulista tornou-se palco de diversas expressões de negritude desde as primeiras décadas do século XX, com o surgimento e a difusão da imprensa negra – tradicional veículo de comunicação e organização dos filhos e netos de escravos e libertos que migraram de diferentes partes do país e do interior do estado para a cidade – até a constituição de uma entidade política expressiva, a Frente Negra Brasileira (FNB), nos anos 1930, que promoveu e canalizou as reivindicações das camadas negras em processo de diferenciação na urbe que sediou a modernização do país (Fernandes, 1964; Andrews, 1991; Domingues, 2007).

Os espaços de sociabilidade dos negros compreendiam o perímetro do centro da cidade de São Paulo, especialmente na área que vai do largo do Arouche à praça da Liberdade. Florestan Fernandes e Roger Bastide (1955), quando realizaram o estudo de relações raciais para a Unesco, na década de 1950, apontaram a rua Direita e seu entorno como local de *footing* dos trabalhadores negros durante os finais de semana¹¹. Também Paulo Duarte, um dos fundadores da Universidade de São Paulo, em uma série de artigos que escreveu no jornal *O Estado de S.Paulo* sobre “Negros no Brasil”, registrou os conflitos e dilemas dos brancos diante da presença dos negros na área central:

Os comícios de todas as noites na praça do Patriarca e as concentrações também à noite de negros agressivos ou embriagados na rua Direita e na praça da Sé, os botequins do centro onde os negros se embriagam, já estão provocando protestos, justíssimos protestos, até pela imprensa, pois não é possível uma cidade como São Paulo ficar à mercê de hordas grosseiras e malcriadas, prontas a se desencadearem contra qualquer branco, homem ou mulher, desde que um gesto involuntário, um olhar mesmo, possa ser mal interpretado por esses grupos brutais e violentos. (*OESP*, 17 abril 1947: 6).

Uma jovem pesquisadora baiana que veio para São Paulo estudar na Escola Livre de Sociologia e Política, no início dos anos 1950, relatou que se espantou ao ver tantos negros reunidos nos fins de tarde na rua 24 de Março. Lá,

segundo ela, era um espaço de lazer predominante masculino e negro. Lugar tido como perigoso, o qual as “moças de bem” deveriam evitar¹². Nos anos 1970, esta cartografia negra ainda era notável, não obstante a formação de novos espaços de entretenimento e confraternização na esteira do fenômeno *black soul*. Esse território de sociabilidade foi basilar para que entrassem em cena símbolos de orgulho racial, os quais se inseriram no repertório de ação coletiva na metrópole (Hanchard, 2001).

Esses espaços, todavia, eram heterogêneos. Neles se entrecruzaram diferentes formas de *identidade negra* que expressavam diferenças religiosas, de *status* e de classes sociais (estratos médios, intelectuais, artistas, proletários e trabalhadores “informais”). Historicamente, havia no centro de São Paulo diferentes formas de expressão cultural e política: das *tradicionais* às de *protesto*. Por um lado, havia a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, localizada no largo do Paissandu, onde também se encontrava uma forte irmandade religiosa, além do monumento em homenagem à Mãe Preta¹³. Nesse espaço, tradicionalmente, eram feitos eventos públicos referentes ao centenário da Abolição, em que lideranças negras, autoridades públicas do estado e religiosas proferiam discursos comemorativos ao 13 de Maio¹⁴. Por outro lado, havia outros espaços culturais e recreativos, como a Escola de Samba Vai Vai, no bairro do Bexiga, e o clube Paulistano da Glória, na Liberdade¹⁵. Em concorrência com a tradição nacional, chegavam, durante a década de 1970, novas formas e novos símbolos de negritude internacionalizados, os quais eram mais atraentes à experiência sociocultural da juventude negra. Assim, as primeiras equipes de som, como a Zimbábue¹⁶, passaram a trabalhar com *black soul* e encontraram abrigo em clubes como o Coimbra, na avenida Ipiranga.

Por sua vez, a cidade também tinha gestado organizações com feições de protesto, como a já citada Frente Negra Brasileira (1931-1937), a Associação Cultural do Negro (1956-1978), o Centro de Cultura Negra (1971-1978) e o Movimento Negro Unificado (1978). Este último, o MNU, impôs à cidade uma nova linguagem do protesto, apropriando-se politicamente dos espaços de *footing* negros que se estendiam do teatro até o viaduto do Chá. Note-se que o referido

12 Relato público da professora Josildeth Gomes Consorte numa defesa de doutorado na USP, no dia 5 de novembro de 2013. Para mais detalhes sobre a trajetória de Consorte, ver *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 18, 2009, p. 1-352.

13 Sobre o processo de reconhecimento e projeção do referido monumento, ver Siegel, 2007: 315-376.

14 Ver notícia intitulada “Todas as homenagens pela abolição” (FSP, 14/5/1971).

15 A respeito da presença negra nos carnavais paulistanos, ver Simson, 1989. Sobre a Escola de Samba Vai Vai ver Soares, 1999.

16 Sobre os clubes *blacks* e os empreendimentos negros de entretenimento, ver Felix, 1999.

movimento chegou às ruas, nas escadarias do teatro Municipal, portando um discurso radical que confrontava a autoimagem difundida pelo nacionalismo político do regime autoritário. O protesto, atente-se, realizou-se num contexto de forte mobilização social, estudantil e sindical e sob a ameaça de repressão militar¹⁷. Hamilton transitou por todos esses espaços desde a adolescência e foi um dos ativistas centrais para a formação do movimento negro contemporâneo.

Filho de Onofre Cardoso, músico de orquestra, e de Deolinda Bernardes Cardoso, Hamilton nasceu em Catanduva, no noroeste paulista, no dia 10 de julho de 1953¹⁸. Embora tenha nascido no interior do estado, Hamilton Bernardes Cardoso chegou à capital ainda na tenra infância, tendo frequentado escolas públicas na cidade até que seus pais decidiram encaminhar os dois filhos mais velhos para um seminário do interior de São Paulo. Desta forma, parte significativa de sua escolarização se deu sob os preceitos da educação religiosa¹⁹.

No ano de 1968 ele fazia os estudos secundários no Instituto de Educação Caxetano de Campos, na praça de República²⁰. Aos domingos, a praça da República já era o espaço da feira *hippie* na década de 1970: um ponto de encontro obrigatório para pintores, escultores, artesãos, jornalistas e intelectuais como Solano Trindade, Ciro Nascimento, Aristides Barbosa, Odacir de Matos e Oswaldo de Camargo. Nesse período, assim como outros estudantes de sua geração, Hamilton passou a frequentar os teatros Vereda e de Arena, cineclubes e cinemas de arte, como o cine Bijou, na praça Roosevelt. Divertiu-se nos agitados bailes do clube Coimbra, participou de atividades culturais e reuniões políticas em tradicionais clubes negros ou na casa de intelectuais e antigos militantes; enfim, integrou-se completamente ao universo diversificado da “cultura negra paulistana”.

Um dos centros de politização da questão negra em São Paulo foi construído na parceria entre o sociólogo e músico Eduardo de Oliveira e Oliveira (1923-1980) e a atriz comunista Thereza Santos (1930-2012)²¹. O encontro dos dois ativistas resultou na fundação do Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), cujo objetivo era contrapor-se às entidades negras da cidade, as quais, aos seus olhos,

17 Ver depoimento de Amaury Pereira e Milton Barbosa em Alberti; Pereira, 2007. Ademais, vale a pena ler o artigo seminal de Lélia Gonzalez (1982): O movimento negro na última década.

18 Segundo depoimento de sua primeira esposa Dulce Maria Pereira em “Hamilton Cardoso”. Disponível em :<< <http://www.geledes.org.br/atlantico-negro/movimentos-lideres-pensadores/afrobrasilianos/hamilton-cardoso/1003-hamilton-bernardes-cardoso>>>. Acesso: 20 de fevereiro de 2014.

19 Para mais detalhes sobre a vida de Hamilton Cardoso, ver Flavio Carrança, *Hamilton Cardoso: militante, intelectual e jornalista*. São Paulo. No Prelo.

20 Entrevista de Thereza Santos concedida a Fábio Nogueira em 10 de outubro de 2005.

21 Para análise mais detalhada do projeto teatral de Thereza Santos e Eduardo de Oliveira e Oliveira, ver Rios, 2014.

eram demasiadamente culturalistas, entendidas à época como pouco politizadas²². Em 1971, Hamilton Cardoso fez parte do grupo de atores que encenaram a peça *E agora falamos nós*, escrita e montada por Eduardo de Oliveira e Oliveira e Thereza Santos²³. Através desse teatro negro de protesto, Hamilton, com 18 anos, engajou-se na mobilização política e assumiu uma identidade negra.

No circuito frequentado por Hamilton e seus colegas, a poesia de protesto tinha seu lugar especial. Hamilton declamava poesias, cantava músicas africanas e teve o seu primeiro contato com o protesto político negro (Cardoso, 1979: 45). Sete anos mais tarde, no poema “Vontade”, sob o pseudônimo africano de Zulu Nguxi, publicado em “Afro-Latino-América”, ainda fazia referência a este momento de iniciação política²⁴. Acompanhando o que era praticado por outros jovens negros, Hamilton Cardoso declamou poesias de autores africanos engajados na luta contra o colonialismo português e chegou a produzir uma coletânea de poemas impressos em mimeógrafo²⁵. Para Domício Proença Filho (2004: 161-193), entre as décadas de 1960 e 1970 emerge uma poética negra mais “engajada”, a partir da formação de grupos de escritores negros que têm como matéria principal a construção de uma identidade com forte vinculação aos valores e às tradições culturais africanos. Na cidade de São Paulo, o principal grupo foi o Quilombhoje, surgido em 1980²⁶, cuja formação deveu-se ao poeta Cuti (Luís Silva) e ao advogado Hugo Ferreira, que em 1978 reuniam-se no Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN). Eles resolveram lançar uma pequena coletânea de poemas chamada *Cadernos negros*. Nesse periódico literário, Hamilton participou com a publicação de poemas e crônicas que oscilam entre a sensualidade e os discursos políticos anticapitalista e antirracista (Cardoso, 1980; 1981)²⁷.

Essa rede, marcada pela produção cultural, por associações tradicionais e clubes, mantinha na capital paulista a sociabilidade negra, assim como gestava discursos críticos às relações raciais. Nesses espaços havia a percepção de que

22 A esse respeito digno de nota é o texto de Silva, 2012.

23

24 Cardoso, 1977: 33.

25 Em 1977, Hamilton fez circular *Negrice 1 – Iniciação*, uma pequena coletânea de poemas mimeografada, de Cuti (Luís Silva), JamuMinka, Oswaldo de Camargo, do poeta moçambicano José Craveirinha (1922-2003) e poemas de sua própria autoria sob o pseudônimo de Ndacaray Zulu Nguxi. Esta publicação, no entanto, nas palavras de Hamilton tinha como objetivo aproximar as pessoas mais envolvidas com o circuito cultural negro da Liga Operária. Ver entrevista de Hamilton Cardoso concedida a Maria Ercília do Nascimento em 1984 (in: Flavio Carrança, Hamilton Cardoso: militante, intelectual e jornalista”. São Paulo (*No Prelo*).

26 No Rio de Janeiro e em Salvador temos um fenômeno similar com a formação, respectivamente, do Negrícia, Poesia e Arte do Crioulo, em 1982; e do grupo Gens (Grupo de Escritores Negros de Salvador), em 1985.

27 São os poemas “30, maio”, *Cadernos Negros*, n. 3, 1980; “A revolução dos sonhos: macumba, revolução e cachaça”, *Cadernos Negros*, n. 4, 1981.

o racismo era uma experiência comum vivenciada pelas famílias, pelos grupos e pelos indivíduos que viviam na cidade. Hamilton Cardoso, nesses percursos, relacionou-se tanto com lideranças negras mais próximas do espectro conservador²⁸ como com os segmentos mais liberais e de esquerda.

III. Revolução, Raça e Classe: um pensamento negro socialista em formação

O objetivo desta seção é desenvolver o pensamento de Hamilton em contraste com alguns intelectuais negros da época. Para isso, procuraremos seus pontos de aproximação e distanciamento com Clóvis Moura, Abdias do Nascimento e, ainda, com Thereza Santos e Lélia Gonzalez. Devido ao caráter disperso dos textos e artigos de Hamilton – escritos, na maioria das vezes, à luz da conjuntura cambiante do processo de redemocratização –, optamos por analisá-los a partir de seus contextos e objetivos políticos específicos, reconstruindo o pensamento do jornalista no leito do intrincado jogo de relações e conflitos políticos do qual emergiu.

Em São Paulo, onde predominou uma experiência histórica de associação do negro em torno da raça (Buttler, 1992), vicejou de forma mais consistente o núcleo marxista do Movimento Negro Unificado, a partir do Núcleo Negro Socialista e do grupo Decisão. Isso significa que a superação do racismo só poderia ocorrer com a ruptura da ordem “racial” e de suas estruturas de poder, porque eram percebidas e vividas como tais²⁹. Desta forma, para a seção paulistana do MNU, a questão cultural não era central para a construção política; tratava-se, na verdade, de um meio para acessar a comunidade negra.

28 Destaque-se a figura do deputado federal Adalberto de Camargo, de quem Hamilton recebeu uma bolsa para estudar na Faculdade Cásper Líbero. Para mais detalhes sobre Camargo, ver Valente, 1982.

29 O artigo focaliza a cidade de São Paulo, mas é necessário dizer que durante os anos 70 há uma série de acontecimentos e iniciativas de grupos negros que sinalizam positivamente acerca da retomada da mobilização do movimento negro brasileiro. Em 1970, no Rio Grande do Sul, forma-se o grupo *Palmares* que, em 1974, propõe como a data nacional dos afro-brasileiros o 20 de novembro (dia da morte de Zumbi dos Palmares), em contraposição ao 13 de maio. O poeta gaúcho, Oliveira Silveira, publicara, em 21 de novembro de 1971, no jornal *Correio do Povo*, o artigo “A Epopeia de Palmares”. “Palmares – A Guerra dos Escravos”, de Décio Freitas, é publicado no Brasil, em português, em 1973. Em Belo Horizonte, a Sociedade José do Patrocínio retoma as suas atividades. No Rio de Janeiro, a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA) e o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) desempenham um importante papel na aglutinação do movimento negro fluminense. Ainda no Rio, em 1976, Lélia Gonzalez abre o curso de Cultura Negra, na Escola de Artes Visuais, no momento em que aumenta o intercâmbio entre as organizações negras do Rio e de São Paulo. Em Salvador, em 1974, surge a Sociedade Cultural Bloco Afro Ilê Aiyê. Em São Paulo, durante os anos 70, tanto na capital como no interior, temos o Cecan – Centro de Cultura e Arte Negra, Associação Cultural Brasil Jovem, o GTPLUN – Grupo de Profissionais Liberais Negros, a Câmara de Comércio Afro-Brasileira, os jornais Abertura, Capoeira, Jornegro, Afro-Latino-América, além, evidentemente, do Núcleo Negro Socialista, entre outros.

Por isso, nos primeiros escritos de Hamilton Cardoso a questão cultural não tinha centralidade para pensar a ação coletiva, como houve no pensamento de Abdias do Nascimento com o TEN, ou mesmo com o “quilombismo”; ou no de Lélia Gonzalez, em suas relações profícuas com a escola de Samba Quilombo, liderada por Candeia no Rio de Janeiro, ou mesmo com o Ilê Iiyê na Bahia, ambas as organizações tidas pela autora como formas legítimas e constituintes do movimento negro contemporâneo. Note-se, ainda, a trajetória de Thereza Santos, que via na arte, especialmente no teatro, uma fonte de transformação cultural; além do carnaval, que era também espaço de atuação da atriz carioca desde o final da década de 1950³⁰.

Diferentemente deles, em seus primeiros escritos Hamilton Cardoso expõe uma certa desconfiança da possibilidade de transformação social através da cultura. Até mesmo porque as formas culturais existentes na cidade de São Paulo, embora apresentassem resistência aos padrões dominantes, encontravam-se demasiadamente acomodadas, posto que viviam exclusivamente para o mundo de sociabilidade do negro, sem estratégias eficientes para a superação coletiva do racismo no plano mais amplo da sociedade. Ademais, era particularmente cara ao pensamento socialista de Hamilton a defesa do “direito à diferença”, uma vez que, para uma ruptura radical, a reivindicação por igualdade deveria ser o centro da luta negra brasileira.

O significado do marxismo em seu pensamento reflete-se também na narrativa que construiu sobre a formação do Movimento Negro Unificado³¹. Segundo Hamilton Cardoso, o MNU foi gestado no interior da Liga Operária, tendência trotskista que crescia na África do Sul e em Guiné-Bissau e que teve grande peso político nos Estados Unidos nas décadas de 1950 e 1960. Nos anos 1970, no Brasil, estudantes negros da USP, da Unicamp e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) foram arregimentados por essa corrente socialista (Cardoso, 1989; Santos, 2008).

Outro aspecto relevante é que o pensamento marxista com o qual dialogava preferencialmente era um contraponto às teses etapistas que foram hegemônicas no Partido Comunista Brasileiro (PCB) até o golpe militar de 1964. As teses “pecebistas” desse período não davam espaço para um processo de reivindicação autônoma dos negros, subsumindo suas reivindicações à luta de classes³².

30 Ver Semog e Nascimento, 2006; Almada, 2010; Gonzalez, 1982; Santos, 2008.

31 Essa versão encontrou eco em trabalhos acadêmicos como os de Gevanilda Santos (1992) e de Claudete Soares (2012).

32 Uma análise mais acurada sobre a questão racial e o PCB, especialmente no que toca aos documentos partidários, ver Chadarevian, 2006; 2012.

Durante a ditadura militar (1964-1984) houve inúmeras iniciativas que reviram as bases do pensamento marxista “oficial” do PCB e abriram espaço a leituras dissidentes do marxismo, a exemplo do pensamento de Caio Prado Junior, Florestan Fernandes, Otávio Ianni e Clóvis Moura³³.

Desta maneira, Hamilton Cardoso procurou fundir o marxismo de pensadores como Florestan Fernandes, Otávio Ianni e Clóvis Moura às reivindicações em linguagem étnica predominantes a partir dos anos 1970, vinculando-se a um grupo de intelectuais negros que pensaram a “consciência negra” como ferramenta para a ação coletiva. Foi com base nessa heterodoxia marxista, a partir da qual se articulavam analiticamente o problema racial e o problema das classes sociais no país, sem tornar o primeiro mero epifenômeno do segundo, que Hamilton Cardoso estabeleceu as bases de seu pensamento, inescapavelmente atrelado à práxis política. Por outro lado, como recebeu treinamento na imprensa alternativa, sendo Marcos Faerman seu principal mestre, Hamilton aprendeu o jornalismo literário, isto é, uma escrita crítica da realidade social que ao mesmo tempo valia-se da estética literária em sua forma. Com efeito, Hamilton sempre que pôde evitou a escrita panfletária típica da corrente política a que esteve ligado.

De modo geral, podemos dizer que a produção de Hamilton Cardoso pode ser dividida da seguinte maneira: 1) artigos de opinião, reportagem e entrevistas realizadas para a imprensa alternativa (especialmente *Versus*, *Jornais Negros* e *Teoria e Debate*); 2) escritos para a grande imprensa (em particular, *Folha de S.Paulo*, para quem trabalhou durante a década de 1980); e 3) produção em revistas acadêmicas (a exemplo da revista *Lua Nova*). Percorrer o fio condutor desse pensamento é nossa estratégia para capturar os posicionamentos de Hamilton Cardoso diante do espectro mais amplo dos intelectuais negros no contexto da democratização.

Começemos com a produção no *Versus*, por ser este o espaço de formação intelectual, político e profissional do jovem Hamilton. Na coluna “Afro-Latino-América” tem-se uma tribuna a partir da qual ele se dirige tanto aos ativistas negros como aos socialistas brancos e dirigentes da Liga Operária. Ademais, como o jornal era escrito para um público amplo, Hamilton também visava a atingir a massa estudantil, jovem, de classe média e até operários, que liam o periódico naquela ocasião. Os artigos escritos por Hamilton Cardoso no *Versus*, entre junho de 1978 e abril de 1979, podem ser divididos em três grupos: o

33 Sobre a trajetória intelectual e o pensamento de Clóvis Moura ver: Oliveira, 2009; Mesquita, 2002.

primeiro, que denominamos jornalismo literário³⁴; o segundo, dedicado à cultura negra³⁵; e finalmente o terceiro, que analisa o movimento negro³⁶.

De uma maneira geral, os artigos assinados por Hamilton em “Afro-Latino-América” são uma tentativa de atingir as massas e não ficar exclusivamente centrado em grupos fechados de discussão. Para isso, procura articular a mobilização negra às lutas internacionais como as dos direitos civis, às resistências dos Black Panthers, ou mesmo a do outro lado do continente africano, com suas lutas de independência. Socialismo e marxismo eram referências da geração de ativismo de Hamilton Cardoso para fazer análise de conjuntura, processo político e de estrutura de ação. Um ponto a mais deve ser acrescido: Hamilton Cardoso defendia, sim, um movimento negro autônomo, contudo, em sua visão, mais do que afirmar uma identidade negra, esse movimento deveria construir uma base ampla antirracista. Isto é, a mobilização negra não deveria ser exclusivamente de negros, mas de grupos oprimidos racialmente e com bases amplas de organizações que lutavam contra a opressão e a discriminação³⁷.

Nesse sentido, a interpretação de Hamilton foi a de que o seu grupo de ativismo teve papel decisivo para os contornos que assumiu o ato de fundação do MUCDR nas escadarias do Teatro Municipal em São Paulo. Assim, em de 18 de junho de 1978, reuniram-se o CECAN, o grupo Afro-Latino-América, a Associação Cultural Brasil Jovem, os jornais *Abertura* e *Capoeira*, a Câmara de Comércio Afro-Brasileira, que definiram a formação de um Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR). De acordo com Hamilton, o objetivo do MUCDR não era em princípio um projeto para aglutinar basicamente pessoas de esquerda. Ao contrário, a ideia original era reunir um amplo espectro de posições de todos os setores, incluindo políticos mais à direita, como Adalberto Camargo.

34 São eles “Cerimônias para o assassinato de um negro” (n. 21, junho-julho 1978) – em que descreve toda a liturgia em torno do assassinato de Robson da Luz, no 44º Distrito Policial em Guaianazes, SP; “Cafundó: as manias dos reis e a resposta do escravo” (n. 24, setembro 1978), em que narra, com riqueza de fatos e detalhes, o incidente que resultou no assassinato de Dito Souza, capataz de Fouad Elias Marum, em disputa de terras com integrantes da comunidade quilombola do Cafundó; “Cala boca Macaco!” (n. 24, setembro 1978) — no qual se atém ao incidente de abuso de autoridade por parte de policiais militares em relação a ele e aos integrantes do grupo Afro-Latino-América; e “As raízes de Teresa Santos” (n. 28, janeiro 1979), em que fala de seu reencontro com a artista e militante negra recém-chegada do continente africano.

35 Em Cartaz – Histórias da noite de SP, seus personagens: os músicos negros desta cidade (n. 26, novembro 1978), em que passa em revista a situação dos músicos negros em São Paulo; Luta, história e festa (n. 24, janeiro 1979), em que faz um arrazoado sobre as atividades culturais do 1º Festival Comunitário Negro Zumbi, ocorrido em 1978, em Araraquara.

36 Alguns pontinhos (n. 21, junho-julho 1978), E agora? (n. 23, julho-agosto 1978), Carta aos irmãos da diáspora (n. 28, janeiro 1979), Movimento Negro – História (n. 29, fevereiro 1979).

37 Cardoso, 1978.

O ato de 7 de julho de 1978 contou com o apoio e a presença de militantes de associações negras do Rio de Janeiro, além de moções de apoio do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e da Bahia. Em 8 de julho foi realizada reunião de avaliação do ato, e no dia 23 de julho, na sede da Associação Cristã Beneficência, em São Paulo, foi realizada a 1ª Assembleia de Organização e Estruturação Mínima do MUCDR, com a presença de representantes de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Nessa reunião, a palavra “negro” foi incluída na sigla, que passou de Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) para Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Certamente, a mudança de rumos não estava de acordo com a concepção de Hamilton Cardoso, para quem o movimento deveria unificar forças sociais contra o racismo e não o restringir a um único segmento social.

Se Hamilton imaginava o MUCDR como uma frente antirracista que articularia, inclusive, setores não negros em luta contra a discriminação racial, essa proposta entraria em contradição com o racialismo que predominou no MNU em seus primeiros anos e a forte mobilização por linha de cor dos setores de uma classe média ascendente no período. Mesmo assim, Hamilton manteve-se no movimento e preservou a possibilidade objetiva de uma aliança entre o movimento negro e as demais organizações da sociedade civil, com destaque para a influência dos grupos da esquerda revolucionária (com predominância de brancos em sua composição). Contudo, a aliança do movimento negro com estes grupos não se deu pelo abandono do racialismo pela composição de uma frente antirracista, de caráter amplo e genérico. Ela ocorreu, sobretudo, no debate sobre o sentido da democracia e da participação política no contexto de transição da ditadura para um Estado democrático de direito.

Nesse processo, Hamilton esteve intimamente envolvido com a militância antirracista. Até por isso, a relação dele e do Núcleo Negro Socialista com a Liga Operária (agora, Convergência Socialista) foi gradativamente se desgastando, pois

a gente exigiu que organização [a Convergência Socialista] definisse uma política da organização, de antirracismo. Que a gente pudesse se pautar por tal orientação. Na medida em que a organização não definiu uma política antirracista o núcleo começou se desfazer. Saiu um daqui, outro dali, essa coisa toda, mas o núcleo no conjunto também não definiu uma política antirracista própria, nem deixou um documento para sair da organização [...] (entrevista Hamilton Cardoso, 1989)³⁸.

38 Entrevista de Hamilton Cardoso concedida a Gevanilda Santos em 1989 (Flavio Carrança, *Hamilton Cardoso: militante, intelectual e jornalista*, São Paulo, no prelo).

Essa tensão na Convergência Socialista foi jogada para o interior do Partido dos Trabalhadores, organização política que absorveu diversas correntes de esquerda, inclusive a Liga Operária. Sob a órbita do PT, Hamilton escrevia na revista *Teoria e Debate*, estabelecendo diálogo com o partido no sentido de sensibilizar seus militantes e dirigentes acerca da relevância do problema racial para o entendimento da realidade brasileira. Da mesma forma, é notável seu engajamento social em abrir espaço para temas e intelectuais negros nas páginas do Jornal *Folha de S.Paulo*, empresa onde trabalhou nos anos 1980.

Entre 1987 e 1988, no entremeio das mobilizações do Centenário da Abolição, Hamilton publicaria dois textos que são emblemáticos de seu pensamento e se concentram num ajuste de contas com a experiência do movimento negro dos últimos dez anos (datando-o da fundação do MNU em 1978). O primeiro, “Limites do confronto racial e aspectos da experiência negra no Brasil – reflexões” é publicado em *Movimentos sociais na transição democrática* (1987). O texto trata inicialmente da importância das novas imagens criadas pelo negro brasileiro no processo de democratização e destaca a emergência de um “pensamento negro radical” ou de uma “ideologia negra”, dos quais seriam seus principais expoentes, no campo intelectual, Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez e Joel Rufino dos Santos. Para Hamilton Cardoso cabe analisar a possibilidade dos negros – à luz destas novas imagens – de subverter as representações tradicionais de que é portador. A este processo Hamilton chama “subversão negra” (aqui fazendo uma relação direta com a forma como a ditadura classificava seus adversários políticos). Com isso, guarda especial importância o reconhecimento de Zumbi dos Palmares como herói nacional. Segundo Hamilton,

O reconhecimento da condição de herói de Zumbi, o subversivo negro por excelência, e a recuperação parcial da multiplicidade humana das imagens dos negros refletem um momento sintético e único na história do Brasil. É o momento da legitimação das lutas antirracistas, que remontam (Moura, s/d) [à] fase abolicionista. Mais do que isto, legitimam o próprio negro, enquanto sujeito e agente da luta pela cidadania, ou seja, um indivíduo que não precisa despojar-se de sua condição racial, de sua história “nacional” nem de suas tradições culturais para aspirar a direitos na sociedade (Cardoso, 1987: 84).

Dez anos depois dos acontecimentos que levaram à fundação do MNU, Hamilton Cardoso faz referência à subversão não mais em termos da ruptura violenta da ordem, de caráter revolucionário, mas da construção de um lugar dentro do contexto de redemocratização em que os negros possam reivindicar direitos sem

aderir às formas tradicionais (de caráter populista) de integração no imaginário nacional. Outra inflexão ocorre no texto de Hamilton ao introduzir sub-repticiamente o debate sobre a oposição entre cultura popular e cultura de elite. A questão cultural passa a ter maior centralidade para entender o caráter do “confronto racial” brasileiro e, por extensão, a singularidade do racismo em nosso país. Muito próximo do pensamento de Guerreiro Ramos nos anos 1950 (Ramos, 1995)³⁹, Hamilton classifica o branco brasileiro como um “branco de segunda classe” ou um “branco fora do lugar”. A legitimidade do “poder branco” no Brasil foi contestada pelo caráter postíquo da europeidade nos trópicos e abriu espaço para formas de resistência do negro, através da cultura, que conseguiu transformar tradições culturais africanas em tradições de caráter nacional. Segundo Hamilton,

A questão do confronto cultural entre negros e brancos e suas consequências para a definição da vida e da cultura, além da política brasileira, não deve ser analisada apenas do ponto de vista orgânico, ou seja, de quantos negros e quantos brancos são adeptos do candomblé, das escolas de samba, dos afoxés e outras formas não europeias de cultura. O problema crucial encontra-se na definição do próprio modo de ser brasileiro, que, hoje, por mais branco que possa ser, quando visto pelo europeu (o verdadeiro branco, o puro, o legítimo, como se costuma dizer ironicamente entre os negros), é visto como um “branco fora de lugar” (Cardoso, 1987: 89).

Um ponto marcante nas reflexões do autor são as diferenças raciais no interior da classe operária. Considerando os estudos sobre a formação da sociedade de classes (Fernandes, 1964) e as pesquisas de Hasenbalg (1979), Hamilton Cardoso recoloca o argumento sartriano (1968) referente ao “privilégio branco”. O que seria na opinião do jornalista um fator de divisão da classe trabalhadora e de arrefecimento das energias combativas dos movimentos operários. O conflito racial aparece aqui como um elemento catalisador e de consequente radicalização do protesto político organizado pelos trabalhadores no início do século XX.

Em resposta a esses desencontros no interior da classe operária é que se fez necessária a formação de um movimento político autônomo. Para Hamilton, a formação do movimento negro brasileiro no processo de redemocratização esteve associada ao que Rufino (Santos, 1985) sugeriu acerca da mobilidade social ascendente de setores da população negra no período do milagre econômico (1969-1973). No final dos anos 1970, com a recessão e o colapso do modelo desenvolvimentista da ditadura militar, os setores sociais brancos *pauperizados*

39 Em especial do ensaio Patologia “social” do branco brasileiro, publicado nos anos 1950 (Ramos, 1995: 215-240).

da classe trabalhadora passaram a questionar a legitimidade do modelo político vigente e a reivindicar direitos sociais e liberdades democráticas. O projeto de “Brasil potência” dos militares levou a uma internacionalização da indústria cultural e à emergência de novos gostos, hábitos de consumo e padrões de comportamento, vistos com esgar por setores da elite e das classes médias. Essa é a explicação para a popularização do *rock* entre as classes médias brancas e setores brancos da classe trabalhadora e do *soul* entre os trabalhadores negros. Ambos seriam manifestações culturais que expressariam diferentes condições de classe e de raça. Para Hamilton Cardoso,

O *soul*, apesar de todo o desdém que mereceu por parte dos intelectuais brancos brasileiros, “com a cabeça na Europa e o estômago no Brasil”, acabou sendo a ponta (sic) através da qual a juventude proletária e filha dos novos proletários negros, assim como o *rock*, dos proletários e proletarizados brancos, romperam com o isolamento imposto ao branco brasileiro (Cardoso, 1987: 100).

A partir disso, o movimento negro brasileiro da década de 1970 comporia uma rede de mobilização antitadadura que redefiniria o que se entende por democracia. Ela não é apenas acesso a direitos dentro de uma perspectiva universalista, mas a afirmação de uma identidade racial e cultural, do direito à diferença, compreensão que criou condições favoráveis à afirmação de elites negras⁴⁰. Este processo, que Hamilton chama de “subversão negra”, não teria em si um caráter revolucionário ou de lutas de massas. Seu alcance democrático seria limitado se se restringisse à “ampliação pura e simples das oportunidades raciais entre as elites e entre os proletários nas estruturas atuais” (Cardoso, 1987: 101). Dessa maneira, a radicalidade do projeto democrático inscrita na subversão negra estaria em modificar o poder branco (em última instância, um poder de classe) e o “caráter autoritário da sociedade brasileira” (Cardoso, 1987: 101). O limite, para ele, seria o da cooptação das elites negras pela estrutura de poder. Nesse ponto, o pensamento do autor está em perfeita sintonia com o pensamento dos Panteras Negras e o movimento Black Power. Em particular, é com a figura de Huey Newton que Hamilton Cardoso se assemelha no tocante à sua trajetória e também em termos de idealismo político⁴¹.

40 Hamilton Cardoso define como o papel das elites negras “estabelecer cabeças de ponte dentro das estruturas de poder ideológicas, econômicas e intelectuais do chamado ‘o mundo dos brancos’, segundo Florestan Fernandes, e que, na verdade, são as estruturas de poder da sociedade” (Cardoso, 1987: 101).

41 Para mais detalhes sobre o pensamento de Huey P. Newton, ver Bloom, Martin Jr., 2013.

Em “História recente: dez anos de movimento negro”, publicado na revista *Teoria & Debate*, do Partido dos Trabalhadores (PT), faz um acerto de contas com os processos que levaram à fundação do MNU em 1978. Por um lado, enfatiza as limitações das organizações negras tradicionais e seu papel de acomodação social; por outro, critica a dificuldade das esquerdas políticas de assumir de forma mais contundente a luta antirracista. A “contradição racial” do período – que teve forte expressão no movimento cultural do *black soul* – foi interpretada como símbolo de alienação e “subdesenvolvimento negro”, tanto por parte da sociedade como por setores da esquerda em oposição ao regime militar. Desta maneira, Hamilton muda de interpretação e apresenta o argumento de que a unificação das forças antirracistas que deu origem ao Movimento Negro Unificado (MNU) tem como principal móvel o “nacionalismo negro”, e não as mobilizações classistas que caracterizaram o período. Para Hamilton, o fortalecimento deste “nacionalismo negro” se deve ao fato de:

[...] a maior parte das lideranças da sociedade civil, principalmente dos setores de esquerda, liberais e social-democratas, marginalizavam, em suas análises, fatores culturais e políticos do colonialismo, entre eles o privilégio da branquitude. Fechavam os olhos à expansão e ocupação territorial, por meio da distribuição de privilégios raciais maiores ou menores, mas a todos os integrantes dos povos brancos. Ou seja, o fato de a sociedade europeizante reservar, em detrimento dos povos nativos, mais direitos econômicos e de cidadania para os brancos, símbolos nacionais da expansão das burguesias europeias nos territórios não europeus (Cardoso, 1987, s/n).

Esta premissa faz que Hamilton propugne uma revisão crítica do pensamento de esquerda e dos *mores* que balizaram a mobilização social e política durante o processo de democratização. Ele tanto chama a atenção para os vínculos entre tortura contra presos políticos e adversários ao regime ditatorial com sua prática contra presos comuns, majoritariamente negros, algo corriqueiro nas detenções em nosso país e que passou a ganhar espaço na agenda política do movimento negro contemporâneo. Também faz referência às diferentes formas de integração de negros e brancos na sociedade de classes, colocando a existência de uma tradição política negra (diferente da branca) que está ancorada na experiência dos quilombos e das rebeliões durante o período escravista. Porém, o centro de suas indagações se orienta para os vínculos existentes entre modelo de desenvolvimento (com suas diferenciações regionais), internacionalização do capital e comunidades étnicas. A pergunta

sinuosa de Hamilton Cardoso indica isso: “será que existem conexões étnicas no processo de formação da interdependência brasileira ao capital externo?” (Cardoso, 1987, s/n).

Com efeito, passados os anos, Hamilton Cardoso revê alguns de seus posicionamentos e passa a valorizar mais o elemento cultural como forma de transformação da sociedade. Contudo, aumenta seu ceticismo e seu desencanto com as esquerdas políticas por conta de seus reducionismos de classe e da baixa permeabilidade para as reivindicações de cunho racial. De outro lado, a mobilização negra, que começou nos anos 1970 mais afinada com o espectro ideológico marxista, tornou-se ainda mais complexa e passou a encampar maior diversidade de perspectivas, as quais iam do comunitarismo ao liberalismo, embora ainda mantivesse grupos políticos de tradição socialista. Certamente, para Hamilton Cardoso, que tinha na utopia revolucionária o seu horizonte, confrontar-se com o curso histórico real, em que a unidade entre raça e classe em favor de uma revolução não era, a curto prazo, uma dimensão tangível no Brasil, parece ter sido motivo de grande frustração. Entretanto, se não fosse sua morte prematura, Hamilton Cardoso teria visto a aliança entre o binômio raça e classe na pauta pública brasileira no despertar do século XXI com as chamadas ações afirmativas no ensino superior. Não seria uma confluência com fins revolucionários, mas um projeto concreto de reforma social.

IV. Considerações finais

Neste artigo analisamos por meio da trajetória de Hamilton Cardoso a articulação entre a mobilização racial negra e as redes socialistas, em particular os grupos clandestinos em oposição à ditadura militar que se vincularam, na segunda metade da década de 1970, à experiência de ativistas negros. Tendo isso em vista, defendemos que o pensamento de Hamilton Cardoso foi gestado no entremeio da organização partidária e do movimento social.

Hamilton Cardoso esteve fortemente inserido num conjunto de instituições culturais, redes e articulações políticas que tinham como referência prioritária a questão racial e contribuía, assim, para uma pauta política específica da comunidade negra. A relação das esquerdas que se reorganizavam no pós-luta armada com a mobilização racial por parte de organizações como o Movimento Negro Unificado (MNU) era ambivalente, mesmo no caso da Convergência Socialista, que foi relativamente mais aberta às reivindicações dos negros naquele período. Se por um lado a mobilização negra questionava

o regime ditatorial e denunciava o “mito da democracia racial”, por outro as reivindicações do movimento negro questionavam o pressuposto da universalidade da luta de classes. Ou seja, um pensamento político formado nos interstícios de raça e classe foi o grande desafio intelectual que Hamilton Cardoso tomou para si. Portanto, essas duas matrizes intelectuais e políticas marcaram decisivamente seu pensamento.

A trajetória e o pensamento de Hamilton Cardoso encontram semelhanças com Huey Newton, *theoric-practioner*, fundador do movimento Black Power⁴². Assim como o ativista norte-americano, o brasileiro veio de camadas negativamente privilegiadas e depois do ingresso na universidade passou a incorporar teorias marxistas aliando-as às lutas negras. Em ambos, a proposta de uma ação coletiva radical, que rompesse com a acomodação da comunidade negra, é fator marcante em seus escritos. E, por fim, tanto em Huey como em Hamilton há a preocupação com as camadas populares e trabalhadoras negras, esteio fundamental para a formação de uma luta revolucionária.

A morte precoce de Hamilton Cardoso, que encerrou a própria vida com apenas 47 anos, fez que seus escritos ficassem esquecidos nos registros históricos do período da redemocratização do Brasil. Mas, certamente, os estudiosos que desejarem investigar a relação entre as esquerdas políticas e o movimento negro no Brasil terão que se haver com a trajetória e a produção intelectual desse que foi um dos ativistas mais cerebrinos e engajados na formação da mobilização negra contemporânea.

Referências

- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araujo (Org.). *Histórias do movimento negro no Brasil*. Rio de Janeiro, Pallas, 2007.
- ALMADA, S. Abdias do Nascimento. São Paulo. Selo Negro/Summus Editora. 2009.
- ANDERSON, Joshua. A tension in the political thought of Huey P. Newton. *Journal African American Studies*, n. 16, 2013, p. 249-267.
- ANDREWS, G. *Negros e brancos em São Paulo: 1888-1988*. São Paulo, Edusp, 1988.
- BUCCHIONI, Xenya de Aguiar; OGASSAWARA, Juliana Sayuri. Versus: a busca por uma identidade cultural latino-americana. *Contracampo – Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação*, Universidade Federal Fluminense, Niterói, n. 20, agosto 2009, p. 94-106.
- BUTLER, Kim. *Freedoms Given, Freedoms Won. Afro-Brazilians in Post-Abolition Sao Paulo and Salvador*. New Brunswick/London, Rutgers University Press, 1998.

42 Para mais detalhes sobre o pensamento de Huey Newton, ver Anderson, 2013, e Newton, 2011.

- BLOOM, Joshua; Martin Jr., Waldo E. *Black Against Empire: The History and politics of the Black Panther*. Berkeley, University of California Press, 2013.
- CARDOSO, Hamilton. Limites do confronto racial e aspectos da experiência negra no Brasil – Reflexões. In: SADER, Emir (Org.). *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo, Cortez, 1987, p. 82-104.
- CARDOSO, Hamilton. História recente: Dez anos de movimento negro. Teoria & Debate, n. 2, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1988. Disponível em <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/sociedade-historia-recente-dez-anos-do-movi>. Acesso em 5 fev. 2014.
- CARRANÇA, Flavio. *Hamilton Cardoso: militante, intelectual e jornalista*. São Paulo (no prelo).
- CHADAREVIAN, Pedro. Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro. *Política & Sociedade*, v. 11, 2012, p. 255-283 (impressa).
- CHADAREVIAN, Pedro. Des theories Du racisme a l'analyse economique actuelle de ses consequences sur le marche du travail au Bresil. Tese de doutorado defendida no Institut des Hautes de L' Amerique Latine. Universite Paris III, France, 2006, p. 424.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, v. 12, n. 23, 2007, p. 100-122. ISSN 1413-7704. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>. Acesso em 20 fev. 2014.
- FELIX, João Batista. Chic Show e Zimbábue e a construção da identidade nos bailes black paulistanos. Dissertação de Mestrado, Antropologia, FFLCH-USP, 1999.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Universidade de São Paulo/Editora Anhembi, 1964, v. I e II.
- GONZALEZ, L. O movimento negro na última década. In: HASENBAL, C.; GONZALEZ, L. *O lugar do negro*. Rio de Janeiro, Ponto Zero, 1982.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. A recepção de Fanon no Brasil e a identidade negra. *Novos Estudos CEBRAP*, 81, julho 2008, p. 99-114.
- HANCHARD, M. *Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2001.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Ed. UFMG/IUPERJ, 2005.
- KÖSSLING, K. S. *As lutas antirracistas de afrodescendentes sob vigilância do Deops/Sp (1964-1983)*. Dissertação de mestrado, História, FFLCH-USP, 2007.
- KUCINSKI, B. *Jornalistas e revolucionários*. São Paulo, Página Aberta, 1991.
- MACEDO, M. *Abdias do Nascimento: a trajetória de um negro revoltado (1914-1968)*. Dissertação de mestrado, Sociologia, FFLCH/USP, 2005.
- MCADAM, D.; Tarrow, S.; Tilly, C. *Dynamics of contention*. New York, Cambridge University Press, 2001.

- MESQUITA, Érika. Clóvis Moura: uma visão crítica da história social brasileira. Dissertação de Mestrado, Sociologia, IFCH/UNICAMP, 2002.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. 3. ed. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1981 [1959].
- NEWTON, HUEY P. Revolutionary Suicide. New York, Pequin Books, 2011.
- OLIVEIRA, Fábio Nogueira. Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra. Dissertação de mestrado, Sociologia e Direito, UFF, 2009.
- PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, janeiro-abril 2004.
- RAMOS, Guerreiro. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1995.
- RATTS, Alex; RIOS, Flavia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo. Selo Negro/Summus, 2010.
- RIOS, Flavia. A trajetória de *Thereza Santos*: comunismo, raça e gênero durante o regime Militar. *Revista Plural* (São Paulo. Online), [S.l.], v. 21, n. 1, p. 73-96, jan. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/83619/86550>>
- SANTANA, Ivo de. Relações econômicas Brasil-África: a Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a intermediação de negócios no mercado africano. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, v. 25, n. 3, 2003, p. 517-555. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-546X2003000300006>. Acesso em 20 fev. 2014.
- SANTOS, Thereza. *Malunga Thereza Santos*. São Carlos, EDUFSCAR, 2008.
- SANTOS, G. G. Partido políticos e etnia negra. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1992.
- SANTOS, Joel Rufino. O movimento negro e crise brasileira. *Revista Política e Administração*, Rio de Janeiro, v. 2, 1985, p. 287-307.
- SARTRE, Jean-Paul. *Reflexões sobre o racismo*. São Paulo, Difel, 1968.
- SIEGEL, Micol. Mães pretas, filhos cidadãos. In: CUNHA, Olívia M. G; GOMES, Flavio (Org.). *Quase-cidadão*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2007, p. 315-376.
- SEMOG, Éle; NASCIMENTO, Abdias. O Griot e as muralhas. Rio de Janeiro, Pallas. 2006.
- SOARES, Claudete Gomes. Raça, classe e ação afirmativa na trajetória política de militantes negros de esquerda. *Política e Sociedade. Revista de Sociologia e Política*, São Paulo, v. 11, n. 22, 2012.
- SILVA, Joana M. P. Centro de cultura e arte negra: trajetória e consciência étnica. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1994.
- SIMSON, Olga Rodrigues Von. Branco e negros no carnaval popular paulistano. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1989.
- SOARES, Reinaldo da Silva. O cotidiano de uma escola de samba paulistana: o caso da Vai Vai. Tese de Doutorado, Antropologia Social, FFLCH-USP, 1999.
- VALENTE, A. L. E. F. *Política e relações raciais: os negros e as eleições paulistas de 1982*. 1. ed. São Paulo, FFLCH/USP, 1982.

Fontes primárias – Jornal *Versus*

- CARDOSO, Hamilton. Alguns pontinhos. *Versus*, “Afro-Latino-América”, n. 21, junho-julho 1978, p. 38.
- CARDOSO, Hamilton. Cerimônias para o assassinato de um negro. *Versus*, “Afro-Latino-América”, n. 21, junho-julho 1978, p. 38-39.
- CARDOSO, Hamilton. E agora? *Versus*, “Afro-Latino-América”, n. 23, 1978.
- CARDOSO, Hamilton. Cafundó: as manias dos reis e a resposta do escravo. *Versus*, “Afro-Latino-América”, n. 24, 1978, p. 38-39.
- CARDOSO, Hamilton. Cala boca Macaco! Polícia paulista combate possível pequena burguesia negra! *Versus*, “Afro-Latino-América”, n. 24, 1978, p. 42.
- CARDOSO, Hamilton. Em Cartaz – História da noite de SP, seus personagens: os músicos negros desta cidade. *Versus*, “Afro-Latino-América”, n. 26, 1978, p. 42.
- CARDOSO, Hamilton. Carta aos irmãos da diáspora. *Versus*, “Afro-Latino-América”, n. 28, 1979, p. 42.
- CARDOSO, Hamilton. As raízes de Tereza Santos. *Versus*, “Afro-Latino-América”, n. 28, 1979, p. 45.
- CARDOSO, Hamilton. Luta, história e festa. *Versus*, “Afro-Latino-América”, n. 28, 1979, p. 46-47.
- CARDOSO, Hamilton. Movimento Negro – História. *Versus*, “Afro-Latino-América”, n. 29, 1979, p. 38.

Folha de São Paulo

- CARDOSO, Hamilton. O quilombo de cada um. *Folha de S.Paulo*, “Folhetim”, 22 dezembro 1981, p. 3-4.
- CARDOSO, Hamilton. Entre os sem teto... *Folha de S.Paulo*, “Folhetim”, 27 dezembro 1981, p. 3-5.
- CARDOSO, Hamilton. A prisão por dentro e por fora. *Folha de S.Paulo*, “Folhetim”, 14 fevereiro 1982, p. 6-7.
- CARDOSO, Hamilton. Brasil-África, nossas relações. *Folha de S.Paulo*, “Tendências e Debates”, 15 fevereiro 1982.
- CARDOSO, Hamilton. Nenê da Vila Matilde, o patriarca do samba paulista. *Folha de S.Paulo*, “Folhetim”, 21 fevereiro 1982, p. 8.
- CARDOSO, Hamilton. Poesia negra e marginalidade poética. *Folha de S.Paulo*, “Folhetim”, 28 fevereiro 1982, p. 9.
- CARDOSO, Hamilton. Negros debatem sua situação em encontro no Rio. *Folha de S.Paulo*, “2º. Caderno, Comunidade”, 25 julho 1982, p. 22-23.

- CARDOSO, Hamilton. Um novo nacionalismo negro. *Folha de S.Paulo*, “2º. Caderno, Exterior”, 30 outubro 1983, p. 17.
- CARDOSO, Hamilton. A contribuição de Palmares. *Folha de S.Paulo*, “Tendências e Debates”, 5 dezembro 1983, p. 4.
- CARDOSO, Hamilton; GRZICH, Mirna; ZAGO, Antônio. Quilombismo. Debate entre Abdias do Nascimento, Rafael Pinto, Teresa Santos e Adão de Oliveira. *Folha de S.Paulo*, “Folhetim”, 9 setembro 1979, p. 7-9.

Textos literários

- CARDOSO, Hamilton (sob o pseudônimo de Zulu Nguxi). Vontade (Poema). *Versus*, “Afro-Latino-América”, n. 12, 1977, p. 33.
- CARDOSO, Hamilton (Org.). *Negrice 1 – Iniciação*. 1977 (mimeo) (coletânea de poemas dos poetas afro-brasileiros Cuti, Jamu, Oswaldo de Camargo e Zulu Nguxi e do poeta angolano JoséCraveirinha).
- CARDOSO, Hamilton. 30, maio (poema). *Cadernos Negros*, n. 3, 1980.
- CARDOSO, Hamilton. A Revolução dos Sonhos: macumba, revolução e cachaça. *Cadernos Negros*, n. 4, 1981.

Recebido em: 22/02/2014

Aprovado em: 31/06/2014

Como citar este artigo:

- OLIVEIRA, Fábio Nogueira de; RIOS, Flavia. Consciência negra e socialismo: mobilização racial e redes socialistas na trajetória de Hamilton Cardoso (1953-1999). *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 4, n. 2, jul-dez 2014, pp. 507-530.

O Haiti não é aqui: o desejo da nação viril e a biopolítica da branquitude

Felipe Padilha¹

Resenha do Livro:

MISKOLCI, Richard. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo, Annablume/FAPESP, 2012.

Neste livro, o (des)encontro entre o desejo de construir uma nação dentro dos padrões imperialistas e as forças culturais e subjetivas que o ameaçavam ou impediam foi o que criou o campo de experiência de brasileiros e brasileiras da época. Documentos e arquivos auxiliaram a reconstruir a relação entre saberes e ideais políticos ou, em outros termos, o encontro entre poder e conhecimento que delimita um campo de experiência. Algo faltava, e o encontrei nos romances, expressões das vivências subjetivas, as quais, compreendidas como algo eminentemente histórico e social, permitem que adentremos nesse campo de experiência onde algumas resistências podem ser analisadas” (Miskolci, 2012: 185).

O desejo da nação é, como definiu Mariza Corrêa, um estudo que toma a sexualidade como a porta lateral de entrada que nos leva ao centro de uma comunidade de desejos controversos. É nesse centro que Richard Miskolci, professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, expõe uma cena

1 Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – Bolsista FAPESP – São Carlos – Brasil – felipeapa@yahoo.com.br

textual na qual uma elite assombrada por fantasmas e não ditos guia o projeto de nação encampado no Brasil finissecular.

O livro é resultado de quase dez anos de pesquisa em arquivos nacionais e expõe uma análise sofisticada e que sustenta um rico diálogo entre diferentes fontes empíricas, teóricas e metodológicas para dar inteligibilidade ao contexto brasileiro em fins do século XIX. O que o autor extrai de suas fontes é o temor de uma nação cujos ideais inspirados na Europa e nos Estados Unidos da América eram constantemente assombrados pelo medo de que ela se encontrasse sob o risco da degeneração.

O fim de século passou a ver na ciência a fonte da virtude e o caminho seguro para o bem-estar social e a converteu em uma ferramenta poderosa dotada de uma crescente autoridade, a ponto de almejar o aprimoramento social e racial. Assim, os desvios sociais passaram a ser compreendidos e tratados a partir de duas causas que podiam ser tomadas como fontes explicativas para os males do país: de um lado, a degeneração de fundo hereditário e, de outro, a desordem social fruto de profundas transformações sociais e históricas, como as acaloradas divergências em torno da abolição que marcaram a época.

O desejo da nação serve de tropo para delinear um projeto político que hoje pode ser caracterizado como autoritário reprodutivo, branco e heterossexual, que foi conduzido por homens de elite tendo em vista criar uma população futura (branca) e “superior” à da época. Nas palavras do autor, trata-se de um “conjunto de discursos e práticas histórica e contextualmente constituídos em fins do século XIX e início do XX por nossas elites políticas e econômicas como uma verdadeira hegemonia biopolítica assentada, externamente, no incentivo à vinda de imigrantes europeus para o Brasil e, internamente, em uma demanda por medidas moralizantes e disciplinadoras voltadas para um progressivo embranquecimento da população” (Miskolci, 2012: 50).

Com fortes marcas evidenciadas pelo cromatismo epidérmico que emperava a civilização e o progresso, o discurso sobre degeneração então vigente fortaleceu o modelo biológico de compreensão das identidades sociais fincado na teoria da hereditariedade. É esse contexto higienista que aclimata a analítica mordaz do autor. Miskolci apresenta uma leitura a contrapelo não apenas sobre a ambição das elites nacionalistas, mas sobretudo sobre o modo como no Brasil a regulação sobre as relações sexuais e raciais no âmbito do parentesco criaram as normas sobre a sexualidade.

Dessa perspectiva é possível compreender que no final do século XIX o dispositivo de aliança se alinhou ao da sexualidade de forma a colocar a família sob um novo regime de verdade e, portanto, em uma nova ordem estratégica de

poder. Essa tese desafiadora aponta para fato de que no Brasil o parentesco não ordenou a sexualidade, ele a criou. A análise articula os enunciados da ciência, da política, da imprensa e da literatura em um processo de reconfiguração política do Brasil marcado pela emergência do dispositivo de sexualidade intrinsecamente ligado à raça.

As fontes jornalísticas, científicas e literárias, muitas até agora silenciadas, permeiam o contexto da *transição* do século XIX para o XX e apontam um deslize semântico: a atualização de uma sociedade monárquica e escravagista sob a forma de uma sociedade livre e republicana, mas moralmente conservadora e racista. O desejo da nação explora a origem de um novo imaginário nacional associado a uma maior importância da sexualidade e do desejo na ordem política e cultural brasileira da República Velha que articula uma nova moralidade para a sexualidade, o gênero e a raça.

A branquitude é caracterizada como um ideal criado pelas elites brasileiras entre o final do século XIX e o início do século XX e que ganha mais importância no regime republicano. O livro mostra didaticamente como o discurso de degeneração e moralidade ganhou força com a passagem da velha Monarquia à nascente República, produzindo a associação entre Império (passado) e decadência. Concomitantemente, a República passa a ser vista como fonte de controle social e caminho para o progresso via ciência.

Além disso, o ideal nacional branqueador tinha como um de seus pilares fundamentais a reprodução sob o controle masculino, já que apenas o homem era visto como portador da branquitude e do progresso. As aspirações sobre o futuro e o desenvolvimento da nação eram intrinsecamente dependentes da consolidação de uma nova moralidade assentada na valorização de casais reprodutivos formados a partir do homem branco.

Não se trata de uma aplicação mecânica de aportes teóricos e metodológicos, mas de uma síntese criativa produzida pelo autor que articula “uma perspectiva sociológica e histórica ao arsenal psicanalítico para explorar questões tão complexas quanto ignoradas entre o desejo da nação de nossa elite e seus temores” (Miskolci, 2012: 65). O foco biopolítico da investigação, para o qual chamei a atenção no título da resenha, “se insere neste intento que aciona uma metodologia sociológica mais atenta aos componentes sensíveis e emocionais que fazem parte de toda experiência histórica, em especial reconhecíveis em fenômenos como os pânicos morais e sexuais” (Miskolci, 2012: 56).

Esses pânicos são retomados como figuras fantasmáticas cujos efeitos se desdobram para além das reconstruções históricas usuais. O texto explora o modo como forças culturais que moldaram as subjetividades de homens e

mulheres desse período encontraram expressões privilegiadas em obras artísticas. A reconstituição histórica desse fenômeno permite flagrar as cristalizações desse período em normas e convenções sociais fundamentais para compreendermos o presente.

As obras literárias produzidas na última década do século XIX auxiliam na reconstrução dessa análise sociológica que vincula as experiências subjetivas à história social. Os romances, essas fontes menos ortodoxas, são tomados como três fontes empíricas que permitem ao autor produzir uma contramemória que não desqualifica aprioristicamente a fantasia e o fantasmático. Cada um à sua maneira, os três romances reconstituem a experiência de ser assombrado como “um estado em que uma violência social reprimida ou irresolvida se faz conhecer, mesmo que de forma oblíqua” (Miskolci, 2012: 59).

A partir de *O Ateneu* (1888), no capítulo intitulado “Raul Pompeia e a gramática do desvio”, o livro apresenta o contexto social enigmático em que se passou o suicídio desse nacionalista radical, abolicionista e republicano, que defendia a participação popular na política. Recuperando atentamente os detalhes do romance e do contexto de sua produção, Miskolci expõe aos olhos contemporâneos a educação dos jovens brancos abastados em um processo de racialização/branqueamento de nossas classes superiores. Ficam evidentes também as marcas dos discursos de autocontrole, autodomínio presentes na crítica de Pompeia “ao império por meio de uma história dos descaminhos morais que marcavam a formação da elite nacional” (Miskolci, 2012: 65).

A sexualidade é usada como tropo para discutir outras relações de poder e formas de diferenças, buscando questionar a confortável posição ocupada pela branquitude nas narrativas da história oficial. Assim, o suicídio de Pompeia, que tantas dúvidas gerou, é equacionado ao momento em que o autor vê sua obra e seu engajamento político se voltarem contra ele em meio às acusações que associavam seu radicalismo político à inconformidade sexual.

A analítica da disciplina imposta nos colégios é o gancho para o capítulo posterior, que centra o foco em *O bom crioulo* (1895), de Adolfo Caminha, que traz ao centro os conflitos internos à marinha. Essa força nacional é marcada pela ampla presença de homens das camadas populares e pelo uso de castigos típicos do período escravagista com o objetivo articulado de disciplinar negros e brancos pobres de forma subordinada.

Essa obra entrelaçava dois elementos tipicamente associados aos gêneros populares de literatura para homens: o *romance de sensação*, com destaque para cenas de violência, e o *romance para homens*, com ingredientes de cenas sexuais explícitas. Assim, a cena protagonizada pelo grumete branco e mais jovem e

Amaro, o negro marinho, que resulta na punição com a chibata, serve de pano de fundo para os elementos que ganham destaque na análise feita por Miskolci: a disciplina do desvio sexual é associada à moralidade da época, que temia que o homem negro cruzasse a fronteira da subalternidade após a Abolição.

O negro, visto ainda como servo dos instintos e incapaz de autocontrole – característica da branquitude associada à civilidade –, aparece como espectro que, na perspectiva das elites brancas, coloca em risco o povo brasileiro em seu caminho rumo ao progresso e à civilização. *O bom crioulo* é lido como um romance social criado por um reformista sintonizado com o imaginário nacional que se consolidaria na Primeira República e que reproduz um retrato ilustrativo das origens e dos fundamentos do medo da homossexualidade.

A novidade trazida por *O desejo da nação* é que, diferentemente das interpretações anteriores, ele não extrai do romance uma defesa do negro, tampouco um olhar compreensivo sobre as relações homoeróticas entre homens. De maneira sagaz, a obra é inserida em um jogo de forças sociais e culturais corroborando o pensamento político e intelectual da época, que afirmava a inaptidão do negro para o trabalho e a liberdade, assim como via no elemento nacional branco tendências à degeneração.

As ansiedades sociais decorrentes de um cenário progressista de libertação dos escravos que se materializava em revoltas políticas, mas também na ruptura das barreiras sociais e entre classes, apontam para as ameaças às múltiplas hierarquias que não podiam facilmente ser contidas em divisões políticas ou raciais. “*Bom crioulo* é um retrato do passado, uma denúncia de seu legado como empecilho ao futuro do Brasil” (Miskolci, 2012: 119). Daí a alusão feita no título desta resenha ao ensaio de Silvio Romero (1888) *Joaquim Nabuco e a emancipação dos escravos*, que deflagrava o temor latente das elites locais: “o Brasil não é, não deve ser o Haiti” (apud Miskolci, 2012: 29). Retomando o acalorado contexto em que eram publicados os discursos publicados no jornal *A Província de São Paulo*, o livro mostra como o fantasma da revolução haitiana encaminhou o projeto embranquecedor brasileiro. A rebelião dos negros contra a escravidão na sangrenta revolta de São Domingos em fins do século XVIII instalou temores com relação à possibilidade de revoltas e vinganças decorrentes da “onda negra”.

Ao abordar aquela que talvez seja a obra mais popular de Machado de Assis, a análise toca dois pilares centrais na ideia de nação: o matrimônio e a família. Habilidosamente, *Dom Casmurro* (1900), aparentemente um drama íntimo, é convertido pelo pesquisador em uma fonte acurada que posiciona a família como um elemento central nos discursos da época, como o nacionalismo, o liberalismo individualista e o imperialismo.

A paranoia de Casmurro, figura obscura na qual Bento Santiago se transmuta após a velhice, é abordada de maneira inovadora em uma análise atenta ao caráter familista do nacionalismo brasileiro. *Dom Casmurro* é tomado como fio condutor de uma narrativa que revela conexões inesperadas entre o drama íntimo do protagonista e o contexto histórico cultural em que se desenvolve a produção do autor.

Dialogando com a vertente dos estudos culturais, *O desejo da nação* lança um olhar mordaz sobre Machado de Assis, reposicionando-o como arguto crítico da sociedade de sua época. Seus escritos, à luz da leitura atenta de Miskolci, se revelam saborosamente sardônicos. Este romance revela as tensões que marcavam os casamentos da elite e a dificuldade de imposição das uniões legais, a despeito do caráter modelar. Mas não se trata de uma apressada acusação à conduta da Capitu adúltera, mantendo o foco na traição – essa hipótese induziria a uma leitura centrada no ponto de vista masculino.

A interpretação oferecida no livro lança um olhar alimentado pelo feminismo e pela teoria *queer* que reposiciona a velha questão em torno de Capitu chamando a atenção para a condição das mulheres na sociedade brasileira e apresentando elementos homosociais não examinados pelas análises anteriores. A camaradagem entre Bentinho e Escobar se mostra moldada por uma moralidade que rege a divisão entre desejos aceitáveis e os danados. Essa relação ganha outro colorido quando submetida ao olhar analítico de uma pesquisa que questiona os “limites seguros entre desejar o que alguém tem (Capitu) sem desejar esse alguém (Escobar)”.

Recuperar essas três obras permite ao pesquisador reconstruir algumas das convenções culturais de gênero, raça e sexualidade que articularam o sistema de valores morais que ambientava as relações no Brasil finissecular e que borrava as elusivas fronteiras entre público e privado, acontecimento histórico e experiência subjetiva, sublinhando o vínculo entre criação artística e problemática coletiva.

Tal articulação permite que seja explorada a relação cultural e histórica entre nacionalidade e o gênero masculino operando em um contexto social e político marcado pela ambiguidade e pela dissonância. Masculinidade e honra são tratadas como sinônimos e um privilégio almejado pelos brancos de elite. A junção entre adequação social e o temor do desvio permite compreender a dinâmica do desejo como resultado circunstancial de condições históricas e interesses sociais. Até agora esse cenário tendeu a ser retratado como indefinido ou desarticulado, e por isso desqualificado como irrelevante, sobretudo pela manutenção de um enquadramento masculino e heterossexista nas discussões sobre a nação brasileira.

O desejo da nação é um texto *queer* no sentido forte e atual do termo. Tomando emprestada a expressão cunhada por Paul Gilroy em seu conhecido *O Atlântico negro*, é possível dizer que esse livro oferece novas “rotas”, em vez de “raízes”². Trata-se de um estudo profícuo que possibilita outras interpretações sobre a nação imaginada pela elite brasileira finissecular e sobre o culto e a valorização do progresso em busca da civilização, sem perder de vista o suporte familiar, íntimo e subjetivo requerido pelo projeto nacional.

Referência

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo/Rio de Janeiro, Editora 34/Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

Recebido em: 28/05/2014

Aprovado em: 31/06/2014

Como citar esta resenha:

PADILHA, Felipe. O Haiti não é aqui: o desejo da nação viril e a biopolítica da branquitude. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 4, n. 2, jul-dez 2014, pp. 533-539.

2 Refiro-me à homofonia de Gilroy, que não pode ser transposta ao português: esse autor toma a metáfora do Atlântico como espaço de deslocamentos privilegiando as rotas (*routes*) analíticas e interpretativas em vez das raízes (*roots*) teóricas.